



ARAÇUAÍ

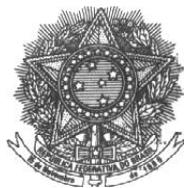
CORREGO DA VELHA

GRAVATA

BAIXA QUENTE

TESOURAS

SANTA RITA DE CÁSSIA

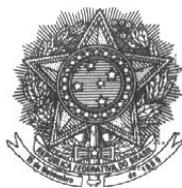


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

RAQUEL DE OLIVEIRA BARRETO

**CARTOGRAFIA DOS MODOS DE SER DA VELHICE E DO TRABALHO RURAIS
NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA**

**Belo Horizonte
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

RAQUEL DE OLIVEIRA BARRETO

**CARTOGRAFIA DOS MODOS DE SER DA VELHICE E DO TRABALHO RURAIS
NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

**Belo Horizonte
2018**

Ficha catalográfica

B273c Barreto, Raquel de Oliveira.
2018 Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no Médio Vale do Jequitinhonha [manuscrito] / Raquel de Oliveira Barreto. – 2018.
348 f.: il. e tabs.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 318-333) e apêndices.

1. Idosos - Condições sociais – Teses. 2. Idosos - Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) – Teses. 3. Administração – Teses. I Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 362.6042

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – FPS/003/2019



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **RAQUEL DE OLIVEIRA BARRETO**, REGISTRO N° 217/2018. No dia 14 de dezembro de 2018, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 05 de dezembro de 2018, para julgar o trabalho final intitulado "**Cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha**", requisito para a obtenção do **Grau de Doutor em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2018.

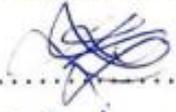
NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri 
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof.ª. Dr.ª. Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães..... 
(PPGA/CEFET-MG)

Prof.ª. Dr.ª. Fernanda Tarabal Lopes 
(EA/UFRGS)

Prof.ª. Dr.ª. Luciana Kind do Nascimento 
(PPGP/PUC Minas)

Prof.ª. Dr.ª. Roberta Carvalho Romagnoli 
(PPGP/PUC Minas)

Dedico esse trabalho ao meu amado pai, Gerson Barreto, e à minha amada mãe, Maria Madalena Barreto, que a mim dedicaram suas vidas e a quem serei eternamente grata.

Agradecimentos

Que momento especial e desejado esse de tecer agradecimentos... a construção deste trabalho foi um processo marcado por muitos recomeços, e recomeçar nem sempre é uma tarefa fácil. Assim como em uma longa viagem em alto mar, me encontrei por vezes sem uma direção clara a seguir e, por isso, tenho certeza de que as rotas trilhadas só foram possíveis pelos belíssimos encontros que experimentei: trocas afetivas que me marcaram, profundamente. Para além de demonstrar minha gratidão, entendo ser uma oportunidade para falar sobre reconhecimento, amizade e muito carinho.

Não posso deixar de iniciar agradecendo àqueles que se lançaram junto a mim nessa viagem, com uma generosidade e doação sem as quais nenhuma dessas linhas teriam sido desenhadas. Velhas e velhos coautores desse trabalho, que se dispuseram não apenas a compartilhar histórias, mas a imprimir em cada canto suas marcas, suas caras e suas vidas. Belíssimas companhias de viagem, que me levaram a conhecer outros horizontes.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Alexandre de Pádua Carrieri, não apenas pelo acolhimento e incentivo quando o barco já havia sido lançado ao mar, mas por ter me deixado livre para experimentar e, principalmente, errar. Sua orientação me permitiu crescer e vislumbrar destinos impensáveis quando ainda traçava as primeiras rotas dessa viagem.

Aos demais professores da linha de Estudos Organizacionais e Sociedade do CEPEAD, pelos ensinamentos que tive o prazer de acessar ainda em outras viagens (desde a realização do mestrado, alguns ainda na graduação). É um orgulho fazer parte desse programa e dessa instituição de ensino pública e de qualidade, que me oportunizou mergulhar nesse percurso formativo que pretendo honrar ao longo da minha trajetória profissional como docente.

Às professoras Dras. Fernanda Tarabal e Ludmila Vasconcelos que acompanharam a realização dessa viagem desde o início, e cujas sugestões apontaram novas possibilidades de navegação. Muito obrigada pela presença sempre afetuosa e produtiva! Às profs. Dras. Roberta Romagnoli e Luciana Kind, que com suas presenças potentes e vibrantes me influenciaram profundamente. Agradeço por compartilharem comigo esse momento especial de fechamento de um ciclo de trabalho (para que outros se abram!).

Agradeço também, e em especial, à minha querida aluna e amiga Jeane, cujas fotografias engrandeceram – e muito – esse trabalho. Como uma marinheira disposta a enfrentar os bons e maus tempos, percorremos juntas por essas rotas desviantes... sua cumplicidade me encanta! Gratidão pela parceria e carinho.

Quero agradecer também ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, instituição da qual faço parte e que me possibilitou o privilégio de me dedicar integralmente a essa viagem em um momento tão necessário. Aos amigos do campus Araçuaí, pela torcida que sempre funcionou como uma brisa leve impulsionando o barco adiante. Em especial aqui gostaria de agradecer as minhas amigas e parceiras de vida: Gracia Lorena e Laís Barbosa. Vocês tornaram a minha viagem ainda mais especial. Agradeço também ao apoio e parceria de meu amigo Lécio e de sua linda família, da qual também me sinto parte. Não posso deixar de agradecer também a participação do professor de história e amigo Fabrício Pereira, cujos registros fotográficos povoam esse trabalho (p. 28, 39, 49 e 283). Obrigada pela gentil companhia nessa viagem. Aos meus queridos alunos pelos constantes votos de sucesso que me fizeram sentir abraçada e querida, mesmo quando distante. Ao Cisco que contribuiu imensamente para a construção desse mapa, ainda nos seus primeiros traços, e que, mais do que isso, se lançou conosco ao mar assumindo-o como um projeto que também era seu: muito obrigada, Cisquinho!

Agradeço também ao meu grande amor Fernando, parceiro de todas as viagens, mesmo as mais desafiadoras. Seu apoio foi fundamental nesse projeto de navegação, que nunca foi apenas meu, mas nosso. Que estejamos sempre juntos para planejar e realizar novas aventuras, alcançar outros faróis... Já sabemos qual é a próximo destino: estou preparada! Amo-te!

À minha maravilhosa família: meus pais, Gerson e Madalena, meus irmãos, Renata, Rodrigo, minha cunhada Rosane, e meus amados sobrinhos Rafael, Vinícius e Lívia. Vocês são minha base e força para seguir em frente. Obrigada pelo afeto e carinho constantes! Nenhum destino é tão encantador quanto a certeza de ter um lugar aconchegante para voltar, meu porto seguro.

Aos meus amigos que sempre se fizeram presentes, nas tempestades e calmarias, e que, principalmente, compreenderam os vários momentos de ausências por vezes necessários para que essa viagem fosse concluída. Agradeço à minha amiga-irmã Michele Castro que embarcou nessa aventura comigo, me dando apoio e suporte, me fazendo acreditar que eu seria capaz de comandar a embarcação, mesmo nos vários trechos do percurso em que seriamente duvidei.

Você e João Pedro são luz na minha vida! À minha querida amiga Ana Luiza (Ana Lu) que desde o tempo do mestrado esteve sempre aqui. O que mais me emociona é saber que mesmo seguindo por rotas diferentes, sempre podemos contar uma com a outra. Obrigada por tudo! Aos meus amigos de longa data: Ana Paula e João Paulo Cordeiro, Fernanda Dias, Mariana Amaral e Rafaela Luciana. Amizades que nasceram ainda na infância e que desejo para toda a vida. Que delícia comemorar esse momento com vocês! Obrigada por fazerem parte da minha história! Aos amigos que tive o prazer de conhecer ao longo desse doutorado no CEPEAD, em especial, Aline, Patrícia, Rui e Simione. Com vocês compartilhei vários momentos dessa trajetória: vocês são incríveis! Aline querida: sua força têm sido uma inspiração para mim, você é muito especial.

Aos demais que também foram fundamentais nessa viagem: pessoas com quem tive a felicidade de conviver durante a expedição pelo território (Ivani, Rosana, Eliene, Lívia, Raquel), aos amigos do NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade; aos queridos funcionários do CEPEAD (Érika, Luciana e Verinha) e da Universidade Federal de Minas Gerais, e a todos que, mesmo que não citados nominalmente aqui, são parte desse momento de vida tão especial, desejado e desafiante. Que venham as próximas viagens!

KINTUSUGI¹

Cada vez que me refaço
Fico mais cortante que aço

Cada vez que refaço
Sou leve como algodão no espaço

Perco todo o meu traço
Junto todos os meus cacos
Mas faço
Outro desenho imenso

Cada vez que eu me refaço
Eu me perco
Eu me colo
Eu me acho

**Cada vez que me refaço
Sou mais inteira aos pedaços**

Hilde Branda

¹ Kintsugi é uma técnica japonesa de restauração de cerâmica. Com esta técnica objetiva-se, ao contrário de esconder ou disfarçar as rachaduras, valorizá-las, preenchendo-as com ouro.

Resumo

A tese defendida nesse trabalho é a de que **não existe uma velhice, mas *modos de ser velho*, experiências singulares de vivência desse fenômeno em diferentes territórios**. Tal tese emergiu a partir de uma inquietação perante os discursos homogeneizantes e normativos amplamente difundidos acerca da velhice na contemporaneidade. São discursos como o da “Terceira Idade” e da “Melhor Idade” que preconizam um modelo ideal de velhice a ser adotado pela totalidade dos sujeitos, caracterizando qualquer comportamento que se distancie desse padrão como desviante e indesejável. Partindo do registro da Filosofia da Diferença, empreende-se um diálogo com os autores Deleuze e Guattari para construir uma proposta de concepção rizomática da velhice, em que esta é entendida como um fenômeno complexo, um emaranhado de forças em constante interação. Nesse sentido, ao pressupor a existência de múltiplos modos de ser velho construídos em meio a forças, linhas e agenciamentos, a pesquisa objetivou cartografar os modos de ser da velhice e do trabalho rurais em um determinado território, o médio Vale do Jequitinhonha. Tal objetivo se desdobrou em duas questões orientadoras: 1. **Como se configura a composição do rizoma velhice rural no território do médio Vale do Jequitinhonha** e 2. **Qual é o lugar do trabalho nesse rizoma velhice?**. Optou-se pela cartografia em função do interesse em rastrear experiências de velhos trabalhadores do campo que vivem em comunidades rurais do município de Araçuaí, Minas Gerais. Enquanto pesquisa-intervenção, a produção dos dados consistiu na coleta de narrativas de velhos e de outros sujeitos representantes do poder público e de instituições das sociedades civil e religiosa, as quais permitiram a construção de conhecimentos, ainda que parciais, sobre a temática da velhice e do trabalho rurais. Realizaram-se também a confecção de um diário de bordo e a produção de narrativas fotográficas, recursos que contribuíram para aumentar a inteligibilidade sobre o território e seus habitantes. Para a análise dos dados, optou-se pela análise narrativa temática, da qual emergiram três eixos de análise: a vida no campo, as velhices no campo e o trabalho no campo. Em cada um dos eixos foram rastreadas as linhas que compõem o rizoma velhice rural nesse território pesquisado. Entre essas linhas estão questões como os longos períodos de seca que acometem a região e que afetam os modos de viver e trabalhar; as mudanças percebidas pelos participantes na vida rural a partir da chegada da energia elétrica e da aplicação (ou não) de outras políticas públicas; a concepção da velhice como um direito adquirido mediante uma vida de lutas e de trabalho duro; a força da religiosidade na vida desses sujeitos; a concepção do trabalho como algo inerente à vida e fonte de vida; as especificidades que marcam o trabalho da mulher do campo e a aposentadoria como um momento de liberdade.

Tais análises corroboram a tese de que o que existem são velhices múltiplas e distintas, que, ao mesmo tempo que particulares, são parte de um contexto social que as atravessa, molda e é também moldado por elas.

Palavras-chave: Velhice; Trabalho rural; Rizoma; Cartografia.

Abstract

The proposition supported in this study is that there is no old age, instead there are ways of being old, unique experiences of living this phenomenon in different territories. This thesis emerged from a concern involving widespread homogenizing and normative discourses about old age in the contemporary world. These discourses such as the "Third Age" and "Best Age" advocate an ideal model for the elderly to be adopted by all subjects, characterizing as deviant and disruptive every behavior that deviates from such pattern. Taking the Philosophy of Difference, a dialogue with the authors Deleuze and Guattari is performed in order to construct a proposal of rhizomatic conception of old age, understanding it as a complex phenomenon, fields of forces in constant interaction. In this sense, by presupposing the existence of multiple ways of being old constructed in a context of forces, lines and agencies, this research aimed at mapping the ways of being in old age and rural work in a specific territory, médio Vale do Jequitinhonha. Such objective was divided into two guiding questions: 1. How is the framework of rural old age rhizome in the territory of médio Vale do Jequitinhonha, 2. Which is the place designed for work in this old age rhizome?. Cartography was chosen based on the interest in tracking the experiences of old workers living in rural communities in Araçuaí, Minas Gerais. As it is an intervention research, data construction included the collection of narratives told by old people and other subjects representing public authorities and religious and civil society institutions, which allowed the construction of knowledge concerning old age and rural work though not in its totality. A logbook and photographic narratives were produced and such resources contributed somehow to improve intelligibility about the territory and its inhabitants. A thematic narrative analysis was performed for data analysis, emerging therefore three axes of analysis: life in the countryside, old age in the countryside and work in the countryside. The lines that make up the rural old age rhizome in this territory were outlined for each axe. Some issues could be found crossing these lines such as long periods of dry season affecting the region and the ways of living and working; the changes in rural life perceived by participants triggered by the arrival of electricity and the implementation (or not) of other public policies; the concept of old age as a right accrued to its possessor under struggles and hard work in life; the power of religiosity for these subjects; the conception of work understood as inherent to life and as a source of life; the peculiarities determining the women's work in rural areas and retirement perceived as freedom. Such analyzes confirm the proposition that there are multiple and distinct old ages, which are both particular and part of a social context that crosses and shapes these old ages but is also shaped by them.

Keywords: Old age; Rural work; Rhizome; Cartography.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População da Mesorregião Vale do Jequitinhonha.....	99
Tabela 2 - Situação do domicílio na Mesorregião Vale do Jequitinhonha.....	99
Tabela 3 - Taxa de alfabetização na Mesorregião Vale do Jequitinhonha	99
Tabela 4 - Pessoas ocupadas por ramo de atividade (2010).....	118
Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer.....	120

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa da pesquisa	67
Figura 2 - Microrregiões do Vale do Jequitinhonha	98
Figura 3 - Composição da população com 18 anos ou mais (2010)	118
Figura 4 - Pirâmide etária da população de Araçuaí (1991-2010)	121
Figura 5 - Mapa das Instituições e Comunidades Rurais Pesquisadas em Araçuaí	123
Figura 6 - Rizoma	145
Figura 7 - Plantas de mangue (Caules Rizóforos)	146

Lista de Fotografias²

Fotografia 1 - A cidade de Araçuaí	106
Fotografia 2 - Escultura em homenagem ao centenário da cidade	110
Fotografia 3 - Dizeres da placa que compõem o monumento aos canoieiros	111
Fotografia 4 - Monumento de boas-vindas à cidade de Araçuaí	112
Fotografia 5 - Comunidade da Baixa Quente	125
Fotografia 6 - Comunidade de Córrego da Velha do Meio	126
Fotografia 7 - Comunidade de Gravatá de Cima	127
Fotografia 8 - Centro Comunitário da Comunidade de Santa Rita de Cássia	128
Fotografia 9 - Comunidade de Tesouras de Cima	129
Fotografia 10 - "Terreirão" - Placa para captação de água da chuva na casa de Seu Emílio e Dona Marlene	178
Fotografia 11 - Unidade Básica de Saúde da Família da Comunidade da Baixa Quente	184
Fotografia 12 - Igreja evangélica da comunidade Córrego da Velha	202
Fotografia 13 - Igreja católica comunidade Córrego da Velha	202
Fotografia 14 - Casa do Seu Milton Granja e Dona Íris	207
Fotografia 15 - Casa de Dona Luruca	208
Fotografia 16 - Família de Seu Emílio e Dona Marlene	214
Fotografia 17 - Pés de Dona Luruca	230
Fotografia 18 - O chapéu de couro de Seu Erotides e o lenço de tecido de Dona Íris ...	231
Fotografia 19 - Mercado Municipal de Araçuaí, aos sábados, dia de feira livre	255

² Nessa lista estão discriminadas as fotografias presentes apenas nos capítulos de 1 a 5. Optamos por não listar aqui as imagens que compõem o capítulo 6, o foto ensaio “Velhices que brotam do/no semiárido mineiro”.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Narrativas produzidas na pesquisa	68
Quadro 2 - Velhos das narrativas biográficas	69

Lista de Siglas

- *AIDS Acquired Immunodeficiency Syndrome*
- APA Área de Proteção Ambiental
- ACS Agente Comunitário de Saúde
- ASSOCIAR Associação Comunitária e Infantil de Araçuaí
- BPC Benefício de Prestação Continuada
- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CMI Capitalismo Mundial Integrado
- CODEVALE Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
- CPCD Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
- CRAS Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS Centro Especializado de Assistência Social
- DST Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA Educação de Jovens e Adultos
- ESF Estratégia Saúde da Família
- FETAEMG Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFNMG Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
- INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSS Institucional Nacional do Seguro Social
- IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MUNIC Perfil dos Municípios Mineiros
- PAC Programa de Agentes Comunitários
- PEC Proposta de Emenda à Constituição
- PIB Produto Interno Bruto
- PL Projeto de Lei
- PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PSF Programa de Saúde da Família
- PT Partido dos Trabalhadores
- STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UBS Unidade Básica de Saúde

Sumário

Introdução: Que mapas desenhar?	18
<i>Histórias de Velhos</i>	28
1. Tateando as primeiras linhas de uma cartografia	59
1.1 A construção de um mapa de pesquisa	59
1.1.1 O rastreio: aproximações e inquietações	60
1.1.2 O toque: o encontro entre a velhice e o rural	61
1.1.3 O pouso: a abertura de um campo-tema	62
1.1.4 O reconhecimento atento: definições transitórias e experimentações	64
1.1.5 O mapa da pesquisa	65
1.2 Buscando respaldos para uma experiência de produção de dados	71
1.2.1 Por uma analítica cartográfica (Ou Da crise da lógica da representação à emergência do corpo vibrátil)	71
1.2.2 Elementos-chave para uma analítica cartográfica	78
1.2.3 O fazer cartográfico (Ou sobre como fazer emergir o corpo vibrátil)	81
1.2.4 Notas sobre o papel das narrativas na analítica cartográfica	85
2. Conhecendo o território	92
2.1 Territorialidades: entre o urbano e o rural	92
2.2. Contextualizando o Vale do Jequitinhonha	98
2.3 A cidade de Araçuaí: História e Memória	106
2.3.1 Araçuaí entre o rural e o urbano: mergulhando no território	113
2.4 Um mergulho no território usado: cartografando	122
3. Uma perspectiva rizomática da velhice	131
3.1 Porque precisamos repensar a velhice contemporânea?	131
3.2 Por que propomos um olhar rizomático sobre a velhice?	140
3.2.1 Rizoma: O conceito deleuze-guattariano	140
3.2.2 Por uma perspectiva rizomática da velhice	151
3.3 E o que sabemos sobre velhices rurais?	160
4. O rizoma velhice rural no médio Vale do Jequitinhonha	174
4.1 A vida no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha	174
4.1.1 Linha “Eu moro numa região seca, né?”	175
4.1.2 Linha “A nossa vida lá vai melhorando”	178

4.2 As velhices no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha	192
4.2.1 Linha “Sessenta anos de luta não é sessenta dias não!”	192
4.2.2 Linha “Quem mora aqui é eu e Deus”	200
4.2.3 Linha “Eu tem uma família maravilhosa e, graças a Deus, nós somos uma comunidade unida, né!”	213
5. O trabalho no campo	223
5.1 O trabalho no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha	223
5.1.1 Linha “Eu criei trabalhando na roça”	225
5.1.2 Linha “Pra mim, a mulher inda trabaia mais do que o homem”	240
5.1.3 Linha “A aposentadoria é a valência da gente, menina”	245
5.1.4 Linha “O mercado é bão!”	254
5.2 Reflexões sobre o trabalho rural no contexto da agricultura familiar no Brasil ..	262
6. Velhices que brotam do/no semiárido mineiro	271
Considerações (ainda que nada) finais	306
Referências	318
Apêndices	334
APÊNDICE A	335
APÊNDICE B	336
APÊNDICE C	345
APÊNDICE D	348



Introdução

Introdução: Que mapas desenhar?

Velhice Vida
 [D]obra de arte de uma existência
 Deixe de brigar com os ventos
 Para navegar em todos os mares
 SILVANA TÓTORA

Ao falar de cartografia, falamos de mapas, de traçados, de linhas... falamos de rastrear. Rastrear o quê? No nosso caso, velhices. Se falamos de velhices, falamos de idade, de tempo, de espaço, de vida e de morte. Falamos sobre o velho que vemos na TV, o velho que encontramos na rua, o velho que nem sequer vamos conhecer, o velho cuja imagem está marcada em cada um de nós... São muitas velhices. Cartografar velhices, esse era o caminho para essa tese. Tese essa que assim enunciamos: **Não existe uma velhice, mas modos de ser velho, experiências singulares de vivência desse fenômeno em diferentes territórios**, o que nos leva a propor sua compreensão sob uma perspectiva rizomática. Essa é a aposta que nos acompanhou ao longo da pesquisa e da produção dos dados, em que nos propomos então a rastrear as linhas que compõem o rizoma velhice em um determinado território. Tendo em vista a tese que enunciamos, o objetivo dessa pesquisa foi cartografar os modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Mas por que velhos? Por que trabalho? Por que cartografia? Por que o médio Vale do Jequitinhonha? Vamos, nesse momento de abertura, dedicar-nos a discutir essas questões. Parece-nos importante iniciar dizendo sobre o porquê de utilizarmos o termo velho para nos referir a esses sujeitos junto de quem construímos conhecimentos – ainda que provisórios – acerca de suas vidas, seus trabalhos, seus cotidianos e, principalmente, sobre suas experiências de envelhecimento. Cabe dizer que o termo velho tem em nossa sociedade uma conotação negativa associada a sofrimento, decrepitude e proximidade da morte. Diante disso, outros termos são utilizados para se referir a esses sujeitos - “velhinho”, “idade legal”, “melhor idade” - os quais se revelam apenas recursos semânticos que não têm outro objetivo a não ser encobrir e silenciar a própria velhice (NERI, 2007). Como qualquer categorização, elas também são responsáveis pela criação de estereótipos homogeneizantes, os quais alimentam preconceitos e processos de exclusão. Optamos, dentro de uma pesquisa que se coloca como crítica e política, problematizar e desconstruir essas categorias que, ao serem concebidas como criações sociais, podem ser repensadas e (re)construídas. Seguimos então falando de velhos e esperamos que esse estranhamento nos retire de qualquer lugar comum naturalizante, assim como nos afaste

dos eufemismos que, na realidade, encobrem discussões mais profundas como a própria negação da velhice (BEAUVOIR, 1990).

Além de optar pelo uso do termo velho, cabe também destacar o porquê de elencá-los como foco de estudo, sobretudo no campo dos Estudos Organizacionais. Partimos do entendimento de que, nessa área de estudo, os interesses de pesquisa se voltam para um horizonte mais amplo dentro da Administração, em que todas as relações que permeiam a vida social, bem como as suas organizações — sejam elas econômicas ou não, constituem fontes de estudo para um entendimento mais profundo da própria realidade social. E se nos situamos dentro de uma perspectiva pós-estruturalista³, esses estudos se fazem ainda mais relevantes pelo interesse em desvelar as condições de dominação e opressão que impedem a circulação da vida. Nesse sentido, pensar na velhice é, de certa forma, lançar o olhar para uma população sobre a qual são construídas verdades, formas de pensar e agir: uma população que passa a ser gerida (FOUCAULT, 1999; 2008a; 2008b). Enquanto a quase totalidade dos estudos sobre o envelhecimento populacional se inicia justificando sua relevância (e urgência) pelo aumento do número de velhos (não só no Brasil como em todo o mundo)⁴, dizemos que não é isso que nos mobiliza. Mais do que sua expressividade em termos numéricos, o que nos inquieta é o lugar ocupado pelo velho na contemporaneidade.

Tal inquietação se assevera se problematizamos a existência de uma ‘velhice ideal’ capitalista expressa, principalmente, por marcadores como a “terceira idade” ou “melhor idade”. São construções de modos de ser baseados em uma visão positiva sobre a velhice, destacando aspectos como o resgate do vigor físico, cuidado com a aparência, a realização de antigos projetos de vida, dentre outros. A primeira questão trazida por pesquisadoras da temática como Debert (1999; 2008) e Tótora (2006; 2013) pode ser traduzida da seguinte forma: esse envelhecimento positivo é uma realidade comum a todos os velhos? Em quais valores esse discurso se pauta? Discute-se justamente que essas novas categorias são fortemente associadas ao universo do consumo e pretendem evidenciar o quanto a vivência da velhice pode ser

³ Esta tese se insere no registro do pós-estruturalismo, onde se encontram suas bases ontológicas e epistemológicas. Entende-se aqui a importância de evidenciar esse registro, embora reconheçamos que a complexidade da temática abordada da mesma forma nos demandou uma postura não limitada e/ou engessada por tais classificações.

⁴ Segundo a ONU (2018), o número de pessoas com 60 anos ou mais em todo o mundo deve alcançar a marca de dois bilhões em 2050. Especialmente no que tange aos velhos com idade superior a 80 anos, identificou-se que, na maior parte dos países, o número de pessoas deve quadruplicar para quase 400 milhões nesse mesmo período. No caso brasileiro, a expectativa é de que 30% da população do país tenha idade superior a 60 anos, em 2050 (PNAD, 2013).

valorizada. Uma ampla rede de produtos e serviços é então colocada à disposição dos idosos para reconquistarem, contraditoriamente, a tão desejada juventude perdida. Nesse contexto, a expressão envelhecer com qualidade de vida é ouvida e replicada incessantemente, tornando-se um lugar-comum por vezes esvaziado de sentido (DEBERT, 1999; 2008; NERI, 2007; TÓTORA, 2006; 2013). A concepção compartilhada nesta pesquisa e bem explicitada por Tótoro (2008a, p. 26) é de que "a velhice não é uma essência substantiva, desvinculada de sua produção histórica e cultural". E, nesse sentido, esse movimento deve ser contextualizado em um sistema de produção específico, capitalista, que carrega consigo uma máquina produtora de subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 2005).

Ao mesmo tempo em que essa perspectiva positiva é defendida, percebe-se claramente sua transformação em um problema social contemporâneo (DEBERT, 1997; TÓTORA, 2008a). Tal status é legitimado por meio de números e estatísticas que justificam e, mais do que isso, colocam como imperativa a necessidade de se fazer algo sobre a velhice, gerenciá-la. Debert (1999, p. 13) alerta para esse processo que ela denomina de "[...] socialização progressiva da gestão da velhice" em que, ao deixar de ser uma questão pertencente apenas à esfera familiar, a velhice torna-se objeto do poder público e das organizações privadas. Tótoro (2008a) coaduna com essa visão discutindo a percepção vigente dos idosos como um grupo de risco, em que se deseja afastar o adoecimento e a morte. Nesse esteio, vários são os questionamentos que emergem acerca dos impactos dessa realidade nos mais diferentes âmbitos: sistemas de saúde e de seguridade social, mercado de trabalho, assistência social, novas necessidades de consumo, dentre outros.

Em suma, o que essas discussões evidenciam é que o ser velho na sociedade contemporânea é um espaço de embates e forças diversas. Concordamos com essa leitura e partimos para a construção dessa pesquisa com o pressuposto de que a velhice é uma temática complexa⁵ e que, portanto, deve-se lançar sobre ela outros olhares. O que propomos é que ela seja entendida sob uma perspectiva rizomática – como fenômeno múltiplo, diverso, potente. Nesse sentido, refuta-se qualquer tentativa de homogeneização e de redução das diferenças quando se trata do tema da velhice – processo muitas vezes observado, por exemplo, no desenho de políticas públicas e

⁵ Concordamos com a explicação sobre complexidade de Passos e Benevides (2003, p. 81), a saber, que “complexo não é só o complicado, o que ainda não se explicou ou o que insiste como um limite para o conhecimento. Na ciência contemporânea, ao contrário, o complexo é a propriedade de certos fenômenos cuja explicação exige de nós o esforço de evitarmos as simplificações reducionistas”.

nas definições dessa ‘velhice ideal’ capitalista que mencionamos. Para essa discussão, dialogamos intensamente com os autores Deleuze e Guattari (1995a; 1995b; 1996; 1997a; 1997b), destacando o conceito de rizoma como possibilidade de desenvolvimento teórico dentro do campo dos Estudos Organizacionais.

Para desenvolver essa proposta rizomática da velhice, é preciso, de antemão, discutir sobre um entendimento particular da vida como um emaranhado de forças, formas e intensidades (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). Tal entendimento é amplamente debatido pelos autores Deleuze e Guattari dentro de uma perspectiva de pensamento conhecida como Filosofia da Diferença (PETERS, 2000; DOSSE, 2009). Para os autores, o mundo seria pura diferença (MACHADO, 2009), o que inviabiliza qualquer forma de pensamento ou mesmo de vida que opere via criação de modelos ou categorias homogeneizantes. Nesse sentido, consiste em um modo de pensar que se contrapõe à lógica da representação característica da tradição platônica que, ao se fixar na busca de uma essência das coisas, valoriza a representação e a identidade. Para os filósofos da diferença, a identidade é uma mera convenção que nos permite a prática cotidiana da vida. Entretanto, se levada a cabo como status constitutivo das coisas (as coisas como elas são), torna-se uma forma de opressão que busca eliminar as diferenças. Em contrapartida, o que se advoga é um pensamento que reconheça a complexidade inerente à vida e às suas relações.

Tal complexidade se faz evidente por meio do conceito de rizoma, cunhado por Deleuze e Guattari na abertura da obra *Mil Platôs*, publicada em 1980. Trata-se de um conceito inspirado na botânica, remetendo a um caule subterrâneo que se desenvolve de forma múltipla e desordenada, sem um eixo central. Tal estrutura é antagônica ao modelo arbóreo tradicional, cuja raiz possui um centro bem definido a partir do qual todas as ramificações são originadas. Como forma de pensamento, os autores propõem essa imagem-rizoma composta por múltiplas forças e linhas, em constante interação. São três os tipos de linhas que compõem o rizoma, a saber: as linhas duras, que remetem à natureza do instituído, ou seja, referem-se às forças rígidas que demarcam formas estratificadas de fácil apreensão como o ser mulher/ser homem; ser novo/ser velho. As linhas flexíveis, como o próprio nome sinaliza, apresentam como característica uma maior flexibilidade, assumindo modificações a partir do agenciamento (encontros) com outras forças e linhas. Já as linhas de fuga, essas são forças potentes, aquelas que conseguem escapar ao instituído rumo ao novo e à invenção (DELEUZE; GUATTARI, 1995a; GODINHO, 2007).

Mas como se dá a operação da realidade por meio dessas linhas? De modo sintético, a realidade, segundo os autores, possui duas formas de funcionamento coexistentes e justapostas. Tais modos correspondem a planos: o primeiro seria o plano de organização (molar); e o segundo, o plano de imanência (molecular). Enquanto o primeiro plano seria justamente aquele caracterizado pelos modelos (transcendência), estratos, formas e territórios, o segundo seria o plano das forças, das intensidades e da pura diferença. Como explicitado, esses dois planos coexistem e estão em constante interação, principalmente via conexão das forças que corresponde aos agenciamentos. São os agenciamentos que possibilitam que essas forças se transformem e se desloquem, criando outras formas (congelando em novos estratos) ou abrindo espaços para o novo e para o diferente (linhas de fuga). Essa leitura nos permite discutir sobre o quão somos limitados ao plano de organização na contemporaneidade, levados a conceber modelos e a definir identidades superiores, como é o caso do ser jovem como superior ao ser velho (SCHOPKE, 2004).

Nesse contexto, torna-se importante destacar que, ao falar sobre o funcionamento desses diferentes planos, estamos falando, na realidade, sobre efeitos no âmbito dos processos de subjetivação. E para tratar de processos de subjetivação é relevante problematizar, de antemão, nosso próprio entendimento sobre os sujeitos, afinal, de quem estamos falando? Trata-se de um sujeito prático que se constitui em um processo, na experiência que tem com o mundo objetivo e como *a partir dele* e *apesar dele* inventa, cria e elabora. É um sujeito de ação, portanto, mas diferente do conceito humanista de sujeito transcendental caracterizado, principalmente, pela existência de uma essência (CAVALCANTI, 2015). A ideia de sujeito para Deleuze e Guattari (1995a; 1995b) se afasta, justamente, dessa perspectiva que se volta para a interioridade, deslocando o olhar para os efeitos produzidos pela exterioridade.

Nesse sentido, a criação de um “eu” transitório se dá nos encontros com o fora, com o outro, não apenas sujeitos, mas objetos, formas e signos. Obviamente esses encontros nos causam estranhamento e, por vezes, repulsa, mas também somatórios e novas experiências. Nessa perspectiva o sujeito revela-se, portanto, como um *vir a ser*, que não se estabiliza e nem se cristaliza. O constante fluir dessas forças é o que permite esse sujeito devir, “o lado de fora diz respeito à força: se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível [...]” (DELEUZE, 1988, p. 93). Afastando-se de uma identidade ou essência, Deleuze (1988) fala então sobre a exterioridade que se dobra para a constituição de um *Se*. Quando falamos, portanto, de *modos de ser velho* não estamos nos

referindo a novas identidades construídas, mas a um *devenir-velho*, ou seja, ao movimento de constante tornar-se velho, um movimento que envolve formas, mas também invenção e mutação. Nesse sentido, coexistindo com os modelos e padrões estabelecidos, buscamos rastrear maneiras outras de habitar a velhice, ou seja, *as velhices*. Nesses termos, trata-se de um sujeito da imanência, mas nem por isso menos concreto e prático (TÓTORA, 2008b; CAVALCANTI, ALCADIPANI, 2011). A ideia de subjetividade, portanto, também se liga menos a sujeitos e mais a intensidades, rompendo dicotomias entre sujeito e social, subjetivo e objetivo, vida e morte. Como explicitamos, tal proposta é característica da Filosofia da Diferença e remonta a uma crítica à ciência moderna ortodoxa.

Retomando o conceito de rizoma como um emaranhado de linhas (ou fluxo de forças) em constante movimento, característica de uma realidade marcada pela multiplicidade e pela complexidade (SOUZA, 2012), seguimos na busca por refletir sobre quais são as linhas que compõem, especificamente, a velhice em um território. Tal busca se faz necessária pelo fato de que leituras contemporâneas desse fenômeno tendem, como dissemos, a criar modelos totalizantes que desconsideram a pluralidade de experiências do envelhecer. Composto com essas experiências de envelhecimento, o rompimento com o mundo do trabalho emerge como um dos elementos comumente associados à figura do velho. Tal associação é problemática se considerarmos os moldes do sistema capitalista de produção, em que o trabalho emerge como valor central, associado à produtividade e à localização do sujeito na estrutura social. Nesse sentido, o não-trabalho instiga-nos justamente a pensar sobre qual seria então o “papel exercido pelo velho em uma sociedade produtiva, na qual estar e sentir-se inserido significa estar produzindo” (PARK, 2006, p. 70). Discute-se que esta é uma das características típicas desse sistema de produção: oferecer constantemente aos sujeitos modelos ideais a serem seguidos, exercendo sobre eles uma força segregadora e disciplinar (FOUCAULT; 1999, GUATTARI; ROLNIK, 2005). Tendo em vista essas discussões que envolvem a velhice e o trabalho, interessou-nos ao longo da pesquisa compreendê-lo enquanto uma força, de modo a investigar de que forma ele atua na construção dos modos de ser velho no território em questão.

Na medida em que a proposta de pesquisa foi desenhada, uma questão se colocou como central, a saber, por meio de que caminho seria possível rastrear essas forças e linhas. Nessa busca, encontramos na cartografia uma proposta teórico-metodológica capaz de “capturar as intensidades” (KIRST *et al.*, 2003, p. 92), na medida em que sua produção se realiza *no* movimento e *pelo* movimento. Em uma proposta que se configura claramente como pesquisa-

intervenção (ROMAGNOLI, 2014a; PASSOS; BARROS, 2015), nega-se a concepção da investigação enquanto um processo em que se debruça *sobre* um objeto, mas *junto com* ele, na medida em que o conhecimento sobre os fenômenos são resultantes da interação pesquisador/participantes. Trata-se de um tipo de pesquisa que demanda olhares outros sobre a realidade, tendo sempre em mente que é o compromisso com a vida o que move o trabalho do cartógrafo (ROLNIK, 2016).

Para a construção dessa cartografia, recorreremos às narrativas de velhos, narrativas que evocaram memórias e que nos possibilitaram, ainda que parcialmente, o acesso a experiências. São velhos que vivem e trabalham no campo, em comunidades rurais pertencentes ao município de Araçuaí, localizado no médio Vale do Jequitinhonha. Velhos que narraram histórias sobre como eles vivem, trabalham e, principalmente, significam o ser velho no território em que se encontram. Ouvimos histórias e, assim como coloca Bosi (1994, p. 38) em seu estudo com velhos, “nessa pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir suas lembranças”. Foi uma intensa experiência de vivência do território que envolveu também outros personagens que contribuíram para esse mapeamento dinâmico e processual: representantes do poder público municipal (Prefeitura Municipal; Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Unidades Básicas de Saúde) e de instituições da sociedade civil e religiosas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Cáritas Diocesana, Ação Social Santo Antônio, Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD e Associação Comunitária e Infantil de Araçuaí - Associar). Essas múltiplas vozes estão presentes e atuantes nessa construção dialógica acerca do território bem como do próprio texto da pesquisa⁶.

Cabe nesse momento falar, ainda que brevemente, sobre o contexto mais amplo em que esses sujeitos se inserem, o Vale do Jequitinhonha. Essa é uma região do estado de Minas Gerais marcada por amplos contrastes sociais, econômicos e paisagísticos, sendo frequentemente rotulada de o “Vale da miséria”. Indo de encontro a essa percepção, alguns trabalhos científicos (NASCIMENTO, 2009; ITABORAHY; DINIZ, 2015) têm buscado ressaltar a riqueza de sua produção cultural popular, folclórica e religiosa, buscando problematizar esse estereótipo que consideram ser uma visão preconceituosa em relação ao território e sua população. Várias foram

⁶ Essa é a razão pela qual optei pela redação do texto, em sua maior parte, na terceira pessoa do plural.

as razões que nos levaram a realizar a pesquisa nesse espaço, dentre as quais se destaca a baixa produção científica sobre a região, o que vai de encontro às inúmeras demandas que emergem no sentido de pensar no desenvolvimento social e econômico para a população que nela vive. É mister dizer que essa baixa produção de conhecimento se torna ainda mais alarmante quando se fala sobre o universo rural. Não menos importante, esse estudo também foi motivado pelo meu interesse em contribuir com esse território em que me inseri ainda no ano de 2015, como professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais⁷. Partindo dessas motivações, inquietou-nos pensar de que forma as forças associadas a esse território geográfico e suas características atuam/afetam na construção dessas velhices, da mesma forma que também nos interessou compreender a ação desses sujeitos no/sobre o território.

Ainda que marcados pelo dinamismo inerente à pesquisa cartográfica que a todo momento nos fez repensar e trilhar outros caminhos, seguimos na tessitura da pesquisa guiados por duas questões orientadoras, a saber: 1. Como se configura a composição do rizoma velhice rural no território do médio Vale do Jequitinhonha? e 2. Qual é o lugar do trabalho nesse rizoma velhice? Ou seja, neste processo de produção de subjetividades associadas à velhice, que força tem o trabalho? Partindo dessas questões e percorrendo os caminhos que foram artesanalmente traçados ao longo da realização da cartografia, chegamos a esse texto final (ainda que provisório) que organizamos em 6 capítulos, além dessa introdução, das histórias e das considerações finais. Antes de adentrarmos nessa breve apresentação dos conteúdos de cada momento do trabalho, é necessário destacar que parte importante desses traços desenhados está descrita no Apêndice B, denominada de “Manual do Cartógrafo”. Nele, detalhamos os procedimentos da pesquisa e seus movimentos. A opção por situá-lo como apêndice se justifica unicamente pelo interesse em não gerar uma interrupção na narrativa produzida a partir do encadeamento dos capítulos, tal qual detalhamos a seguir.

Iniciamos o trabalho com as **Histórias de Velhos**, narrativas biográficas de sujeitos junto de quem caminhamos ao longo de todo o nosso percurso. São histórias que compomos a partir de vários momentos narrativos, os quais organizamos de forma a apresentar ao leitor esses sujeitos, assim como eles quiseram ser apresentados. Um momento que é puramente narrativo, de familiarização, de aproximação e, por que não, de criação de laços e afetos. Nosso objetivo nessas páginas iniciais é de abrir espaço para fazer emergir a voz desses sujeitos, sem

⁷ Apresentarei essas questões de forma mais detalhada no capítulo 1.

intervenções analíticas⁸. São narrativas que nos alimentam e nos preparam para as discussões posteriores sobre os modos de ser da velhice e do trabalho rural nesse território. Para fins de apresentação das narrativas, usamos o recurso itálico para demarcar as falas dos velhos (transcritas literalmente) e o recurso negrito para dar ênfase a alguns trechos.

Em seguida, no **Capítulo 1 - Tateando as primeiras linhas de uma cartografia**, buscamos delinear para o leitor como se deu a constituição do mapa da pesquisa, explicitando os caminhos que nos levaram a tecer o estudo em cada uma de suas dimensões. Nesse mesmo capítulo, apresentamos nossa aproximação com a perspectiva teórica-metodológica da cartografia, explorando suas bases de modo a buscar respaldos para a produção de dados.

No **Capítulo 2 – Conhecendo o território**, trazemos, além da discussão teórica sobre o conceito de território que perpassa o estudo e a problematização sobre as diferenças entre rural e urbano, dados históricos e análises relativas à composição do território específico em questão: o médio Vale do Jequitinhonha e a cidade de Araçuaí. O objetivo é que possamos evidenciar o contexto mais amplo em que se inserem as velhices que desejamos rastrear, levantando questões como a vivência de longos períodos de seca, o baixo desempenho econômico da região, a falta de oportunidades de emprego e o processo ainda perceptível de migração de mão de obra. Ao final do capítulo, foram apresentadas as comunidades rurais visitadas em nossas andanças cartográficas.

Já no **Capítulo 3 – Uma perspectiva rizomática da velhice**, dedicamo-nos a apresentar a proposta teórica que sustenta a tese defendida nesse estudo. Trata-se, portanto, de um capítulo em que discutimos as concepções que marcam a temática da velhice na contemporaneidade, para então propormos um novo olhar sobre ela. Nele, sistematizamos o conceito de rizoma e argumentamos sobre a sua aplicabilidade no contexto das teorias e práticas em torno da velhice e, por fim, dedicamo-nos a aprofundar especificamente nas produções de conhecimento acerca das velhices rurais.

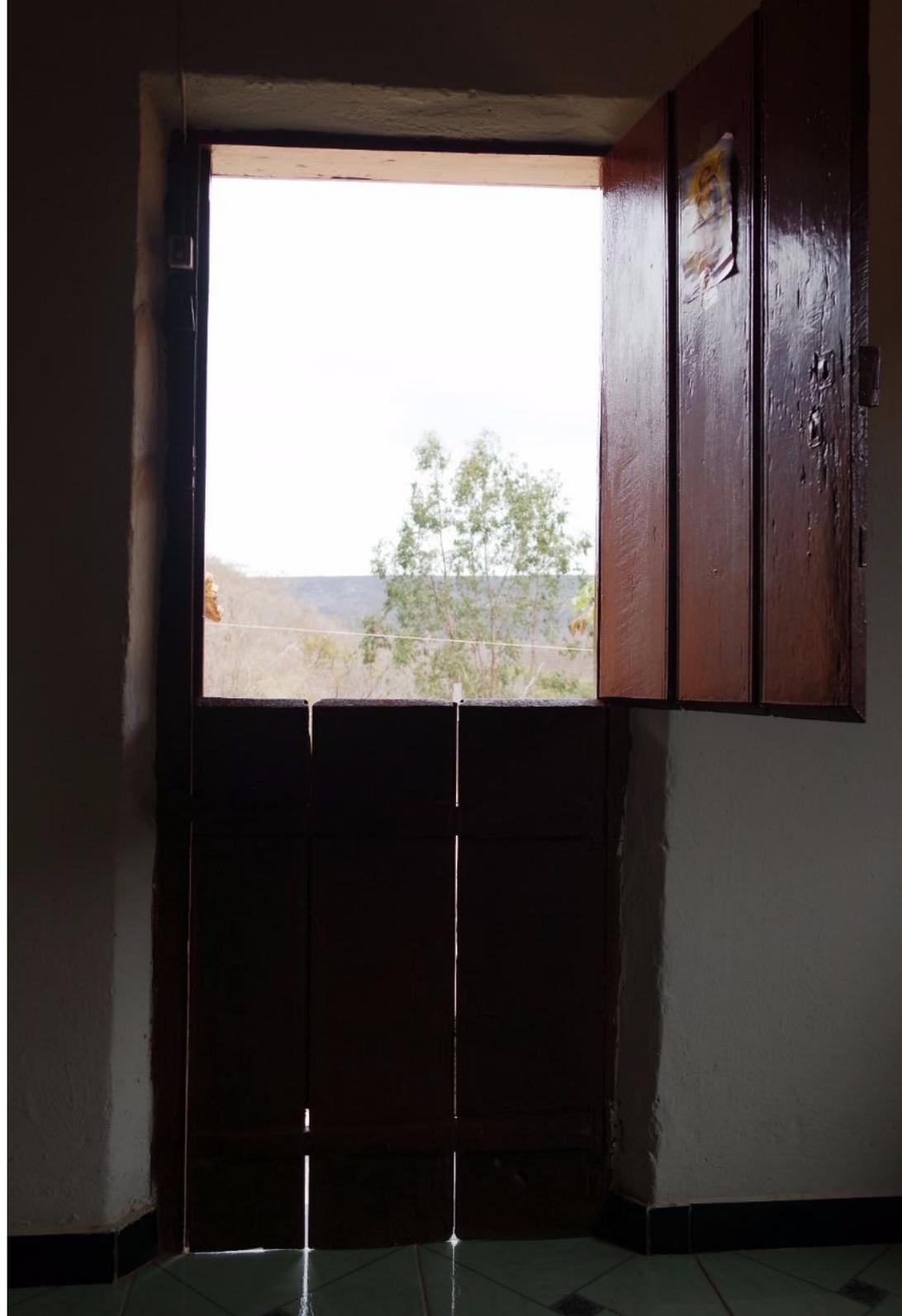
O **Capítulo 4 - O rizoma velhice rural no médio Vale do Jequitinhonha** e o **Capítulo 5 – A força do trabalho no rizoma velhice rural** constituem-se duas partes eminentemente analíticas, onde de fato buscamos apresentar as linhas rastreadas a partir da análise do material

⁸ Cabe dizer, entretanto, que o próprio processo de organização das histórias a partir das narrativas livres dos sujeitos pode ser considerada uma etapa analítica.

produzido junto com os participantes da pesquisa. São capítulos que visam responder, ainda que não de forma exclusiva, às questões norteadoras da pesquisa. São textos que retomam as histórias de velhos inicialmente apresentadas, agora com enfoque nos recortes desejados para o aprofundamento em torno da tese que enunciamos.

Por fim, o **Capítulo 6 – Velhices que brotam do/no semiárido mineiro** traz um foto-ensaio composto pelo que denominamos de “narrativas fotográficas”. São imagens produzidas por nós e que objetivam possibilitar ao leitor, em conjunto com as histórias e análises, se inserir nesse universo rico que nos propusemos a cartografar. São fotos que trazem, mais que imagens, narrativas sobre a vida, o trabalho, a família e as comunidades desses velhos. São imagens que afetam.

Por fim, cabe dizer que cada capítulo foi marcado pelo difícil processo de fazer escolhas dentre tantas histórias e experiências que pudemos viver nesse longo período de pesquisa. O convite que fazemos ao leitor é o de que se permita sentir e que, mesmo com as limitações impostas pelo formato desse texto que se propõe científico, possa experimentar esse rico território cartografado, sua gente e suas histórias que generosamente se dispuseram a compartilhar.



Histórias de Velhos

Prepare o seu coração/ Pras coisas que eu vou contar/ Eu venho lá do sertão/ Eu venho lá do sertão/ Eu venho lá do sertão/ E posso não lhe agradar...

Disparada, Geraldo Vandré

Seu Milton Granja



Fonte: Jeane Doneiro, 2017.

Eu trabalho porque eu gosto. Se você falar "Seu Milton, a partir de amanhã o senhor não pode mais fazer"... eu prefiro morrer!

Após a passagem pela comunidade Gravatá de Cima, onde conhecemos Dona Santa, seguimos o percurso planejado até a comunidade de Córrego da Velha. A paisagem foi se tornando mais árida e seca.

Estamos a caminho da casa do Seu Milton Granja, em Córrego da Velha do Meio. A paisagem é um pouco diferente da que vínhamos observando nas outras viagens. **Tudo parece mais seco e sem vida, são longos os trechos da estrada sem casas e plantações, apenas terra a perder de vista.** Não há água. O Córrego da Velha é um vale seco, o rio morreu há quase 30 anos (Anotações do diário de bordo, 31/08/17).

Após algum tempo de viagem, chegamos na casa de Seu Milton. Uma casa simples marcada pelo tempo, com portas e janelas de madeira azuis cercada de muita terra e pouca vegetação. Seu Milton nos recebe com satisfação e logo nos convida para entrar e nos acomodar. Depois das apresentações e uma conversa inicial, adentramos no rico universo da vida desse velho lavrador, como ele mesmo gosta de ser reconhecido.

Atualmente com 67 anos, Seu Milton relata que a história de sua vida se traduz em muita luta. *Porque pra mim chegar no ponto que eu cheguei hoje, é muita luta, né. Graças a Deus! Porque eu fui criado na casa dos outros. Órfão de mãe aos 3 anos de idade, foi acolhido por uma família que, segundo ele, deu sustento, me criou, né, mas de lá, mesmo pra falar assim, eu... trouxe a vida, né, e a roupa do corpo.* Seu Milton revela então sua origem pobre que o levou a começar a trabalhar bem cedo. Ele relata, em tom negativo, as vezes em que foi para o *trecho*⁹ trabalhar com a colheita de banana em Itanhaném - São Paulo, e em uma criação de gado no Mato Grosso: *eu fui pro trecho duas vezes, mas não gostei.* No retorno dessa segunda viagem, Seu Milton se casou com Dona Maria Íris, com quem teve duas filhas.

Depois de casado, ainda sem propriedade, Seu Milton se mudou com a esposa para a casa do avô de Dona Íris, com quem viveram até comprarem sua terra e construírem a casa onde residem até hoje. *E aí pra nós construir essa casa aqui, foi lutando. Lutando, lutando e tirando daqui da própria terra, né, da própria terra.* Seu Milton, que não chegou a frequentar a escola, diz apenas saber assinar seu nome, mas relata orgulhoso o sucesso das duas filhas que, conforme ele mesmo diz, estão **bem colocadas**. Uma delas é vice-diretora da escola de uma comunidade próxima à cidade de Araçuaí, a Baixa Quente, posição de *status* reconhecida e admirada pelo pai.

⁹ Corresponde às viagens para trabalho agropecuário em outras cidades ou estados.

Seu Milton Granja, ou melhor, Seu Milton Ferreira de Souza diz que herdou esse apelido da família e que todo o mundo o conhece por ele. *Isso vem de família, né, meu pai chamava Joaquim Granja. Era apelido. Porque, ele mesmo, chamava Joaquim Ferreira de Souza, né. Ele num tinha assinatura de Granja. Então eu acho assim, que isso pode ser duma geração que veio pra cá, do comércio lá do Granja, né. Veio o véio, veio os filho tudo por Granja, né. A tradição se mantém viva e ele diz ser conhecido apenas pelo seu apelido, inclusive em Araçuaí. Lá eles num coloca “Milton de Souza” não, só coloca assim “Milton Granja”. Eu já chego lá, já acho anotado: Milton Granja. Aí eu ainda vou e brinco com eles, assim: “Mas aqui eu pago se eu querer, que eu num tem nada de Granja, não.”*

Com a voz firme Seu Milton relata uma trajetória de muito trabalho e dedicação ao campo. As histórias sobre o início da vida ao lado de Dona Íris envolvem a divisão do tempo entre o trabalho na própria roça e a prestação de serviços para fazendeiros da região. *Naquela época que nós terminava de limpar as lavoura, nós ia pegar empreitada. Essa empreitada era assim: tinha um fazendeiro que tinha uma manga lá pra limpar [...], aí nós ia lá empreitar com ele pra nós limpar aquele capim pra ele de foice, né. Aí é que nós sobrevivia, né, pois assim nós sobrevivia da renda. Ele explica o quanto foi demorado o processo até que eles pudessem viver apenas daquilo que produziam em sua própria terra.*

Emocionado, Seu Milton acrescenta que suas filhas também participaram dessa história de construção, contribuindo desde ainda jovens com o trabalho - fato este também relatado pelos outros participantes da pesquisa. *As menina trabalhava muito, minhas menina, graças a Deus, é muito lutadeira, torrou muita massa... você sabe como era torrada? Na tacha. Você jogava a massa crua na tacha ali... mexendo e jogando aqui, né, pra cima, porque se você deixasse parada, queimava. Desde duas hora da manhã até cinco hora da tarde. Então, minhas duas menina me deu muito gosto. Mesmo não tendo estudado, como contou ainda no início de nossa conversa, Seu Milton se orgulha de todo o conhecimento acumulado ao longo dos anos de trabalho direto com a terra, o que ele busca passar para seus netos nesse momento. *Os dois neto meu, é eu que ensinei trabalhar. Esse que tá lá no Instituto¹⁰, o que ocê pôr ele pra fazer, ele faz. Se ocê jogar no cabo da foice, ele vai; se jogar no cabo da enxada, ele vai; se ocê jogar ele no peito da vaca, ele vai. Ele faz tudo, mas é que eu ensinei, né.* Para o Seu Milton é um prazer saber que seus netos desejam voltar para o campo assim que se formarem no ensino*

¹⁰ Instituto Federal de Norte de Minas Gerais.

médio, pois acredita que, ensinando-lhes a lidar com a terra e oferecendo um lugar onde possam começar, eles podem, como ele mesmo diz, sobreviver. ***Aí eu já tô véio... e vou dar essa oportunidade pra ele, né. Um num precisa, o pai dele tá vendo até comprar uma terra pra ele agora, e o de lá eu já vou dar ele oportunidade aqui. Porque eu sei, eu sei, que se eu ensinar ele, né, a lida, como ele mesmo já sabe, a maior parte da lida, e ele tá aprendendo a tecnologia lá, eu sei que aqui vai produzir pra sobreviver.***

Sobre o trabalho, Seu Milton conta que já plantou tipos diferentes de alimentos e também já produziu farinha e rapadura. *Eu plantava milho, arroz, feijão, manaíba¹¹, né... eu já fui homem de fazer quinhentos alqueire de farinha.* Em um tom de voz que mistura claramente um orgulho pelo vivido ao mesmo tempo em que constata um caminho de sofrimento, ele complementa: ***De cada coisa, eu já fiz um pouco. Só o que eu num fiz é matar, nem roubar, graças a Deus, nada disso eu fiz. Mas de serviço, o que você falar, me perguntar, assim: “Você já fez isso?” Eu te prometo que eu já.*** Nesse momento, Seu Milton retorna ao tempo presente e diz que o ritmo de produção diminuiu muito em função da idade. ***Ah, hoje eu planto, mas pouco, né, porque você sabe, na idade que a gente tá, né.*** Mas não há na fala de Seu Milton lamentação ou tristeza, apenas um reconhecimento de que algumas coisas mudaram.

Há alguns anos, Seu Milton e Dona Íris dedicam-se quase que exclusivamente à produção de queijos que são vendidos atualmente apenas para compradores/atravessadores de São Paulo. Seu Milton relata que, por muito tempo, comercializaram seus queijos no mercado municipal de Araçuaí, onde frequentam até hoje. Entretanto, uma situação abriu caminhos para essa venda direta que se mostrou mais interessante para a família. *Eu comecei vender pra São Paulo porque eu comecei vendendo na Feira em Araçuaí, né. Aí chegou um freguês e comprou na minha mão pra levar pra São Paulo e gostou, né. Aí meu queijo foi muito aceito em São Paulo, né. Aí como ele é atravessador, né, atravessador é aquele que compra e leva, né, aí toda semana ele pega. Eu tenho uma freguesa também que lá que mora em São Paulo, né, e eu mando queijo pra ela também. Eu levo por Jenipapo, já tem um cara que faz linha por Jenipapo pra São Paulo, ele leva pra ela. Então, hoje tá difícil? Não. Num tá difícil de viver, não.*

Observando todas as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, Seu Milton revela-se um crítico ferrenho daqueles que hoje em dia reclamam do trabalho com a terra, em vários sentidos. *É por isso que eu tô falando: o povo hoje tá com a barriga cheia e tá lá gemendo. Você*

¹¹ Outro nome para mandioca, aipim.

pergunta: “O que você tem?” “Oh, moço, tô com o corpo ruim.” Antes num tinha isso, não, começava lutar aí a base de uma hora da manhã e ia terminar lá pras oito da noite. Ele continua... *Pra você ter noção, que nós num tinha descanso, não. O dia de domingo que era o dia de nós descansar, nós ia carregar farinha pra entregar em outros lugar. E como é que era entregado? Na carcunda de burro, porque num tinha carro.* Seu Milton também fala, com muita clareza, da importância da tecnologia e de como ela facilitou a vida de todos, inclusive do produtor rural. “Ah, como é que tá hoje? A roça não dá, né.” Mas eu discordo com isso, entendeu? Eu discordo com isso. **Porque, às vezes, a roça hoje, tá melhor do que... antes, porque hoje você tem mais oportunidade.** E hoje tem a tecnologia. Antes num tinha e hoje já tem, né.

Seu Milton complementa sua crítica dizendo que não concorda com os benefícios dados pelo governo nos dias atuais: *Se colocasse a frente de trabalho, igual era antes, entendeu? Era assim: nós tinha um grupo aqui, nós quatro aqui era uma família. Aí nós quatro ia trabalhar, ia produzir. “Vamo mexer com horta?” “Vamo.” [...] Nós tinha que mexer com aquela horta. Porque vinha o fiscal fiscalizar nós. Nós tinha de produzir, né. Bão. “Acabou?” “Não, agora vamo passar pro Bolsa Família, né, vamo passar pro Bolsa Família porque a dona de casa, ela num pode deixar o menino falhar de escola e nem pode por ele pra trabalhar com a idade menor”.* Ele acredita que pouco o governo contribui para o desenvolvimento por meio desses benefícios e que essa ausência de vivência do trabalho rural desde a infância estimula, por outro lado, a criminalidade e a falta de vínculo com a terra.

Retomando sua trajetória, Seu Milton narra os prazeres de viver no campo. *Por que você fala assim: “O senhor gosta de conviver aqui?” Gosto, porque aqui é lugar sossegado. Tranquilo, né. Num tem lugar mais tranquilo de que a roça, não. É a tranquilidade pra tudo, até pra você dormir, né. Ali né, Araçuaí... por que que eu num gosto de Araçuaí? Araçuaí pra você dormir tem que ser com uma cortina ou com o ventilador, ou então você colocar remédio pra espantar as muriçoca.* Associado a essa tranquilidade, ele demonstra o orgulho de ser lavrador... *Eu vou aplaudir ele por que ele é um lavrador, né, porque é dos braço dele que sai nosso sustento, né, é dos braço dele que sai nosso sustento. É dos braço dele que sai o leite, é dos braço dele que sai a carne, é dos braço dele que sai o arroz, sai o feijão, sai a verdura, né. **Você já viu alguém rancar algum balaio de verdura lá dentro da cidade, dentro da zona urbana pra puder levar pro mercado vender?*** São palavras de alguém que defende o valor do campo e aquilo que nele se produz.

Dona Santa

Eu já passei tanta fome, menina... Toda vida trabalhei na roça, desde menina. Eu arribava garapa, torrava farinha... Trabalhar na roça é difícil, você bate enxada o dia inteiro no sol, cê toma chuva... Hoje ninguém quer.

Em uma quinta-feira ensolarada, seguimos para mais um dia de visitas às comunidades rurais.

Hoje saímos no sentido oposto de nossa última viagem e a paisagem me parece diferente, ainda mais árida. **Ao nos aproximarmos da casa de Dona Santa, a primeira de nosso roteiro de hoje, a surpresa é grande. No meio de tanta seca e de estradas que parecem não levar a lugar algum, chegamos a um pedaço de terra que se destaca pela presença de água e de vida verde.** Cisco comenta que essa é a casa de uma das filhas de Dona Santa e que dali seguiríamos a pé para chegarmos até a sua que fica mais ao alto (Anotações do diário de bordo, 31/08/17).

Após uma subida relativamente íngreme, chegamos à casa da Dona Santa. Embora tenhamos mandado recado a respeito de nossa visita por um de seus filhos, ela não nos aguardava. Acompanhadas de Cisco, conhecido de sua família há muitos anos, rapidamente explicamos o porquê de estarmos ali, e ela gentilmente nos acolheu e contou sua história. A primeira impressão – que se confirmou ao longo de nossa longa conversa – é a de que Dona Santa é uma mulher extremamente forte, cuja trajetória de vida foi marcada por muito trabalho e dificuldades.

De paredes cor salmão claro e janelas de madeira, a pequena casa de Dona Santa é simples e sua fachada revela as marcas do tempo. Na frente da casa, é a criação que recebe os visitantes – três vacas magras encaram aqueles que se aproximam. Passada a cerca, o que mais chama a atenção é a bela horta cultivada por ela. Aquela pequena área verde destoa de toda a aridez que prevalece ao seu redor e foi ali mesmo que conversamos sobre sua história. São frutas, folhas e verduras carinhosamente cultivadas por essa senhora que olha e fala sobre elas com muito orgulho: *Oh moço, eu gosto de mexer com isso a vida toda. Eu plantava lá perto do Graça, ia a pé todo dia, daqui lá dá uns 5 km.*

Hoje com 78 anos, Dona Santa é mãe de 9 filhos, 8 vivos. ***Nasceu tudo sozinho, mais Deus e eu.*** Casada desde os 16 anos de idade, conheceu o esposo em uma casa onde começou a trabalhar desde cedo. Dona Santa relata um casamento feliz, atravessado por muitas dificuldades. *Graças a Deus foi bom, só não foi melhor porque a gente era pobre, não tinha casa pra morar, fez um barraco de cobertor e nós ficou morando um tempo debaixo desse cobertor... depois fez dois cômodo, e depois que o pai dele morreu, nós mudou pra aqui porque a terra ficou sendo dele.* A vida com o marido, e depois com os filhos, foi marcada por muita luta. Com a voz firme, Dona Santa relata: ***Eu já passei muita fome, menina... Eu já passei tanta fome pra criar esses meninos, eu sofri, minha fia, que o pai dele que tinha as coisas, ele não tinha nada, eu não também não tinha, era dois lutando...***

Nascida na comunidade de Setúbal, Dona Santa ficou órfã aos 7 anos de idade. Ela relata que, depois do ocorrido, foi visitar uma de suas tias na comunidade de Gravatá, a qual a convidou para viver com ela. *Aí eu vim aqui pra casa dela, fiquei aqui, a vida toda.* Sobre a sua infância, Dona Santa evoca memórias associadas ao trabalho. *Toda vida eu trabalhei na roça, desde novinha. Aprendi com os outros que me ensinavam... eu arribava garapa, torrava farinha, até cerca eu fazia.*

Dona Santa lembra com certo orgulho de um episódio quando, ainda muito jovem, duvidaram da sua capacidade física de trabalhar na roça. *Teve uma vez que um velho me chamou para torrar farinha, eu vim mais fina que essa menina aí (fazendo referência à presença da Jeane), aí o homem falou comigo assim: “isso é torradeira de farinha que você arranjou? Isso não vale nada, não paga nem o prato de comida”. Aí quando o velho acordou no outro dia e viu a pilha de farinha cozida, ele falou: “minha nossa senhora! Eu não trocava você por nada, minha fia”. Eu falei pra ele: “não é o tamanho do porco que dá o tocinho, não senhor”. Aí eu fiquei muito tempo torrando farinha, arribando garapa, tudo quanto é serviço eu fazia.*

Sobre o trabalho cotidiano na roça, Dona Santa narra uma trajetória de muito sofrimento, revelando nunca ter se dedicado exclusivamente aos afazeres domésticos. *Nós fazia a roça, plantava milho, feijão, nós colhia muita coisa, né, até arroz nós colhia. Toda vida eu fui na feira, eu fazia carga de banana num burro, levava montada... ia pra cidade mais Lica, nós saía daqui 4 h da madrugada com o burro cheio de banana pra vender na cidade, ela levava rapadura e eu levava banana, aí uma ajudava a outra. Meu marido não ia de jeito nenhum, ele não gostava de jeito nenhum.* Ao longo de sua narrativa, Dona Santa sempre se coloca ao lado de seu marido na luta e no trabalho.

Embora com todo esse sofrimento, Dona Santa fala emocionada e orgulhosa sobre seus filhos. *Meus filhos graças a Deus nunca me deu trabalho pra nada, todos eles sabe viver com a vida.* Dos seus 8 filhos, apenas 2 vivem fora da zona rural. *Eles estudou só o 4º ano, todo mundo. No Graça, ia a pé, minha fia, não era de carro, não, ia a pé caminhando embaixo de chuva com um saquinho embrulhadinho do lado.* Dona Santa reconhece que hoje os tempos são outros e que os jovens não aproveitam as oportunidades que têm. *Hoje eles acha carro e não quer estudar.* Como exemplo, ela cita o neto que vive com ela, de quem cuida da criação. ***Eu mesmo tenho esse neto que mora comigo, sem vergonha, mas de vez em quando eu dou um coro, ele***

faz pintura lá na escola, eu sei e pego ele. Severa, Dona Santa não aceita a atitude desinteressada do neto em relação à escola e fala com dureza na voz: *Semvergonhice eu não aceito, os meus não fez isso!*

Quando questionada sobre o peso dessas atividades de cuidar do neto e cultivar a horta para alguém com 78 anos de idade, ela logo se apressa em dizer assertiva: *Falei com a minha filha, deixa meus trem quieto, senão eu endoído! Se disser que eu não posso fazer, eu morro de um dia pro outro.* Ela reconhece que muita coisa mudou com o passar dos anos e que uma de suas filhas, em especial, se preocupa muito com a saúde dela. Mas Dona Santa diz não conseguir deixar de fazer o cultivo da horta e de cuidar de seus animais, aos quais ela se refere como membros da família. *O véio não vivi sem essas duas vacas aí de jeito nenhum, pra ele é uma doença.* Além desses afazeres cotidianos, ela também gosta de cuidar de si mesma: *Eu gosto de me arrumar. Esse brinco aqui a minha nora me deu. Eu compro roupa, de vez em quando eu compro, não é direto, não... porque com o que eu ganho...* Aposentada, Dona Santa diz que recebe muito pouco e ainda precisa pagar um empréstimo bancário que contratou quando teve problemas de saúde. Sobre o cuidado com o dinheiro, ela demonstra autonomia: ***Eu mesmo que recebo o meu dinheirinho. É meu mesmo, eu sei o que faço.***

Ao falar sobre a aposentadoria, a temática da velhice invade a narrativa de Dona Santa, com um certo tom negativo. *Mas a gente não é gente mais não. A gente vai ficando velho, a gente adoce, fica sem força nas pernas, de vez em quando eu caio, é cada tombo aqui...* Dona Santa relatou que uma de suas últimas quedas na porta de sua casa foi grave, tendo como consequência a fratura de algumas costelas e a necessidade de repouso absoluto. Quando questionada sobre o fato de ela obedecer às recomendações médicas de repouso, ela ligeiramente respondeu: ***Não tenho tempo para isso, não.*** Essa falta de tempo é resultado de uma rotina diária de muitos afazeres que começa às 5 h da manhã. *Eu levanto e faço comida para o meu filho Venâncio levar pro mato, vou tratar das galinhas, vou tratar dos porcos, venho depois de lá e vou molhar a horta, depois eu torno a lavar as vasilhas de comida para fazer o almoço... e aí vai o dia.*

Sobre o futuro, Dona Santa diz ter como única a certeza de que será no campo, em sua casa. *Não moro em cidade de jeito nenhum. Eu não gosto mesmo. Já acostumei ficar aqui mais meus passarinho brincando, Deus me livre.* Ciente das dificuldades que a velhice já tem lhe apresentado, ela diz já ter conversado sobre o assunto com os seus filhos. ***Eu falei pros meus meninos, se eu ficar velha, gente, não me leva pro asilo não, me dá um veneno pra mim***

morrer, não me leva pro asilo, não. Esse temor pelo asilo Dona Santa atribui a uma visita que fez a uma tia institucionalizada em Belo Horizonte. *Nós chegou lá, essa véia tava toda machucada, disse que a enfermeira tinha batido nela. Eu falei, se fosse mãe minha, eu carregava.* Nesse momento, ela retoma a fala sobre os filhos e afirma que conta com a ajuda deles para viver sua velhice.

Fechando nossa conversa sobre a vida, Dona Santa fala de felicidade. *Mesmo com as dificuldades, eu sou feliz. Deus vai me dá forças até o dia d'eu morrer.* Essa é a imagem forte e guerreira de Dona Santa.

Seu Zezé das Tesouras



Fonte: Fabrício Luiz Pereira, 2017.

Na minha vida, a gente sempre tentou conscientizar os companheiros, as pessoas, pra questão do meio ambiente na região desse semiárido que nós vivemos. A coisa vai mudando, a gente vai sabendo por que chove menos, tem chuva, outra época num tem, é seca. Aí, também, a gente vai aprendendo trabalhar pra viver nesse semiárido.

Após o almoço, por volta das 14 h da tarde chegamos ao nosso último destino daquele dia na comunidade das Tesouras: a casa do Seu Zezé e de Dona Isaura. Acompanhados de sua filha Ivani, fomos recebidos já na porta pelos donos da casa, que nos aguardavam. A casa colorida chama a atenção e se localiza em um ponto alto da paisagem, de onde se tem uma bela vista. Ao chegarmos, Ivani nos mostrou ao longe sua casa, que fica em um nível abaixo da de seus pais. Havia uma ansiedade por essa conversa com o Seu Zezé das Tesouras (como é chamado por todos), afinal, sabíamos de antemão se tratar de um líder comunitário e de uma figura bastante conhecida em Araçuaí. Com grandes expectativas, mergulhamos na história dessa figura tão especial.

Na casa pintada de uma forte cor laranja com portões azuis, muitas plantas e uma bela rede criam um clima familiar e agradável. Ainda na varanda, um filtro de barro coberto com um tecido de barra rendada – objetos, fotos e enfeites artesanais ornamentam a casa simples e acolhedora. Mais uma vez fomos recebidos na sala de estar e fomos convidados a nos sentar. Falamos da proposta de conversarmos com os dois sobre suas histórias de vida, e os mesmos se prontificaram imediatamente. Dirigimo-nos a um dos quartos, onde Seu Zezé relembrou e reviveu emocionadamente momentos importantes de sua vida, de sua família e de sua comunidade.

Aos 76 anos de idade, Seu Zezé nasceu e viveu toda a sua vida na região, onde se casou com Dona Isaura e criou seus 7 filhos. Ao falar sobre seus pais, Seu Zezé relembra uma vida marcada por muitos momentos de necessidade, tanto pela falta de condições financeiras quanto pela própria dificuldade de acesso aos alimentos. *Olha, nossa vida toda aqui – meu pai e nós – era da agricultura... Agricultura familiar. Naquele tempo não falava agricultura familiar, falava lavrador... É cultivá a terra. E criava um pouquim de gado, mas só para o consumo também, num era pra vender, não.* Ao recordar sobre esse tempo, Seu Zezé fala acerca da dura realidade do semiárido, em que longos períodos de seca tornavam a terra improdutiva. *Tinha que ir longe buscar. Tinha um lugar que chamava Ribeirão da Pedra que era uma região de mata. Dava uma seca que aqui num produzia, lá produzia porque era mais úmido, tinha mais umidade. Produzia, a gente tem ir buscar lá. Às vezes ia busca o feijão no Ribeirão da Pedra, Novo Cruzeiro, num é? Novo Cruzeiro já tinha uma linha de trem que trazia muita coisa pro comércio, então a gente tinha que pegar o animal e ir lá comprar o produto. E nem sempre, também, tinha capilé. Então às vezes você tava passando necessidade e não tinha o dinheiro pra ir comprar.*

Entre casos e causos, Seu Zezé narra a história de uma família com fortes raízes na região. Pai de sete filhos, tem orgulho de dizer que três deles optaram por permanecerem na roça e se dedicarem à agricultura familiar, ainda que em meio às dificuldades. *Saiu três pra Araçuaí. Os outros têm três aqui e tem uma que mora na roça, no Ferreiro, hoje ela trabalha de servente, trabalha lá na escola São Vicente, e três mora aqui trabalhando na roça.* Sobre a formação dos filhos, Seu Zezé lamenta não ter podido oferecer a eles uma educação formal e diz que a única filha que cursou o nível superior o fez por ter optado, ainda jovem, pela formação religiosa. Bem humorado, Seu Zezé completa dizendo: *Ela saiu daqui com uma vocação pra irmã, virou irmã, depois passado um tempo, ela formou no Colégio das irmã, depois eu brinco que ela resolveu divorciar com São Francisco, né, e casar com Santo Antônio, Santo Antônio é casamenteiro, né?* Embora seus filhos não tenham tido a oportunidade de se formarem, Seu Zezé sempre valorizou a questão da educação, sendo essa uma das principais lutas que empreendeu junto à comunidade na posição de animador comunitário, função que exerceu durante 38 anos. *Eu fui animador da comunidade por trinta e oito anos. O animador da comunidade é aquele que coordena os trabalhos da comunidade. O domingo a gente senta, primeiro vamos pra igreja, onde rezava o terço, depois reza o culto dominical. Então, a gente ia pra igreja, rezava. A partir daquela oração, a gente já combinava ter uma reunião pra discutir os problemas que atingia a comunidade, num é, atingia a região, a comunidade, num é. “Qual é o problema que tá atingindo nós aqui? Tá nos preocupando? Qual que é?”. Às vezes, ia dizer, por exemplo: “é falta d’água ou é falta de escola ou falta de saúde. E aí, vamos pensar como nós vamos fazer pra nós melhorar essa situação?”, porque acabar com o problema a gente num acaba; “mas o quê que nós vamos fazer pra melhorar situação”.*

Seu Zezé relata, emocionado, que foram muitas as lutas comunitárias que marcaram sua vida e deixa claro que muito ainda há pra fazer. Sobre a questão da educação, ele relembra que apenas por volta de 1948 que o ensino público passou a ser ofertado na região e que, ainda assim, era necessário um grande esforço por parte da comunidade. *Mas era assim: o pai tinha que hospedar a professora e os pais tinha que fazer o salão de escola. Então, nós construímos aqui um salão escolar. Mas também só tinha até a terceira série. Trazer a quarta série pra aqui foi um problema, porque só o Estado que dava quarta série, o município não podia. Então, lá por volta de setenta e oito, porque o pessoal tava saindo demais pra ir pra cidade pra estudar os filho, e, às vezes, eu falava: “Gente, nós num podemos sair da roça, porque na cidade é mais difícil. A pessoa num tem jeito pra viver lá, vai entrar em dificuldade.” “Mas como é que faz? É obrigado estudar os filho.” Ó, nós vamos tentar.”* Naquela época, a quarta série era muita

coisa. “Vamos tentar trazer uma quarta série aqui pra roça?”; “Ah, mas num tem jeito”; “Tem! Tem jeito. “É preciso lutar”.

Especificamente sobre o trabalho com a terra, ele relembra que, em sua infância e juventude, a produção familiar de arroz e milho era significativa, entretanto, pelo fato das outras famílias da comunidade produzirem os mesmos produtos, não era possível trocarem entre si. Além disso, somavam-se as dificuldades de transporte que muitas vezes inviabilizavam a venda dos produtos que ficavam então apenas destinados ao consumo. Seu Zezé relata que eram muitas as dificuldades para chegarem até o mercado municipal em Araçuaí. *Nessa época, quando eu como jovem aí de catorze, quinze anos, a cidade era muito pequena. A gente ia, né, pra Araçuaí, sabe como? De a pé ou a cavalo que a gente ia. Levava muito tempo. Às vezes, a gente ia tocando o burro cargueiro e andando de a pé, chegava lá na sexta-feira, descarregava no Mercado, dormia pra vender o produto no sábado e tinha hora que tinha que voltar com o produto porque não achava quem comprava. O que sobrava, muitas vez perdia. Quando dava um ano de crise, aí a gente passava necessidade porque não tinha o produto...*

Mesmo com suas atividades de animador comunitário, Seu Zezé relata que nunca abandonou o trabalho com a terra e com os animais, de onde tirava seu sustento. Sobre os dias de hoje, ele diz que continua trabalhando, seguindo uma rotina diária que envolve o cuidado com a plantação que ele orgulhosamente nos apresentou durante a visita. *Continuo trabalhando. Mas eu vou falar o seguinte: quando o dia tá fresco assim, eu só almoço, deito na rede, dou uma cochilada, levanto e torno pegar no batente. Com calma, né, mas pode pegar pra trabalhar, num é? Agora quando o sol tá quente, eu trabalho até dez horas, levanto muito cedim, sempre eu levanto cinco, cinco e meia, até seis horas no máximo. Aí, levanto, dou uma respirada aí fora, pego no pé de árvore, dou uma respirada funda, num é, e aí, é assim. Às vezes toma uma colher de mel, vou lá, panho o livro da história que é a Bíblia Sagrada, leio um trecho pra ver que recado Deus tá mandando pra mim, e aí entro na lida. Então, é isso aí. Porque o que me conforta é a Palavra de Deus, se num fosse a Palavra de Deus, eu já tinha desesperado.*

Hoje aposentado, assim como também sua esposa, Seu Zezé fala com orgulho da capacidade de sobreviverem financeiramente de forma independente. *Ora, hoje temos que agradecer a Deus. Nós somos aposentado, a aposentadoria minha mais minha esposa, ela aposentou pelo Estado que ela foi... Ela trabalhou muito tempo. Num precisamos de, às vezes precisa de ajuda dum filho pra cortar um pau mesmo que é meio grosso ou panhar uma coisa, mas,*

financeiramente... Não. Ele completa dizendo que a aposentadoria é fundamental para quem vive na área rural, mas que é preciso saber administrar o dinheiro, principalmente na velhice com o aumento nos custos de vida. Então nós temos muitos amigos, muitas pessoas, que entram no “vermelho”, na dificuldade, porque a gente tem que tá trabalhando e planejando e fazendo a contabilidade pra gente saber controlar. Eu já vou planejando, quando chega a conta de luz, eu já tô com o dinheirinho pra pagar. Às vezes eu vendi ovo da galinha, vendi outra coisa ou reservei um pouquinho do meu salário. A gente de idade já gasta muito. Por exemplo, eu tem um colírio que ele custa cento e vinte e cinco reais, mas eu tem o cadastro, ele fica pra mim setenta e cinco, num é? E é um vidrinho que quase num pra trinta dia.

Seu Zezé diz que sente o peso da velhice na diminuição das forças físicas, mas, principalmente, na dificuldade de lidar emocionalmente com algumas questões comunitárias que ainda o incomodam. *Eu senti as forças diminuí, né. Já senti, assim. Hoje eu num tem condição de fazer mais o que eu fazia. Eu num posso pegar mais esse peso que eu pegava, num é. Eu tenho que zelar pela saúde que eu tenho, que eu num sou capaz mais de fazer. Eu num sou capaz mais de fazer aquela... **Trabalhar com muita gente como eu trabalhava, porque eu já sinto o estado nervoso, num é. Quando alguém começa contrariar uma coisa que é boa, ih, aquilo me arrasa.*** Justamente em função da sua vida de lutas comunitárias, Seu Zezé demonstra grande tristeza ao falar sobre questões que ainda o preocupam e sobre as quais ele vê pouca evolução. Parte dessa tristeza ele associa às dificuldades que ainda enfrenta pelo fato de não ter tido uma educação formal. *Agora a tristeza que eu tenho, eu num estudei. Discutir com quem é formado, é triste porque sabe falar palavra bonita que eu num sei, quero dizer, tá me xingando? Eu num sei o que ela tá me xingando, num é. Então, a gente sabe disso, mas sempre eu falo.* Em meio a um misto de emoções, ele diz da tristeza, mas recupera as forças e se mantém em sua posição: ***eu sempre falo.***

Seu Zezé relata, com a voz embargada, que há dias difíceis em que a vontade é desistir das lutas, principalmente quando percebe que as questões são muito complexas e de difícil resolução. *Tem dia que eu fico bom de chutar o balde, tem dia que eu fico com medo de depressão, tem dia que eu choro. Aí sei que... a gente tá perto de ir embora, que a idade... com uma idade avançada e a gente num vê esse crescimento dessa preocupação do ser humano com a natureza. É isso que a gente pensa: “**Oh, gente, a gente já deu um passo, mas a gente gostaria que tivesse feito mais**”. **Gostaria que a sociedade tivesse feito mais pela natureza.** A quantidade de lixo que são jogado por todo lado. Teve um dia... Eu deitei na cama, quase num*

*dormi pensando: “Meu Deus! Quê que faz? É tanto lixo”. Comecei pensar da criança quando nasce. Nasce a criança, compra pra ela uma boneca de plástico, o padrim dá um presente de plástico, as vazia da cozinha, a gente deixava praticamente quase tudo que nós usava daqui, é artesanal, usa plástico, o carro é de plástico, isso é de plástico. E o mundo tá cheio de plástico, tudo vai pro lixo. Hoje pras empresa puder manter, elas têm que produzir e produz o quê: tanta coisa, tudo descartável pra encher o mundo de lixo, e aí eu tem que comprar isso que é descartável pra amanhã eu jogar ele no lixo pra mim comprar outro, senão a empresa num sobrevive. E aí, pensei, pensei, sabe... eu vou fazer minha parte, vou procurar cuidar das coisa da natureza, procurar ter coisa em casa, começar ir descartando as coisa de plástico, usando coisa artesanal e cuidar do meu quintal, cuidar pra num encher meu quintal de lixo. **E o que eu vou fazer é isso. Num vou conseguir muita coisa, mas vou conseguir um pouquinho.***

E mesmo com os momentos de desgosto e descrença em relação às mudanças, Seu Zezé não se distancia do trabalho comunitário. *Eu participo de reunião da comunidade, participo do Sindicato, mas não como diretor, sou membro do Sindicato. Aquele Sindicato de Araçuaí, eu ajudei criar o Sindicato de Araçuaí, num é. Num tô satisfeito hoje com a forma que tá a administração deles. Conversei até com o presidente lá que eu acharia que deveria melhorar algumas coisa. Mantendo-se ainda como parte atuante da comunidade, Seu Zezé é reconhecido e se mantém como referência quando se fala não apenas sobre a comunidade das Tesouras, mas em relação às comunidades rurais de Araçuaí como um todo. **Eles consideram que eu sou uma pessoa que tem um pouco de experiência, num é, então me procura e eu sempre acompanho, num é, ajudo articular os projetos, acompanho junto, né.***

A caminho do quintal íngreme quando fomos conhecer não apenas suas plantações, mas também a pequena represa que ele mesmo construiu para acumular água da chuva para os períodos de seca, Seu Zezé complementa dizendo com satisfação de sua esperança de ainda contribuir com a comunidade. *Olha, eu sinto feliz, mas só acho que ainda num fiz o que eu deveria fazer. Eu tinha que fazer mais ainda. De vez em quando, a vez a gente: “Oh, gente, isso aqui tá precisando ainda de fazer, tá precisando a gente dar uma mãozinha aqui nisso aqui”. **Então, a gente vê que ainda não tá acabado, inclusive até um pessoal do CPCD me perguntou se eu sentia realizado. Eu falei: “Ainda não”. Não. Eu acho que minha missão num foi cumprida ainda não, porque eu acho ainda que nós, o ser humano, tem um dizer que fala assim: Enquanto há vida, há esperança. Então a gente tem coisa que precisa fazer ainda.***

Dona Lurucu



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

*Eu gostaria de fazer o meu serviço, mas eu num guento mais fazer ele que ele é pesado.
Mexer com o barro... isso foi o que mais gostei de fazer na vida!*

Dona Luruca, de 77 anos, vive em uma das comunidades rurais mais próximas da cidade de Araçuaí, chamada de Baixa Quente. Justamente por ser tão próxima à cidade (cerca de 15km) e também ter fácil acesso, a oferta de transporte diário é maior, e, em função disso, muitos a consideram como um bairro distante. É uma das comunidades de referência para o Programa Saúde da Família, sendo sede de uma das cinco unidades de saúde da zona rural. O nome original da comunidade é Bom Jesus da Aguada Nova, mas é mais conhecida pelo apelido de Baixa Quente.

Hoje estou indo para a comunidade da Baixa Quente juntamente com a equipe do PSF, a convite da enfermeira coordenadora da unidade. Vamos no carro da prefeitura que leva os profissionais para a comunidade, mas fica claro que esse transporte não é feito diariamente. Embora a distância seja curta, a ausência de ar condicionado faz com que tenhamos que abrir as janelas – é muita poeira! O motorista reclama da frequência com que os carros têm estragado por causa das condições das estradas de terra. **Chegamos na comunidade cerca de meia hora após a saída do centro da cidade, com as roupas todas empoeiradas** (Anotações do diário de bordo, 06/09/17).

Estou sendo acompanhada por duas agentes de saúde nas visitas aos velhos aqui na Baixa Quente. Tenho considerado positivo porque essas profissionais têm grande intimidade com a comunidade, pois fazem parte dela. [...] **Chegamos na casa de Dona Luruca. Ela nos recebe desconfiada, mas aos poucos foi se abrindo...** mulher forte, dura, foi difícil conquistar a sua confiança (Anotações do diário de bordo, 06/09/17).

Viúva há 30 anos, Dona Luruca se casou cedo e teve 14 filhos, dos quais 10 sobreviveram. *Fiquei sozinha com 10 filhos, dentro de casa e com Deus.* Na época em que enviuvou, Dona Santa tinha 35 anos e diz que teve que trabalhar muito para cuidar sozinha de seus filhos. ***Quando meu marido morreu, trabalhei primeiro na roça, depois comecei a trabalhar com barro para sobreviver, pra mim criar meus filhos.*** Levava, fazia carqueiro de plantar planta, sabe? *Nós levava para vender em Araçuaí.* Assim como tenho ouvido de outros velhos, ela afirma em tom de alívio: *Aquela vida que nós viveu era muito sofrida, né? Agora tamo mais um pouco melhor...*

Embora com muito sofrimento, Dona Luruca lembra com carinho do tempo em que trabalhava com cerâmica e com a produção de farinha. *Nós levantava duas horas da madrugada para ir aqui na tenda de farinha. Era ali dentro um pouco, pra nós pôr fogo no forno. Eles ralava sete carga de mandioca, passava aquilo tudo num motor. Rala a mandioca, imprensa, descasca a branquinha... aí sai a massa, aí imprensa, e eles vai torcendo aquilo. Quando a massa tava sequinha, nós chegava e colocava fogo, aí nós ia mexer a mão. A quintura daquilo vem tudo no seu rosto, aquela quintura da massa e num pode descansar a mão, não! Porque, se*

descansar, amarela, né? Queima. Trata-se de um trabalho artesanal, pesado e muitas vezes dolorido, como a própria Dona Luruca coloca. As altas temperaturas chegavam a queimar a pele de quem fazia a torra, *uma colherzinha assim oh, ia mexendo de mão.* Ela conta com pesar que esse ofício não existe mais na região por causa da falta de chuva que faz com que as plantações não sejam bem sucedidas. *Quando planta a manaíba e ela tá começando a nascer, tinha que dar aquela chuva, o sol monta e mata, não prospera.*

Dona Luruca conta que seu marido também era artesão, fazia chapéus de couro – elemento característico da vestimenta dos moradores de comunidades rurais. ***Ele era chapeleiro e eu costurava o chapéu. Fazia melhor que homem.*** *Nós dois aprontava dúzia e meia de chapéu toda semana. Ele levava os chapéus pra vender e eu levava os carqueiro pra ajudar ele a comprar as coisas pra dar os filhos, que os filhos era muito.* Mas com o falecimento do marido, Dona Luruca narra períodos de muita dificuldade, pobreza e trabalho duro. *Já trabalhei, lutei demais. Trabalhei pior que homem pra criar dez filhos e hoje em dia, num tem essa mãe que nem eu.* *Graças a Deus criei dez filhos sem pai aqui dentro desse lugar. O amor de pai que eles teve foi eu. Fui o pai e a mãe.* Nesse momento, a voz inicialmente endurecida e desconfiada se enche de orgulho e de paz.

Embora esteja gozando de boa saúde, ela se entristece ao falar da sua condição atual. *Uai... o que uma pessoa de setenta e tantos anos faz? Eu lavo uma vasilha aí na pia, né? Limpar a casa, eu já não guento mais... Mas Deus nos deu uma ajuda, né? A aposentadoria.* *Mas o que eu queria mesmo era fazer o meu serviço, mexer com o barro.* Com um certo saudosismo, Dona Luruca fala dessa arte de trabalhar o/com o barro... não apenas lamentando pela impossibilidade de novamente exercer essa atividade em função de sua idade, mas por reconhecer que é uma profissão que está em desuso. *O que nós fazia acabou, hoje num tem mais.* Sobre continuar com o cultivo de hortas, algo que já fez muito ao longo de sua vida, Dona Luruca argumenta que, para isso, é preciso ter um bom terreno e que os custos para a irrigação são altos.

Sobre a sua rotina, Dona Luruca conta que todos os dias se levanta bem cedo, por volta de 4 horas da manhã e vai fazer caminhada em seu quintal. *Quando dá 4 horas eu tô andando aqui no fundo da minha casa. Pegando com Deus, agradecendo Jesus pelos dias de vida que eu criei dez filhos, pelos dia que Jesus tem me dado e ainda vai mim dar até no dia que Deus ver que eu mereço!* Dona Luruca tem uma pessoa da família que a ajuda fazendo a comida e arrumando a casa. *Eu lavo as vasilha depois que nós almoçou para mim não ficar sem fazer nada, mexer*

o corpo, né? Praticamente em todas as tardes, Dona Luruca visita Dona Nilza, sua amiga e vizinha de comunidade, com quem passa longas horas conversando. *O dia que eu não vou na casa dela, eu sinto falta e, se eu não for, ela sente falta também, é assim.*

Dona Luruca conta que sua casa atual é muito boa, *dá pra viver bem, né?* A casa anterior, onde ficou viúva, era muito simples, feita de barro. Ela conta que essa casa foi um fazendeiro que deu pra ela... *ele era o pai da pobreza aqui dentro dessa comunidade. Isso quase tudo aqui era dele. Já tem mais de sessenta anos que eu moro aqui ó, nesse lugarzinho aqui. Oh minha filha, daqui eu não saio, não.*

Quando chegamos na comunidade de Baixa Quente me chamou a atenção a diferença em relação às demais comunidades que já havia visitado. Há algumas ruas calçadas e as casas têm acabamentos melhores. Há uma infraestrutura, em geral, melhor. As agentes de saúde relataram que, por ser próxima da cidade, os aposentados investem em melhorias em suas casas aqui, ao contrário dos que vivem em comunidades mais distantes, que optaram por investir seu dinheiro na aquisição de um imóvel na cidade. (Anotações do diário de bordo, 06/09/17).

A aparência externa da casa de Dona Luruca é muito bonita. Uma bela varanda garante uma sombra gostosa e bem-vinda para uma região em que o sol é tão quente. *Arrumei tudo com o meu dinheirinho depositado.* Adentrando a casa, as fotos da família na parede são acompanhadas de imagens religiosas, fé que acompanha toda a narrativa dessa forte senhora. Ela conta que todos os dias, um de seus filhos que mora atrás de sua casa, sai ainda de madrugada para trabalhar de moto. *Eu conheço a zoeira da moto dele, eu levanto para ver meu filho sair. Ele reclama: ‘Meu Deus! A vêia já levantou!’; eu falo: ‘Oh meu filho, Jesus te acompanha e te livra de todo mal, que Ele te livra seu corpo dos inimigos e dos mal passeio’.*

Sobre viver na Baixa Quente, Dona Luruca fala com satisfação: ***Sô feliz aqui com todo mundo. Meus filhos e com minhas amiga.***

Seu Antônio da Velha



Fonte: Fabrício Pereira, 2017.

A base de eu acordar e levantar é 5 h... Mas pra quê 5 h? É porque eu tô habituado a assistir o jornal... Ainda mais com essas coisa dos políticos que tá tendo no nosso Brasil, eu gosto de tá sempre sabendo de alguma coisa que tá passando por lá.

Seu Antônio, conhecido como Antônio da Velha, tem 67 anos e vive em Santa Rita de Cássia, comunidade localizada cerca de 40 km de Araçuaí. Conhecemos e conversamos com o Seu Antônio na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí, onde ocupa um dos cargos de direção. Posteriormente tivemos a oportunidade de conhecer sua comunidade.

Hoje foi a minha primeira visita ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí. Conheci o Seu Antônio, um dos diretores. Muito atencioso, disponibilizou-se a ajudar na pesquisa como for possível. **Nesse primeiro momento de conversa, Seu Antônio me disse que todos os diretores são, por regra, trabalhadores rurais** e que cada um pertence a uma comunidade diferente. Quando perguntei se ele gostaria de participar narrando sua história de vida, ele prontamente disse que sim e que também poderá nos acompanhar em visitas à sua comunidade. **As primeiras impressões são de que o Seu Antônio é um homem simples, humilde e muito politizado** (Anotações do diário de bordo, 27/07/2017).

Lembrando-se de sua infância, Seu Antônio relata uma história permeada por muitas dificuldades, as quais se iniciaram com o episódio de abandono do pai. *Nós era treze irmãos, eu sou o caçula. Ele, na época, como é que eu vou falar... Ele se envolveu com uma mulher particular e acabou abandonando nós e acompanhando essa senhora. Desses trezes, dez Deus tinha levado, só ficou três irmão. Ficou eu de homem e mais duas mulher.* Embora fosse o mais jovem, a voz embargada demonstra a responsabilidade assumida ainda muito prematuramente de cuidar de sua mãe. *Então as menina saiu pra trabalhar, foi pra fora e eu fiquei mais ela (mãe). Aí aconteceu que a gente ficou, não tinha condições pra nada, morando de favor na casa dos outros, ela, uma senhora de idade, e eu pequeno com a idade de 7 anos.*

Seu Antônio diz que por vários anos essa foi a realidade dele e de sua mãe: viviam mudando de um lugar para outro, sempre contando com a boa vontade e solidariedade de seus vizinhos. Faltava tudo para ele e para sua mãe, inclusive o alimento do dia a dia. *Nós passava uma semana sem acender um fogo no fogão, que não tinha nada para cozinhar. Pra puder escapar, eu comia semente de quiabo, eu comia essas vegetação que vem do mato, a chananga, mata dos vaqueiro, olho de mutanga, folha de batata, umbigo de banana. Eu mais mãe foi criado dessa forma.*

Ele conta emocionado um episódio em que uma família, vendo o sofrimento e a necessidade que passava junto de sua mãe, ofereceu a ele abrigo e comida em troca de trabalho. Mas ele se orgulha de ter rejeitado a proposta, uma vez que aceitá-la significaria deixar sua mãe sozinha naquela condição miserável. *Aonde que mãe escapar, eu vou escapar junto com ela. Aonde que ela morrer, vou morrer junto com ela. Num saio, não!* Assim, após rejeitar a proposta, ele e sua

mãe foram sobrevivendo, morando *de favor*. *Aí a gente foi vivendo desse jeito conforme Deus determinou para nós e, quando eu cheguei na idade de 18 anos por aí, foi aí que eu comecei trabalhando pra mim e mais ela e Deus ajudou que foi pagando as dívidas, devia muito.*

Mais tarde Seu Antônio se casou e teve 9 filhos, mas sempre cuidando de sua mãe. *Carregava ela (mãe) num carrinho de mão, não tinha transporte na zona rural, ela adoecia, eu não tinha transporte, trazia no carrinho de mão. Tinha um ponto que a gente pegava esses carro particular, num tinha ônibus, tinha alguém por ali que tinha esses carro particular, então até onde pegava esse carro, eu ia de carrinho de mão. Forrava uma coberta no carrinho, deitava ela e transportava ela nesse carrinho de mão. E aí quando eu passava, eles gritavam, o cachorro latia, o carrinho fazia um barulho: “Quem tá passando?”, “É o Antônio com a véia”, “Quem tá passando?”, “É o Antônio com a véia”. A véia era querida, era minha mãe. Então até hoje eu tenho o apelido, Antônio da Véia.* A narrativa emocionada de Seu Antônio revela o amor e o cuidado traduzidos nesse gesto repetido à exaustão, que lhe fez ser reconhecido pelos outros e do qual ele se orgulha imensamente. Anos depois nessa luta de idas e vindas da cidade, sua mãe faleceu.

Seu Antônio revela que a propriedade que tem hoje foi fruto de um processo de tomada de posse de terra devoluta. *A pessoa chega, que nem eu cheguei lá, fiz a casa e comecei a produzir, a plantar abacaxi, aí eles me deu o direito como se eu já morava ali há tantos anos e tinha tirado o sustento dali, então eu tinha direito na posse. Hoje é registrada, tem título, tem tudo. Mas mesmo com a conquista desse pedaço de terra, por muito tempo Seu Antônio teve que trabalhar para outras pessoas e relata, com muito carinho e reconhecimento, a importância de ter tido sua esposa trabalhando ao seu lado. Tinha um lugar que eu trabalhava, a terra não era minha, era de um senhor. As coisas já era mais difícil do que tá agora que as criança era mais pequena e eu trabalhava longe, né e ela... até a comida ela tinha que levar pra mim. [...] Ela fazia a comida, muitas vezes ela deixava um menino com a mãe, e aqueles mais pequeno ela punha do lado e a vazia de comida na cabeça e ia pra roça levar. Chagava lá nós... eu tenho até vergonha de falar, num tinha negócio de uma banheira, a gente num tinha rede, a gente colocava dentro de uma gamela... [...] Colocava, forrava pano e botava lá numa sombra e deitava ele lá dentro dessa gamela e ela ia me ajudar a capinar, me ajudar a plantar. Trabalhava o dia todo, de manhã até a tarde. De tarde ela panhava ele e punha de um lado, um fecho de lenha amarrado na cabeça e ia embora pra casa. Nossa vida foi desse jeito.*

Seu Antônio conta que desde novo contribuiu com o STR e que acreditava que era algo importante para que conquistassem direitos e melhores condições de vida. Para além do trabalho na roça e do período em que teve que migrar para garantir o sustento da família, passou a dedicar, desde 1996, parte do seu tempo ao trabalho no sindicato. Sobre a migração, ele conta: ***Chegou um tempo em que eu tive que migrar né, eu trabalhei no corte de cana, eu tava até no Mato Grosso do Sul para poder criar minha família.*** [...] *Quando foi em 96, minha produção tava caindo muito e envelhecendo, cansando e tudo; minha produção tava caindo. Tinha caído. Aí eu pensei: ‘Gente, eu não vou conseguir mais manter minha família porque a minha produção tá caindo muito. **Eu tenho que caçar uma outra coisa pra mim trabalhar**’.* Retornando a Araçuaí e considerando sua participação e envolvimento por todo esse tempo com o Sindicato, ele participou das eleições daquele ano e iniciou o seu trabalho na instituição como parte do Conselho Fiscal. Seu Antônio foi Secretário, Tesoureiro e depois se tornou Diretor, cargo que ocupa atualmente. Mas ele deixa claro que, mesmo assumindo as funções no sindicato, ele permanece sendo, prioritariamente, um trabalhador rural.

Sobre o envelhecimento, Seu Antônio fala com muita tranquilidade e parte disso parece ser proveniente do quão unida é a sua família e a comunidade em que vive. *Olha, na minha comunidade é assim, aquelas pessoa quando eles tá dentro de casa, aguentando trabalhar, tudo ali, fica os filhos junto. **Quando eles fica velho e não tem mais condições, sempre tem um filho que acompanha, os filhos** [...] a gente vê o empenho da comunidade que, quando tem uma pessoa que precisa, que adocece, que de uma forma ou de outra precisa de uma ajuda, a comunidade toda se põe a ajudar, né. **Graças a Deus somos uma comunidade unida, né.*** Essa união se reflete nas constantes reuniões de domingo para rezar e para discutir alguma questão que acomete a comunidade como um todo. Essas reuniões acontecem em um espaço comunitário, onde já funcionou uma escola local.

Com o trabalho no sindicato, Seu Antônio espera continuar na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. *Assim, **Graças a Deus, a gente vai dando certo, vai levando...***

Dona Lia



Fonte: Jeane Doneiro, 2017.

Toda vida eu trabalhei no campo... Agora eu só tô trabalhando dentro de casa porque, como se diz, num tem quem faz pra mim... O jeito é d'eu fazer. A coragem até que tem hora que num dá muito, não. A luta é demais, né?

No primeiro dia de visitas às comunidades rurais, tínhamos um primeiro ponto de parada, a casa de Dona Lia, nossa também primeira participante da pesquisa.

Estamos chegando à casa de Dona Lia que está nos aguardando. Estamos muito ansiosos para saber como será a receptividade e como se dará a dinâmica de nossa conversa. **Por enquanto, a estrada em condições ruins me faz pensar (e imaginar) como é a vida cotidiana dessas pessoas** (Anotações do diário de bordo, 24/08/17).

Dona Lia e Seu João Franca nos receberam como se nos conhecêssemos há muito tempo. **Acredito que a presença de Ivani, membro da comunidade, tenha contribuído e muito para esse clima tão amistoso.** Sentamo-nos na sala e logo comecei a explicar o motivo de nossa visita, obtive a autorização e o consentimento deles e dali mesmo iniciamos uma longa e deliciosa conversa (Anotações do diário de bordo, 24/08/17).

Estacionamos a caminhonete em frente a uma cancela para então dali chegar a pé à casa de Dona Lia, mais ao alto. Caminhamos por um trecho íngreme para chegar até a porta da casa: *Quando chove, ali embaixo não dá pra passar, não, só no caminho de cimento*, avisaram. Avistamos uma casa simples e bem cuidada. Ao adentrar, as fotos de família e as imagens religiosas distribuídas pela parede criam um ambiente muito acolhedor.

Dona Lia tem 78 anos e é mãe de 13 filhos, casou-se aos seus 18 anos com o Seu João Franca (83 anos) e desde 1961 eles vivem nessa mesma casa. Das suas 13 gestações, Dona Lia conta que apenas 8 sobreviveram. *Tudo foi parto normal, nunca fiz cesárea.* Dona Lia narra uma infância difícil, em que ficou órfã de mãe aos 11 anos de idade, quando teve que viver com o pai e, posteriormente, com sua nova esposa. Ela conta que não gostava de viver lá e que desde nova se dedicou aos trabalhos da casa e da roça. ***Eu ficava lá o dia todo trabalhando, sempre trabalhava na roça, plantava, capinava e eu lavava roupa, aí tudo eu arrumava.*** Nos domingos, depois de arrumar a cozinha após o almoço, ela costumava visitar a casa de suas cunhadas, onde mais tarde conheceu o Seu João Franca e se casou. *Eu casei e fui lutar com a vida, né?*

Dona Lia relata que teve muitos problemas de saúde ao longo da vida, inclusive um episódio de sarampo após o casamento que colocou a sua vida em risco. Outros eventos, como a contaminação por esquistossomose, dela e do Seu João Franca, também sensibilizaram sua saúde. *Aí a gente tratou, eu fiquei uns 5 anos sem trabalhar na roça, muito doente, muito doente. Depois eu melhorei, continuei a vida. E aí até que os meninos saíram daqui, eu trabalhava, depois que os menino saiu, eu falei assim: ‘Oh, eu num vou trabalhar na roça mais não. Vou ficar em casa só’.* *Porque agora não tem quem cuida, né? Antes elas cuidava da casa.*

Aí botava uma rocinha e eu ajudava plantar, mas num tem gado mais, a idade já num tá permitindo essas coisas mais não. Permite a gente ficar mais sossegado. Mas hoje em dia ela diz gozar de boa saúde, o que fica evidente na sua disposição e no cuidado com o Seu João.

Boa parte da vida de Dona Lia e de Seu João foi construída a partir do cultivo do fumo. *Eu ajudava minha filha, nossa! Era dia e noite, ia ainda pela madrugada. É um trabalho terrível viu? Demora demais. Sol e Chuva.* Todos da família ajudavam, inclusive os filhos. *É a rotina da vida, né?* Dona Lia conta em detalhes o processo de produção do fumo, um processo longo e desgastante... *Tinha dia que nós ficava até meia noite sem dormir estalando fumo. A gente vivia daquilo ali. Aí fazia isso e vendia. A sobrevivência era essa... Porque do dinheiro dele é que tirava a roupa e o resto do que faltava para comer. Aí depois que nós aposentou, mexeu com isso mais não.* Ainda hoje muitas famílias sobrevivem da produção e venda do fumo, o que faz com que a comunidade seja reconhecida por esse produto.

Mesmo aposentada, o dia de Dona Lia começa às 5 h da manhã. *Ah, eu acordo todo dia cedo. Faço café, tomo, encho minha barriga e agora eu vou cuidar de galinha, das plantas, fazer uma coisa ou outra... Às vezes tem dia que tem que lavar roupa, mais tarde eu faço o almoço, cuidado da casa, outro dia já deixo de mão. Vou levando a vida assim.* Sobre continuar no trabalho da roça, Dona Lia coloca que, além do fato de os filhos não estarem mais em casa para ajudar, ainda tem o problema da escassez de água na região. *A água é pouca. A nossa sobrevivência é essas caixas de cisterna. Tem uma aqui e outra lá em cima. Aí quando vai chovendo, vai amparando ela aqui e jogando lá para cima com a bomba, aí é que dá pra gente se virar.*

Para ir para a cidade, Dona Lia usa o ônibus que faz a linha Tesouras-Araçuaí três vezes por semana, cujo motorista é um de seus genros. *Ah, eu vou assim só na hora que tem necessidade. Quando ele não vai, eu subo aqui e pego um ônibus que vem das Neves e vou.* Dona Lia conta que o transporte é usado mesmo só para ir para a cidade, porque lá dentro de Tesouras eles fazem tudo caminhando, mesmo com as subidas íngremes. *A igreja é uns 30 minutos daqui andando. Eu vou sempre que eu posso. Eu ia todo domingo, mas agora tem hora que eu falho, até dois domingos sem ir... Agora com essa poeira, fica muito difícil pra gente. E aí quando chega lá, os pé tá que faz até medo, porque, se passar um carro na estrada, a gente fica afogado na poeira... Mas quando o tempo tá bom, eu vou.*

Sobre o envelhecimento, Dona Lia diz: *Eu envelheci muito porque eu sou branca! Gente branca envelhece demais.* Ela completa argumentando que foi percebendo o envelhecimento no dia a dia, principalmente nos momentos de lapsos de memória. *Só sinto diferença assim na memória que eu sei. Eu tô esquecida demais... Mas a idade chega sem a gente perceber muito.* Mas Dona Lia fala desse envelhecimento com tranquilidade e se mostra agradecida por conseguir fazer as coisas que gosta. *Eu gosto muito de caminhar. Eu ainda tenho muito coragem de caminhar ainda.*

Dona Lia diz que gostaria de se mudar para Belo Horizonte, mas que ainda não foi porque Seu João Franca se recusa a sair da região. Outro impeditivo para ela é o fato de cuidar de uma de suas netas durante três dias na semana. Dona Lia diz gostar muito da cidade e que costumava passear por lá muitas vezes no ano, entretanto, tem preferido não fazer viagens longas com o marido. *Porque ele chega no ponto, ele quer descer do ônibus e eu tenho medo. Ele liga uma água e não desliga; ele acende uma luz e não desliga; eu tenho que ficar atrás. Ele tá forte demais pra trabalhar, mas a cabeça ele esquece demais.* Dona Lia controla o horário dos remédios para garantir que ele faça o tratamento correto. Mas, quando perguntada se ela gostaria de viver em Araçuaí, ela diz que não: *Faz calor demais. Pra ir para Araçuaí, eu acho que não vou nunca.*

Além de arrumar a casa e cuidar da horta e das galinhas diariamente ao lado do Seu João, Dona Lia também se dedica ao artesanato. *Eu gosto muito. Depois que as menina saiu, eu fazia roupa, eu que costurava pra família... Depois que elas saíram de casa, eu fiquei assim... Depois eu inventei fazer colcha de retalho. Fiz várias colchas de retalho para mim e para os outros, depois eu peguei fazer uns tapetes. [...] Depois eu enjoei. Quando foi ano passado eu fiz umas bolsa de... Coisa que um menino meu trabalha lá, ele é tapeceiro, mandava os retalho que sobrava pra mim, aí eu fazia as bolsas. Agora eu tô parada.* Dona Lia mostra com orgulho suas peças, ainda que diga a todo o momento que não seria objetivo vendê-las. *Acho que isso não dá renda, não.* O artesanato surge então na vida de Dona Lia como distração e para amenizar as saudades de seus filhos que foram aos poucos saindo de casa para estudar ou trabalhar.

Uma das razões para Dona Lia querer se mudar da região é o medo da violência. ***O que tá difícil aqui é que a gente tem medo. Medo de assaltante que vem nas casas. Meu Deus! Já teve vários aqui nessas Tesouras!*** Ali embaixo mesmo chegou lá, amarrou um senhor, a mulher dele, amordaçou, roubou tudo que eles tinham dentro de casa e bateu nele ainda. *A gente tem*

medo é dessas coisas. Mas ela diz que, mesmo assim, Seu João Franca prefere ficar na sua casa. Não vai de jeito nenhum! Diz que num gosta de cidade, não. Por outro lado, um fator que ameniza esse medo é o fato da comunidade ser unida e se ajudar. ***Aqui todo mundo conhece todo mundo. É que o povo tem amizade, moça!*** Assim vão levando a vida Dona Lia e Seu João... ***Num posso pensar no dia de amanhã que amanhã só Deus tem direito nele. O que Deus quiser, seja feito.***



Capítulo 1

*Tateando as primeiras linhas
de uma cartografia*

1. Tateando as primeiras linhas de uma cartografia

Temos como objetivo, nesse capítulo, apresentar os caminhos percorridos para a construção desta tese. Para além dos aspectos referentes ao delineamento do campo-tema da pesquisa, serão apresentados os fundamentos e implicações da opção por realizar uma cartografia.

1.1 A construção de um mapa de pesquisa

Pesquisa é processo. Processo de pensar, delimitar, experimentar. Como colocam Corrêa e Medrado (2016), esse caráter processual se revela ainda nos primeiros passos para a construção e delimitação do que será a pesquisa, um recorte sempre necessário. Entretanto, em grande parte das pesquisas esse percurso inicial não é explicitado em função de um temor de que, ao evidenciar as escolhas e afetações que lhes deram origem, supostamente haveria prejuízos no que tange à cientificidade. Como refutam os autores, "trata-se de uma posição ética, política e conceitual de advogar em favor da inclusão, em primeiro plano, das afetações que se configuram no desenvolvimento de uma pesquisa, em geral relegadas à dedicatória, epígrafe e notas de rodapé" (idem, p. 170).

Seguimos cientes da impossibilidade de separar o processo da pesquisa das experiências do pesquisador, enquanto sujeito que, da mesma forma, carrega consigo marcas e subjetividades. Spink (2003) argumenta que o campo de pesquisa não é algo visitado por um pesquisador que, após realizar seu trabalho, dele se retira, mas consiste em algo fortemente produzido na interação. Nesse sentido, assumimos aqui "[...] o caráter experimental da pesquisa, não como um isolamento de um objeto em laboratório, mas como experimentação, um processo aberto e imprevisível que se desdobra em inesgotáveis inquietações e problemas" (CORRÊA; MEDRADO, 2016, p. 151).

Kastrup (2007) nos convida a pensar a pesquisa a partir dos afetamentos dos quais ela surge e se realiza. A autora apresenta quatro momentos (não lineares) de relação com o campo de pesquisa, a saber: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento¹². Inspirados nessa

¹² Essas são dimensões apresentadas por Kastrup (2007) no artigo "O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo". A autora apresenta tais dimensões como quatro formas do cartógrafo se relacionar com o campo de pesquisa: de um momento inicial mais aberto de exploração (rastreio), passando pelas primeiros afetamentos que chamam a atenção (o toque), pela delimitação ainda que provisória do que será o campo de atuação do pesquisador (pouso), até o momento em que o território é construído, acionando as múltiplas partes que o compõe (reconhecimento atento). Nesse momento, minha proposta é apontar como foi esse processo em relação ao

proposta, apresentaremos, em seguida, como cada um desses momentos contribuiu para a construção do que estamos chamando de mapa da pesquisa.

1.1.1 O rastreo: aproximações e inquietações

No final de 2015, tomei posse como professora efetiva do Instituto Federal de Minas Gerais - IFNMG, na área da Administração. No momento da realização do concurso, tinha como referência do norte de Minas a cidade de Montes Claros, a qual já havia visitado algumas vezes. Fui nomeada para a cidade de Araçuaí, que se localiza a 329 km de MOC - como é carinhosamente chamada pelos seus moradores. Com a bagagem nas costas me dirigi a Araçuaí para tomar posse e realizar o sonho de ser docente em uma instituição de ensino federal, extremamente feliz e animada não só pelo novo trabalho, mas também pela nova vida, nova cidade, novos desafios. Pouco consegui saber sobre a cidade antes de lá chegar, apenas tinha a certeza de que se tratava de uma cidade pequena, diferente da minha terra natal: Belo Horizonte.

Araçuaí é uma cidade com pouco mais de 37.000 habitantes, que se localiza no chamado médio Vale do Jequitinhonha. Nas estradas que levam até a cidade chamam a atenção as características típicas do cerrado: árvores de troncos retorcidos e distantes umas das outras, um clima seco e quente (semiárido). Sobre o Vale do Jequitinhonha, povoava meu imaginário a ideia de uma região marcada por amplas desigualdades sociais, pobreza e ausência de cobertura das políticas públicas. De fato, parte desse imaginário encontrou eco na realidade, mas outras possibilidades foram sendo apresentadas a mim. Com uma população de aproximadamente 720 mil habitantes (IBGE, 2010) distribuídos em 51 municípios, O Vale tem como marca principal a miscigenação proveniente da presença de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais camponesas. Como bem colocam Fávero e Monteiro (2014, p. 8), para além da diversidade cultural, observa-se também na região uma riqueza "[...] nas formas de ocupação do espaço e usos dos elementos da natureza, assim como nas lógicas de produção e reprodução social considerando as várias dimensões da vida".

Após a inserção na instituição e na comunidade de uma forma geral, iniciei o desenvolvimento de um projeto de pesquisa que de alguma forma pudesse contribuir com a cidade e a região. Optei por investigar um espaço que muito me chamou a atenção desde a minha chegada: o

território de pesquisa da tese. Para saber mais, ver: KASTRUP, V. *O funcionamento da atenção do trabalho do cartógrafo*. *Psicologia & Sociedade*, 19, n. 1, p. 15-22.

mercado municipal e a feira livre. Trata-se de um dos principais atrativos da cidade de Araçuaí e que abrange toda a microrregião: é o nosso cartão postal, dizem os moradores. O projeto, iniciado no primeiro semestre de 2016, intitulou-se "Memórias e Identidades: um olhar organizacional sobre o Mercado Municipal de Araçuaí" e objetivou compreender as dinâmicas que marcam esse espaço de relações múltiplas. Os meses de observação e imersão no mercado revelaram a riqueza das trocas que se dão naquele lugar, criado prioritariamente para a venda de mercadorias pelos pequenos produtores rurais e artesões da região, mas que se mostra um espaço de trocas, vivências culturais e sociais.

Tanto a experiência com a pesquisa do mercado quanto o contato diário com os estudantes do IFNMG foram abrindo o meu olhar para um território para o qual até então eu não havia me atentado: o universo rural. Sucessivas vezes esse universo foi me sendo apresentado - nas histórias de alunos e de suas famílias, nos dias de aula inviabilizados pela ausência de estudantes que não conseguiram chegar à instituição por causa da chuva que bloqueou as estradas, na vida dos produtores que plantam e colhem cada produto que é ofertado no mercado e na feira. Essas histórias ecoavam familiares e me remetiam as histórias de meu pai, hoje com 72 anos, que viveu parte da infância e adolescência em uma área rural próxima à cidade de Divinópolis, em Minas Gerais. Paradoxalmente, da mesma forma que as histórias e os relatos me traziam surpresas e reflexões sobre as especificidades da vida nesse território (Como pode um aluno não vir à aula porque choveu e não é possível passar pela estrada de terra? Como pode um produtor rural, para vender seus produtos na feira de sábado, ter que sair a cavalo na sexta-feira ainda à tarde?), havia uma certa familiaridade e empatia com aquele universo.

1.1.2 O toque: o encontro entre a velhice e o rural

Nesse ínterim, já como aluna do curso de Doutorado em Administração e com uma trajetória de pesquisa sobre a velhice, esses universos foram se cruzando. O interesse pela velhice foi despertado alguns anos antes, enquanto ainda era bolsista de iniciação científica. O estranhamento pelo interesse nesses sujeitos esteve sempre presente e muitos foram os questionamentos sobre o porquê da escolha de uma temática tão triste, "você é tão jovem!". No mestrado, eu me inseri em uma Instituição de Longa Permanência e busquei compreender quais eram os sentidos subjetivos da velhice e como a instituição lidava (ou não) com essas construções. Foi necessário falar de dependência, relações familiares e sociais e da morte. Foi muito instigante identificar a nossa negação em relação a vários desses temas e o quanto isso

gera situações de exclusão e de abandono. O mergulho foi profundo e a única certeza era a de que não me interessava ver os idosos como nicho de mercado, como talentos potenciais para repensar a gestão de pessoas ou mesmo ainda como números que aterrorizam o sistema de saúde e o previdenciário.

Se não pela grande admiração que sempre senti pelos velhos como histórias vivas - e como eu tenho prazer em ouvi-las - muito me chamava a atenção o lugar ocupado pelos velhos em nossa sociedade. Mais uma vez aqui atribuo essas afetações a meu pai, que por vezes acompanhei sofrendo com esse não-lugar. Embora com uma capacidade de aceitação particular que hoje reconheço claramente como uma postura sábia frente à vida, em vários momentos presenciei-o lamentando que uma vida inteira de trabalho não teria sido suficiente para uma velhice com dignidade. Nesse sentido, a velhice me mobiliza, me afeta e me inquieta. Não importa a minha idade, não me amedronta a intensidade desse tema, sinto-me em casa.

No desenvolvimento do projeto de pesquisa no mercado municipal de Araçuaí, a velhice e o rural tocaram-se e me tocaram de forma ainda mais intensa. Nas observações, entrevistas e (re)construção da história da organização, a participação dos velhos foi fundamental. Foi em longas conversas sentada em frente às barracas e pequenos armazéns que o conhecimento sobre aquele espaço e seus habitantes foi ganhando cor e forma. São velhos que contam histórias, que comercializam seus produtos e que vivem naquele espaço. Ainda que não presentes, são lembrados pelos seus filhos e netos que hoje assumiram a comercialização dos produtos, em grande parte cultivados em pequenas propriedades rurais da região. Esse encontro entre a velhice e o rural passou a despertar cada vez mais o meu interesse e tornou-se, a partir de então, o foco da investigação - ainda que de forma ampla e pouco delimitada.

1.1.3 O pouso: a abertura de um campo-tema

Já embebida pelas leituras pós-estruturalistas, o entendimento de que não se trata de *Uma* mas de *múltiplas* velhices foi se tornando cada vez mais claro. Nesse momento, embora o interesse de explorar essa multiplicidade já se fizesse presente, ainda não estava claramente delineado qual seria o campo-tema dessa pesquisa. Como esclarecem Corrêa e Medrado (2016, p. 153), esse campo-tema seria

[...] uma produção a partir de redes de sociabilidade e materialidade acionadas pelos pesquisadores, de sorte que não é possível pensar num campo que possui determinado

assunto, mas num assunto (ou num conjunto deles) que constitui um dado campo a partir das redes que aciona.

As vivências com os alunos, com a instituição e a experiência advinda da pesquisa no mercado e na feira foram, paulatinamente, construindo sentidos. Quais velhices ou modos de existência da velhice estão sendo experienciadas nesse espaço? Como é envelhecer nesse território? Dessa forma foi-se constituindo um centro (ainda que móvel) acerca do qual a tese foi sendo (re)pensada. Não seria também uma forma de contribuir para essa comunidade que tão bem me acolheu?

Essa contribuição, no nosso entendimento, abarcaria, em meio a essas linhas e formas, entrar na discussão sobre questões como a relação desses sujeitos com o território, as formas de produção e trabalho e a atuação das políticas públicas a eles direcionadas. Dentro da Administração e dos Estudos Organizacionais, a velhice ainda é uma temática pouco abordada e, quando o é, fala-se de consumo, de estilo de vida e dos excessivos custos aos cofres públicos. Parece-nos relevante ampliar essas discussões, lançando olhares sobre o que de fato afeta e permeia a construção cotidiana da vida desses sujeitos. Nesse sentido, retomamos o interesse teórico-epistemológico de abarcar a diferença, recusando a forma homogeneizada de se pensar e agir sobre a velhice.

Se estou falando de uma velhice socialmente construída, de um vir a ser (devir) que se dá em meio a vários agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1995a), a esquematização dessa rede foi se mostrando um caminho necessário. Buscando fundamentos para essa abordagem pautada na complexidade, entendi que somente seria possível prosseguir empreendendo uma leitura ampla e aberta da realidade, o que vai ao encontro da perspectiva cartográfica de mapeamento das linhas, forças e intensidades. A cartografia é capaz de identificar o singular, buscando mapear o transitório, o local, o campo de forças que acompanha determinada situação, de modo a abarcar, ainda que provisoriamente, essa complexidade que ali se faz presente e atuante (MAIRESSE, 2003). Cartografar a velhice marcada pelo universo rural passou a ser então uma possibilidade de campo-tema para a pesquisa.

A partir desse momento em que forjei tal campo-tema, foi possível revisitar o território lançando olhares mais focados, identificando que movimentos e questões poderiam ser elaboradas.

1.1.4 O reconhecimento atento: definições transitórias e experimentações

Revisitando o campo-tema da pesquisa, comecei a definir, ainda que de forma transitória, os caminhos pelos quais especificamente iria submergir. Como coloquei anteriormente, optei por compreender essa realidade como um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995a), permeado por linhas, sejam elas duras, flexíveis ou linhas de fuga. Essas linhas se movimentam, por vezes compondo estratos e segmentos, por vezes ensejando espaços de resistência e ressignificação. O que me propus a fazer foi, por conseguinte, lançar-me nesse rastreamento com alguma direção, mas de forma que prevalecesse a experimentação e a construção processual.

Para isso, atentei-me para o exercício do uso da atenção sensível, ao contrário da atitude já naturalizada de selecionar informações do objeto de estudo a partir de critérios objetivos. É importante ressaltar que não se trata, por outro lado, de um relativismo ou subjetivismo, uma vez que a base está atrelada ao plano da experiência e a realização de práticas concretas (KASTRUP, 2007). Essa postura me permitiu reconhecer e delimitar esse campo de experimentação, cujo principal cenário revelou-se ser o cotidiano. Spink (2007) defende, dentro dessa perspectiva, que, ao invés de pesquisar o cotidiano, pesquisamos no cotidiano. Tal sutil distinção demarca a diferença entre considerar o objeto como algo externo e observável, passível de uma descrição detalhada, e a investigação de algo do qual somos partícipes, pois, "fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações" (SPINK, 2007, p. 7).

Nesse sentido, optei por pesquisar no cotidiano capturando narrativas que de certa forma pudessem revelar linhas, forças e formas inscritas naquele campo-tema. Nesse sentido, encontramos em Clandinin e Connely (2015) o sentido de pesquisa narrativa tal qual me apropriei, a saber, a compreensão de que ela se presta à capturar as experiências, sendo esse o fenômeno a ser investigado. Para os autores, as pesquisas narrativas têm como traços fundamentais a temporalidade, a sociabilidade e o lugar. Essa perspectiva tridimensional, a qual inclui justamente compreender o fenômeno em relação ao presente, passado e futuro; a compreensão contextual que envolve as condições de vida dos sujeitos envolvidos e, por fim, a identificação dos limites espaciais onde o fenômeno acontece. Tal perspectiva contribui, portanto, para a tentativa de aproximação de um determinado fenômeno marcado pela complexidade.

Mas que narrativas iria recolher? Nesses momentos de decisões provisórias, defini apenas o óbvio: sujeitos velhos que vivem no rural serão os principais narradores. Utilizei o mercado municipal e a feira como ponto de partida, mas a atenção sensível bem como o próprio movimento da pesquisa no cotidiano foram abrindo outros caminhos.

1.1.5 O mapa da pesquisa

O projeto de pesquisa realizado no mercado municipal e na feira de Araçuaí evidenciou questões relevantes como a importância do rural para a sobrevivência do urbano em diferentes sentidos, tanto em termos de abastecimento quanto de consumo. De acordo com a prefeitura da cidade, a feira foi constituída para a venda da produção dos trabalhadores rurais e artesões da região. Nela uma diversidade de produtos é vendida: verduras, frutas, temperos, carnes, dentre outros. Os vendedores não se restringem aos pequenos produtores rurais, mas eles representam o foco principal dessa organização. Ao longo da pesquisa, os feirantes foram entrevistados e a tradição foi um importante aspecto identificado: várias barracas são hoje comandadas por pessoas que herdaram o espaço e a atividade de pais e avós. Alguns velhos ainda permanecem no mercado, vendendo seus produtos; outros deixaram de ir, mas suas histórias em algum momento se cruzam com a desse espaço singular.

Inicialmente me propus a experimentar o campo-tema da pesquisa nesse espaço, deixando-me afetar pelas relações e sujeitos que o compõem. Nesse momento, durante os primeiros dias de produção de dados, foram feitas sucessivas visitas ao mercado e à feira, com o intuito de conhecer, conversar e explorar. Tendo em mãos um diário de bordo (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014), tudo foi devidamente registrado de modo a, posteriormente, contribuir para a construção/visualização do rizoma da velhice e trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha.

Como disse ainda na introdução, paralelo a essas visitas de imersão, segui mapeando outros atores sociais que poderiam, de alguma forma, se inserir significativamente nessa rede complexa, começando pelo poder público. Realizei entrevistas com representantes da prefeitura e de órgãos que compõem as redes municipais de saúde e assistência social (Atenção Básica Municipal, Unidades Básicas de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social). Em cada uma das entrevistas, outros atores eram citados como relevantes dentro do campo-tema, e assim novas conversas foram sendo agendadas.

Ainda na entrevista com representantes da prefeitura, um ator social chamou bastante atenção pela sua relação direta com a proposta de pesquisa apresentada: o sindicato dos trabalhadores rurais. A partir dessa sinalização, fiz a visita ao sindicato e outras portas se abriram especialmente no que se refere aos sujeitos velhos. Nas várias visitas ao sindicato e nas participações em eventos que diziam respeito ao universo dos trabalhadores rurais (Reunião do Conselho da APA do Lagoão; I Conversa ao Pé do Tamboril), outros atores atuantes nesse universo foram sendo identificados: Ação Social Santo Antônio, Associar e Cáritas Diocesana.

Em um processo de bola de neve, os velhos foram sendo indicados, seja por membros do sindicato, que são também trabalhadores rurais, seja por profissionais "da ponta" dos órgãos municipais, assim como também por membros das instituições do terceiro setor. As indicações desses sujeitos se davam após a explicação sobre os interesses da pesquisa em compreender a velhice rural e o trabalho na região. A única orientação é que fossem velhos trabalhadores rurais que vendem ou que em algum momento de sua vida venderam seus produtos no mercado municipal e na feira de Araçuaí. Essas indicações, que por vezes se desdobraram em acompanhamento nas visitas às casas desses sujeitos, mostraram-se fundamentais para a realização da investigação.

A experiência de coletar as narrativas dos velhos foi intensa e repleta de afetamentos, os quais certamente estarão presentes nos próximos capítulos dessa tese. Por enquanto, cabe aqui destacar os desafios dentro da perspectiva da produção dos dados. Os trechos do diário de bordo ilustram alguns desses desafios que envolveram, por exemplo, o deslocamento até as comunidades.

Saímos do instituto às 7 h da manhã rumo à comunidade das Tesouras. Fomos eu, Fabrício, Jeane, Ivani e Cisco. A expectativa é muito grande, de como serão as conversas e principalmente quanto à estrada - as notícias são de uma estrada em condições muito ruins. A primeira casa, de Dona Lia e Seu João Branco, está a 44 km de Araçuaí. A estrada tem apenas 13 km de asfalto, o restante (31 km) é de terra. A estrada é precária, é muita poeira, terra fofa. Carros pequenos passam com muita dificuldade. Em alguns trechos apenas um veículo por vez, ou seja, se encontrarmos com o ônibus escolar, teremos que retornar de ré. Estamos em uma caminhonete 4x4 e mesmo assim, em alguns trechos, sentimos o veículo "patinando". O motorista Cisco nos avisa: Se chover, não tem como passar. As paisagens, no mês de agosto, são de uma seca árdua. Muita terra e pouquíssimo verde. A falta de água é evidente (Anotações do diário de bordo, 24/08/17).

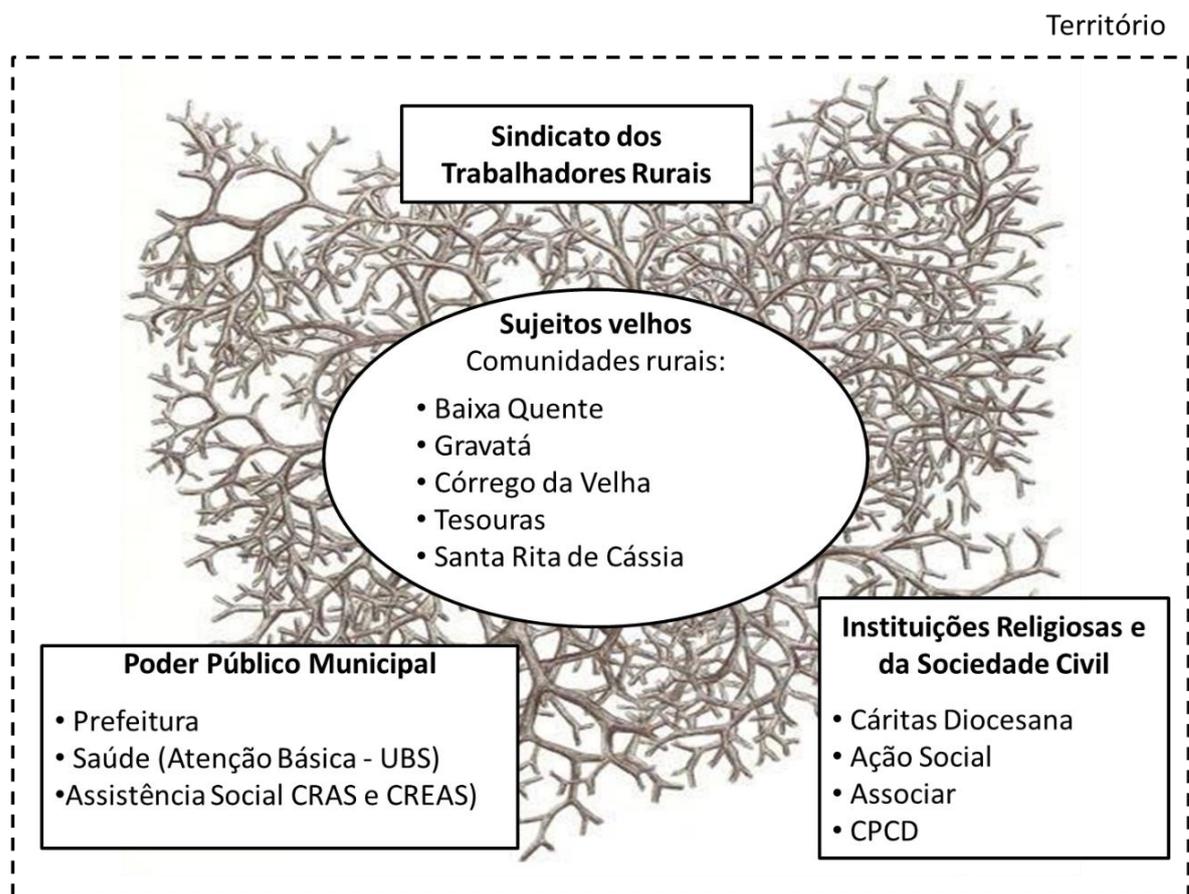
Estamos hoje em um carro pequeno alugado. As pedras batem na parte inferior do carro, e as fissuras na estrada de terra dão a impressão de que o carro vai se desmontar. Não há sinalização e todos os caminhos parecem iguais. Estamos apreensivos cada

vez que uma moto aparece, as notícias de assaltos nas estradas têm sido frequentes (Anotações do diário de bordo, 27/08/17).

Hoje seguimos para a comunidade de Gravatá de Cima, Córrego da Velha do Meio e de Cima. A paisagem me parece ainda mais seca. Estamos no caminho e já tivemos que retornar de ré duas vezes porque em alguns trechos passa apenas um veículo por vez. Em alguns trechos, parece que não vamos conseguir passar, nem mesmo de caminhonete. Me pergunto como os moradores dessa comunidade fazem cotidianamente para se locomoverem (Anotações do diário de bordo, 31/08/17).

A partir desse processo orgânico de produção de dados, o seguinte mapa da pesquisa se configurou.

Figura 1 - Mapa da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Com o mapa acima, busquei representar a constituição do território cartografado, que se deu dentro da perspectiva da complexidade com múltiplos atores, sujeitos e relações. Apenas para fins didáticos e para identificação na análise dividirei as narrativas em três grupos: narrativas do poder público (prefeitura, órgãos da saúde e da assistência social), narrativas de instituições da sociedade civil e religiosas (sindicato, instituições religiosas e da sociedade civil) e narrativas

dos participantes (histórias de velhos). O quadro abaixo traz o panorama geral das narrativas recolhidas.

Quadro 1 - Narrativas produzidas na pesquisa

Grupo	Subgrupo	Especificação
Poder Público	Gestão	Prefeitura
	Assistência Social	Coordenação
		CRAS 1
		CRAS 2
		CREAS
	Saúde	Coordenação da Assistência Básica de Saúde
		Coordenação PSF 1
Coordenação PSF2		
Patrimônio Municipal	Dostoievsky Brasil	
Instituições e da Sociedade Civil	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Diretoria 1
		Diretoria 2
	Ação Social	Coordenação
	Cáritas Diocesana	Coordenação
	Associar	Coordenação
AMEJE	Gestão	
Velhos	Comunidade de Tesouras de Cima	Dona Lia
	Comunidade de Tesouras de Cima	Seu João Franca
	Comunidade de Tesouras de Cima	Dona Marlene
	Comunidade de Tesouras de Cima	Seu Emílio
	Comunidade de Tesouras de Cima	Dona Isaura
	Comunidade de Tesouras de Cima	Seu Zezé das Tesouras
	Comunidade Gravatá de Cima	Dona Santa
	Comunidade Gravatá de Cima	Seu Erotides
	Comunidade Córrego da Velha do Meio	Seu Milton Granja
	Comunidade Córrego da Velha do Meio	Dona Íris
	Comunidade Baixa Quente	Dona Luruca
	Comunidade de Setúbal	Seu Arlindo
	Comunidade de Setúbal	Seu Wilson
	Comunidade Santa Rita de Cássia	Seu Antônio da Velha
	Comunidade Barra do Gravatá	Seu Sebastião

Fonte: Elaborado pela autora.

De um modo geral, o material coletado foi de 30 narrativas que se dividem entre os grupos apresentados. Sobre as histórias de velhos que acabei de apresentar, essas foram selecionadas entre os sujeitos com os quais conversei de modo que: representassem as comunidades com as quais tive um contato mais intenso; constituíssem um grupo de homens e mulheres; sujeitos que

autorizaram (mais que isso, desejaram) coconstruir sua história e apresentá-la em sua integralidade. Foram eles¹³:

Quadro 2 - Velhos das narrativas biográficas

Nome	Idade	Comunidade	Atividade
Seu Zezé das Tesouras	77 anos	Tesouras de Cima	Liderança comunitária/Trabalhador rural
Seu Milton Granja	67 anos	Córrego da Velha do Meio	Trabalhador rural
Dona Santa	79 anos	Gravatá de Cima	Trabalhadora rural
Seu Antônio da Velha	67 anos	Santa Rita de Cássia	Diretor do sindicato/Trabalhador rural
Dona Luruca	78 anos	Baixa Quente	Trabalhadora rural/Artesã
Dona Lia	79 anos	Tesouras do Meio	Trabalhadora rural

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe dizer, nesse momento, que as análises que apresentarei nos capítulos seguintes são compostas por trechos das narrativas desses sujeitos. Para isso, adotei dois critérios, a saber: as narrativas dos velhos serão sempre identificadas pelos seu próprio nomes seguido pela idade (processo negociado e, como dito anteriormente, identificado como um desejo deles); e as demais narrativas, de modo a preservar as identidades dos entrevistados, serão sinalizadas a partir do grupo ao qual pertencem¹⁴. As narrativas do poder público são divididas em quatro subgrupos (Poder Público 1, Poder Público 2... Poder Público 4), conforme apresentados no Quadro 1. Já as narrativas institucionais foram divididas em 5 subgrupos (Institucional 1, Institucional 2... Institucional 5). A numeração dessas narrativas foi feita de forma aleatória, ou seja, não corresponde à ordem de subgrupos apresentada no Quadro 1¹⁵.

¹³ Esses sujeitos estão inseridos entre as 30 narrativas produzidas e apresentadas no quadro 1, acima. O quadro apenas traz mais informações sobre eles.

¹⁴ A exceção, nesse caso, aplica-se aos relatos de Dostoiévsky Brasil, servidor da prefeitura de Araçuaí identificado nominalmente no texto devido sua formação em história e reconhecida dedicação aos estudos sobre as memórias da cidade. O participante autorizou sua identificação, bem como realizou uma revisão do texto.

¹⁵ Não nos interessava, no que tange às narrativas dos participantes do Poder Público e Institucionais, delimitar posições de cada subgrupo em específico, ou seja, dizer, por exemplo, que o código Poder Público 1 corresponde aos profissionais da área da saúde. Isso porque tentamos, dentro do possível, resguardar cada um dos participantes da pesquisa. Nesse sentido, ao dizermos, por exemplo, que uma determinada narrativa é do Poder Público 3, ela pode ser de qualquer subgrupo explicitado. O único cuidado que tivemos foi o de manter a mesma identificação ao longo de todo o trabalho.

Retomando as narrativas dos velhos, especificadas no Quadro 2, algumas questões me parecem merecer um olhar mais atento. A primeira delas refere-se ao porquê da delimitação de 6 histórias, as quais apresentei ainda no início do trabalho. Como mencionei, a constituição do mapa de pesquisa foi um processo orgânico construído entre idas e vindas e em diálogo com os diversos personagens. Ao final do desenho desse mapa, cheguei a uma configuração que incluía 5 comunidades rurais pesquisadas, das quais a proposta era a de que pelo menos um velho teria sua história contada, atendendo aos critérios já mencionados. Paralelo a esse objetivo de selecionar velhos representantes de cada comunidade, também optei por realizar um estudo que contemplasse homens e mulheres do campo, tendo em vista o interesse de observar os efeitos das diferenças de gênero na constituição da velhice e do trabalho nesse território, ainda que este não fosse um objetivo específico da tese. Sendo assim, cheguei ao número final de 6 histórias de velhos (3 homens e 3 mulheres), embora ao longo de todo o percurso cartográfico um número maior de sujeitos velhos tenha participado e contribuído essencialmente para a sua construção (ver Quadro 1). Por fim, quero mencionar que a ordem de apresentação das histórias dos velhos foi propositalmente desordenada, sem uma sequência lógica e estruturada, tendo em vista a sua proposta prioritariamente experimental.

Outro aspecto fundamental que aqui destaco foi a vigilância constante em relação aos parâmetros éticos para a realização, não apenas da produção das narrativas, mas do trabalho como um todo. Isso significou desde a utilização dos procedimentos formais, como a explicação detalhada dos objetivos de pesquisa e a assinatura do Termo de Livre Consentimento (TLC) (Apêndice A) por todos os participantes, mas também da observância, durante todo o processo da pesquisa, se permanecia o interesse das pessoas em participar, de uma atitude respeitosa frente ao que eles gostariam ou não de narrar, da negociação constante sobre aquilo que seria escrito, enfim, de que em nenhum momento a pesquisa (ou a pesquisadora) se tornasse invasiva ou inconveniente.

Tendo em vista todos esses cuidados, a pesquisa foi sendo construída a partir de diferentes experiências e, como disse anteriormente, por caminhos inicialmente impensados. O que me possibilitou esse movimento foi um mergulho nos fundamentos teóricos sob os quais repousam a cartografia, os quais serão apresentados em seguida.

1.2 Buscando respaldos para uma experiência de produção de dados

1.2.1 Por uma analítica cartográfica (Ou Da crise da lógica da representação à emergência do corpo vibrátil)

A cartografia pertence tradicionalmente ao campo de estudos da Geografia e pauta-se na busca pela precisão matemática e estatística: a ciência dos mapas. Tal caminho permite localizar territórios, relevos, regiões e suas fronteiras, além de evidenciar características demográficas. A cartografia foi então apropriada pelas ciências sociais de modo a contribuir para a compreensão dos objetos que são próprios a esse campo de conhecimento (PRADO FILHO; TETI, 2013), pois, como explicita Rolnik (2016, p. 23), “paisagens psicossociais também são cartografáveis”. Entretanto, discute-se que a cartografia tradicional pauta-se na lógica da representação, o que tornaria seu alcance restrito e pragmático (PERÁN, 2013). Nesse sentido, advoga-se a sua apropriação a partir de um olhar crítico sobre os territórios sociais e suas múltiplas composições; uma *outra* cartografia que seja capaz de aceitar e apreender a complexidade.

Em 2016, Suely Rolnik escreveu um prefácio à nova edição de sua obra “Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo”, publicada no mesmo ano. Relembrando os contornos contextuais que marcaram a escrita da primeira edição do livro publicado em 1989, a autora argumenta que seu olhar naquela obra já se voltava para a compreensão acerca de como se dava o processo de subjetivação a partir de uma concepção atrelada aos aspectos políticos, sociais e culturais. Segundo Rolnik (2016), este é um interesse que perdura mesmo tendo passado mais de 20 anos de publicação do livro e que a leitura atual feita pela autora é a de que neste início de século não são as mesmas forças que atravessam os corpos, mas outras que merecem ser cartografadas. Nesse sentido, Rolnik ressalta algumas das questões que marcam a nossa contemporaneidade: “Como nossa subjetividade é capturada pela fé na religião capitalista? Como nossa força de criação é drenada pelo mercado?” ou ainda, **“Que modos de existência estão sendo experimentados neste mundo flexível do pós-fordismo e sua lógica rizomática?”** (ROLNIK, 2016, p. 22, grifos nossos). Ela termina o prefácio dizendo: “É a esses novos cartógrafos que dedico a reedição do presente livro” (ibidem).

Sim, sentimo-nos convidados e de certa forma contemplados com essa colocação de Rolnik (2016). É nesse sentido, destacado pela autora, que nos propusemos a construir essa tese, com o intuito de problematizar a potencialidade da cartografia enquanto analítica que pretende dar conta (ainda que parcialmente) da complexidade que marca a contemporaneidade, em especial no que diz respeito à velhice e ao trabalho rurais. Falamos de uma analítica porque partimos do entendimento de que a realidade é composta por forças, formas e relações, e, nesse sentido, faz-se necessário identificar uma analítica - muito mais do que um método - para a compreensão desses cruzamentos (SOUZA; PERTINELLI-SOUZA, 2014).

Essa concepção da realidade como um emaranhado de forças, linhas e formas é proposta por Deleuze e Guattari (1995a) na obra *Mil Platôs*, publicada no ano de 1980. Especificamente no primeiro Platô, os autores cunham o conceito de rizoma como uma forma de pensamento que irradia em várias direções, sem começo e nem fim, múltiplas entradas e saídas. Essa forma de pensamento e de composição da realidade pode ser associada ao modo de operação da cartografia, pois, como expõe Deleuze (2006, p. 48), “[...] numa cartografia, pode-se apenas marcar caminhos e movimentos, com coeficientes de sorte e de perigo. [...] análise das linhas, dos espaços, dos devires”. Inserida na lógica da complexidade, trata-se de uma proposta de compreender o território em termos de latitude e longitude (DELEUZE; GUATTARI, 1997a). Enquanto a dimensão da latitude refere-se à composição do território em suas partes (de que é composto o território?), a longitude se traduz pela potência e graus de afecção.

Martí Perán (2013), professor de Teoria da Arte da Universidade de Barcelona, defende um argumento que vai ao encontro do que discutimos nesse ensaio: mais do que adaptar, é necessário reinventar a cartografia tradicional fundada na lógica da representação. Nas palavras do autor, “trata-se de uma breve reflexão sobre como funciona a nova cartografia” (p. 105, tradução livre), isto é, outra forma de pensar os mapas e suas possibilidades de produção da contemporaneidade. O autor recorda o objetivo inicial do desenho de mapas que, ainda na época da antiguidade clássica, era associado à esfera do imaginário, como uma expressão de sonhos/desejos sobre territórios e dimensões desconhecidas. Conforme o autor, ao longo do tempo, a cartografia se tornou uma prática com vocação científica, uma máquina de guerra - fazendo referência ao conceito deleuziano - com o intuito de localizar e delinear territórios, mas também de demarcar espaços de oferta de mão de obra e de mercado consumidor. Mais adiante, os mapas passaram a incorporar definitivamente o arcabouço confirmatório e legitimador da ciência, sendo capaz de localizar cada coisa em seu lugar.

Segundo o autor, a lógica por trás da construção de conhecimento na modernidade repousa na lógica da representação. Mas em que consistiria tal lógica? Ele explica que a cultura ocidental acredita que o sentido das coisas, ou seja, aquilo que nos permite definir a noção de valor, de bem e de beleza é proveniente da experiência. No entanto, a vida seguiria o imperativo de ser vivida, o que não lhe permitiria “[...] permanecer amparada constantemente na operação de buscar sentido na experiência. *A vida não quer ficar deduzindo sentidos, a vida quer viver*” (PÉRAN, 2013, p. 107, grifos no original, tradução livre). Nesse sentido, abre-se um campo contraditório em que os sentidos necessários à vida são imanentes da experiência, no entanto, a vida não se dá ao trabalho de esperar a dedução constante desses sentidos, ela simplesmente se realiza. A solução para esse impasse estaria, segundo o autor, na criação de uma espécie de armazém de sentidos, em que estes estariam disponíveis para a vida, sem a necessidade constante da autorreflexão acerca da experiência. Nas palavras do autor,

A lógica da representação e suas estruturas institucionais são os depósitos onde a cultura moderna guarda suas noções de valor, as noções de sentido para liberar a vida de constantemente se ocupar da reflexão sobre si mesma e sobre o valor de si mesma (PÉRAN, 2013, p. 107, tradução livre).

Sendo assim, o autor evoca a complexidade do mundo contemporâneo para dizer que os sentidos mantidos pelas instituições são incapazes de dar respostas às mudanças que vivemos por três razões principais. A primeira delas seria em função da especialização, ou seja, pelo fato de que cada instituição conserva seu nicho de conhecimento e de produção de sentidos, como coloca o autor, “[...] temos depositado no museu o sentido estético; no parlamento o sentido da experiência política, e, na ciência, o sentido da verdade objetiva” (p. 108, tradução livre). Tal divisão entre especialistas garante a cada um deles um status de privilégio e hegemonia, comprometendo-se cada qual a não invadir o espaço do outro. A segunda razão para essa incapacidade das instituições frente ao mundo em constante mudança se daria, justamente, pela sua falta de atualização e tendência à manutenção, “[...] porque [a instituição] não é porosa aos reingressos de sentidos que o mundo da vida tem nos ofertado constantemente” (p. 109, tradução livre). A terceira razão – e talvez a mais expressiva – consiste na conversão da estrutura institucional em uma estrutura de poder. Nas palavras do autor, “o sentido, emoldurado pela esfera institucional, não encontra nele um eco da experiência, e sim de um dogma indiscutível” (p. 109, tradução livre). A cartografia, segundo o autor, prestar-se-ia a esse papel e a essas mesmas debilidades, na medida em que seria responsável por decidir “[...] o que é visível e o

que não é visível” (p. 109, tradução livre). Isto é, o que merece ou não a ser incorporado no mapa?

Essa perspectiva encontra ressonâncias na discussão da Filosofia da Diferença (MACHADO, 1990), especialmente nos escritos de Deleuze e nas suas obras em parceria com Félix Guattari. Tal empreendimento filosófico pauta-se no argumento central de que a vida é pura diferença, e não apenas representação e identidade. Segundo Leopoldo Silva (2017), o pensamento ocidental se desenvolveu a partir dessa lógica da representação, em detrimento de outras. Nesta, percebe-se um desejo de que as coisas permaneçam as mesmas com o passar do tempo, sendo a mudança indesejável. O autor explica que, nessa perspectiva, a mudança existe, mas ela é incapaz de alterar a qualidade das coisas em si. Tal modo de pensar existe desde a filosofia antiga, destacando-se nessa tradição o pensamento de Aristóteles. O pensamento pautado na diferença, por conseguinte, entende que a exaltação da identidade seria apenas uma convenção, ou seja, uma questão de caráter prático para a realização da vida. Nesse sentido, acreditar na identidade das coisas é muito mais uma questão de segurança do que um *status* de como as coisas são. Dessa forma, retomando as considerações de Perán (2013), esses sentidos resguardados pelas diversas instituições acabam por ser reificados e considerados verdades únicas, sentidos identitários e instrumentos de poder.

Machado (2006, p. 37) explica a ideia de pensamento-sem-imagem em contraposição a do pensamento-imagem, base da Filosofia da Diferença.

O objetivo de Deleuze é sempre contrapor um espaço do pensamento sem imagem, “intempestivo”, que é pluralista, heterodoxo, ontológico, ético, trágico, ao espaço da imagem do pensamento que é dogmático, ortodoxo, metafísico, moral, racional. O espaço do pensamento sem imagem é o espaço da diferença; o da imagem do pensamento é o da representação.

Nesse sentido, o que Perán (2013) anuncia é que há claramente uma crise da representação, uma vez que os sentidos que nos são “entregues pelas” ou “negociados com” as instituições não são atualizados, transversais e emancipatórios. Podemos compreender melhor essa incapacidade e insuficiência da lógica da representação por meio da leitura da vida realizada por Deleuze e Guattari (1995a). Para esses autores, a vida é um emaranhado de forças, fluxos dinâmicos que ora permanecem nesse mesmo movimento e ora se cristalizam em formas e configurações específicas. A realidade é um justaposto em que coexistem esses diferentes

elementos em constante interação. Para compreender essa perspectiva proposta pelos autores, é necessário mergulhar em um de seus conceitos fundamentais: o conceito de rizoma.

Tal conceito foi desenvolvido pelos autores na introdução da obra *Mil Platôs* e corresponde a uma forma de pensamento pautada na complexidade¹⁶. O rizoma consiste em um emaranhado de linhas que apresentam modos de funcionamento diferentes. Inspirados pelo campo da botânica, o rizoma corresponde a uma raiz fasciculada, como a de tubérculos (grama e erva daninha), diferente da raiz pivotante, centralizada e cujo crescimento se dá por filiação. O rizoma não tem início e nem fim, é submerso (não é claramente visível) e se desdobra em um plano horizontal, sem um ponto central e nem hierarquias definidas. Esse modo de pensamento se contrapõe, portanto, à forma de pensamento tradicional que é hierarquizada, vertical, disciplinar (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

Os autores identificam três tipos de linhas que compõem o rizoma: as linhas de segmentaridade duras, as flexíveis e as linhas de fuga. As linhas de segmentaridade dura, como o próprio nome denota, são linhas marcadas pela rigidez e são da natureza do instituído. Pode-se dizer que são as linhas de mais fácil identificação, uma vez que estão normalmente relacionadas à própria formação dos sujeitos, como o percurso família-escola, escola-trabalho, trabalho-aposentadoria. São as linhas que delinham as classificações: sexo, classe, nível, dentre outros. Pode-se dizer que as linhas duras remetem ao nível de realidade que se apresenta como dado, naturalizado. Seu caráter permanente tende a afastar o questionamento e a repulsa. Já as linhas flexíveis são de natureza mais maleável e se modificam, ainda que em pequenas proporções. Por fim, as linhas de fuga são aquelas que se associam ao novo, à mudança, à reconstrução. Em função disso, comportam-se de forma completamente oposta às linhas duras, pois permitem os escapes e as resistências ao instituído (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Ao explicar o conceito de rizoma, os autores trazem a cartografia como uma de suas características. Isso porque é inerente ao rizoma a ideia processual e dinâmica, uma vez que sua composição é de fluxos de forças. Nesse sentido, tem-se no rizoma a construção de um mapa variável,

¹⁶ O conceito de rizoma, apresentado ainda na introdução, será retomado nos capítulos posteriores, com maior detalhamento.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. [...] Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que sempre volta ao ‘mesmo’ (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 22).

Essa contraposição ao decalque remete à ideia do afastamento da representação fixa e essencial do pensamento-com-imagem, ou seja, de uma tendência do pensamento à reprodução, ao mesmo, à identidade. A cartografia caminha em um sentido contrário em que prevalece a diferença, a mudança e o movimento. Nesse sentido, como repensar então a cartografia? Como liberá-la da lógica da representação? Não há um modelo a ser seguido, até mesmo porque isso iria de encontro com toda a lógica da diferença sob a qual está pautado o que estamos chamando aqui de uma outra prática cartográfica. Como expõe Rolnik, torna-se primordial compreender que

[...] “entender”, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima – céus da transcendência -, nem embaixo – brumas da essência. O que há em cima, em baixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão (ROLNIK, 2016, 66, grifos no original).

Intensidades, linhas e forças: esta é a natureza do universo de trabalho do cartógrafo. Dessa forma, essa outra cartografia pauta-se muito mais em um mapeamento dinâmico dessas forças e fluxos que emergem no/dos territórios do que da ideia tradicional, estática e seletiva de localizar as coisas, de decidir entre “[...] o que é visível e o que não é visível” (PERÁN, 2013, p. 109, tradução livre). Nesse sentido, a questão orientadora desse processo cartográfico nos parece ser muito mais o que foi colocado por Deleuze (2002, p. 87) ao dizer “o que pode um corpo?”. É nesse sentido que Rolnik (2016, p. 23, grifos nossos) explica que a

[...] tarefa do cartógrafo (é) **dar língua para afetos que pedem passagem**, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagem que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.

Partindo então dessa concepção de que há de fato uma crise da representação, como discutido por Perán (2013), e que uma *outra* cartografia pode ser pensada a partir da lógica da vida como fluxo de linhas e forças, como rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1996), seguimos com o entendimento de que a analítica cartográfica se coloca a serviço de um retorno à experiência, aos sentidos, aos afetos. Como coloca Perán (2013, p. 109, tradução livre), “regressar à

experiência é um imperativo histórico”, o que implica mudanças na cartografia tradicional e na sua lógica de representação dos territórios.

Para tanto, uma mudança fundamental explicitada por Rolnik (2016) diz respeito à necessária emergência do corpo vibrátil. Em uma proposta que pretende acessar os afetos, as linhas e forças, é fundamental lançar mão de algo que permita ir além do “olho-do-visível” (p. 39). A autora explica que nossos órgãos do sentido possuem uma dupla capacidade: cortical e a subcortical. A primeira corresponde à nossa capacidade de atribuir sentidos às coisas a partir da nossa percepção sobre suas formas, associando a elas as representações de que dispomos. Nas palavras de Suely, “esta capacidade cortical do sensível é a que permite conservar o mapa de representações vigentes, de modo que possamos nos mover num cenário conhecido em que as coisas permaneçam em seus devidos lugares, minimamente estáveis” (2006, p. 2). Já a segunda capacidade, a subcortical, remete à compreensão do mundo como um campo de forças, em que nós e os outros somos parte desse mesmo campo.

O exercício desta capacidade está desvinculado da história do sujeito e da linguagem. Com ela, **o outro é uma presença viva feita de uma multiplicidade plástica de forças que pulsam em nossa textura sensível, tornando-se assim parte de nós mesmos.** Dissolvem-se aqui as figuras de sujeito e objeto, e com elas aquilo que separa o corpo do mundo (ROLNIK, 2006, p. 3, grifos nossos).

Essa segunda capacidade associada aos órgãos do sentido é denominada pela autora de corpo vibrátil. Nesse sentido, a emergência desse corpo vibrátil, enquanto via para a apreensão das forças que compõem a realidade da vida, seria parte fundamental para a construção de uma *outra* analítica cartográfica, que não descarta as representações, mas insere junto delas a capacidade de criação e invenção anestesiadas quando não há a utilização desse corpo vibrátil. Dessa forma, falamos de uma “[...] capacidade do corpo, que não é o corpo dos órgãos da medicina, nem do fitness, mas é esse corpo em sua vulnerabilidade ao mundo. Essa capacidade é a nossa principal bússola, é o nosso principal instrumento que como vivos humanos temos [...]” (ROLNIK, 2010). Dar vazão ao corpo vibrátil significa, portanto, a abertura a uma sensibilidade para aquilo que está para além do visível, estar vulnerável ao mundo enquanto campo de forças.

Após essa breve discussão acerca da crise da lógica da representação e a necessária emergência do corpo vibrátil para o desenho de uma *outra* cartografia, iremos nos dedicar em seguida a elencar os elementos-chave para a construção de uma analítica cartográfica.

1.2.2 Elementos-chave para uma analítica cartográfica

Um primeiro aspecto fundamental quando se propõe o empreendimento de uma analítica cartográfica é a compreensão de sua natureza teórico-metodológica. Em nenhum momento, portanto, estamos falando de uma proposta metodológica no sentido comumente utilizado, em que uma série de procedimentos poderiam ser elencados de modo a criar uma receita a ser seguida (KASTRUP, 2007). Isso porque a proposta da cartografia é consoante a uma perspectiva de ciência que se distancia dos moldes da tradição platônico-racionalista, pautado na busca de verdades e de causas e efeitos (REGIS; FONSECA, 2012). Concordamos com Prado Filho e Teti (2013, p. 46) quando afirmam que “é bom lembrar que existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado [...]”. E, seguindo tal perspectiva, emerge a figura do cartógrafo tal qual desenhada por Regis e Fonseca (2012):

As cartografias são sempre resultados parciais, lances de uma viagem em terras estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir (p. 273).

Amador e Fonseca (2009) discutem um dos mais importantes aspectos que envolvem a analítica cartográfica: a ideia de que não há uma coleta de dados, mas sim uma produção dos dados da pesquisa. Essa proposição deriva da necessária imersão do pesquisador no campo para a realização do mapeamento daquilo que escapa à representação. Como colocam Kastrup e Passos (2013, p. 264), “partimos do pressuposto de que o ato de conhecer é criador da realidade, o que coloca em questão o paradigma da representação”. É nesse sentido que Amador e Fonseca (2009) argumentam que, se há produção e não apenas coleta de dados, o processo cognitivo exercitado pelo pesquisador aproximar-se-ia da dimensão inventivo-intuitiva proposta por Bergson (1984, p. 31), ou seja, a cartografia demandaria “(...) uma cognição muito mais capaz de inventar o mundo”. Dito de outro modo, para cartografar, o pesquisador precisaria muito mais de sua intuição e capacidade inventiva do que da inteligência (capacidade explicativa e muitas vezes causal) propriamente dita – embora não haja uma separação definitiva entre elas.

É interessante destacar que a intuição, para Bergson (1984), é da natureza do imediato e da afetação. Isto é, remete ao encontro com o objeto, consciência imediata que precede qualquer tentativa de explicação (inclusive mediação pela linguagem). Nesse sentido, a tentativa de exprimir a experiência a partir de conceitos já existentes torna o processo já de início obscuro,

pois “(...) ela (a intuição) é aquilo que atinge o espírito, a mudança, a duração, a mudança pura” (AMADOR; FONSECA, 2009, p. 32). O que as autoras fazem, portanto, é discutir como a intuição enquanto método filosófico pode se colocar a serviço da cartografia como método de pesquisa. É importante destacar que o exercício da intuição, nos moldes traçados por Bergson (1984) e pelo próprio Deleuze (1999), refere-se a um procedimento rigoroso, assim como se propõe a cartografia, escapando dos riscos de uma definição costumeira de intuição.

E o que se espera então como objetivo do exercício cognitivo intuitivo e inventivo? Kastrup e Passos (2013) esclarecem que o que se busca é a criação de um plano comum. Um aspecto primordial é esclarecer que esse plano comum nada tem a ver com uma suposta homogeneidade ou identidade entre os atores participantes. Dito de outro modo, estabelecer um plano comum não significa criar um “espaço” de consenso, mas “(...) um fundo virtual, apresentando-se como uma vitalidade social pré-individual, pura heterogeneidade e não totalizável” (p. 264). Isso significa que a criação de um plano comum é, na realidade, a construção de um comum na diferença. A resolução dessa aparente relação paradoxal só se faz possível a partir do entendimento do conceito de transversalidade, proposto por Guattari (1987). Segundo o autor, a transversalidade é “[...] uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o da pura verticalidade e o da pura horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e, sobretudo nos diferentes sentidos” (GUATTARI, 1987, p. 96).

Isso significa que, na dimensão da transversalidade vários elementos, conceitos e campos distintos são conectados, mantendo a complexidade. Ela seria capaz de desestabilizar os dois eixos organizativos que permeiam a comunicação nos grupos: o vertical (que corresponde à hierarquia) e o horizontal (que corresponde à homogeneização), fazendo com que o coletivo e o comum possam então emergir. Nesse sentido, o grupo que compõe a pesquisa é muito mais do que uma reunião de pessoas e coisas, “[...] pois comporta uma dimensão fora-grupo ou dimensão da processualidade do coletivo” (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 265). Nesse sentido, buscar a construção de um plano comum na prática cartográfica é fazer uso da transversalidade de modo que seja possível evidenciar no grupo o seu caráter coletivo e heterogêneo. De modo prático, remete a ações como a derrubada de fronteiras entre disciplinas ou mesmo entre os participantes da pesquisa, realizando uma abordagem intervencionista e participativa, trazendo à tona saberes excluídos e respeitando a complexidade do objeto de pesquisa (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Vimos até o momento que uma pesquisa que se propõe a realizar uma analítica cartográfica parte do pressuposto de que os dados serão produzidos, não coletados (AMADOR; FONSECA, 2009); de que o processo cognitivo do pesquisador se aproxima da dimensão inventivo-intuitiva proposta por Bergson (AMADOR; FONSECA, 2009); e de que cartografar é buscar a construção de um plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013). Para que essas características ou elementos-chave se concretizem, outro fator fundamental deve ser observado: a relação pesquisador e pesquisado não corresponde a uma relação de sujeito cognoscente e seu objeto, uma vez que estamos falando de uma pesquisa do tipo intervenção (ROMAGNOLI, 2014a; PASSOS; BARROS, 2015). Retomando o conceito de Guatarri (1987), a ideia de uma pesquisa-intervenção remete à transversalidade em um plano comum, o que demanda uma implicação do pesquisador para com um processo que seja participativo e coconstruído. Nesse sentido, admite-se que, para a cartografia enquanto intervenção, deseja-se não apenas o interesse do pesquisador para com o objeto, mas também o seu inverso (KASTRUP; PASSOS, 2013).

Retomando a ideia da construção de um plano comum, que remete à aplicação da transversalidade e o fazer emergir de um coletivo, espera-se da analítica cartográfica a composição com o plano de forças e de afetos daquele território que se pretende investigar, intervir e transformar. Kastrup e Barros (2013) evidenciam esse pensamento,

A ideia de composição no plano das forças e dos afetos busca apontar que não há jamais indiferença na escolha do tema e dos sujeitos da pesquisa. **Cartografamos com afetos, abrindo nossa atenção e nossa sensibilidade a diversos e imprevisíveis atravessamentos.** Ao final de um trabalho de pesquisa, a sensação de que avançamos no conhecimento daquele território passa, mais uma vez, pela **sensação de partilha de uma semiótica e de um maior pertencimento àquele território.** [...]. A ideia de composição no plano das forças e dos afetos remete, por fim, à política de escrita da pesquisa e ao compromisso ético das ações locais que ela poderá doravante sustentar, **concorrendo para a criação de um mundo comum e heterogêneo** (p. 277, grifos nossos).

De modo a fechar esse momento em que selecionamos os aspectos já discutidos na literatura e que julgamos serem chave para a construção de uma cartografia, em especial aqui uma cartografia dos modos de existência da velhice e do trabalho rurais, torna-se fundamental apresentar o conceito de território que lhe é adjacente, afinal, a todo o momento estamos falando de cartografar determinados espaços sociais. Aqui investimos no conceito de território proposto por Deleuze e Guattari (1997a) e seus encontros com o que propõe o geógrafo brasileiro Milton Santos. Nas palavras desse último, o território seria “[...] formado pelo **conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso,** ou, em outras palavras, a base

técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política” (SANTOS, 2002, p. 87, grifos nossos). Assim como Deleuze e Guattari (1997a), o autor aposta em uma leitura do território como espaço em constante construção, cuja composição é múltipla e dinâmica. Tal dinâmica é descrita por Deleuze e Guattari como processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, em que as forças que compõem o território e que estão em constante interação e ora se cristalizam em determinadas fôrmas e formas (territorialização), ora se desfazem (desterritorialização) podendo ou não surgir desses movimentos territórios outros (reterritorialização). Como explicita Romagnoli (2014b, p. 128), “[...] o território emerge como um eterno fazer-se e desfazer-se, compondo um rizoma, uma rede de relações, que se autoproduz por agenciamentos com os mais variados elementos da realidade, aos quais se conecta e reconecta a todo instante”.

Partindo dessa concepção de território, a cartografia revela seu potencial ético e político em que, no processo de pesquisa-intervenção (ROMAGNOLI, 2014a; PASSOS; BARROS, 2015) em que há a produção da realidade (KASTRUP; PASSOS, 2013), busca-se então a construção de novos territórios que permitam escapes perante as linhas estratificadas e reificadoras, as quais anestesiavam o corpo vibrátil e naturalizam verdades. É nesse sentido que Rolnik (2016, p. 18, grifos nossos) anuncia a proposta de trabalho da obra “Micropolítica: Cartografias do desejo”, “[...] como qualquer outra cartografia, seja qual for seu tempo e seu lugar, trata-se aqui da invenção de estratégias para a constituição de novos territórios, outros espaços de vida e de afeto, **uma busca de saídas para fora dos territórios sem saída**”.

Partindo desses elementos-chave apresentados, abordaremos a seguir aspectos associados diretamente à *práxis* da pesquisa.

1.2.3 O fazer cartográfico (Ou sobre como fazer emergir o corpo vibrátil)

Ainda que tenhamos como base a proposição de que a analítica cartográfica consiste em uma perspectiva teórico-metodológica e que não é possível e coerente delimitar passos a serem seguidos, torna-se angustiante para o pesquisador o obscurantismo com que nos lançamos no campo para produzi-lo. O que fazer? Como fazer emergir esse corpo vibrátil? Avançando nas leituras e reflexões sobre o tema, encontramos alento na compreensão de que se trata menos de que técnicas utilizar e mais sobre posturas no processo de investigação. É nesse sentido que discorreremos agora, ainda que brevemente, sobre a postura do cartógrafo. Iniciamos então com

o relato de pesquisadores que realizaram uma pesquisa cartográfica sobre a sexualidade de velhos homossexuais e relatam as transformações pessoais a partir desse trabalho.

Essa experiência possibilitou que o meu olhar e desejo escapassem de certos padrões de repetição modelados por normas e ideais. Ao ampliar universos de referência, passei a ser **afetado** pela possibilidade de erotizar outros corpos, de enxergar sensualidades onde antes parecia existir “apenas” mais um corpo. Mas não só isso: **passei também a conviver com uma heterogeneidade de formas de expressar o homoerotismo e a amizade.** Um universo, que antes me escapava, passava a recompor formas de interação, (re)singularizava-me e possibilitava novas matérias de expressão (SANTOS; LAGO, 2015, p. 104, grifos nossos).

O relato dos autores chama a atenção para os encontros e "afetações" entre o próprio pesquisador e os espaços/territórios pesquisados. Nesse sentido, a relevância desses encontros pode mostrar que caminhos seguir na pesquisa, por exemplo, quando da seleção dos participantes e, mesmo no momento analítico, sobre quais elementos de fato merecem concorrer para a elaboração do trabalho final. Acerca dos encontros, Deleuze e Parnet (1998, p. 14, grifos nossos) dissertam sobre sua intensidade:

Há uma solidão extremamente povoada. Não povoada de sonhos, fantasias ou projetos, mas de encontros. **Um encontro é talvez a mesma coisa que um devir ou núpcias.** É do fundo desta solidão que se pode fazer qualquer encontro. Encontram-se pessoas (e às vezes sem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades.

Ainda sobre os encontros, é importante ressaltar que eles nem sempre terão essa força produtiva, potencializadora. Como explicita Rodrigues (2006), há por vezes o risco de experienciar o contrário: encontros antiprodutivos que levam a um ponto de estagnação. Schöpke (2004, p. 97-98) concorda argumentando que alguns encontros produzem um “aumento de potência dos corpos, enquanto outros, uma diminuição da potência do agir”. Nesse sentido, parece-nos suficiente compreender que os encontros dar-se-ão em meio ao processo da pesquisa, a partir da experiência e das relações estabelecidas no território em questão.

Associado a essa sensibilidade e vulnerabilidade frente à potência dos encontros no contexto da pesquisa, advoga-se que o pesquisador faça uso da atenção sensível, ao contrário da atitude já naturalizada de selecionar informações do objeto de estudo a partir de critérios objetivos. Kastrup (2007) problematiza essa dimensão da atenção a partir dos conceitos de atenção flutuante de Freud e de reconhecimento atento de Bergson, trazendo questões do tipo: Quando início a cartografia, para o que (quem) deve chamar minha atenção? De forma ainda mais

específica considerando o pressuposto de produção dos dados, qual a configuração do território que construo a partir da minha observação? Baseando-se no conceito freudiano, recomenda-se a manutenção de uma atenção flutuante, dito de outro modo, trabalhar inicialmente com fragmentos desconexos e evitar a seleção consciente imediatamente quando no contato com os diversos elementos do campo. Nas palavras de Kastrup (2007, p. 18),

A atenção tateia, explora cuidadosamente o que lhe afeta sem produzir compreensão ou ação imediata. Tais explorações mobilizam a memória e a imaginação, o passado e o futuro numa mistura difícil de discernir. Todos esses aspectos caracterizam o funcionamento da atenção do cartógrafo durante a produção dos dados numa pesquisa de campo.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o uso dessa atenção sensível, flutuante e fragmentada remete a um processo construtivista de produção do conhecimento, afastando-se tanto de uma perspectiva objetivista quanto subjetivista. O cartógrafo não se propõe a evidenciar uma realidade pré-existente, mas da mesma forma não advoga uma posição relativista, em que prevalece a perspectiva particular do pesquisador. Pautando-se nas restrições impostas pela materialidade e pelos meandros do saber é que o cartógrafo constrói conhecimento, atento para “[...] obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão” (KASTRUP, 2007, p. 21).

E como registrar esses percursos da atenção? Retomando a ideia da cartografia como acompanhamento de processos, é importante compreender que, diferentemente da pesquisa tradicional, a processualidade estará presente em todos os momentos, inclusive, em formas de escrita marcada pela coletividade de sua produção. Barros e Kastrup (2015) destacam a importância desses relatos de campo para o trabalho cartográfico, não em um sentido burocrático apenas de transcrição formal e objetiva sobre o observado, mas um momento de expor as intensidades dos encontros, as sensações sobre as forças e sobre os afetos. No que se refere à escrita propriamente dita, as autoras trazem a relevância de que as análises evidenciem "os fios soltos", as arestas do que foi vivido. Não é desejável apenas reafirmar modelos e contribuições teóricas preexistentes, mas a abertura de novas linhas de pensamento. A pista cartográfica desenhada pelas autoras se resume em: "Há um coletivo se fazendo *com* a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo" (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 73-74, grifos no original).

Na tentativa de contribuir para a definição das técnicas usadas na analítica cartográfica, Tedesco, Sade e Caliman (2013) discutem sobre o uso da entrevista nesse contexto. Mais uma vez emerge a problemática de que não se trata de uma técnica específica, nova e apropriada a um suposto método cartográfico, mas uma discussão que remete à postura do pesquisador. Nas palavras de Deleuze e Parnet (1998, p. 9-10, grifos nossos):

As questões são fabricadas como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer [...] **o objetivo não é responder a questões, é sair delas [...] uma entrevista poderia ser simplesmente o traçado de um devir.**

Baseados nessa perspectiva, os autores trazem, a todo o momento, a necessidade de que a linguagem nesse contexto seja compreendida como prática, que constrói e remodela a realidade. Indo além da informação, advoga-se a dimensão genética da linguagem em que expressão e conteúdo tornam-se indissociáveis. São três as diretrizes para a realização do exercício cartográfico de entrevistar, a saber: a entrevista apresenta-se como via para a expressão da experiência, e não transmissão de uma informação ou simples relato; a entrevista possui um caráter rizomático na medida em que, com múltiplas entradas e saídas, sem início nem fim, intervém diretamente na abertura à experiência do processo do dizer; e, por fim, a entrevista busca a pluralidade de vozes.

Como explicitam Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 315), “no encontro entre diferenças irreduzíveis o coletivo se realiza”. Os autores recuperam justamente a discussão sobre a construção de um plano comum e a possibilidade da emergência do coletivo como bases para a construção da cartografia. Como discutimos anteriormente, esse coletivo se dá justamente pela transversalidade e pelo encontro das diferenças; nas palavras dos autores,

Experimentar o coletivo é aceder ao plano do impessoal, das diferenças coexistentes. Envolve um plano que só é comum justamente porque atravessa a todos, mas não é de ninguém. É comum por estar além e aquém da dimensão pessoal, da dimensão das individualidades (Ibidem).

Nesse sentido, retomamos o argumento de que as técnicas de pesquisa em si se tornam secundárias frente à postura do pesquisador no e com o campo, de modo a propiciar, por meio da experimentação, espaços ou momentos em que esse plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013) possa ser ativado. Na *práxis* dessa pesquisa, isso passou pelo estabelecimento de laços de confiança com os participantes, pelo interesse recíproco, pela abertura ao inusitado e ao

diferente, pela suspensão das crenças e preconceitos e pelo envolvimento de um projeto que realmente fosse coproduzido.

Esse mergulho no universo da cartografia (o desenho de uma *outra* cartografia; a identificação de elementos-chave para a construção da analítica e a investigação sobre o fazer cartográfico) foi fundamental para que construíssemos o nosso “Manual do Cartógrafo”¹⁷, dando-nos mais segurança para a experimentação que estava por vir. Esses textos foram constantemente revisitados e ressignificados, em um processo de construção que nos desafiava a todo o momento. As questões que nos assombravam eram: Estamos realmente conseguindo fazer emergir os nossos corpos vibráteis? Estamos suficientemente atentos às afetações capazes de nos ajudar a discutir os objetivos dessa pesquisa? Quando parar?

Essas questões não foram facilmente respondidas. Ao final do trabalho, a sensação é a de que essa abertura do corpo vibrátil não acontece integralmente, ou melhor, ininterruptamente. São momentos em que – a depender dos sujeitos, das coisas, das forças e dos agenciamentos – isso se torna possível, pois há mesmo os bons e maus encontros. Esses encontros se farão evidentes nos capítulos a seguir, fazendo emergir possibilidades de análise em maior ou menor grau.

1.2.4 Notas sobre o papel das narrativas na analítica cartográfica

Tendo em vista esse arcabouço construído acerca da analítica cartográfica, sentimos a necessidade de esboçar algumas notas sobre o papel ocupado pelas narrativas nesse trabalho – um papel considerado fundamental. Discutimos anteriormente acerca da ideia de que, nesse tipo de investigação, tornou-se mais relevante falar sobre o uso que se faz dos métodos e das técnicas (postura do cartógrafo) do que sobre elas mesmas. Nesse sentido, trazemos a potência das narrativas para a construção dessa pesquisa e empreendemos aqui uma espécie de bricolagem em que a melhor definição parece ser: uma pesquisadora narrativa construindo uma cartografia.

Por que usar a pesquisa narrativa, ou melhor, por que se aventurar no exercício de ser um pesquisador narrativo? Clandinin e Connelly (2015, p. 119) respondem a essa indagação dizendo que seria “porque a pesquisa narrativa é um caminho, acreditamos que o melhor, para

¹⁷ Referência a um tópico do livro de Suely Rolnik, “Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo”, em que ela discorre sobre a prática do cartógrafo. O Manual do Cartógrafo elaborado a partir da realização da tese está no Apêndice B.

pesquisar a experiência”. Mello (2016) chama a atenção para as dificuldades em se definir, de fato, o que é a pesquisa narrativa, principalmente se consideradas as interfaces com abordagens como a fenomenológica e a etnográfica. Para a autora, a questão da experiência seria um ponto em comum entre essas metodologias, entretanto, o lugar atribuído a ela é que seria a via para a distinção das abordagens. Baseando em uma metáfora usada por Clandinin e Connelly (2015), a autora utiliza-se da cena do desfile carnavalesco para tornar mais claras algumas diferenças fundamentais entre essas abordagens.

Considerando o contexto da experiência do desfile carnavalesco, o etnógrafo se colocaria na arquibancada para observar, registrar e entender o que é o carnaval enquanto uma manifestação cultural e social. Mesmo que o etnógrafo decida participar do desfile como um insider, sua abordagem seria para tentar sentir aquela experiência da forma como entende todos os demais estão vivendo naquele momento. [...] **Um pesquisador narrativo viveria a experiência do desfile como um insider. Assim desfilaria, cantaria o samba, se divertiria, viveria suas emoções, ouviria as histórias dos demais membros da Escola e então tentaria contar, recontar, compor sentidos da experiência vivida.** Um pesquisador da fenomenologia talvez pudesse sambar por um tempo até que se decidisse pelo estudo de um fenômeno, o qual poderia estar na experiência de dançar, ou na experiência de cantar ou a experiência de desfilar e, assim que obtivesse algumas histórias sobre o fenômeno a ser investigado, passaria para o lugar da arquibancada e como um outsider se concentraria no seu exercício de escrita até que o fenômeno e sua essência emergissem (MELLO, 2016, p. 44, grifos nossos).

Concordamos que essa metáfora apresentada por Mello pode contribuir – e muito – para um entendimento do que é a proposta da pesquisa narrativa da forma como ela é apropriada nessa tese. Na descrição sobre a postura do pesquisador narrativo, percebemos a importância de viver a experiência em sua intensidade, o que nos remete à ideia da emergência do corpo vibrátil. Entretanto, entendemos que o íterim entre os tipos de pesquisa é nebuloso, e a complexidade que marca a realidade e os sujeitos nela inseridos demandam que assim seja. Como coloca a autora, “entendo que meu lugar no desfile pode mudar, dependendo de meus objetivos” (p. 45). Sendo assim, não há de forma alguma uma tentativa de hierarquizar ou criar uma estrutura de valor entre essas perspectivas até mesmo porque, como vimos, os pontos de contato são múltiplos e somente tendem a contribuir para a construção de conhecimento relevante para a área de estudo em questão, seja ela qual for.

O fato é que nos propusemos a viver a experiência do desfile como um *insider*, ainda que com uma série de limitações advindas do tempo, do acesso, de disponibilidade, entre outros. Fizemos isso intensamente no processo de construção dos dados da pesquisa, e as narrativas nos ajudaram – e muito – a compor essa cartografia. Interessou-nos especialmente a perspectiva tridimensional da narrativa defendida por Clandinin e Connelly (2015), a saber, o entendimento

de que esse tipo de pesquisa se dá pelo cruzamento de três dimensões, a temporal, a interacional e a contextual. A primeira consiste na compreensão de que determinada experiência ocorre em um determinado tempo e em caráter contínuo (passado, presente e futuro); já a segunda corresponde ao entendimento de que toda experiência é concomitantemente particular e coletiva, individual e social; e, por fim, a dimensão contextual que acrescenta às duas anteriores a ideia de localização da experiência. Além dessas dimensões, os autores ainda destacam a figura do pesquisador que está no entremeio, “localizado em algum lugar ao longo das dimensões do tempo, espaço e do pessoal e do social” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 99).

Compreendemos que essas múltiplas dimensões tentam, de alguma forma, dar conta da complexidade que envolve as narrativas, em consonância com o que discutimos anteriormente sobre a historicidade (presente na perspectiva ontológica do estudo), o caráter dialógico da pesquisa (múltiplas vozes, particulares e sociais) e a noção de território. Associado a isso, concordamos com Tamboukou (2016) quando define três proposições em relação à pesquisa narrativa e seus desdobramentos. A primeira delas refere-se ao entendimento de que as narrativas pessoais são efeitos de poder/saber, cabendo então aos pesquisadores narrativos o entendimento e exploração das suas condições de emergência. Já a segunda proposição consiste no entendimento de que essas histórias também exprimem poder e desejo, isto é, da mesma forma que respondem a um contexto mais amplo (macro), também refletem algo que se dá em função do movimento dentro-fora (psíquico e extrapsíquico). Por fim, essas narrativas não seriam da natureza da reprodução e da representatividade, mas sim revelam uma dimensão produtiva de sujeitos e de realidades.

Partindo da perspectiva tridimensional, Clandinin e Connelly (2015, p. 129) argumentam que a “[...] nossa intenção com a pesquisa narrativa é capturar, ao máximo possível, essa possibilidade de abertura da experiência”. Assim também o fizemos. Especialmente nos encontros com os velhos em que as narrativas tiveram um caráter biográfico. E como afirmam Benjamin (1994) e Bosi (1994), para além dos sujeitos narrarem a partir de suas experiências, a própria atividade narrativa transporta o que é narrado para a experiência daqueles que ouvem, o que é coerente com a concepção de que a pesquisa cartográfica caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção (ROMAGNOLI, 2014a; PASSOS; BARROS, 2015).

Também é importante destacar o quanto a narrativa é, ao mesmo tempo, produção do sujeito e do social. Os traços particulares dos narradores emergem na medida em que eles escolhem práticas discursivas diferenciadas das comumente utilizadas, as quais remetem à criatividade com que o sujeito enfrenta o mundo e significa suas experiências (SPINK, 2003). Principalmente no que se refere à narrativa dos velhos, fica evidente o quanto elas falam de si, de suas famílias, mas também sobre as comunidades que, na maior parte dos casos, eles ajudaram a construir. São sujeitos que viram ao longo desses muitos anos de vida várias mudanças acontecerem e sobre elas fazem avaliações e criam novos significados.

Tendo em vista o fato de que a coleta de narrativas, seja dos velhos assim como dos outros atores sociais, foi a principal forma de produção de dados nas nossas andanças cartográficas, chegamos ao ponto em que a questão central era: Como analisar esse material? Tínhamos no momento em que decidimos pela *conclusão*¹⁸ do campo mais de 400 páginas de transcrições de narrativas que demandaram um processo sistemático de análise. Como colocam Clandinin e Connelly (2015), a análise de todo o material produzido é, de fato, um momento importantíssimo da pesquisa em que há por vezes uma mudança no status da relação com os participantes. Nas palavras dos autores, “isso não significa que a relação próxima com os participantes esteja encerrada, mas, ao contrário, **os relacionamentos mudam de intensidade daquele de viver as histórias com os participantes para o de recontar histórias por meio dos textos de pesquisa**” (p. 175, grifo nosso).

Conforme esclarecem os autores, esse é mesmo um momento-chave da pesquisa, em que “textos de campo precisam ser reconstruídos para se tornarem textos de pesquisa” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p. 176). Um primeiro passo para essa análise sugerido pelos autores é a organização dos arquivos que foram gerados ao longo do processo de produção de dados. Quais foram os textos de campo construídos? O segundo passo, segundo os autores, seria a leitura sucessiva dos materiais e a busca pela identificação de aspectos fundamentais às narrativas, tais como lugar, cenário, enredo, tensão, finalização, narrador, contexto e tom. Como colocam os autores, “com os termos analíticos da narrativa em mente, pesquisadores narrativos começam a tematizar narrativamente seus textos de campo” (idem, p. 177). Associado a isso, a

¹⁸ A sensação é a de que a produção de dados é um processo inesgotável, afinal, a própria complexidade do campo abre paulatinamente novas oportunidades para novos olhares. A necessidade de finalizar a tese faz com que um determinado recorte seja realizado.

sugestão dos autores é que o posicionamento dos textos de campo dentro do espaço tridimensional da pesquisa seja um caminho para abertura de questões para a análise.

Como método de análise, optamos por empreender a análise temática das narrativas que consiste em, basicamente, mergulhar nos conteúdos que emergem das falas. Baseamo-nos em Riessman (2008) para empreender tal análise, compreendendo que há uma aproximação possível com a proposta da Análise de Conteúdo de Bardin (2009). Segundo Riessman (2008), o foco da análise temática envolve não apenas o que é dito, mas as experiências captadas pelas/nas narrativas. Nesse sentido, partimos do entendimento de que tal tipo de análise vai além do que está explícito na fala, na medida em que essa interpretação direta e sem aprofundamento pode culminar em reducionismos e simplificações, movimento contrário ao que propomos na cartografia. Zaccarelli e Godoy (2013) argumentam que a diferença entre a análise temática proposta pela autora e a Análise de Conteúdo de Bardin (2009) está na forma como a narrativa é trabalhada, pois na primeira as narrativas são consideradas unidades e por isso tendem a ser analisadas de modo menos fragmentado do que no caso da Análise de Conteúdo. Nesse sentido, dizem as autoras, “a análise temática é centrada no caso e não se preocupa com o que é possível encontrar em vários casos; trabalha com o que foi dito (*told*) e não com a maneira de dizer (*telling*)” (ZACCARELLI; GODOY, 2013, p. 28, grifos no original).

Compreendemos a leitura de Zaccarelli e Godoy (2013), mas insistimos na aproximação possível entre a análise narrativa temática e a Análise de Conteúdo. Assim como discutimos ao longo do capítulo, trata-se mais de uma postura em relação aos dados produzidos do que de técnica *per se*. Nesse sentido, fizemos um movimento analítico que julgamos coerente com a proposta da cartografia ao buscar, na análise dos dados, transitar entre as dimensões que se justapõem nas narrativas (temporal, interacional e contextual), buscando os elementos particulares e também coletivos, tendo sempre como orientação os objetivos da investigação. Isso significou ora preservar as narrativas enquanto unidades, ora elencá-las em categorias fragmentadas. Esse processo analítico resultou na construção das narrativas biográficas apresentadas anteriormente, assim como nas demais análises apresentadas nos capítulos a seguir¹⁹.

¹⁹ O processo de análise é mais bem detalhado no Apêndice B.

Outro recurso fundamental que também utilizamos dentro da perspectiva narrativa foi a fotografia. Ao longo das andanças cartográficas e com o foco sempre voltado para a experiência, algo nos incomodava: seremos capazes de transmitir toda essa riqueza vista, vivida e narrada no texto da tese? Por mais que buscássemos uma escrita menos formal e tradicional, ainda que o diário de bordo pudesse aproximar o leitor daquele território, o que mais poderíamos fazer? Inicialmente com um propósito meramente ilustrativo, aos poucos o uso das imagens na pesquisa revelou-se essencial. Nesse sentido, apreendemos a fotografia nesse trabalho como um importante componente narrativo que, juntamente com o universo da oralidade, permitiu que nos aproximássemos daquelas pessoas, daquelas comunidades e de suas histórias²⁰. Especialmente nos inspiramos em Rose (2012) para desenvolver um foto-ensaio que será apresentado no capítulo 6.

²⁰ Nesse momento, gostaria de fazer um agradecimento especial à profa. Luciana Kind que ministrou a disciplina “Uso de Imagens em Pesquisas Qualitativas”, marco fundamental que me encorajou não apenas a ver as fotografias de modo diferente, mas, principalmente, de ousar fazê-las parte desse trabalho, ainda que com todas as limitações.



Capítulo 2

Conhecendo o território

2. Conhecendo o território

Neste capítulo, objetivamos discutir a concepção de território que embasa esta tese, contextualizando historicamente as especificidades que marcam a microrregião do médio Vale do Jequitinhonha.

2.1 Territorialidades: entre o urbano e o rural

A distinção entre o universo urbano e rural é pauta de debates que têm desdobramentos na vida cotidiana dos sujeitos que residem nesses territórios. No Brasil, os municípios são os responsáveis pelo desenho das fronteiras campo-cidade, o que significa que tal delineamento se dá de forma arbitrária e categórica. Abramovay (2000, p. 2) argumenta que a definição do IBGE demonstra essa fragilidade ao indicar que “as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais”. Uma das principais críticas associadas a essa prerrogativa dos municípios é a sua utilização para alcançar benefícios de caráter fiscal, sobrepujando aspectos concretos e materiais dos domicílios. Esse processo acarreta dificuldades no que tange ao planejamento e à execução de políticas públicas (IBGE, 2017).

Os parâmetros para a qualificação de um território como urbano ou rural são vários, como o volume populacional, a densidade demográfica, a ocupação econômica da população, além do viés político-administrativo apresentado (ENDLICH, 2010). Entretanto, a utilização desses parâmetros de forma isolada ou mesmo combinada recebe críticas em função de resultarem em cenários muito distantes e fragmentados da realidade. Nesse sentido, “o rural e o urbano precisam ser compreendidos em sua diversidade, que podem ser avaliados de forma plural [...]. A utilização de qualquer um dos parâmetros, de forma isolada ou combinada, deve ser vista como uma aproximação parcial da realidade” (IBGE, 2017, p. 15). De modo a compreender um pouco melhor a problemática em torno da diferenciação entre urbano e rural, iremos nos dedicar brevemente a explorar alguns posicionamentos teóricos.

Uma das primeiras linhas de pensamento acerca do rural, associadas à Sociologia Rural, parte do entendimento de que o rural e o urbano são opostos, em que o primeiro seria identificado como o lugar da agricultura, da falta, da escassez e do atraso; enquanto o segundo seria justamente o espaço da modernidade, do desenvolvimento e da tecnologia. O processo natural

e progressivo seria, nessa perspectiva, a urbanização das áreas rurais, as quais deixariam então de existir. O resultado desse processo natural seria então a homogeneização desses espaços, sob a égide de uma mesma lógica e modo de funcionamento (CARNEIRO, 2012).

Há outra corrente, entretanto, que aposta na configuração de novas ruralidades, que demonstram um movimento contrário ao da fusão entre campo e cidade. Ainda que seja reconhecida a aproximação entre o padrão de vida no campo e na cidade, seriam perceptíveis as diferenças nos modos de vida, inclusive, dentre as próprias pessoas que vivem no campo. Não seria possível, nesse sentido, homogeneizar. Entretanto, Carneiro (2012) questiona até que ponto essa perspectiva visa negar a inexistência de uma dicotomia entre esses universos, podendo apenas reforçar – pelas diferenças – a existência de dois mundos distintos.

Essas duas perspectivas vão de encontro ao que partilhamos como bases dessa pesquisa, a Filosofia da Diferença. Isso porque, ao estabelecer a dicotomia urbano/rural, há por decorrência a delimitação de identidades bem definidas e invariáveis. Se de um lado considera-se o urbano como o moderno, o desenvolvido e o próspero, o rural seria o lugar do atraso, da inércia e da pobreza. Tal categorização exclui quaisquer possibilidades outras de configuração e abre espaço para análises ingênuas que se pautam apenas na tentativa de analisar o grau de urbanização ou de ruralidade de determinado território.

Outra perspectiva, portanto, tenderia a abandonar essa ideia de que o campo e a cidade constituem-se universos distintos. Pensando especialmente no contexto histórico brasileiro, bem explorado por Sérgio Buarque de Holanda na obra “Raízes do Brasil”, esta apresenta a cidade não como uma oposição ao rural, mas a extensão dela. Para o autor, haveria um processo inverso do que normalmente se defende acerca da superioridade do urbano sob o rural uma vez que teria a cidade se formado a partir das bases rurais. A conhecida “mentalidade da casa grande” teria então ultrapassado os limites do campo e, juntamente com o patriarcalismo, constituído a base de todas as relações sociais no país. Questiona-se, nesse sentido, a limitação da dualidade urbano-rural e suas restrições no que tange a sua classificação como submissa ao urbano, em vários aspectos.

Indagamos até que ponto o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de **nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças** e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, **uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais** (CARNEIRO, 2012, p. 28, grifos nossos).

Ainda nessa linha de pensamento binária e excludente (rural – urbano), o objetivo maior seria então a extinção da figura do camponês – expressão máxima desse rural subdesenvolvido. E quem seria esse camponês? Conforme definição apresentada por Wanderley (2014, p. 26, grifos nossos), o campesinato

[...] corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no **caráter familiar**, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a **cooperação entre os seus membros**. A ele corresponde, portanto, **uma forma de viver e de trabalhar no campo** que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a **um modo de vida e a uma cultura**.

O termo camponês e campesinato, segundo a autora, é alvo de ampla discussão no âmbito político, dos movimentos sociais e também entre os acadêmicos. As nomenclaturas, como qualquer outro dispositivo normativo e classificatório, traduzem uma série de interesses/questões políticas que não podem ser negligenciados. Nesse esteio, Sampaio (2011) esclarece que toda agricultura camponesa é familiar, mas que nem toda agricultura familiar é camponesa. Isso se justifica pelo fato de que a agricultura camponesa seria aquela que se desenvolve no registro da subsistência, sendo realizada à margem do sistema capitalista de produção. A agricultura familiar, por conseguinte, corresponderia aos produtores que, ainda que pequenos, se inserem no sistema por meio de ações como a comercialização em feiras e pelo acesso a políticas públicas para o campo²¹. Como coloca Sampaio (2011, p. 3), “criou-se assim um termo de reconhecida força teórico-política”.

Wanderley (1999) discute que o agricultor familiar no Brasil, ainda que inserido no mercado, guarda características de camponeses em função da realidade de precariedade e ausências de apoio institucional. Nesse sentido, em muitos territórios, eles seguem sobrevivendo à própria sorte, o que não os diferenciaria completamente do contexto camponês. Não obstante reconheçamos a heterogeneidade desses termos (camponês, agricultores familiares, pequenos produtores rurais) e a relevância do debate, o que se mostra fundamental é o reconhecimento de que as experiências concretas revelam que ainda persistem no meio rural esses pequenos produtores agrícolas, cuja produção é pautada nos laços familiares e comunitários, que desenvolvem modos de vida e de trabalho diferenciados (WANDERLEY, 2014). No caso

²¹ Os autores que defendem o campesinato baseiam-se em autores como Marx (1979) e Lênin (1985) e dedicam-se a tratar da luta e resistência desses sujeitos frente ao modo de produção capitalista.

específico do território abordado em nosso estudo, são sobre esses agricultores familiares (ou mesmo lavradores, como alguns preferem ser chamados) que estamos falando.

Esse pequeno produtor rural familiar, diretamente associado à produção agrícola, seria o sujeito típico desse rural acometido pelo estereótipo do subdesenvolvimento. Entretanto, como coloca a autora, negar a relevância do camponês é negligenciar a história do campesinato no Brasil. Tal postura resulta, por exemplo, na associação “naturalmente” feita entre a agricultura no Brasil e os latifúndios monocultores, como se essa tivesse sido a base da estrutura e formação agrária no país. Essa imagem por muitos anos disseminada permanece sendo reforçada pela mídia mais recentemente por meio de uma suposta valorização da produção rural (leia-se agronegócio), o que fica evidente, por exemplo, na campanha “AGRO é tech, AGRO é pop” veiculada pela Rede Globo de televisão a partir de 2016.

De fato, Wanderley (2014) expõe que no Brasil a estrutura agrícola é herança do período colonial em que prevalecia a produção monocultora e o uso de mão de obra escrava. Entretanto, tal prevalência não impediu o surgimento de outra lógica produtiva, de base comunitária e familiar. É importante compreender que uma das principais bandeiras erguidas pelos movimentos sociais rurais, encampadas por diferentes representações, é a de que as pequenas propriedades familiares não são incompatíveis com a proposta de desenvolvimento agrícola. A autora reconhece que são vários os debates acirrados em torno da questão agrária no país, bem como sobre o lugar social ocupado por essa categoria de “camponeses”. Se inserindo especificamente nesse debate a partir dos anos 90, o estado assume a titulação de agricultores familiares para fins de elaboração de políticas públicas, de modo a neutralizar o tom pejorativo associado ao campesinato e, ao mesmo tempo, afastar seu conteúdo histórico-político (WANDERLEY, 1999).

É interessante ressaltar a emergência de debates que trazem à tona o conceito de ruralidades. Tais discussões pautam-se no argumento central de que não é possível falar no Brasil de um rural específico, com determinadas características. E que tal multiplicidade vem acompanhando mudanças significativas nas dinâmicas de vida e de organização nesses territórios, não no sentido de uma urbanização, mas da produção de novos e diferentes formatos (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010). Uma das mudanças sinalizadas por esses autores refere-se à desvinculação do rural e da atividade agrícola, realidade já identificada em alguns trabalhos acadêmicos. Estes mostram, por exemplo, a dedicação da

população rural a outras áreas como a atuação na construção civil. Outro movimento interessante é o do turismo rural, em que os moradores têm sobrevivido em torno da exploração das vocações turísticas por meio da prestação de serviços.

Silva (2016) defende, baseada nas ideias de Santos (1985/2014), que, para além da discussão sobre diferenças e aproximações entre o urbano e o rural, a questão repousa em compreender que o sujeito constitui o território e também se constitui a partir dele. Nesse sentido, a autora reclama a complexidade envolvida nessas categorias (campo e cidade) para que seja então possível compreender diferentes formas de vida. Mas a autora adverte que é preciso nos mantermos cientes de “esses olhares, contudo, necessitam estar informados pelo fato de que a urbanização (associada à industrialização) é estratégica à expansão capitalista” (p. 318). Essa perspectiva, da qual compartilhamos, nos convida a deslocar o olhar para “os modos de ocupação do espaço na contemporaneidade e suas relações com a produção do espaço” (p. 312).

Partindo dessa breve discussão sobre a precariedade e ambivalência do binômio urbano-rural, concordamos com Silva (2016) em considerar que a questão que nos parece mais relevante é: afinal, o que compõe um território? Para essa compreensão, recorreremos a um diálogo entre um dos mais relevantes geógrafos brasileiros, Milton Santos e os autores Deleuze e Guattari. Embora de perspectiva diferentes²², esse diálogo nos parece promissor no que diz respeito ao entendimento do território em sua complexidade, como uma junção de elementos que ultrapassam a questão geográfica. Santos (1998;1985/2014) tem uma extensa obra que tem como fio condutor – ainda que com diferentes intensidades ao longo do tempo (MORAES, 2013) – o conceito de território. Especialmente nos interessa o entendimento trazido pelo autor de que o território “[...] seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e **mais o seu uso**, ou, em outras palavras, **a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política**” (SANTOS, 2002, p. 87, grifos nossos).

A partir da definição de Santos (1985/2014), Silva (2017, p. 314) complementa dizendo que o território é “**espaço apropriado**, comporta condições materiais e simbólicas, relações de classe, de gênero, **etárias**; implica disputas. A territorialidade é expressão das formas de ocupação do espaço na consolidação ou na (des)construção dos territórios” (SILVA, 2017, grifo nosso). Nesse sentido, o que esses autores argumentam é que a noção de território suplanta a ideia de

²² Milton Santos tem em Marx uma das principais bases de sua geografia social.

limites territoriais ou mesmo a delimitação de categorias fixadas como urbano e rural, estendendo-se para uma noção constitutiva de um espaço material e de ação humana, portanto, dinâmico.

Para Deleuze e Guattari (1995a), dentro da perspectiva da complexidade e da Filosofia da Diferença, o território é pensado em termos de forças em constante fluxo: o território é entendido assim enquanto processo. Nesse sentido, pensar no território é entender os movimentos que ora se cristalizam em formas (processo de territorialização), movimentos desestruturantes que geram desestabilização no que é instituído (processo de desterritorialização) e movimentos que geram novas formas (processo de reterritorialização). Nas palavras de Deleuze (1989, p. 4), “o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai”. E o autor continua: “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”.

Buscamos nesse diálogo, ainda que limitado pelas diferenças teóricas e epistemológicas desses autores, evidenciar uma noção ampliada de territorialidade que marca essa pesquisa. Nesse sentido, dizer que estamos tratando de comunidades rurais não é suficiente para lançar sobre elas categorias pré-fixadas (atraso, agrícola, passividade, dentre tantas outras). Quais são as forças que compõem esse território? Que usos desse território fazem os sujeitos que ali vivem?

Abordar assim campo e cidade não significa reduzir um ao outro e, muito menos, o rural ao urbano. Ao contrário, permite entender seus atravessamentos e também suas especificidades, reverberando nos modos de compreensão da produção de subjetividades encarnadas nos espaços. Considerando-se o contexto histórico, político, geográfico e ideológico que marcou e marca as relações rural-urbano no Brasil (que, no limite, é o pano de fundo da nossa sociedade atual e da coexistência de tempos e espaços tão múltiplos), é possível enxergar processos de subjetivação articulados a ruralidades diversas e, não raro, interpenetráveis, que se combinam tanto nos espaços do campo e na cidade, a gerar territorialidades superpostas (SILVA, 2017, p. 320).

Tendo em vista esse conceito dinâmico de território, lançamo-nos a compreender os primeiros elementos que nos ajudarão a compor a cartografia proposta nesse estudo.

2.2. Contextualizando o Vale do Jequitinhonha

Figura 2 - Microrregiões do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Gomes *et al*, 2009

Vale do Jequitinhonha é a denominação dada a toda a região constituída ao longo da bacia do rio Jequitinhonha, cuja extensão supera 1000 km. A partir da divisão estadual de municípios feita em 1991, a região conta com 51 municípios bastante diversos entre si. Com uma sazonalidade climática bastante definida, a região abrange uma riqueza ecossistêmica expressiva na medida em que coexistem múltiplos biomas e uma diversidade de vida vegetal e animal. Entretanto, essa condição climática associada à irregularidade fluvial contribui para que a região seja conhecida nacionalmente por suas vulnerabilidades sociais, resultantes, na realidade, de um padrão histórico exploratório e de base coronelista (GONTIJO, 2017).

Essa mesorregião é dividida em três microrregiões, a saber: o Alto Vale – região de Diamantina e mais próxima à Belo Horizonte, o médio Vale – região de Araçuaí, foco dessa pesquisa e o Baixo Vale – região de Almenara, próxima ao sul da Bahia. As microrregiões estão sinalizadas e podem ser claramente visualizadas no mapa acima pelas cores rosa, amarela e laranja,

respectivamente. É importante destacar que a caracterização como alto, médio e baixo corresponde à altitude dessas microrregiões, e não à posição geográfica. Em seguida, apresentamos alguns dados para contextualizar a situação socioeconômica do Vale do Jequitinhonha, baseados no censo de 2010 do IBGE.

Tabela 1 - População da Mesorregião Vale do Jequitinhonha

	Mulheres (pessoas)	Homens (pessoas)	População Total (pessoas)
Vale do Jequitinhonha	348.296	351.117	699.413

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 2 - Situação do domicílio na Mesorregião Vale do Jequitinhonha

	Urbano (pessoas)	Rural (pessoas)	População Total (pessoas)
Vale do Jequitinhonha	435.162	264.251	699.413

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 3 - Taxa de alfabetização na Mesorregião Vale do Jequitinhonha²³

	Mulheres	Homens	Total
Vale do Jequitinhonha	80,7%	81%	80,8%
Minas Gerais	92,1%	92,6%	92,3%

Fonte: IBGE, 2010.

Esses dados demonstram que a região possui um montante populacional expressivo e que parte considerável deste reside em áreas rurais. Em termos educacionais, percebe-se a significativa diferença entre os índices de alfabetismo da região e do estado. Outros indicadores nos parecem também importantes, como a questão do acesso à energia elétrica. Quando da realização do censo, 7.045 domicílios permanentes foram identificados como sem acesso à energia elétrica, volume apenas superado pela mesorregião vizinha ao Jequitinhonha, a do Norte de Minas (10.798 domicílios). Trata-se de números significativos se comparados aos das demais mesorregiões, cujos números não superam 4.800 domicílios. O acesso à energia elétrica é um

²³ Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo (%).

aspecto importante para avaliação do desenvolvimento de um país e, conseqüentemente, de uma região, defendido por autores como parte dos direitos fundamentais tendo em vista as características da vida moderna (CAVALCANTE, 2013).

Outro índice importante refere-se à existência de banheiro nos domicílios, sendo que, na mesorregião em questão, o número de residências sem essa instalação básica é de 17.189. Também nessa mesma pesquisa, identificou-se que o valor do rendimento mediano mensal dos domicílios é inferior a todas as demais mesorregiões do estado. Sinteticamente, todos esses índices retratam uma região marcada por desigualdades sociais e com déficits de desenvolvimento nas mais diversas áreas: educação, saúde, economia, infraestrutura, dentre outros.

Discute-se que, para compreender a contemporaneidade nessa mesorregião, é preciso retomar aspectos históricos e econômicos relativos ao estado de Minas Gerais como um todo. Um principal ponto relevante refere-se à associação direta desse território com a atividade mineradora. Inicialmente, o foco da mineração era a extração do ouro e das pedras preciosas, e o primeiro momento de intensa exploração na região remonta ao séc. XVIII, ainda sob os auspícios da colonização portuguesa no país. Como coloca Antunes (2004, p. 10), “no rastro do ouro, os colonizadores foram descendo o Jequitinhonha e seus afluentes, vencendo as resistências indígenas e ocupando o Vale”. Nesse momento, a ocupação indígena era uma realidade, e essa população sofreu as conseqüências das incursões dos bandeirantes em busca das reservas de ouro. A primeira reserva de ouro foi encontrada no final do séc. XVIII na cidade do Serro, o que atraiu uma enorme quantidade de garimpeiros para a região, e, assim, os aglomerados e vilas foram se constituindo. Dessa maneira, foram surgindo os povoados de Diamantina, Minas Novas e Grão Mogol (ANTUNES, 2004).

Essa atratividade da região em função das riquezas ali encontradas fez com que a coroa portuguesa instituísse verdadeiros fortes militares com o objetivo principal de evitar o contrabando, proteger os colonos e ‘civilizar’ os índios. Os confrontos diretos com o povo indígena que vivia na região, em especial os Botocudos, fez com que a Coroa declarasse oficialmente uma guerra alegando que eles passassem a ser vistos como inimigos e que, portanto, deveriam ser capturados (LESSA; SOUZA, 2005).

Posteriormente ao *boom* da exploração do ouro e das pedras preciosas, a extração do minério passou a ocupar esse lugar de destaque no estado em função do grande volume de incentivos governamentais para as empresas que se dedicaram a essa atividade (e ainda se dedicam), incentivos que perpassaram também investimentos em fontes energéticas e infraestrutura viária para escoamento da produção. As empresas mineiras se instalaram então mais ao centro do estado, sendo alimentadas por matérias-primas das demais regiões mineiras, como é o caso do Vale do Jequitinhonha (GONTIJO, 2017).

Especificamente no caso do Vale do Jequitinhonha, paralelamente à exploração do ouro e das pedras preciosas, desenvolveu-se também a pecuária extensiva. Sabe-se que o sonho do enriquecimento atraía uma quantidade considerável de pessoas, mas que também se fazia imperativo pensar no sustento desses mineradores. Sendo assim, a criação de gado passou a ser condição necessária em termos de alimentação e de transporte de matérias-primas para aquilo que seria fundamental para a sobrevivência da atividade mineradora. Com o enfraquecimento da exploração de ouro e pedras preciosas, a atividade pecuária em certa medida se manteve, e a população passou a se ocupar da agricultura familiar principalmente fazendo uso dos rios, córregos e ribeirões (LESSA; SOUZA, 2005).

Retomando a história do estado de Minas Gerais e a posterior predominância da atividade mineradora centrada no minério de ferro, é importante pontuar que uma das consequências importantes desse direcionamento se relaciona ao uso do carvão vegetal como fonte energética. Isso estimulou as recomendações do próprio estado para a implantação da monocultura de eucalipto em todo o território, inclusive no Vale do Jequitinhonha. Sobre essa prática da monocultura de eucalipto, Gontijo (2017, p. 70) esclarece:

[...] fica claro que o plantio de eucaliptos no Alto/Médio Jequitinhonha, sob forma de extensa monocultura homogênea, teve como consequências sobre a biodiversidade original um grande desequilíbrio ecológico, além da destruição da cobertura vegetal mais bem conservada da região.

A inserção dessa prática da monocultura do eucalipto trouxe uma série de consequências negativas para a região do Vale, dentre as quais se destacam os impactos para os camponeses que exploravam os chapadões com o objetivo de complementar sua alimentação e dos seus pequenos rebanhos. Além disso, essas pessoas perderam o acesso às plantas medicinais naturalmente provenientes daquele território e perderam até mesmo suas próprias terras, uma

vez que parte desses camponeses não possuíam títulos das propriedades que foram consideradas terras devolutas e então entregues às empresas responsáveis pelo plantio. Nesse sentido, os impactos ambientais foram muitos, mas destacamos aqui os efeitos do ponto de vista social e econômico para a população camponesa do alto e médio Jequitinhonha.

Nas nossas andanças, ouvimos sobre um assunto recente ainda polêmico: a “descoberta” de reservas de lítio na região, próximas à cidade de Araçuaí. Grande divulgação tem sido realizada focando no potencial de geração de riqueza desse metal que é conhecido como “petróleo branco”. A polêmica existe porque, como em todos os outros momentos de descoberta de reservas de metais preciosos na região, muitas promessas de desenvolvimento são realizadas e pouco realmente se concretizou. Um exemplo dessa construção discursiva pode ser vista na reportagem “Descoberta de lítio pode mudar a realidade de uma das regiões mais pobres de MG”²⁴, publicada em 03 de janeiro de 2018. O artigo defende o argumento de que a exploração do metal pode transformar a realidade da região que é notadamente pobre. Em reunião do Ministério Público Estadual realizada no final de 2017 para debater a inserção de um polo de exploração de lítio, o promotor de justiça responsável pela condução do debate declarou: “Queremos aglutinar os esforços de todos os atores envolvidos para a melhoria da economia local do Vale do Jequitinhonha. Através das prefeituras, da Associação de Desenvolvimento do Vale, da comunidade local, queremos todos unidos nesse processo de discussão para que essa oportunidade seja benéfica para todos”. Os moradores estão divididos e desconfiados perante o histórico de exploração sem retornos positivos para a região e temem, assim como aconteceu e ainda acontece com o plantio do eucalipto, pelos efeitos ambientais devastadores.

Tendo em vista todo esse contexto, concordamos com a leitura de Gontijo (2017, p. 59-60, grifo no original) sobre a realidade contemporânea do Vale do Jequitinhonha,

Com cerca de um milhão de habitantes, a região do Jequitinhonha vive hoje problemas relacionados não só à pobreza rural, mas também a um processo de urbanização desordenado na medida em que o pequeno agricultor vem migrando para os núcleos urbanos e estes não apresentam infraestrutura adequada. Resulta daí um aumento significativo dos movimentos emigratórios, notadamente de homens, que buscam trabalho temporário nas grandes monoculturas do sul de Minas, Oeste paulista e Mato Grosso do Sul. Para as famílias que ficam resta a prática de uma *subagricultura* de subsistência ou a opção de moradia em periferias deprimidas de núcleos urbanos já deprimidos economicamente.

²⁴ Disponível em: <http://noticiasmineracao.mining.com/2018/01/03/descoberta-de-litio-pode-mudar-a-realidade-de-uma-das-regioes-mais-pobres-de-mg/>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

Ainda sobre a história da região, um aspecto merece destaque. A partir da decadência da atividade mineradora, a região teria então passado despercebida pela história e pelos olhos do estado, voltando aos holofotes apenas posteriormente já caracterizada como o “Vale da Miséria” (RIBEIRO, 1997). No capítulo “Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região”, Mateus Servilha (2012) denuncia, a partir de uma análise crítica, a produção sócio-histórica de um espaço que passa a ser disseminado nacionalmente como o lugar da miséria e do abandono. Nas palavras de Servilha, “trata-se de uma região “inventada” a partir da “descoberta” de sua pobreza e, concomitantemente, do discurso de sua superação, produzido e articulado, em especial, pelo Estado” (idem, p. 39).

O argumento central é de que a região do Vale do Jequitinhonha passa a existir legitimamente enquanto território a partir da criação da chamada CODEVALE²⁵ – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Tal autarquia estatal emergiu em 1964 e tinha como objetivo, como seu próprio nome explicita, elaborar estratégias de desenvolvimento para a região. Sua criação no contexto do período ditatorial brasileiro ia ao encontro de um projeto mais amplo de modernização nacional. Nesse sentido, é a partir da criação desta autarquia que o Estado se volta para esse território enquanto uma região específica que, da mesma forma que o restante do país, deveria ter suas riquezas exploradas em prol do desenvolvimento.

Esse projeto de modernização se inicia ainda em 1930 e se fortalece durante a década de 50 e 60²⁶. É importante destacar que tal projeto passava pelo ideal da modernização e do progresso, ou seja, pelo necessário abandono das características rurais.

Um país, pensava-se, de olhos para o futuro, de costas para um passado marcado, em especial, pela colonização, pelo atraso, pela necessidade de progresso. Um país em processo histórico, ainda, de construção de elementos, simbólicos e narrativos, em busca de sua unidade nacional (SERVILHA, 2012, p. 24).

O discurso proferido em torno da atuação da CODEVALE pautava-se, nesse sentido, na tentativa de superação do padrão produtivo considerado retrógrado baseado na pecuária, na lavoura de subsistência e na atividade mineradora. Sendo assim, o objetivo seria promover

²⁵ A CODEVALE foi constituída pela Lei Constitucional n. 12, de 06 de outubro de 1964 e substituída em 2002 pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene - criado de acordo com a Lei Nº 14.171.

²⁶ A partir de 1960, a mesorregião do Vale do Jequitinhonha foi incorporada à área de abrangência da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Essa incorporação sinaliza a aproximação do território às características percebidas pelo Estado no Nordeste do país. A CODEVALE, em particular, foi pensada especificamente para a região (PESSOA, 2012).

outras frentes de desenvolvimento de modo a evitar a perpetuação do atraso impresso por essas atividades (SANTOS, 1971).

Especialmente no que diz respeito ao projeto de modernização do estado de Minas Gerais, havia a necessidade da construção de um espaço de referência, a partir do qual os demais deveriam se espelhar. Belo Horizonte, enquanto capital, assume esse lugar e passa então a servir de parâmetro para o progresso mineiro, que incluía no seu projeto a superação do atraso rural. O entendimento é o de que todo processo de modernização que se daria dentro dos parâmetros do modelo capitalista de produção partiria da criação do binômio região desenvolvida/não desenvolvida, ou seja, para que se legitimasse a capital como modelo de outras regiões distantes (não apenas em termos geográficos, mas principalmente de sociabilidades).

Daí tem-se a constituição da CODEVALE e de toda a construção discursiva que lhe sucedeu. Nas palavras de Sevilha (2012, p. 39), “o projeto de uma ‘Minas moderna’, para conquistar unidade, legitimidade e dizibilidades sociais, necessita de espaços e práticas sociais que, à luz de novas teorias, representem o indesejável”. Mas, mesmo com a criação da CODEVALE, em termos de planejamento estatal a região do Vale do Jequitinhonha é oficializada enquanto tal no ano 1969 a partir de um estudo de regionalização realizado pela Fundação João Pinheiro.

Associado a uma imagem pejorativa do sertão, o Vale do Jequitinhonha se aproxima do Nordeste do país e da mesma forma é colocado como parte da dicotomia Nordeste/Sudeste do país, isto é, atraso/modernidade.

Atraso e miséria tornam-se marcas históricas de uma região que acabara de surgir. Uma bacia onde encontramos diferentes biomas naturais (cerrado, caatinga e mata atlântica) e uma enorme diversidade de realidades socioespaciais, socioculturais e socioeconômicas torna-se homogênea aos nossos olhos, **representada pela repetição de imagens da seca, de notícias da fome e de índices de pobreza** (SERVILHA, 2012, p. 43, grifos nossos).

Ramalho e Doula (2009) trazem uma interessante análise acerca do papel do Jornal Geraes na construção da identidade discursiva do homem do Vale do Jequitinhonha. A análise temporal, que compreende diferentes posicionamentos da publicação ao longo do tempo, revela a variabilidade na postura do jornal que ora se mostrava contrário às políticas da CODEVALE, ora se mostrava parceiro da instituição. A análise das autoras evidencia uma postura inicialmente combativa em relação à instituição, defendendo e logicamente construindo a

imagem do homem do Vale sofrido e abandonado pelo Estado. Posteriormente, a partir dos anos 80, há uma mudança nessa construção em que o enfoque passa a ser a valorização da cultura popular, e o homem do Vale é então representado como “elemento de transformação social. [...] portador de uma originalidade, de uma cultura local que congrega elementos que denotam uma mentalidade de resistência e preservação do passado” (idem, p. 10). Nesse sentido, as autoras argumentam que a miséria e a pobreza, antes temáticas centrais da publicação, passam a ser secundárias quando da discussão sobre a valorização da cultura e do território.

As autoras finalizam a análise discutindo o quanto as publicações desse jornal contribuíram para fazer emergir entre os leitores um sentimento de união em torno dessa identidade mais positiva sobre o Vale, afastando o estigma de “Vale da Miséria” ou “Vale da Fome”. Entretanto, ressalta-se que mudanças na estrutura social não foram realizadas e que os discursos de dominação e exploração foram apenas esvaziados.

A cartografia que realizamos nos sinaliza justamente para esse conflito que ainda persiste no discurso e no cotidiano dos moradores do Vale do Jequitinhonha. Encontramos, por parte deles, uma resistência em relação aos estigmas que, de certo modo, ainda perduram, mas, ao mesmo tempo, ouvimos desses mesmos sujeitos a constatação de um abandono por parte do Estado em termos de políticas públicas, o que se reflete claramente nos alarmantes índices em torno de direitos básicos da população. Parte dos sujeitos com quem conversamos reconhece o título de “Vale da Miséria” como impróprio e desrespeitoso, mas não porque a miséria e a pobreza não sejam uma realidade, mas porque ela teria sido, de fato, produzida. Nas falas dos velhos e de outros membros da região, essas questões ficam evidentes.

Eu não concordo (Sobre o título Vale da Miséria). Porque o Vale do Jequitinhonha, ele é rico. É o pessoal, as empresa que carrega a riqueza e deixa nós na pobreza. E aí, é... Por exemplo, eu trabalho aqui, tem bastante coisa na minha casa, aí chega um ladrão, rouba. Ocê chega, vem me visitar, quando chega aqui, não tem nada pra comer. “Zezé é preguiçoso?” Ele trabalhou! Então, só que alguém roubou o que ele fez, num é? Então a mesma coisa com nós do Vale do Jequitinhonha. O Vale do Jequitinhonha, ele é rico. Eu fico ofendido quando eu vejo falar “Vale da Miséria”, né (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 76 anos).

Como que era chamado o Vale do Jequitinhonha? Vale da Miséria! Vale das Viúvas Vivas! Vale da fome! Desculpa, Vale da prostituição! Vale das Viúvas de marido vivo! E isso não é verdade. E todos nós sabemos como é que é o Vale. O Vale era um vale de gente trabalhador, honesto, mas um vale esquecido por políticos (Diretora da FETAEMG).

Frente a essas questões que perpassam a história e as construções acerca do Vale do Jequitinhonha, faz-se necessária a abertura de novos e outros olhares para a região como um todo.

[...] é necessário mudar a forma de pensar o Jequitinhonha: antes de compreendê-lo como o lugar da pobreza e da ausência do progresso, é preciso pensá-lo como um lugar específico, particular, singular. Portanto deveria ser sujeito – e não apenas objeto – de políticas públicas particulares, específicas e diferentes. Analisar o Jequitinhonha numa perspectiva mais particularizada é um grande passo para criar propostas adaptadas de políticas pois, deixando de pensar a região pelo que ela não tem e passando a pensá-la pelo que tem, é que podem ser construídas políticas consistentes” (RIBEIRO *et al.*, 2004, p. 8)

Nesse mesmo sentido, torna-se necessário compreender as particularidades que existem dentro da própria mesorregião, uma vez que nela coexistem múltiplos municípios e múltiplas realidades. Sendo assim, vamos nos dedicar a compreender melhor a história e o contexto da cidade considerada polo do médio Vale do Jequitinhonha, foco da nossa pesquisa.

2.3 A cidade de Araçuaí: História e Memória

As velhas cidades do Vale do Jequitinhonha são relicários de História. [...] Ao contrário, porém, de suas co-irmãs que, largadas, agonizam, Santo Antônio do Arassuaí, que também escreveu história em capítulos gloriosos, não nasceu das batalhas, dos entreijos majestosos. **Ao invés do bacamarte e da espada, dos gritos de desespero ou de vitória sobre os corpos mutilados dos guerreiros, seus alicerces escolheram resguardo nos braços do amor** (PAULINO, 1977, s/p).

Fotografia 1 - A cidade de Araçuaí



Fonte: Jeane Doneiro, 2017.

A história do município é cercada de simbolismos e talvez seja esse o motivo pelo qual povoa o imaginário de seus residentes. Pouco se encontra registrado oficialmente sobre a origem da cidade de Araçuaí, mas basta perguntar a qualquer um de seus moradores para que alguns personagens dessa história venham à tona, como os canoeiros e a Luciana Teixeira, os quais serão apresentados a seguir.

Tendo em vista os poucos registros existentes, buscamos como fonte a história oral, narrada e (re)construída cotidianamente pelos moradores. Nas andanças para a produção dessa cartografia, a biblioteca municipal foi um dos locais onde encontramos pistas sobre essa história²⁷. Em conversa com Dostoievsky Brasil, que atualmente trabalha como encarregado da biblioteca e do arquivo público da prefeitura, conhecemos um pouco sobre esse enredo e seus personagens. Dostim, como prefere ser chamado, é bacharel em história, residente da cidade e relata ser um estudioso interessado nas memórias do município e de seus precursores. Ele contou ser bisneto de um canoeiro – figura importante nesse enredo, uma vez que essa era a forma de transitar entre as cidades quando as estradas ainda não existiam: “Canoeiro era uma profissão para a qual a prefeitura dava posse”.

Sobre o final do século XVIII e início do século XIX, Dostim narra que todo o transporte era feito na região pelos canoeiros ou então pelos tropeiros. Sobre a profissão de canoeiro especificamente, ele relata que esta perdurou por muitos anos, tendo registros de sua existência até 60, 70 anos atrás.

Minha avó contava como era viajar de canoa naquela época, porque ela mesma viajou com ele (meu bisavô) várias vezes. Saía daqui e ficava uma, duas semanas até chegar a Jequitinhonha porque tinha que dormir na beira dos rios, parava para fazer almoço, jantar, para dormir... As mulheres dormiam dentro das canoas e os homens dormiam na praia.

Ele conta que os canoeiros também transportavam, além de pessoas, mercadorias, o que fazia com que percorressem longos caminhos. Ao longo dos rios, vários eram então os pontos de parada, chamados de entrepostos comerciais (onde era feita a comercialização). Próximo de onde hoje se localiza a cidade de Araçuaí, há o encontro de dois rios, o rio Araçuaí e o rio Jequitinhonha. Este lugar, chamado de Barra do Pontal (hoje conhecido como Itira, distrito de

²⁷ A atual gestão municipal tem desenvolvido um trabalho de criação de um acervo e memória sobre a cidade de Araçuaí, mas esse material ainda não se encontra sistematizado para consulta.

Araçuaí), teria sido um importante e estratégico entreposto comercial, onde muitos canoieiros paravam durante suas viagens. Dostim segue narrando:

Era o caminho que os canoieiros faziam, subindo e descendo o rio. Trazendo de lá pra cá tecido, querosene, sal e levando daqui pra lá rapadura, fumo, algodão dessa região toda aqui... E Padre Carlos Pereira Freire de Moura, que era o padre dessa comunidade de Barra do Pontal, segundo a história era filho de um dos Inconfidentes Mineiros que se refugiou nessa região... Primeiro o pai dele teria se escondido aqui, tomou posse de terras, ele era filho de um desses inconfidentes e ficou dono de todas essas terras que tinha entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí. E o pai teria doado as terras que onde hoje está o distrito de Itira para poder fazer dali uma cidade. Era um entreposto comercial, mas a ideia dele era fazer uma cidade ali.

E entre esses canoieiros teria aparecido em Barra do Pontal uma mulher chamada Luciana Teixeira. Uma mulher, canoieira e comerciante, algo pouco comum naquela época. Entretanto, não existem registros que esclareçam se ela seria uma canoieira ou então dona da frota de canoas.

De onde ela apareceu também não se sabe. Alguns falam que ela teria vindo da barra de cima de Diamantina, outros dizem que ela teria vindo da Bahia porque a nossa ligação aqui é direto com a Bahia... [...] Aí nesse lugar ela teria se tornado comerciante: vendia coisas, trocava coisas e, em um lugar que tinha muitos homens, ela teria trazido algumas mulheres para morar ali e teria montado um bordel nesse lugar. O bordel funcionava à noite e é fato, a gente sabe que em todos esses pequenos lugares no mundo inteiro e aqui no Brasil não seria diferente, onde se tinham muitos homens havia sim bordeis e cafetinas, porque era um comércio, era um negócio.

Em um lugarejo pequeno com domínio da igreja católica, tal negócio teria então rapidamente começado a incomodar não apenas ao padre, mas às famílias tradicionais. Diante disso, o referido pároco teria então expulsado essas mulheres de Barra do Pontal, as quais teriam então subido o rio Araçuaí, oito léguas acima. De acordo com essa história, Luciana teria comprado terras nessa região em que a cidade está hoje e construído uma fazenda, a Fazenda de Boa Vista. Luciana teria dado terras para essas mulheres viverem, o que posteriormente deu origem à cidade de Araçuaí. Outra versão da história é a de que Luciana seria comerciante e proprietária da fazenda, tendo ela acolhido essas mulheres que foram expulsas pelo padre de Barra do Pontal. Isso significaria, portanto, que não seria ela uma cafetina e dona de Bordel, mas alguém que acolheu essas mulheres que antes haviam se estabelecido no entreposto comercial.

Ela simplesmente morava aqui em cima e, quando o padre as expulsou, ela acolheu essas mulheres. Porque aí, *Saint-Hilaire* um botânico francês que viajou pelo Brasil pesquisando, ele teria passado por aqui. Ele a conheceu [...]. Ele teria chegado até aqui e encontrado com ela na Fazenda da Boa Vista, ele diz: uma velha mulata chamada Luciana Teixeira. Em momento algum do livro dele ele fala de mulheres, de prostitutas... Ele fala de uma fazenda, que tinha muitos colonos e que ele ficou admirado como que as pessoas comiam, aquele olhar do europeu sobre a gente. Ele

teria chegado no dia Pentecostes e que o padre teria celebrado na casa e que ela o acolheu muito bem, deu comida para os animais. Dizem que o padre nunca iria na casa de uma prostituta celebrar a missa de Pentecostes... Eu não sei, eu sempre gosto de falar as duas versões da história.

O livro sobre o qual comenta Dostim chama-se “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais” e foi escrito pelo botânico francês *Saint-Hilaire* em 1872. Nessa viagem que fizera ao Brasil, especificamente por Minas Gerais, ele registrou sua passagem pela Fazenda de Boa Vista.

Pousei na casa de Boa Vista, talvez a mais agradavelmente situada de todas as que até esse momento vira. É construída sob o cume de uma colina isolada, em baixo da qual se deslizam com lentidão as águas límpidas do rio Araçuaí [...]. **Boa Vista era a residência de uma velha mulata chamada Luciana Teixeira.** Tendo sabido que eu viajava com passaporte do governo, essa boa mulher cumulou-me de atenções e, pondo-se quase de joelhos, quis abraçar-me as coxas; mas compreende-se bem que recusei semelhante polidez. **Passei em Boa Vista no dia de Pentecostes. Um sacerdote ali chegara, vindo de nove léguas de distância, e todos os colonos da vizinhança se tinham reunido na habitação com os filhos e netos da minha hospedeira, para assistir ao serviço divino.** [...] Minha hospedeira não quis aceitar nada de mim pelo que eu comi, nem mesmo pela forragem dos animais. Contentou-se em me pedir-me um pouco de papel e este mesmo, queria pagá-lo (SAINT HILAIRE, 1975, p. 238-239, grifos nossos).

Este seria, portanto, o único registro oficial acerca da vida de Luciana Teixeira.

Ela é uma personagem que desaparece da história. Você não tem uma fotografia, você não tem nada. Não tem certidão de nascimento, de óbito, não tem nada! Aí no dia de ir embora ela teria pedido a ela papel e tinta, ela não quis receber pagamento, apenas o papel e a tinta, o que dá a entender pra gente que ela poderia ser uma pessoa alfabetizada. E uma mulher alfabetizada o que nesse tempo era muito raro... Comerciante, dona de fazenda, então ela deveria ser alguém bem a frente de seu tempo. Talvez nem fosse realmente prostituta, cafetina, mas ficou com essa imagem porque era à frente do tempo. Então são essas duas vertentes da história: essa Luciana que acolhe essas mulheres que são expulsas de Barra do Pontal e essa Luciana que é expulsa junto com as mulheres.

Há algumas literaturas criadas em torno da personagem Luciana Teixeira, o que reforça esse imaginário que persiste em torno de quem ela era e como ajudou na construção da cidade. São obras como “O estranho mundo do Dr. Boa Ventura: Crônicas do Jequitinhonha”, de Otto Paulino, 1977; “A mulata Luciana no Vale do Jequitinhonha”, de Augusta Figueiredo, de 1982, e “Senhora do Mundo”, de Ronald Claver, de 1988. São textos que contribuem para a construção desse mito que paira sobre a criação da cidade.

Mas o único dado histórico é de *Saint-Hilaire*. Infelizmente é o que nós temos. E aí provavelmente essa fazenda, que é o que aconteceu com muitos lugares, essa fazenda com o tempo tornou-se um arraial, uma vila e depois uma cidade. Porque a

emancipação daqui apenas acontece em 1871, mas a povoação é de 1816. Será que ela estava ali? Será que ela viu isso? São curiosidades que nós temos. E aí essa personagem que é meio enigmática, que não tem um rosto, não tem uma cara.

Essa história é então disseminada pelos moradores e permanece viva com o passar das gerações. Quando do centenário da cidade, um monumento foi construído para marcar as comemorações e está exposto em uma das principais praças da cidade, onde se localiza a igreja matriz. Em uma placa logo abaixo da escultura de um canoieiro, os dizeres relembram e de certa forma celebram essa história.

Fotografia 2 - Escultura em homenagem ao centenário da cidade



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Fotografia 3 - Dizeres da placa que compõem o monumento aos canoieiros



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Com o passar do tempo e com o crescimento, o local da fazenda e do seu entorno foi ganhando importância. Famílias foram se estabelecendo e se multiplicando. Em 1857, por força da Lei Provincial de nº 803 de 13 de julho, o arraial que ali havia se constituído foi elevado à categoria de Sede de Distrito. Em 1871, passou a se chamar Vila de Arassuahy e, em 21 de setembro de 1871²⁸, tornou-se cidade. O nome do município é de origem indígena e significa “Rio das Araras Grandes”, animal que ainda hoje é símbolo da cidade²⁹.

²⁸ Lei Provincial nº 1780.

²⁹ Há também outra versão para o nome da cidade. Na mesma obra de *Saint-Hilaire*, ele relata que esse nome teria sido dado ao rio em função de que muito ouro havia sido encontrado ali. Daí a fala dos portugueses: “Ouro só ali!”. Dessa frase teria surgido o nome Araguaí.

Fotografia 4 - Monumento de boas-vindas à cidade de Araçuaí



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Entre os anos de 1880 e 1885, a cidade, que ainda compreendia outros distritos hoje independentes, exerceu um importante papel como entreposto comercial, o que ainda se fazia próspero pelo trabalho dos canoieiros. Mas no final do séc. XIX, com a expansão das estradas e dos trens, a profissão de canoeiro foi sendo aos poucos abandonada. Nesse momento, a população voltou-se para a pecuária de corte, para o artesanato e para a agricultura de subsistência (SANTOS, 2016).

No ano de 1929, uma grande enchente devastou a cidade. Em termos econômicos, surgiu uma oportunidade de novos negócios voltados para o processo de reconstrução das casas e comércios. Após esse processo de recuperação socioeconômica e também em decorrência dele, foi construída na cidade, em 1942, a estação da ferrovia Bahia-Minas³⁰, símbolo de progresso que buscava ligar o interior ao litoral do país. Foi um período muito importante para o município e para a região, tendo Araçuaí chegado a ocupar a posição de 4ª cidade mais rica do estado. Entretanto, com a mudança do eixo comercial nacional da Bahia para o Rio de Janeiro, a

³⁰ A construção da estação ferroviária na sede é de 1942, mas a de Engenheiro Schnoor, distrito de Araçuaí, é de 1930.

ferrovia que havia sido promessa de progresso, emprego e desenvolvimento para todas as regiões em que passava, foi extinta em 1966³¹.

Nas décadas de 60 e 70, tem-se a concretização do cenário que apresentamos anteriormente, quando da criação da CODEVALE. Poucas mudanças em termos de infraestrutura foram de fato constatadas na cidade e na região. A exploração do eucalipto por grandes empresários tornou-se uma realidade, cuja repercussão principal se deu – e ainda se dá – em termos de prejuízos para o meio ambiente. Um longo período de seca foi vivido entre os anos de 76 e 77, piorando ainda mais a qualidade de vida da população. Desemprego, pobreza, mortalidade infantil, epidemias: era a realização (ou podemos falar de concretização do ‘projeto’) do Vale da Miséria. No ano de 1979, nova enchente aterrorizou Araçuaí, fazendo com que o centro comercial fosse transferido para a parte mais alta da cidade, cujo marco foi a construção do novo mercado municipal (SANTOS, 2016).

Toda essa história/memória é retratada em um documentário “Do baixo do rio e das mulheres”³², dirigido por Ana Clara Silva. Nele, a história é contada na voz de vários moradores da cidade. A diretora do documentário é fotógrafa e assina esse projeto ao lado de Nilmar Lage, colega de profissão. A obra é resultado de um projeto chamado “Circuito de Imagens”, que visava valorizar os patrimônios histórico-culturais da cidade, e surgiu do interesse de Ana Clara por retornar ao município onde nasceu e viveu por 17 anos. Em reportagem da Gazeta de Araçuaí sobre o lançamento do documentário, a diretora explicitou: “A minha maior preocupação é não dar aval aos que deram ao Vale do Jequitinhonha o nome de Vale da Miséria. Não tenho a pretensão de desmistificar a miséria, pois mesmo não sendo uma total inverdade, não é o ponto que merece mais atenção”³³. Percebe-se aqui, mais uma vez, a tentativa e interesse crescente de dar respostas aos estereótipos atribuídos à região com um todo.

2.3.1 Araçuaí entre o rural e o urbano: mergulhando no território

Com uma população estimada pelo IBGE (2018) de 36.705 pessoas, Araçuaí é a maior cidade da microrregião do médio Vale e uma das maiores – em termos populacionais – da região do

³¹ Para saber mais sobre a ferrovia Bahia-Minas, ver “Estrada de Ferro Bahia e Minas: Ferrovia do Adeus”, de Arysburê Batista Eleutério.

³² O documentário está disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=BZna3wHUzk4>.

³³ “Parte da história de Araçuaí será resgatada em fotos”, 18/06/2012. Disponível em: http://www.gazetadearacuai.com.br/noticia/445/parte_da_historia_de_aracuai_sera_resgatada_em_fotos/

Vale do Jequitinhonha como um todo. Em termos econômicos, a realidade observada atualmente no município ainda corresponde a um cenário de baixas oportunidades de emprego, o que continua a alimentar o processo de migração de mão-de-obra para outras cidades e estados brasileiros.

Os problemas e desafios ambientais defrontados pelo município advêm da intensa atividade de mineração e agropecuária verificada na região, onde as limitações do ecossistema não são respeitadas. Práticas como o desmatamento e queimadas, somadas ao mau uso dos solos, concorrem para uma erosão acelerada. Soma-se a esses fatores o assoreamento dos rios e córregos, a redução da vazão de alguns rios, a intermitência de outros, o ressecamento dos solos, enfim, questões que afetam diretamente os padrões de qualidade de vida da população local e incrementam a taxa de migração sazonal (TENÓRIO, 2016, p. 339).

Em termos demográficos, identificou-se que, do total populacional contabilizado pelo IBGE no censo de 2010 (36.013 pessoas), 12.578 eram residentes da zona rural. Isso significa que cerca de 1/3 da população de Araçuaí era, naquele ano, residente da zona rural. Nas narrativas recolhidas, ficou evidente a percepção sobre o processo de esvaziamento do campo o que, em vários momentos, tem sido identificado como o causador de outros problemas sociais como o aumento da violência urbana e a proliferação do tráfico de drogas.

A gente tinha que lutar para o homem do campo num sair do meio rural. O homem sai da roça, ele vai inchar as cidade, vai aumentar a violência e vai perturbar quem tá na cidade. Se nós tivesse condições de vida no meio rural, o êxodo era menos, a cidade não tava cheia do jeito que tá. E tanta gente na cidade sem condições de viver também, né? Não é brincadeira! (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 76 anos).

Igual tá acontecendo... Eles vêm pra cá (zona urbana) com suas famílias, chega aqui não tem emprego também, aí vai e entra nas drogas, entendeu? Então se a gente conseguir fixar ele lá, na terra dele, que ele nasceu lá tendo água, tendo como trabalhar e produzir, tendo como criar os filhos dele lá, ele quer ficar! (PODER PÚBLICO 3).

Uma reportagem recente intitulada “Êxodo rural deixa cidades fantasmas no Vale do Jequitinhonha (Minas Novas/Chapada de Minas/Jenipapo de Minas/Araçuaí)”³⁴, publicada em 16/04/18 no jornal Gazeta de Araçuaí, levanta essa questão do êxodo rural que não é algo novo na região, mas que tem se intensificado em função da redução dos postos de trabalho nas usinas de açúcar e álcool ou na colheita de café no interior de São Paulo. Vários moradores do campo migravam temporariamente para atuar nessas plantações, enquanto suas esposas e filhos se

34

Disponível em:
http://www.gazetearacuai.com.br/noticia/6708/exodo_rural_deixa_cidades_fantasmas_no_vale_do_jequitinhonha/.

mantinham na roça³⁵. A mecanização do corte de cana e da colheita do café fez com que vários desses trabalhadores, ao invés de retornarem para a sua região de origem, fossem buscar novas oportunidades em outras cidades e regiões. Mas por que eles não retornaram? Pelas mesmas razões que os fizeram migrar temporariamente para São Paulo: a falta de oportunidade de emprego e os intensos períodos de seca na região. Ainda na reportagem, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jenipapo de Minas argumenta: “o pessoal tem que migrar mesmo, caçar algum servicinho fora. Na nossa região não tem empresas e chove muito pouco”.

Nas nossas andanças pelo campo para a construção dessa cartografia, passamos por várias casas vazias, algumas fechadas e outras abandonadas. Em muitas conversas, ouvimos os mesmos comentários: “o povo daquela família foi embora”, “aquela casa li já não mora ninguém tem tempo”. Para aqueles que permanecem na roça, a sensação é, na maior parte das vezes, de solidão. Na mesma reportagem que citamos anteriormente, o jornalista toca na realidade que, em certa medida, motivou a realização dessa pesquisa: “além de casas fechadas, a migração em busca de oportunidades de trabalho provocou no Vale do Jequitinhonha o isolamento de pessoas idosas, que perderam passo a passo a companhia dos parentes”. Observamos que de fato são muitos os idosos que vivem sozinhos ou então acompanhados de outro idoso. Nesse contexto, como vivem essas pessoas? Era isso que queríamos responder. Os dados do IBGE baseados no censo de 2010 indicam que, das 12.578 pessoas que residiam na zona rural quando do levantamento, 12.8% pertenciam à faixa etária de 60 anos ou mais (IBGE, 2010).

A política para a zona rural atende a todas as pessoas que moram lá, mas nós sabemos que a maioria que está ficando lá é de velhos, porque a turma nova não quer ficar lá na roça, que vir pra cidade. E todos esses anos, né, Araçuaí que era talvez, metade zona rural, hoje já tem 2/3 cidade, 1/3 zona rural e **quem está ficando lá são as pessoas mais idosas mesmo** (PODER PÚBLICO 3).

Uma justificativa para a permanência desses idosos no campo associa-se ao recebimento da aposentadoria, o que vamos tratar em detalhes posteriormente. Nesse momento, cabe notar os dados crescentes associados à proporção da população de vulneráveis e dependentes de idosos no município. De acordo com dados de 2010 do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2018)³⁶, essa proporção era de 6,24% na década de 1990 e passou a 7,22% da população em

³⁵ Essas mulheres eram conhecidas como “viúvas de marido vivo”, uma vez que os homens passavam longos períodos fora de casa para a colheita da cana.

³⁶ Dados disponíveis em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aracuai_mg.

2010. Isso significa, grosso modo, uma situação em que a aposentadoria ganha cada vez mais importância na composição da renda familiar, algo sinalizado em estudos recentes em todo o país. De modo geral, presenciou-se a redução do número de pessoas vulneráveis à pobreza no município (redução de 30.73% entre os anos 1991 e 2010), mas o patamar identificado em 2010 permaneceu sinalizando que metade da população seguia vulnerável a essa condição de pobreza, o que é algo significativo e alarmante.

Em termos educacionais, Araçuaí tem uma taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) de 97.5, segundo dados do IBGE de 2010. Isso posicionava o município como o de número 475 dentre as 853 cidades do estado e a de número 2904 dentre as 5570 cidades brasileiras (IBGE, 2010). Em visita realizada na Escola Municipal Joaquim Viana Gonçalves, situada na comunidade rural de Córrego da Velha, uma funcionária da secretaria nos informou que atualmente a instituição possui 90 alunos e funciona apenas no turno da manhã. Ela contou, emocionada, que a escola já chegou a receber 500 alunos em dois turnos. Sobre essa redução drástica experienciada nos últimos anos, a funcionária lamenta: “A escola tá acabando, não tem mais aluno...” (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018). Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação³⁷, o total de alunos matriculados em escolas nucleadas³⁸ nesse ano de 2018 é de 679. Mais uma vez essa situação está associada ao fenômeno do êxodo rural e, conseqüentemente, à sensível diminuição do número de crianças e jovens que vivem no campo.

No que diz respeito às taxas de analfabetismo, o município registrou no ano de 2010 um percentual de 23,7% da população com 15 anos ou mais. Isso significa que, naquele momento, essa era a parcela da população que não sabia ler e nem escrever um bilhete simples, enquanto, em cidades como Belo Horizonte e mesmo nas vizinhas de macrorregião Diamantina (Alto Vale do Jequitinhonha) e Almenara (Baixo Vale do Jequitinhonha), os percentuais eram de, respectivamente, 4,6%, 13,8% e 30,7% (IPEA, 2011). É importante destacar que a maior parte dos sujeitos velhos com quem conversamos é analfabeta ou apenas consegue assinar, com dificuldades, o próprio nome³⁹. Para alguns deles, esse *não saber* trouxe – e ainda traz – sofrimentos na medida em que os coloca em situação desigual perante outras pessoas que, como

³⁷ Informação verbal cedida em entrevista com representante da Secretaria Municipal de Educação em 14/08/2018.

³⁸ Escolas nucleadas são aquelas localizadas nas comunidades rurais. São chamadas de nucleadas porque são posicionadas em pontos estratégicos para atender as comunidades do entorno.

³⁹ No caso das assinaturas demandas para a participação na pesquisa, como os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE), eles foram lidos para os velhos e explicados. Para aqueles que não sabiam assinar, fizemos o registro do áudio das autorizações.

eles dizem, “são estudadas”. A dificuldade de acesso à educação, a necessidade de dedicação ao trabalho, entre outros aspectos, serão abordados posteriormente quando da apresentação das narrativas biográficas dos sujeitos.

Em relação à economia, alguns dados nos parecem relevantes. De acordo com o IBGE (2015), o PIB *per capita* no município era de R\$ 9.759,17, o que colocava Araçuaí na posição de número 595 dentre os 853 municípios que compõem o estado de Minas Gerais. Isso o coloca dentre os 35% de municípios com o pior PIB *per capita* do estado. Comparando novamente com os outros municípios da mesma macrorregião, Diamantina apresenta um valor de R\$ 13.902,67; e Almenara, de R\$ 11.130,40. Associado a esse índice está o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma métrica que visa evidenciar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida de uma população. O IDH do estado de Minas Gerais, com base no ano de 2010 era de 0.731, enquanto o de Araçuaí era de 0.663. É importante dizer que, dentre as 15 cidades mineiras com os piores IDHM, sete delas pertencem ao Vale do Jequitinhonha e do Mucuri (Região adjacente ao Vale do Jequitinhonha). Em termos de rendimentos, o IBGE identificou em 2016 que 47,3% da população de Araçuaí vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa (IBGE, 2015).

Todos esses indicadores de base econômica apontam para a realidade marginalizada discutida anteriormente. De forma geral, podemos observar as desigualdades que marcam o desenvolvimento da atividade econômica do estado, o que acaba por favorecer a concentração de renda em determinados municípios. Enquanto as principais economias do estado estão localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, no Triângulo Mineiro e no Sul/Sudoeste de Minas, as de menor nível de atividade são as do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, da Central mineira e da Zona da Mata (PEROBELLI *et al.*, 2017).

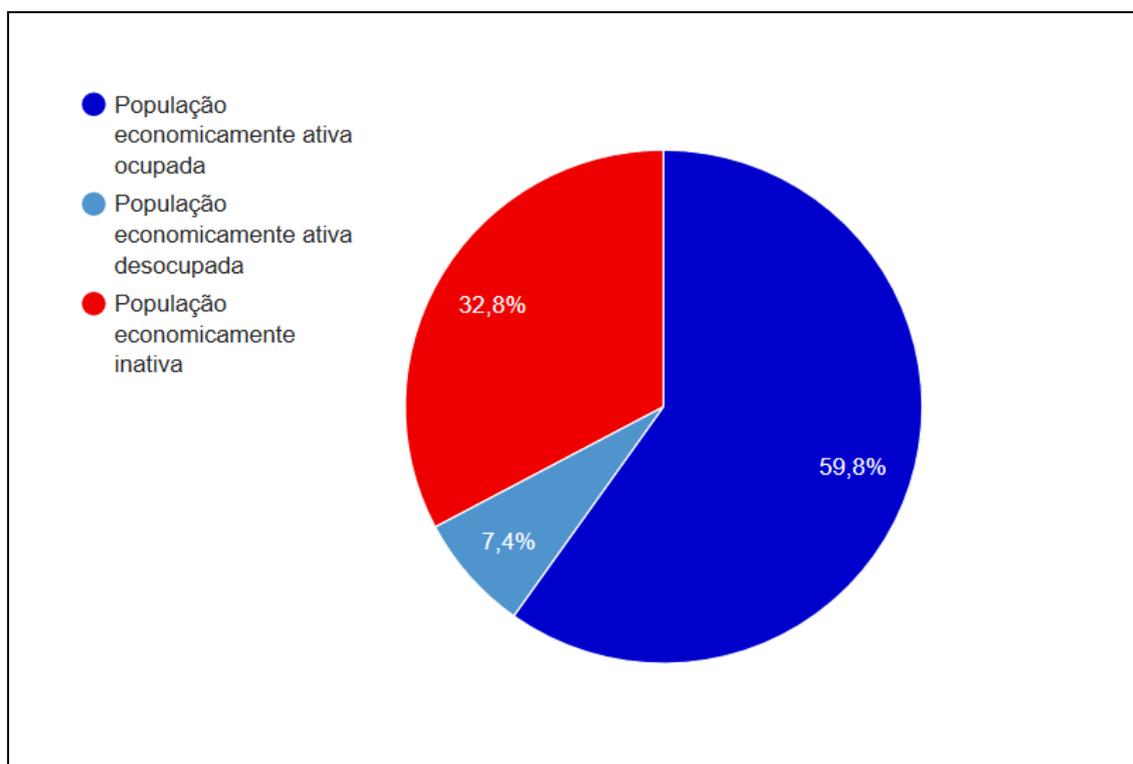
Em relação à composição das atividades econômicas municipais, podemos observar a distribuição da população ocupada no ano de 2010 entre os diferentes setores.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas por ramo de atividade (2010)

Ramo de Atividade	Percentual da população ocupada (2010)
Serviços	35,41%
Agropecuário	30,38%
Comércio	11,54%
Construção	9,51%
Indústria de Transformação	6,81%
Utilidade Pública	0,91%

Fonte: Adaptado de Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Essa população ocupada corresponde, como podemos observar na figura abaixo, a 59,8% da população do município. Como destacam Pereira, Ribeiro e Almeida (2016), grande destaque deve ser dado à agricultura familiar e à pecuária quando se discute o panorama das atividades econômicas do município de Araçuaí.

Figura 3 - Composição da população com 18 anos ou mais (2010)

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

Sobre a composição do território avaliada pelo censo agropecuário de 2017 (dados preliminares), identificaram-se 113.739,644 hectares (ha) destinados a 2.589 estabelecimentos

agropecuários (IBGE, 2017). Deste espaço, 76.499,587 ha são ocupados por produtores individuais, enquanto os outros 37.128,057 ha são comandados por condomínios, consórcios ou união de pessoas. Sobre a utilização das terras, 4.465,5 ha são destinados a lavouras (permanentes ou temporárias) e 38.151,535 ha para pastagens. As demais áreas destinam-se a matas ou florestas e sistemas agroflorestais.

Os sujeitos participantes da pesquisa pertencem a essa categoria: são pequenos produtores rurais que se dedicam à lavoura e à criação de animais. São velhos que dedicaram suas vidas a essas atividades, tendo como apoio para a realização do trabalho membros da família e, por vezes, a contratação temporária de mão-de-obra. Os dados do censo indicam que essa é uma realidade: das 7.565 pessoas que estão trabalhando nesses estabelecimentos agropecuários⁴⁰, desses 6.662 têm laço de parentesco com o produtor, ou seja, a maior parte da produção é de caráter familiar. O número de tratores, implementos e máquinas existentes em todo o território (112 unidades) apontam para a baixa mecanização e utilização de tecnologias no processo produtivo (IBGE, 2017), o que ouvimos com frequência nas narrativas dos velhos lavradores: o plantio e a colheita são manuais, assim como o cuidado com os animais também realizado sem a ajuda de maquinário especializado.

Especificamente sobre a existência de um órgão gestor da política agropecuária municipal, conforme o MUNIC – Perfil dos Municípios Brasileiros, a prefeitura declarou que este é subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Ela declarou também possuir um conselho municipal de desenvolvimento rural, criado em 2017 e com a participação da sociedade civil. O município declarou desenvolver programas de estímulo à agricultura familiar e realizar cessões temporárias gratuitas de maquinários aos produtores agropecuários. Sobre as condições de risco s quais o município está submetido, no relatório está declarada a incidência de períodos de seca intensa, tendo o ano de 2015 sido relatado como o mais grave. A fim de minimizar os danos causados pela seca, o município declarou a construção de barragens e poços, itens que compõem o plano de contingência e/ou preservação municipal para a seca (IBGE, 2017).

Em termos de saúde pública, os índices acompanham para a mesma realidade de vulnerabilidades, embora melhorias tenham sido indicadas pelo poder público e percebidas

⁴⁰ Pessoal ocupado em 30/09/2017 (IBGE, 2017).

parcialmente pela população⁴¹. Um indicador bastante utilizado para avaliação dessa dimensão é a taxa de mortalidade infantil, que, em avaliação no ano de 2014, era de 8,53 óbitos a cada mil nascidos vivos. Comparativamente, este índice coloca o município como o de posição 496 dentre os 853 municípios mineiros. Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, esse número reduziu para 5 em 2017 (5 óbitos a cada 100 nascidos vivos). Atualmente, o município conta com a cobertura de Estratégia da Saúde da Família, sendo 13 equipes para abranger todo o território – urbano e rural. Entre as principais causas de mortes no município estão: Doença de Chagas, Leishmaniose, Doenças Respiratórias, Mentais, Verminoses/Esquistossomose, Oncologia e Desnutrição (SINAN NET, 2017).

Por fim, um dado que particularmente nos interessa é o da esperança de vida ao nascer. Este indicador é utilizado para compor a dimensão Longevidade no cálculo do IDH que apresentamos anteriormente (além dessa também se utilizam as dimensões Educação e Renda).

Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer

Esperança de vida ao nascer (Local/Década)	1991	2000	2010
Araçuaí	64,1 anos	68,4 anos	74,3 anos
Brasil	64,7 anos	68,6 anos	73,9 anos

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

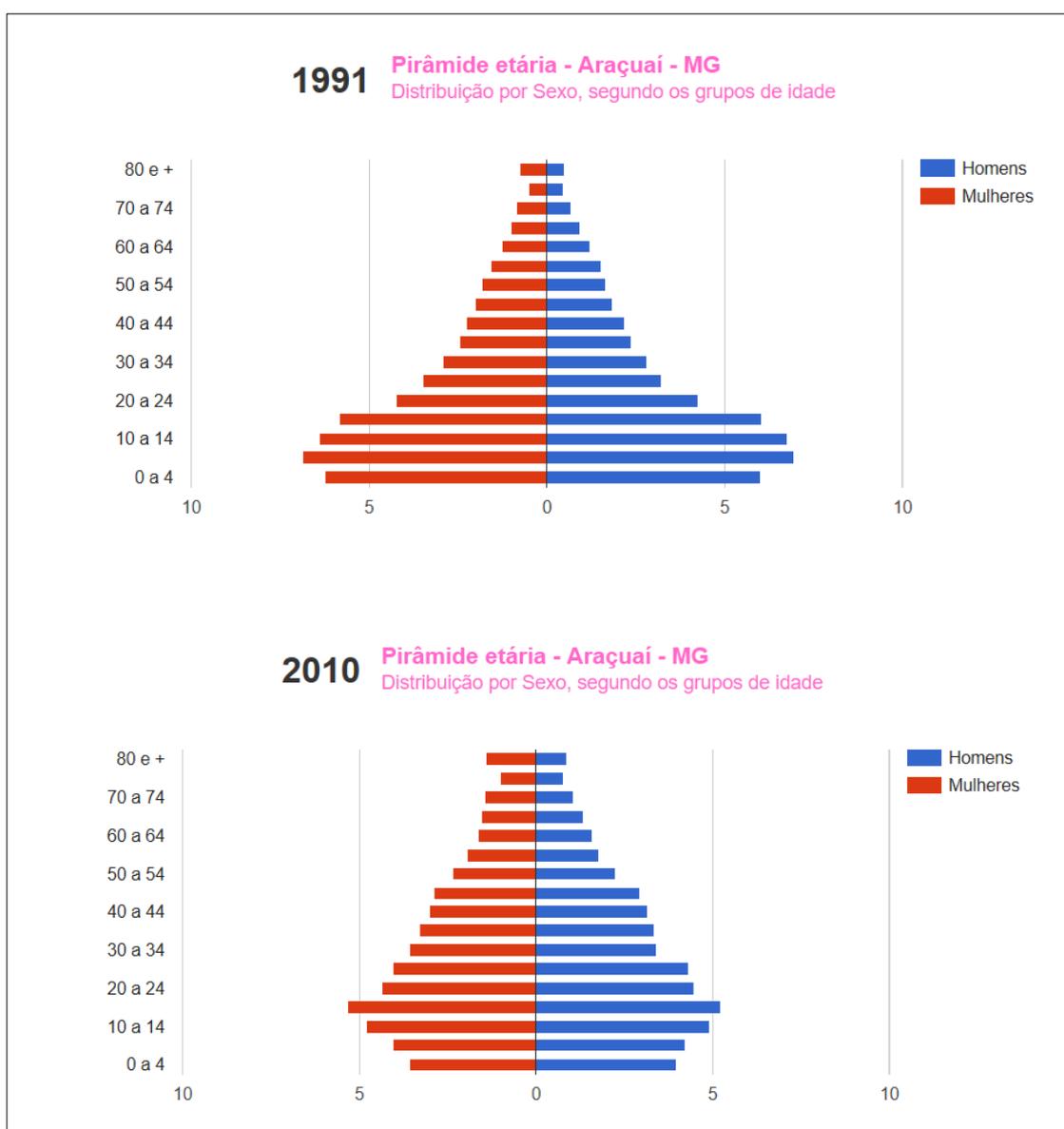
A tabela acima evidencia um crescimento de 5,9 anos na esperança de vida ao nascer no município na última década, acompanhando um crescimento que também aconteceu em nível nacional. Especificamente a respeito da estrutura etária do município, é possível verificar uma redução da razão de dependência no município, ou seja, a proporção de crianças e jovens (abaixo de 15 anos) e idosos (acima de 65 anos) em relação à população potencialmente ativa (entre 15 e 65 anos) diminuiu na década entre 2000 e 2010. Por outro lado, a taxa de envelhecimento que corresponde à proporção entre a população acima de 65 anos em relação à população total cresceu de 7,50% para 9,52%. Se houve uma redução da taxa de dependência ao mesmo tempo em que se verificou um aumento do número de idosos (para essa métrica = pessoas acima de 65 anos), podemos concluir pela redução do número de crianças e jovens. Essa redução pode ser explicada pela redução da taxa de fecundidade (de 3,2 em 2000 para 1,9

⁴¹ Esse aspecto será tratado com maior detalhamento no capítulo 4, com enfoque sobre a velhice.

em 2010), associada ao processo de êxodo rural mencionado anteriormente (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2018).

Feçhamos então essa seção demonstrando esse processo de envelhecimento a partir da comparação das pirâmides etárias do município – 1991 e 2010.

Figura 4 - Pirâmide etária da população de Araçuaí (1991-2010)



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018.

As mudanças na configuração da pirâmide etária do município acompanham as alterações que estão ocorrendo a nível nacional, ou seja, observamos o estreitamento da base e a ampliação do

topo. O envelhecimento da população se torna evidente e, como colocamos anteriormente, aparece e é problematizado a partir de diversos olhares, inclusive, o de problema social (DEBERT, 1997; TÓTORA, 2008a). Mas como a velhice é experienciada nesse território especificamente? Para compreender essa realidade que se traduz no cotidiano de vida desses sujeitos no território, vamos nos dedicar nessa próxima seção a compreendê-la mais profundamente.

2.4 Um mergulho no território usado⁴²: cartografando

Como colocamos inicialmente, nosso intuito ao construir esse capítulo era o de rastrear aspectos gerais que nos ajudassem a aumentar a inteligibilidade sobre o território no qual se baseia a pesquisa, para que pudéssemos então desenvolver análises associadas aos temas centrais da tese, a relação entre velhice e trabalho rurais. Sinteticamente, os índices e dados apresentados retratam, tanto em termos da mesorregião, microrregião e do próprio município de Araçuaí, uma realidade marcada por baixo desempenho econômico, o que se reflete na falta de oportunidades de emprego e em um processo ainda perceptível de migração de mão-de-obra. Apesar de melhorias observadas e narradas pelos sujeitos que contribuíram para a construção dessa cartografia, os índices e comparativos ainda indicam que um longo caminho precisa ser percorrido para a redução das desigualdades sociais e melhoria das condições de vida da população.

Entretanto, é relevante que retomemos aqui o conceito de território inicialmente discutido: como a junção de uma série de forças que concorrem para a construção da realidade ou, nos termos de Santos (1994), o território usado por aquelas que nele residem, sobrevivem e constroem cotidianamente a vida. Nesse sentido, compreendemos que, para a construção cartográfica, os aspectos históricos assim como esses índices demográficos-sociais-econômicos – e porque não políticos – são apenas parte desse universo que pretendemos rastrear, compreender, intervir e coproduzir.

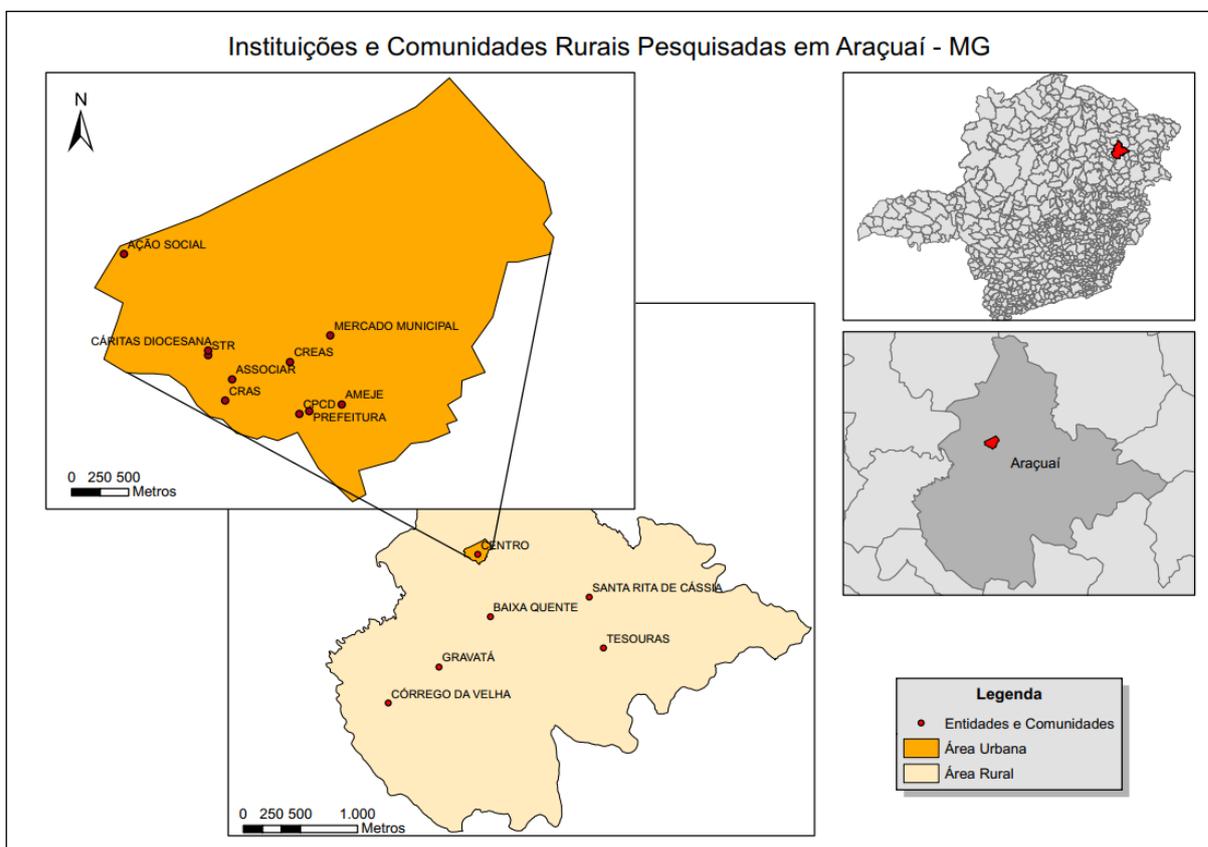
Isso porque corremos um sério risco de uma leitura apressada: o risco de pensar que podemos antecipar, logicamente, o que iremos visualizar quando do encontro com os sujeitos que *usam* esse espaço. O convite ao leitor é que se mantenha atento a esse risco, afastando o quanto

⁴² Para Milton Santos (1994) a categoria de análise social não é o território em si, mas o território usado, isto é, um espaço simultaneamente material e social.

possível os pré-conceitos e delimitações que insistem a nos conformar. O território pulsante é também o espaço dos escapes, da dinâmica e da desterritorialização. Manter-se vigilante para ser capaz de abarcar, ainda que parcialmente, a riqueza que emerge da complexidade.

Nesse sentido, para fazer emergir a complexidade, tentamos rastrear os espaços, ouvir narrativas e experimentar o território. Isso implicou, como expomos anteriormente, idas e vindas entre a cidade e algumas comunidades rurais, conversas com representantes de instituições, da prefeitura, além de visitas ao mercado municipal. O mapa a seguir representa essas trajetórias percorridas.

Figura 5 - Mapa das Instituições e Comunidades Rurais Pesquisadas em Araçuaí



Fonte: Elaborado pela autora.

Como explicitado, um terço da população araçuaíense atualmente vive no campo. Essa população está distribuída entre aproximadamente 70 comunidades⁴³ localizadas no entorno do centro urbano do município. Até mesmo em função das distâncias, origens, vocações produtivas

⁴³ Esse número pode variar um pouco a depender da forma de registro. Por exemplo, algumas comunidades se subdividem em outras, como Tesouras: Tesouras de Cima, Tesouras do Meio e Tesouras de Baixo.

e organização em associações comunitárias, são comunidades com características específicas e que desenvolvem diferentes relações com a cidade. Um exemplo é a comunidade dos Bois que está a aproximadamente 77 km de Araçuaí e, embora pertença ao município, está mais próxima de outro município chamado de Padre Paraíso. Essas diferenças foram captadas quando do rastreamento que realizamos em algumas dessas comunidades.

No capítulo 1, descrevemos em linhas gerais como o processo de construção cartográfico foi dinâmico e orgânico, e que as visitas a essas comunidades se deram a partir de indicações de possíveis sujeitos para participar da pesquisa. São sujeitos velhos, trabalhadores rurais que ainda comercializam ou já comercializaram seus produtos no mercado municipal de Araçuaí. A partir da aproximação com o STR, fomos convidados a visitar as comunidade de Tesouras e lá mesmo, na instituição, conhecemos o primeiro sujeito participante: o Seu Antônio da Velha, membro da comunidade de Santa Rita de Cássia. A partir da aproximação com o Centro de Referência de Assistência Social e com a Equipe da Saúde Básica, fomos convidados a acompanhar a equipe de uma das Unidades Básicas de Saúde da zona rural instalada na comunidade da Baixa Quente. Por fim, chegamos aos sujeitos das comunidades de Córrego da Velha e de Gravatá de Cima a partir de indicações de profissionais de instituições da sociedade civil que atuaram diretamente com essas comunidades e seus membros. Foram bons encontros que permitiram explorar e experimentar muito além do que inicialmente pretendíamos. Sendo assim, visitamos no total cinco comunidades rurais, a saber: Baixa Quente, Córrego da Velha, Gravatá de Cima, Santa Rita de Cássia e Tesouras. Falemos brevemente sobre cada uma delas.

Tabela 6 – Distância aproximada entre as comunidades e a cidade de Araçuaí

Comunidade	Distância de Araçuaí
Baixa Quente	14 km
Córrego da Velha	31 km
Gravatá de Cima	21 km
Santa Rita de Cássia	39 km
Tesouras	40 km

Fonte: Elaboração da autora.

Fotografia 5 - Comunidade da Baixa Quente



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

A comunidade de Baixa Quente é uma das comunidades mais próximas ao centro urbano de Araçuaí. Em menos de 30 minutos é possível chegar até lá, sendo que a maior parte do trecho é asfaltado. Essa proximidade faz com que a comunidade seja comparada a um bairro mais distante, e, em função disso, o trajeto comunidade-Araçuaí é movimentado e realizado com maior facilidade. As casas são próximas entre si e tem como ponto central uma quadra de esportes comunitária coberta, onde parte dos eventos e reuniões acontece. Segundo os moradores, a comunidade recebeu esse nome pelo temperamento intempestivo das mulheres que ali viviam. Residem na comunidade aproximadamente 169 famílias, totalizando 594 pessoas. A associação comunitária é chamada de Associação Comunitária Bom Jesus da Aguada Nova e foi fundada em 1978. Nessa comunidade, conversamos com Dona Luruca e participamos de atividades promovidas pelo CRAS Dona Nati e pela UBS.

Fotografia 6 - Comunidade de Córrego da Velha do Meio



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Já a comunidade de Córrego da Velha do Meio está a cerca de 31 km do centro urbano de Araçuaí, em um trajeto que, de carro, tem a duração média de 50 minutos.

Fazia aproximadamente um ano da nossa última visita... Não me recordava da distância e da dificuldade de passar por aquela estrada, cheia de pedras, e que agora estava “boa”. Mais uma vez nos deparamos com um caminhão no caminho e tivemos que retornar alguns metros de ré para dar passagem. O sol está muito quente, a paisagem é muito seca e estamos cobertos de poeira (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018).

Segundo os moradores, a comunidade leva esse nome porque há muitos anos uma velha índia teria sido vista várias vezes às margens do córrego ao longo do qual o povoado se constituiu. Conforme registrado no diário de bordo, atualmente esse córrego que deu origem à comunidade tem pouquíssima água, e a paisagem é extremamente seca. Segundo dados da Coordenação da Atenção Básica de Saúde do município, 34 famílias vivem em Córrego da Velha do Meio, totalizando 95 pessoas. As casas ficam mais distantes uma das outras em uma configuração bem diferente da encontrada na comunidade da Baixa Quente (até porque é mais populosa). A fundação da associação comunitária data do ano de 1995. Foi em córrego da Velha que conversamos com o Seu Milton Granja e com a Dona Íris, sua esposa.

Fotografia 7 - Comunidade de Gravatá de Cima



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Cerca de 20 km da comunidade de Córrego da Velha está a comunidade de Gravatá de Cima. A comunidade também carrega o nome do ribeirão ao longo do qual foi constituída, e a paisagem é bem parecida com a da comunidade anterior. As casas distantes umas das outras dão a impressão de isolamento, e há pouquíssimo movimento na estrada. Em termos populacionais, cerca de 74 famílias vivem na comunidade. A associação comunitária foi fundada em 1996 e também leva o nome da comunidade: Associação Comunitária de Gravatá de Cima. Na comunidade de Gravatá de Cima conversamos com Dona Santa e seu esposo, Seu Erotides.

Já a comunidade Santa Rita de Cássia é a menor das comunidades que visitamos, está localizada a cerca de 31 km do centro de Araçuaí. O trajeto para a comunidade é o mesmo da comunidade de Tesouras, mas mais perto e rápido. Na comunidade, vivem cerca de 20 famílias com aproximadamente 79 pessoas. Lá conversamos com o Seu Antônio da Velha e com membros da comunidade, após a celebração do culto dominical. A Associação Comunitária Santa Rita de Cássia da Cabeceira da Barriguda foi fundada em 1995, mas nesse momento está com as suas atividades suspensas.

Fotografia 8 - Centro Comunitário da Comunidade de Santa Rita de Cássia



Fonte: Fabrício Pereira, 2017.

Por fim, Tesouras de Cima foi a comunidade mais distante que visitamos, não apenas em termos de quilometragem, mas principalmente pelo tempo de deslocamento. Localizada a aproximadamente 40 km do centro urbano de Araçuaí, a comunidade está numa região mais alta dentro da área conhecida como APA do Lagoão.

Chegamos em Tesouras e a primeira parada é a casa de Dona Lia. Aqui o clima é bem mais agradável e fresco, imagino que pela altitude. As casas são distantes umas das outras e as estradas bem íngremes. Mesmo com o clima mais brando, a poeira está solta na estrada (Anotações do diário de bordo, 02/08/2018).

Com 53 famílias e cerca de 165 pessoas, Tesouras de Cima tem uma das associações comunitárias mais antigas (fundada em 1980) e atuantes, chamada de Associação Comunitária N. Sra. de Fátima. Nessa comunidade, conhecemos o Seu Zezé das Tesouras (líder comunitário e figura conhecida em Araçuaí), sua esposa Dona Isaura, Seu Emílio e Dona Marlene, Dona Lia e Seu João.

Fotografia 9 - Comunidade de Tesouras de Cima



Foto: Jeane Doneiro, 2018.

As andanças cartográficas por essas comunidades foram experiências enriquecedoras para a pesquisa, mas principalmente significativas em termos de trocas subjetivas. Foram muitos bons encontros, nos termos de Deleuze e Parnet (1998), outros nem tanto. Vários elementos sobre os modos de viver nesses espaços estão distribuídos ao longo deste trabalho, iniciando pelas histórias de vida dos velhos que trazem nas suas particularidades elementos de um comum compartilhado e coconstruído. Esses elementos continuarão a aparecer nos capítulos seguintes quando trataremos das temáticas centrais: velhice e trabalho.



Capítulo 3

Uma perspectiva rizomática da velhice

3. Uma perspectiva rizomática da velhice

Neste capítulo, nosso objetivo é discutir um dos principais temas da tese: a velhice. Iniciamos apresentando brevemente como a temática tem sido tratada na contemporaneidade para, em seguida, propormos a perspectiva da velhice como rizoma.

3.1 Porque precisamos repensar a velhice contemporânea?

A velhice é uma produção da modernidade (SAIS, 2011). Isso não significa, entretanto, que em períodos anteriores ao séc. XX não houvesse pessoas de mais idade, mas sim que em nenhum outro momento esse fenômeno chamado velhice teria sido tratado dessa forma, como objeto de interesse e investigação. Peixoto (2006) chama a atenção para o contexto francês, em que os termos ‘velho’ ou ‘velhotes’ eram utilizados socialmente para designar aqueles que vendiam sua força de trabalho e que, em função do avançar da idade, perdiam sua capacidade de produzir. Ou seja, o velho era aquele que não possuía status social. Já o termo idoso surge para caracterizar e garantir diferenciação ao patriarca e àqueles que detinham bens. Sendo assim, considerar alguém como velho nada mais era do que uma questão de distinção social. Segundo a autora, apenas no séc. XX é que a velhice teria então passado a ser considerada como um objeto a ser compreendido e, logicamente, gerido.

No Brasil, esse interesse pelo tema teria surgido apenas a partir da segunda metade do sec. XX, como esclarece Debert (1999). A autora argumenta que foi especificamente na década de 90 que assistimos no país à disseminação da velhice como um tema privilegiado, seja nas discussões no âmbito das políticas públicas ou na identificação de novos mercados consumidores. Obviamente, o aumento populacional comprovado estatisticamente contribuiu para estimular e direcionar o olhar para essa população, entretanto, para compreender esse interesse, é necessário ir além da questão demográfica. Sob os holofotes, a velhice passa a ser uma questão pública ao mesmo tempo em que há um discurso de responsabilização individual pela sua vivência. Esse seria então o duplo movimento denominado pela autora como processo de reprivatização da velhice: privatização (do privado ao público) e reprivatização (do público ao individual).

Uma das obras mais importantes dentro da discussão sobre o envelhecimento foi publicada por Simone de Beauvoir em 1970, intitulada “A Velhice: Realidade Incômoda”. Nela a autora

denuncia o que considera ser uma ‘conspiração do silêncio’ em torno da velhice, que implica uma situação de invisibilidade histórica desses sujeitos. Fazendo referência à obra clássica de Beauvoir, Debert (1999) levanta a seguinte questão: seria esse interesse recente pela velhice um processo de rompimento com a ‘conspiração do silêncio’ denunciada pela autora nos anos 70? Bosi (1994) é autora de outra obra de extrema importância no contexto dos estudos sobre o envelhecimento, chamada “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos”. A autora argumenta que a sociedade industrial (precursora da sociedade contemporânea) foi indiscutivelmente “[...] maléfica para a velhice” (idem, p. 77). Isso porque em um contexto de proliferação da atividade industrial e da demanda por mão de obra, o velho teria pouca ou então nenhuma utilidade. De uma forma geral, essas autoras problematizam o lugar atribuído ao velho na sociedade e os impactos desse (não)lugar em várias dimensões, inclusive, para a subjetividade.

E se pensarmos na contemporaneidade? De que forma o velho participa da sociedade atual? Como explicitamos na introdução desta tese, uma das principais inquietações que motivaram a realização desse trabalho é a forma como a velhice tem sido tratada, isto é, os discursos e práticas que emergem cotidianamente sobre esse tema. Tais discursos, em geral, apontam para uma visão positiva da velhice traduzida em expressões como “melhor idade” ou “velhice bem-sucedida”. Essa suposta positividade corresponde a um ideal de velhice associado à valorização da juventude e realizado por meio do consumo. Daí a proliferação de universidades para a terceira idade, grupos de convivência para idosos, oferta de serviços especializados para essa população (lazer, exercícios físicos, procedimentos estéticos), bem como das fórmulas a serem seguidas para a vivência de uma ‘velhice saudável’.

Essa visão positiva da velhice que marca a contemporaneidade ganhou cada vez mais legitimidade em função do saber médico que lhe sustenta. Como qualquer objeto que se torna alvo de um saber científico, recai sobre ele o peso da institucionalização e da autoridade. Essa questão é evidenciada por Debert (1994) e Silva (2008), respectivamente,

O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de **racionalização e de justificação de decisões político-administrativas** e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão final não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a **autoridade legítima para definir as categorias de classificação dos indivíduos** e para reconhecer nos indivíduos os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas (p. 25, grifos nossos).

De fato, a definição médica da velhice disseminou-se para outros campos de saber e determinou amplamente o seu espectro **no imaginário cultural, alimentando os**

discursos do Estado, a formulação de políticas assistenciais e a formação de outras disciplinas como a gerontologia (p.159, grifos nossos).

Debert (1999) tece críticas em relação ao papel da gerontologia, enquanto ciência do envelhecimento, no que diz respeito à sua participação ativa no processo de reprivatização da velhice. Inicialmente pautada exclusivamente nas questões biológicas/funcionais, esses experts tratavam do envelhecimento orgânico, pautando-se em técnicas e práticas para o retardamento do desgaste físico. O retrato desenhado pelos profissionais era do envelhecimento associado à miséria, dependência e passividade. Posteriormente, esses profissionais assumiram o discurso da velhice como uma construção sociocultural, sendo representantes dessa ‘ideologia’ positiva do envelhecimento, deslocando a juventude como determinação etária para um lugar de estado de espírito. Seria esse processo um caminho de negação da velhice? Apostar na positividade da velhice como algo natural e possível faz recair sobre os sujeitos a responsabilidade por não assumir essa identidade.

Grosso modo, a autora destaca que os dois extremos criadores de estereótipos, a saber, a velhice como miséria e deterioração e a velhice como positiva e fonte de recursos, ambos contribuem para manter a ‘conspiração do silêncio’ em torno da velhice, sob outras roupagens (DEBERT, 1999; NERI, 2003). Como qualquer estereótipo, seu papel acaba por ser normatizador.

O que é *certa idade*? Eufemismo utilizado para se justificar uma sorte de coisas pelas quais os velhos sofrem, sem haver conhecimento factual delas. A *certa idade* é um modo de generalização, uma herança newtoniana que carregamos. Enaltecer a generalidade em detrimento da particularidade do velho é absurdo e arbitrário (MONTEIRO, 2005, p. 66, itálico no original).

Retomando o contexto francês explicitado por Peixoto (2008), a autora explica que, após a Segunda Guerra Mundial, a realidade da população de mais idade no país era de miserabilidade. Nesse sentido, as políticas sociais teriam sido revistas e uma nova categoria foi criada de modo a fomentar um outro olhar sobre a velhice: a terceira idade. Houve a criação das Universidades dedicadas a esse público, e o sistema de aposentadoria também foi remodelado. Essa categoria social chega ao Brasil nos anos 60 e em pouco tempo o termo ganhou popularidade no Brasil por ser uma denominação ainda não carregada de conotação pejorativa, sendo incorporada inclusive pelo Estado na elaboração de seus documentos oficiais.

Segundo Debert (1997), a Terceira Idade não se refere a uma idade específica, mas é utilizada genericamente para se referir às pessoas de mais idade. Segundo a autora, foi nos anos 90 que

os programas destinados a esse público se disseminaram tanto pela iniciativa pública como privada. As atividades desses programas são de caráter recreativo como encontros de dança, passeios programados, atividades físicas, ou então, como no caso das universidades, consistem em aulas e conferências. Com grande adesão por parte da população, tanto os programas quanto o próprio termo persistem nos discursos midiáticos e institucionais.

Debert (1994) discute que a criação da chamada "Terceira Idade" ou "Melhor Idade" teria sido justamente uma manifestação de um jogo político que definiu novas práticas, direitos e deveres associados a esse público de velhos. Tal tentativa de definição de um novo grupo de sujeitos relaciona-se diretamente à identificação de um novo mercado consumidor, com necessidades e expectativas particulares. Isso porque, conforme a autora, a própria ideia de periodização da vida seria uma construção social que atende a determinados interesses. As 'grades de idades' reforçadas por uma perspectiva evolucionista de desenvolvimento humano seria capaz de explicar o comportamento humano a partir da sua localização no espectro etário, ou seja, atribui a cada faixa etária formas de agir e, logicamente, consumir. Entretanto, tal argumento de desenvolvimento 'genético/biológico' comum aos seres humanos se desconstrói na medida em que se tem conhecimento de outras sociedades em que esse processo não funciona da mesma forma⁴⁴. Tótora (2008a) complementa essa discussão ao dizer que a conformação da velhice se exerce não apenas sobre aqueles que são velhos, mas abarca a sociedade como um todo por meio de discursos preparatórios do tipo "alimente-se bem para envelhecer de forma saudável".

Se por um lado o discurso da 'Terceira Idade' emerge trazendo uma proposta de envelhecimento ativo e saudável, por outro a velhice é trazida à tona por pesquisas sob a perspectiva de um problema social da sociedade contemporânea. E, como qualquer problema, deve ser tratado, resolvido, remediado. Ora, se assim a questão é tratada, o pressuposto é totalmente diferente - um problema é um fato perturbador da normalidade, ou seja, seria a velhice algo que saiu do curso normal esperado? Números são amplamente utilizados para justificar a relevância de estudar esse fenômeno e não são, de fato, dados desconsideráveis. Mas não se pode restringir a questão ao universo do quantitativo e, mais uma vez, a algo que nesse momento deve ser consertado (TÓTORA, 2013).

⁴⁴ Para entender mais sobre contextos sociais que desconstruem a perspectiva evolucionista de desenvolvimento humano, ver: MEAD, M. *Coming of Age in Samoa*. American Museum of Natural History, New York, 1973.

Uma das discussões mais atuais que se enquadra nessa perspectiva da velhice como problema social consiste no cuidado do velho, afinal, quem cuidará desses sujeitos? Discute-se que esse cuidado pode ser exercido pela família - na maior parte dos casos por uma figura feminina - assim como pela comunidade e por instituições. A realidade é que as mudanças na constituição das famílias, bem como a inserção cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, têm deixado dúvidas quanto à resposta para a questão. A responsabilização das famílias pelo idoso é uma realidade no Brasil, tendo o Estado delimitado sua atuação por meio de Instituições de Longa Permanência para os Idosos assim como por instituições que oferecem apoio nas Atividades da Vida Diárias, ambas ainda bastante incipientes.

Tal responsabilização é prevista em lei e assegurada pela Constituição Federal de 1988, na qual se evidencia a preferência pela atenção ao idoso no âmbito doméstico. Tal discussão abre espaço para outros debates como a regulamentação do trabalho do cuidador de idosos, uma figura que tem sido cada vez mais demandada frente ao envelhecimento populacional. Entretanto, até mesmo em função de sua recenticidade - como profissão -, não há consenso sobre aspectos como a escolaridade demandada para esse profissional bem como os limites da sua atuação: seriam atividades no âmbito da assistência social ou da enfermagem? (DEBERT; OLIVEIRA, 2016).

Em dissertação realizada em 2012 em uma instituição de Longa Permanência para Idosos no interior de Minas Gerais, a percepção da velhice como problema social bem como a dificuldade dos vários profissionais que lidam cotidianamente com esses sujeitos se mostraram evidentes. Grande parte desses problemas identificados derivam da própria incompreensão do que é a velhice, revelando um despreparo dos profissionais, não em termos técnicos, mas, principalmente, no que diz respeito ao entendimento das especificidades subjetivas que marcam esses sujeitos. Os reflexos identificados desse desconhecimento foram o sentimento de insucesso no trabalho por parte dos profissionais, a percepção de que exercem uma função inferiorizada, o silenciamento da morte, dentre outros. Mais uma vez reforça-se a percepção da velhice como um problema social que precisa ser resolvido e gerido (BARRETO, 2012; BARRETO; PAES DE PAULA, 2015).

Toda essa problematização se insere no debate acerca da gestão do envelhecimento na contemporaneidade, o que Sais (2011) desenvolve a partir do entendimento das redes de saber-poder em que a velhice está submersa. Baseando-se em Foucault (2008a), o autor problematiza

que o controle sobre o corpo e sobre os modos de ser (como o ser criança) é algo que data do século XVIII, com o desenvolvimento das biotecnologias. Especificamente o modo de ser velho na sociedade contemporânea, a qual também tem sido projetada sob a luz da tutela e do controle, são os mecanismos como o Estatuto do Idoso os responsáveis pela classificação, registro e acompanhamento do velho. Nesse sentido, mais uma vez despontam, por um lado, as medidas consideradas protetivas desses sujeitos considerados necessitados de tutela ao mesmo tempo em que são promovidos, ainda que implicitamente, os discursos sobre uma velhice positiva desejada.

Para Foucault (2008a), esses são jogos de verdade que em constante circulação influenciam e por vezes determinam a forma como esses sujeitos estão incluídos ou não nessa sociedade. A dinâmica é, portanto, a de produção constante de verdades que legitimem as práticas sociais. Diante disso, Sais (2011) argumenta que a velhice nada mais é que um dispositivo, nos termos foucaultianos. Para o autor,

Idoso, terceira idade, melhor idade, gerontologia, geriatria, longevidade, demografia, população, estatística, comportamento deficiente, saúde precária, dietética, instabilidade, plasticidade, estatuto do idoso, entre outros, são todos componentes dos jogos de verdade constituintes do dispositivo (SAIS, 2011, p. 66).

Nesse contexto, a população aparece como objeto, a partir do qual e para o qual mecanismos serão criados com vistas a gerar efeitos. Na perspectiva de Sais (2011), a criação da categoria velhice já seria uma ação do dispositivo de segurança dessa população que sutaliza o controle, mas que de forma alguma o exclui. Nesse esteio, a velhice se insere na trama de saber-poder, em que o corpo está na linha de frente sob o ponto de vista da biopolítica, afinal, estão no corpo as primeiras marcas de uma velhice que se quer evitar. Como coloca o autor, “o que vemos é formatado pelos discursos do que deve ser visto” (idem, p. 83). Nesse sentido, os efeitos desse dispositivo se tornam claros (e dolorosos):

[...] a velhice a partir do dispositivo parece ser tomada como um substrato, um *ethos* e um *phatos* onde o agente está descolado da ação. Não existe um devir, mas um dever (ser). Ser o velho da velhice, do dispositivo. Sua sexualidade é “angelical”, suas dores não são para serem tratadas, mas louvadas por serem típicas de quem triunfou sobre a vida desafiando a morte. Seu tempo não é para ser vivido, mas passado, está no lucro. Seu tesão é escárnio. Seu corpo não é seu corpo, é do médico, dos filhos, dos asilos, da lei, da instituição, da velhice, do dispositivo. Como diz o Estatuto do Idoso, deve ser cadastrado e submetido à cultura, ao lazer e à educação adequados a sua condição. Velho não radicaliza, se rebela. Não se sensualiza, é tarado. Não é doente, é doença. Não é agente, é paciente (SAIS, 2011, p. 92).

Concordamos com a crítica impressa na discussão de Sais (2011) na medida em que reforça a perspectiva de que os estudos sobre o envelhecimento nos mais diferentes enfoques acabam por fazê-los de forma descolada das condições de existência da pessoa que envelhece. Isso significa, grosso modo, a criação de modelos associados ao envelhecimento que, mesmo garantindo-o como um processo que teoricamente se entende como dinâmico, homogeneízam-no em termos sociais: todos passarão pelo mesmo processo da mesma forma. Nesse sentido, faz-se necessário estender a discussão para o contexto mais amplo em que essa velhice se realiza, isto é, o sistema capitalista de produção. Afinal, em que contexto social, econômico, político, cultural estamos falando sobre a velhice?

Guattari e Rolnik (2005) trazem contribuições a esse debate a partir do que denominam *produção de subjetividade capitalística*⁴⁵. O termo capitalístico remete não somente às sociedades propriamente capitalistas, mas todas as outras que de alguma forma dela dependem. Para os autores, esse sistema de produção de subjetividade capitalística possui algumas funções como a culpabilização, a segregação e a infantilização. A primeira diz respeito à oferta de modelos de referência únicos a serem seguidos pelos sujeitos que, caso não o alcancem por razões as mais diversas, amargam o sabor da culpa pela sua incompetência de fazê-lo (como é o caso da “Melhor Idade”). A segunda função, de segregação, relaciona-se diretamente à questão da culpabilização. Sobre esses mesmos modelos de referência repousam hierarquias, sistemas de valores e códigos disciplinares que demandam por parte dos sujeitos uma localização. Por fim, e talvez a mais importante, seja a função de infantilização. Esta remete ao fato de que "pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social" (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 41).

Associada a essas questões está a ideia de perenidade que marca a "ordem capitalística". Perenidade aqui no sentido de que ela se faz reproduzir de forma inquestionável pela sociedade de uma forma geral. Como expõe os autores, "aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que essa é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria ideia de vida social organizada" (idem, p. 42). Nesse contexto, o que se tem é um esvaziamento da produção das singularidades, estas sim, espaços de resistência e de

⁴⁵ A expressão foi cunhada por Guattari e Rolnik (2005) para se referir não somente a um modo de existência vinculado à perspectiva e estrutura econômica, mas também a uma economia do desejo, um aprisionamento do sujeito e uma apropriação/privatização/controlado da subjetividade, fazendo com que as relações entre os seres assumam uma lógica mercantilizada e privatizante do desejo.

questionamento do *status quo*. No que tange à velhice, podemos então questionar: quais modos de existência nos são permitidos na contemporaneidade?

A apropriação da produção de subjetividade pelo CMI esvaziou todo o conhecimento da singularidade. **É uma subjetividade que não conhece dimensões essenciais como a morte, a dor, a solidão, o silêncio, a relação com o cosmos e com o tempo.** [...] **O mesmo se dá em relação à velhice.** Ela é tão inconcebível que se fabrica uma cadeia de 'micro-gulags' para velhos, com o único intuito de isolá-los. **E as pessoas aceitam esse isolamento.** É escandalosa essa entrega passiva dos velhos a um destino que os conduz a essas espécies de campos de desespero, quando não, em alguns casos, a esses verdadeiros campos de extermínio em sua visão moderna (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 43, grifos nossos).

Reis e Heckert (2012) corroboram essa ideia de que apenas algumas possibilidades de sujeito nos são permitidas e potencializadas, o que se reflete, por exemplo, na construção de políticas públicas que buscam viabilizar esses *certos* modos de vida. Como colocam os autores:

Essa velhice é tomada, na maior parte do tempo, de forma tutelada, a partir de uma lógica do cuidado que retira do sujeito sua autonomia e liberdade e impõe regras prescritivas e padrões de vida formatadas na lógica capitalista contemporânea. [...] Nessa linha de pensamento, produz-se ainda o discurso do entendimento do idoso como sujeito de direitos, instaurando-se, assim, um novo regime de verdade que se inscreve na realidade algo que até então não existia. [...] A justiça ou os regulamentos jurídicos produzindo a realidade, ditando verdades e normatizando modos de vida! (REIS; HECKERT, 2012, p. 102).

Como lidar então com essa apropriação da subjetividade tal qual se observa atualmente? Guattari e Rolnik (2005) vão trazer a perspectiva de uma revolução molecular justamente elencando a necessidade de mudanças no nível micropolítico e da subjetividade.

O que chamo de processos de singularização é algo que **frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos**, algo que pode conduzir à **afirmação de valores num registro particular**, independentemente das escalas de valor que nos cercam e espreitam por todos os lados (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 47, grifos nossos).

Para Foucault, a frustração desses mecanismos refere-se ao que ele chama de possíveis práticas de liberdade, em que justamente é possível enfrentar e combater o poder estabelecido (DELEUZE, 2005). Quais modos de existência outros podem ser construídos? Haveria, nessa perspectiva, lugar para a resistência e a reconstrução. Em uma das poucas entrevistas de Deleuze (1989)⁴⁶ em que o autor discorre especificamente sobre a velhice, ele abre espaço para

⁴⁶ O abecedário de Gilles Deleuze foi um vídeo gravado em VHS por Claire Parnet, em 1989, o qual somente seria veiculado após a morte de Deleuze, segundo acordo entre ambos. Há disponível uma tradução do material. Ver: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-o-abecedario.pdf>.

a discussão que Tótorá (2008a) vai tratar como dimensão ético-política da velhice, ou seja, a necessidade de discutir a temática em termos de resistência, para além do estabelecimento de rótulos e padrões.

O velho é alguém que é. Ponto final. [...] Ele adquiriu o direito de ser. [...] Quando se é velho, deixa-se de ser suscetível. Não há mais suscetibilidades, não há mais decepções fundamentais. [...] Basta sacudir-se um pouco para que tudo caia. **Caem todos os parasitas que você carregou a vida inteira.** E o que resta à sua volta? Só as pessoas que ama e que o suportam e o amam também. O resto você deixou de lado (DELEUZE, 1989, p. 8).

Nessa fala de Deleuze (1989), temos as bases de uma perspectiva de potência da velhice, de uma liberdade em relação às amarras que Debert (2008) apresenta como ‘escolhas’ para a construção de uma identidade do ser velho. Para Tótorá (2008a), a discussão da velhice como campo ético-político refere-se ao reconhecimento dessa liberdade sobre o vivido. A ética da velhice estaria na possibilidade de subjetividades resistentes, que confrontem e escapem aos poderes e saberes que transformam a velhice nesse objeto de conhecimento que é de muitas formas gerenciado.

Resistir é um experimento irreduzível a qualquer projeto de bem-estar, melhoria do homem ou da sociedade, pois tem sido isso justamente o que a história passada e presente vêm largamente apregoando, seja na forma de experiências de seus protagonistas, seja através de seus profetas. **Resistir é abrir-se ao ilimitado do devir. Amor fati!** Seja esse o único destino, longe de qualquer tentação de projetos edificantes ou emancipatórios da humanidade (TÓTORA, 2006, p. 249, grifos nossos).

Tendo em vista essa discussão, defendemos a necessidade de repensar a forma como a velhice tem sido tratada na contemporaneidade. Falamos sobre o velho do adoecimento e da vulnerabilidade, o velho do consumo e fonte de recursos, o velho sujeito de direitos e alvo da gestão e controle do estado. São múltiplas as perspectivas, interesses e formas de olhar esse fenômeno, mas que se revelam estanques, parciais e reducionistas. Tais perspectivas colocam em risco a complexidade que marca a questão do envelhecimento e, especificamente, a concepção de velhice e do *ser velho*. É nesse registro que defendemos o entendimento da velhice sob uma perspectiva rizomática, que em nenhum momento se pauta na (inconsistente) definição universal de quem é o velho, mas nos cruzamentos que permitem essa construção transitória e plural. Nesse contexto, não falaremos de envelhecimento – como processo – mas de *modos de ser velho* na sociedade contemporânea.

3.2 Por que propomos um olhar rizomático sobre a velhice?

Mercadante (2005), no texto “Velhice: Uma questão complexa”, recorre às ideias de Edgar Morin para argumentar que considerar a velhice como complexidade é assumir as dificuldades intrínsecas à tentativa de explicar o fenômeno. Nesse sentido, qualquer pensamento que não considere a velhice como multifacetada, trata-se apenas de um olhar parcial. Tal complexidade em relação ao envelhecimento não é algo novo; na sua obra clássica, Beauvoir (1990) já falava abertamente sobre as várias dimensões que perpassam o processo de envelhecimento e, mais do que isso, chamava a atenção para a necessidade de considerá-las de forma interdependente e como mutuamente implicadas. Nas palavras da autora: [...] uma descrição analítica dos diversos aspectos da velhice não pode ser suficiente: **cada um deles reage sobre todos os outros e é por ele afetado**. É no movimento indefinido dessa circularidade que temos que apreendê-la (BEAUVOIR, 1990, p. 156, grifos nossos).

É sob esse olhar que propomos pensar a velhice nesta tese a partir de uma perspectiva rizomática. Conceber a velhice como um rizoma é entendê-la como um emaranhado de forças que estão em constante interação (forças de toda ordem: forças sociais e políticas; forças econômicas; forças corporais; forças associadas ao convívio familiar; forças relacionadas ao trabalho; forças no campo da espiritualidade; forças provenientes de crenças e modos de ver a vida, dentre tantas outras). Essas forças em constante fluxo configuram modos de vida e de subjetivação e se particularizam nas vidas de cada sujeito, trazendo à tona a ideia de que a velhice é, ao mesmo tempo, coletiva E particular (lógica da inclusão). Nesse sentido, discutimos que, em tentativas de construir conhecimento no campo, mesmo sinalizando a concordância com essa perspectiva da complexidade, por vezes os estudos caminham para a valorização de uma das dimensões, seja ela a biológica, a social, a econômica, dentre outras.

Vamos nesse momento retomar o conceito de rizoma ligeiramente apresentado no início do trabalho para então construir a proposta da velhice como rizoma.

3.2.1 Rizoma: O conceito deleuze-guattariano

Cunhado por Deleuze e Guattari, o rizoma é um conceito filosófico que abre perspectivas para a compreensão da vida - em um sentido mais amplo - a partir da complexidade que lhe é inerente. Considerados como filósofos da diferença, da imanência e/ou da multiplicidade, os

autores compreendem a própria construção do conhecimento como um devir. Isso significa abrir mão da noção de que os conceitos se constituem como certezas sobre algo e reconhecer, por conseguinte, que o conhecimento é uma produção genuinamente circunstancial.

A escrita conjunta de Deleuze e Guattari se iniciou com a publicação do clássico *O Anti-Édipo* (primeira edição francesa datada de 1972), seguiu com as obras *Kafka - por uma literatura menor* (1975 e 1976) e *Mil Platôs* (1980), e encerrou-se com o título *O que é a filosofia?* (1991). Neste último livro, os autores explicitam o que entendem ser o papel da filosofia – algo que na realidade se mostrou uma assinatura deles, a produção de conceitos: “a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 10). Nesse contexto, os conceitos revelam-se tentativas de compreensão das circunstâncias e dos acontecimentos, e não uma busca por definir o que as coisas são (conceito como essência). Como explica Souza (2012, p. 237), “o conceito passaria a responder ao fenômeno e não mais ao seu significado puro”, insistindo nas conexões singulares que são estabelecidas em cada situação que se deseja conhecer, bem como nas forças que são ali convocadas.

Outra marca fundamental na escrita de Deleuze e Guattari (1992), associada à ideia de criação de conceitos, é a interlocução constante com outras áreas como o cinema, a literatura, a música, a biologia, dentre outros. Tal imbricação de diferentes saberes, embora para muitos possa parecer um risco, torna-se para os autores um caminho sistemático e criativo de pensar o mundo e suas complexidades, sustentando as diferenças e heterogeneidades. Um exemplo claro dessa posição é o conceito de rizoma, nosso objeto de discussão nesta seção. Fazendo uma referência direta à imagem de extensões subterrâneas de caules, responsáveis pela absorção de nutrientes, o rizoma seria um emaranhado de linhas em que não é possível distinguir início e fim, nem núcleo ou ponto central.

De acordo com Romagnoli (2017, p. 428), ao estudar a intersetorialidade nessa perspectiva, “essa rede pode ser percorrida em diversas direções, não tendo um ponto fixo de entrada e de saída. Deslizar por um rizoma é efetuar percursos reinventados em cada viagem e por cada um que o explora”. Assim, para todos esses autores, essa imagem-conceito refere-se ao processo de construção do pensamento, sobre o qual nos debruçaremos em seguida.

Como discute Souza (2012), a multiplicidade conceitual trazida por Deleuze e Guattari neste exercício de construir uma filosofia do concreto cotidiano (GALLO, 2003) faz com que outras

áreas os busquem como referência, ainda que sem considerar aspectos fundamentais que resguardem uma compreensão acerca da totalidade de seus conceitos. Um dos primeiros passos a fim de entender melhor os autores franceses consiste em explorar as várias nomenclaturas sob as quais são reconhecidos, dentre as quais Filosofia da Imanência (PRADO JR., 2000), Filosofia da Diferença, Filosofia da Multiplicidade (MACHADO, 1990; ROMAGNOLI, 2014b) e Esquizoanálise (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Basicamente, essas nomenclaturas buscam evidenciar pontos-chave do pensamento desenvolvido pelos autores, um pensamento que visa romper com a lógica que permeia a construção de conhecimento na modernidade. Buscaremos, nesse momento, introduzir as principais ideias dos autores tomando como base esses pontos-chave dos quais emergem essas nomenclaturas, sem nenhuma pretensão, entretanto, de esgotá-las.

Filosofia da Imanência. A imanência insiste na coexistência das diferentes composições da realidade, que se encontram justapostas e não totalizadas (SCHOPKE, 2004). Isso significa que há diferentes modos de funcionamento da realidade: o modo de funcionamento por organização, em que prevalece a tentativa de organizar, estruturar e homogeneizar; e o modo de funcionamento por imanência, também chamado intensivo, em que prevalece a pura diferença, a ausência de modelos e a heterogeneidade. De acordo com Deleuze e Guattari, a realidade pode ser compreendida como um campo de forças em constante relação, forças essas que ora permanecem em fluxo, ora se cristalizam em formas (GODINHO, 2007). Para os autores, esses modos de funcionamento coexistem na realidade em um processo de construção cotidiana. O modo de funcionamento por organização corresponderia às tentativas de redução das incertezas e da instabilidade, o que vemos, por exemplo, na definição das leis, na criação das instituições e nos grupos sociais. É uma dimensão da vida dominante (molar), necessária e visível. Entretanto, a vida para os autores não seria somente organização, reprodução, mas também criação, possibilidade de invenção e do exercício da diferença.

Filosofia da Diferença. Para Deleuze e Guattari, o mundo é uma justaposição de opostos, que não se apresentam necessariamente de forma antagônica, uma vez que a realidade é pura diferença (MACHADO, 1990). Dito de outro modo, a Filosofia da Diferença surge em oposição à lógica de pensamento pautada na identidade, na estabilidade e na permanência do mesmo. Segundo Leopoldo Silva (2017), o pensamento ocidental se desenvolveu a partir dessa lógica, em detrimento de outras. Nesta, percebe-se um desejo de que as coisas permaneçam as mesmas com o passar do tempo, sendo a mudança indesejável. O autor explica que, nessa perspectiva,

a mudança existe, mas ela é incapaz de alterar a qualidade das coisas em si. Tal modo de pensar existe desde a filosofia antiga, destacando-se nessa tradição o pensamento de Aristóteles. O pensamento pautado na diferença, por conseguinte, entende que a exaltação da identidade seria apenas uma convenção, ou seja, uma questão de caráter prático para a realização da vida. Nesse sentido, acreditar na identidade das coisas é muito mais uma questão de segurança do que um status de como as coisas são. Tendo em vista essa base do pensamento pautado na diferença, ele se distancia do pensamento dialético na medida em que este busca a superação das contradições (MACHADO, 1990). Sendo assim, emerge na obra conjunta de Deleuze e Guattari a discussão da transcendência versus imanência, porque pensar nessa perspectiva é buscar o plano de imanência, e não as semelhanças (SCHOPKE, 2004). A operação nesse modo de pensamento consiste em ligar vários elementos que possuem suas próprias dimensões, mantendo suas diferenças. Envolve reunir fragmentos e diversificar afetos para construir um plano de imanência (LEE, 2014).

Filosofia da Multiplicidade. Se nos atentarmos para a vida na contemporaneidade, é possível perceber que somos cada vez mais convidados a abarcar as diferenças. Os modelos tradicionais demonstram esgotamento frente às suas tentativas de explicar a vida. Um exemplo seria o quão estanques são as delimitações de gênero na tentativa de definir tipos/perfis e categorizar os sujeitos. Os modelos binários (homem ou mulher, homossexual ou heterossexual) deixam escapar uma série de outras manifestações da realidade, exatamente porque usam lentes limitadas. Mas junto à complexidade emergem as incertezas e a necessidade de lidar com elas. Tal cenário demanda uma operação lógica diferente, substituindo o OU pelo E. Um exemplo claro remete ao próprio sujeito, muitas vezes representado nas obras ficcionais como bom OU mal, quando na realidade nada mais apropriado do que pensar que todo sujeito é, ao mesmo tempo, bom E mal, nunca uma coisa só. O Rizoma, como veremos em seguida, é uma forma de pensamento que funciona a partir dessa lógica da complexidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995b).

Esquizoanálise. No fechamento do primeiro livro escrito pelos autores intitulado “O Anti-Édipo”, há a proposta da Esquizoanálise, corpo de pensamento que se caracteriza por uma oposição a toda e qualquer hegemonia, trazendo uma nova concepção de desejo em estreita associação ao social. Para Andoka (2012), este livro sustenta uma leitura maquínica da realidade que se produz por movimentos e conexões, afastando-se de uma leitura representacional ou cartesiana. Essa vertente possui duas tarefas fundamentais, a saber:

raspagem ou curetagem, crítica ao *modus vivendi* atual, fundamentada pelo rastreamento das formas de classificação, hierarquização e homogeneização, e produção de dispositivos que consiste em operar para produzir novas maneiras de viver e de pensar, que atuam em combate ao poder opressão, com a proposta de invenção sustentada pelo poder potência em contraposição ao poder opressão. Dessa maneira, a crítica vem sempre associada à criação. Defende-se que eles fundaram a Esquizoanálise em uma proposta para combater o estruturalismo (pensamento binário e fechado) e defender um funcionamento produtivo e maquínico da realidade (ideia de máquinas desejanter) (ZOURABICHVILI, 2005).

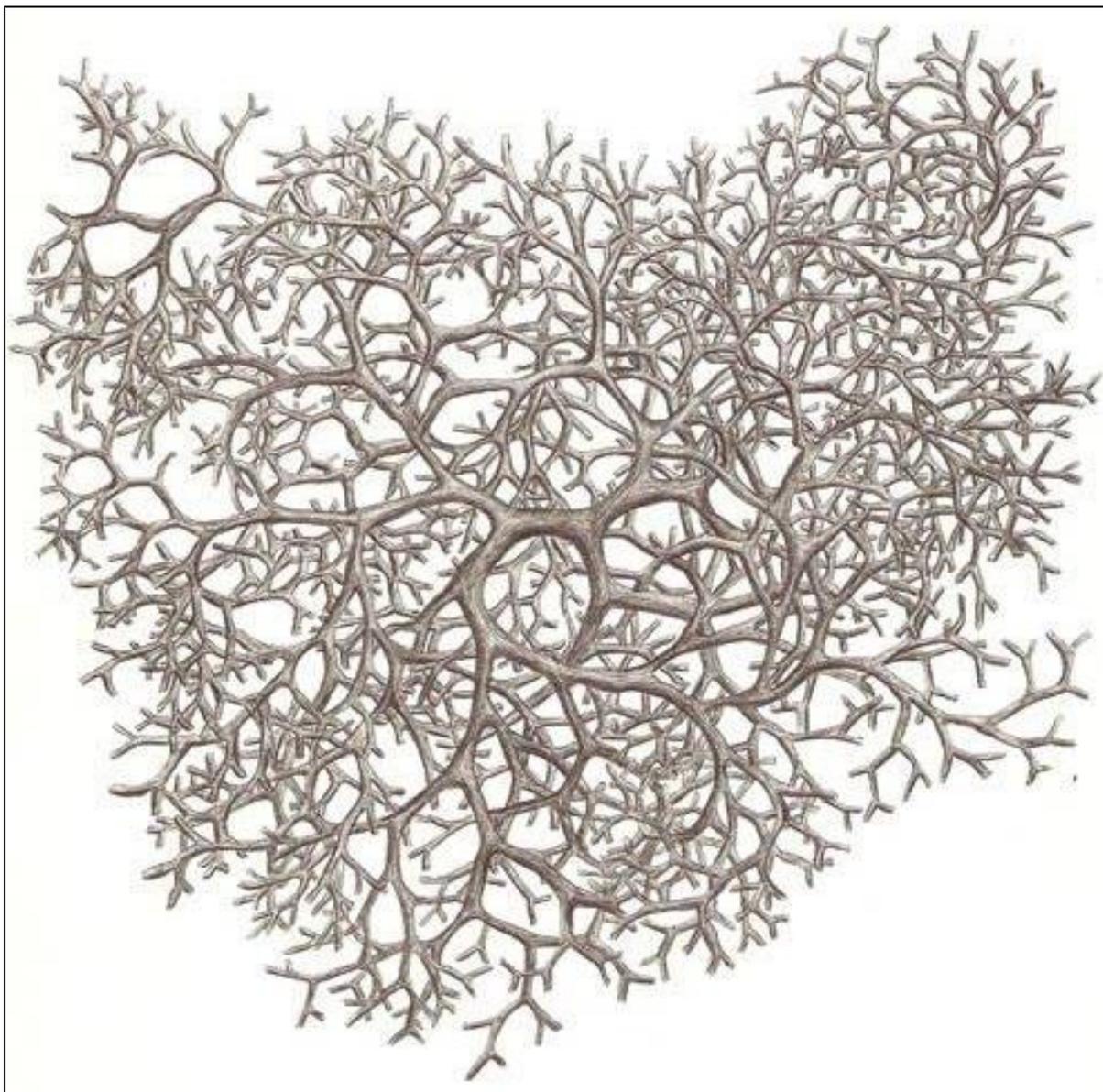
Esse corpo de pensamento favorece um pensamento em rede, colocando em justaposição diferentes modos de funcionamento da realidade, que sustentam modelos, formas, mas, também, invenções e forças. Como vimos, os referidos autores sustentam a imanência, as produções e os processos que escapam à transcendência e à divisão binária da realidade, mesmo sabendo que esta é uma das maneiras pelas quais o mundo se apresenta. Como nos lembra Godinho (2007), nessa leitura o pensamento se faz por movimentos, escapando dos reducionismos, deslocando do domínio da representação, dos modelos que codificam a realidade, para o domínio da experimentação, das forças que nos afetam e se expressam nas situações.

Em ruptura com o modelo moderno, Schopke (2004) atesta que essa forma de pensar não busca moldes transcendentais que (re)conhecem a realidade, mas sim visa associar o pensamento com a vida, investigando a diferença em sua atividade inventiva. Pensar é assim experimentar, não igualar, imitar. Romper com a representação significa que a potência do pensamento está na sua associação com a vida, com a sustentação da diferença e da atividade criadora, cujo desafio é exatamente se livrar dos modelos da representação. Nesse contexto, o rizoma revela-se como o conceito por excelência que sustenta essa forma de pensamento.

O termo rizoma aparece pela primeira vez no texto “*Rhizome*”, sendo posteriormente publicado como capítulo inicial de *Mil Platôs* (1980) a partir do qual se tornou mais conhecido. Refere-se a uma forma de compreensão da vida - no sentido mais amplo - como um sistema de conexões, sem início e nem fim, permeado por linhas, estratos, intensidades e segmentaridades. Como explicitado anteriormente, a ideia-imagem de rizoma é oriunda da botânica e consiste em uma haste subterrânea com ramificações em todos os sentidos, como os bulbos e os

tubérculos. De forma antitética, tem-se a árvore, com o caule e ramificações que se desdobram desse eixo central (DELEUZE; GUATTARI, 1995a).

Figura 6 - Rizoma



Fonte: <https://casacor.abril.com.br/noticias/estudio-guto-requena-lanca-colecao-de-cobogos-rizoma/>

Figura 7 - Plantas de mangue (Caules Rizóforos)



Fonte: www.googleimagens.com

Os autores utilizam a imagem do rizoma para explicar como se processa o pensamento, trazendo à tona as bases para a compreensão do que podemos chamar de teoria da multiplicidade. Isso remete, basicamente, à discussão sobre a incapacidade do modelo de pensamento pautado na imagem da árvore (caule central do qual partem ramificações) de dar conta da realidade contemporânea que é múltipla, não binária e permeada por rupturas e incertezas. Tal modelo arborescente de pensamento limita-se à busca pela essência das coisas, isto é, pela resposta para a pergunta: *o que é?* Deleuze e Guattari, por conseguinte, pautam o pensamento na ideia de construção, afastando-se dos conceitos enquanto essências (o que é) e aproximando-se das circunstâncias que os envolvem. Nesse sentido, as respostas almejadas seriam: em que casos? Onde e como? Quando? Como explicita Souza (2012, p. 245), “era preciso sair do modelo arborescente, remissivo e essencial, para um modelo que proporcionasse uma representação mais próxima da superfície, do pensamento que se propaga em vastidão, para isso eles produziram o modelo rizoma”.

Para compreender melhor o conceito de rizoma, consideramos fundamental elencar suas características ou princípios. Os dois primeiros remetem à ideia de que, em um sistema

rizomático, todos os pontos podem ser conectados, sem uma referência hierárquica ou central (Princípio da conexão). Associado a esse princípio está o de heterogeneidade. Tal característica deriva da noção de uma realidade complexa, em que "diferentes estatutos de estado de coisas" (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 14) coexistem em movimento, formando conexões diversas e múltiplas. Nesse sentido, não se pode pensar em uma coisa OU outra, mas uma coisa E outra. Um exemplo desses agenciamentos múltiplos se dá na análise da língua que não se limita ao que se diz e seus significados expressos, mas traz consigo "modos de agenciamento e tipos de poder sociais particulares" (Idem, p. 14).

O terceiro princípio consiste na multiplicidade. Tal princípio, diretamente relacionado aos anteriores, refere-se ao abandono do pensamento dicotômico que determina a separação binária entre pólos como bem e mal, objeto e sujeito, homem e mulher. Para os autores, essa forma de compreender a vida não é capaz de traduzi-la uma vez que são várias as conexões e as linhas que se cruzam, são agenciamentos, movimentos. Como expõem os autores, "um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 16).

Já o quarto princípio é o de ruptura a-significante, que remete justamente à impossibilidade de uma ruptura definitiva de um rizoma. Esse sistema, como já visto - marcado por conexões, heterogeneidade e multiplicidade - compreende e abarca o diferente, havendo sempre espaço para reconfigurações. Nesse sentido, pode-se destacar a inexistência de uma perenidade; pelo contrário, há a prevalência do temporário. "O bom e o mau são somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 17). Aqui podemos destacar sua referência à ontologia da indeterminação, uma vez que envolve abrir mão das essências e assumir a sua determinação histórica e, portanto, temporal.

A cartografia e a decalcomania são os dois últimos princípios de um sistema rizomático. Conforme já sinalizado, o rizoma se opõe a ideia de uma árvore, com um eixo central. Enquanto o modelo da árvore-raiz é "decalque", reprodução ao infinito, o rizoma é "mapa", "voltado para uma experimentação ancorada no real", aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que "volta sempre 'ao mesmo'" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 17-22). Se o rizoma é mapa, nada melhor do que a cartografia para expressá-lo.

Nesse momento, especificamente, os autores fazem críticas à psicanálise em função das suas explicações ancoradas na obscuridade do inconsciente e na fixação a posições de uma estrutura psíquica única. A perspectiva do rizoma, por outro lado, pressupõe que "a questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é essa produção de inconsciente mesmo" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 27). De forma sintética, o rizoma se contrapõe a ideia de arborescência, de representação e não se deixa capturar pelas forças cristalizadoras que endurecem e paralisam a potência da vida, mesmo que em determinadas circunstâncias se encontre segmentarizado, estratificado. Incita sempre ao novo, à criatividade, à heterogeneidade através de agenciamentos.

Esse é outro conceito tão importante quanto o de rizoma, correspondendo a alianças e passagens entre o que está estabelecido e estratificado, e os fluxos, entre segmentos e forças. Como passagem entre estratos e fluxos, o agenciamento remete à exterioridade, aos deslocamentos que se fazem na conexão com o que está fora do indivíduo, fora do instituído. O agenciamento engendra a experimentação, partindo de um estrato e se fazendo em um rizoma, e é "precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 17). Desse modo, o rizoma é também por onde a vida circula e se agencia, não tendo início nem fim, é mutável e se autometamorfoseia a todo instante, trata-se de um campo de experimentação.

Como então capturar e compreender a potência da vida que se faz presente na perspectiva rizomática? A compreensão do conceito de Rizoma passa, necessariamente, pelo entendimento das diferentes linhas que o compõem. Na tentativa de escapar dos modelos transcendentais e defender a imanência, os autores propõem a apreensão da realidade por linhas, que possuem funcionamentos diferentes. São três os tipos de linha: as linhas da segmentaridade dura, as linhas flexíveis e as linhas de fuga.

As linhas de segmentaridade dura, como o próprio nome denota, são linhas marcadas pela rigidez e são da natureza do instituído. Pode-se dizer que são as linhas de mais fácil identificação, uma vez que estão normalmente relacionadas à própria formação dos sujeitos, como o percurso família-escola, escola-trabalho, trabalho-aposentadoria. São as linhas que delineiam as classificações: sexo, classe, nível, dentre outros, funcionando de modo dicotômico e classificatório (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Pode-se dizer que as linhas duras remetem ao nível de realidade que se apresenta como dado, naturalizado. Seu caráter permanente tende

a afastar o questionamento e a crítica. Já as linhas flexíveis são de natureza mais maleável e se modificam, ainda que em pequenas proporções, nos permitindo captar outras forças e agenciar. Por fim, as linhas de fuga são aquelas que se associam ao novo, à mudança, à reconstrução quando, de fato, ocorrem os agenciamentos instituintes. Em função disso, comportam-se de forma completamente oposta às linhas duras, pois permitem os escapes e as resistências ao instituído.

Há outros conceitos, subjacentes às linhas, que permitem uma maior compreensão sobre o vivido e suas dimensões, ampliando ainda mais a concepção do rizoma e sua composição. Um dos primeiros conceitos importantes refere-se à segmentaridade que, segundo Deleuze e Guattari (1996, p. 77), é "[...] algo que pertence a todos os estratos que nos compõem". Essa segmentaridade se faz de três modos: binariamente, circularmente e linearmente. A primeira, binária, diz respeito às dualidades que marcam nosso contexto espacial e social; são os opostos classificatórios: mulher e homem, bem e mal, vida e morte. Já a circular pode ser entendida como amplitudes - somos referenciados por esferas das quais participamos, desde as mais restritas às mais amplas (bairro, cidade, estado, país, mundo). Por fim, a linear consiste na demarcação de processos, processos de vida individuais ou coletivos, o que significa que os segmentos e os estratos são compostos por linhas duras, que aprisionam a vida em determinado formato.

É importante ressaltar que os autores, ao tratarem da segmentaridade, destacam cuidadosamente a sua não oposição ao que é central. Isso porque poder-se-ia, ingenuamente, entender que a sociedade moderna, ao ter um Estado centralizado, seria, por conseguinte, menos segmentada. Deleuze e Guattari (1996) discordam dessa posição alertando que a sociedade moderna, representada claramente pelo aparato burocrático, nada mais é que uma forma específica e particular de segmentaridade, alertando, inclusive, para suas disfunções e deslocamentos.

Retomando o conceito de agenciamento apresentado anteriormente, reiteramos sua importância para a compreensão do rizoma. Afinal, se estamos falando de linhas, forças e estratos, são os agenciamentos as passagens que conectam os vários elementos heterogêneos, “tanto da ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 381). Como complementa Souza (2012, p. 246), “tudo pode ser agenciado, basta que haja vontade, aumentando, assim, a sua dimensão, modificando sua natureza e potencializando sua heterogeneidade no acontecimento, o agenciamento é uma dimensão de conexões”. Esses

agenciamentos (encontros e conexões), por conseguinte, formam territórios – um mapa que representa suas múltiplas conexões. São os agenciamentos que nos permitem conectar com outras forças que não habitam os estratos, mas circulam fora deles, pela possibilidade de nos afetar por essas forças e nos associar com diferenças. Que agenciamentos possíveis observamos em determinado território?

A territorialidade emerge, portanto, como mais um conceito importante e se refere ao plano de imanência dos agenciamentos. Os agenciamentos trazem consigo um esforço territorializante, de organização das forças que foram conectadas, gerando novos territórios. Como explicita Haesbaert (2006), o conceito de território é um constante fazer-se e desfazer-se, um conjunto de conexões, uma rede de relações que se autoproduz por agenciamentos. Romagnoli (2014a) afirma que nos territórios coexistem forças que são de natureza inventiva e formas estratificadas e endurecidas. Essas forças e formas, em constante relação, mantêm padrões cristalizados por repetição, mas também abrindo espaço para novas dimensões. Como explica Haesbaert (2006, p. 111), “[...] o território é entendido como um processo”.

A ideia de movimento que perpassa o território associa-se aos constantes agenciamentos que o constituem, possibilitando estados de permanência ou de mudança. Como expõe Deleuze (1989, p. 4), “o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai”. E continua: “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”. Quais forças são capazes de gerar mudanças (ou um processo de desterritorialização) em determinado território? Não há uma resposta única para essa pergunta, pois a noção de território seria, de fato, relacional.

Dito de outro modo, podemos sintetizar o conceito de rizoma como um emaranhado de linhas em constante interação (fluxos), sem início e nem fim definidos. Essas linhas ora se estratificam em formas, ora permanecem fluídas como potência. Como vimos, as linhas podem ser duras, flexíveis e de fuga, as quais, por meio de agenciamentos, formam novos territórios. O rizoma se expressa nos territórios, que, embora dinâmicos e mutantes, permitem-se mapear e se deslocam pelas forças que o atravessam.

3.2.2 Por uma perspectiva rizomática da velhice

Partindo desse panorama sobre o conceito de rizoma, passemos então a pensar a velhice sob essa perspectiva. Vamos iniciar retomando uma questão básica que diz respeito ao entendimento da vida e da realidade como pura diferença (MACHADO, 1990). Se olhamos a velhice com essas lentes, já estamos, como ponto de partida, negando qualquer pretensão essencialista (LEOPOLDO SILVA, 2017): não existe, portanto, uma essência que possa definir *o que é ser velho*. Se assim fazemos, nós nos contrapomos às tentativas de elencar características para esse sujeito, por mais sedutor que isso possa parecer. Essa questão da essência remete à definição de identidades e está intimamente associada à discussão sobre normatização inerente aos termos melhor idade ou terceira idade.

Para exemplificar esse argumento, podemos trazer aqui a nova categoria criada, a dos *superidosos*. Uma breve pesquisa no *Google* com o termo nos mostra o tom da discussão: “Eles passaram dos 75 anos, mas têm memória de jovens”⁴⁷; “Qual o segredo dos superidosos que esbanjam saúde com mais de 80 anos”⁴⁸; “Cientistas revelam ‘segredo’ dos superidosos que superam a expectativa de vida”⁴⁹. Em geral, esse tipo de reportagem, algumas delas até mesmo baseadas em estudos científicos, traz uma espécie de moral da história: para ter uma boa velhice ou uma velhice saudável, o idoso deve se exercitar, manter-se ocupado, ser sociável, buscar contato com a cultura, ser menos paranoico, dentre outros. A existência desse padrão implica duas situações sobre as quais já comentamos anteriormente: a primeira delas enquadra-se no processo de responsabilidade individual sobre o envelhecimento, ou seja, cabe ao sujeito desejar e realizar esse projeto de velhice feliz; e segunda consiste na suposição de que essas atitudes desejadas estariam disponíveis a todos os velhos da mesma forma, a seu bel prazer (desconsiderando desigualdades sociais históricas, econômicas, políticas e culturais).

A crítica em relação às identidades fixas e a percepção do potencial da perspectiva rizomática de pensamento são discutidas por Linstead e Thanem (2007) no que diz respeito à categoria de gênero. Os autores argumentam que pensar o gênero para além do binarismo homem/mulher é algo que já tem avançado em termos de privilegiar uma abordagem baseada na multiplicidade.

⁴⁷ <https://noticias.r7.com/saude/eles-passaram-dos-75-anos-mas-tem-memoria-de-jovens-os-superidosos-29072018>. Acessado em: 20/07/2018.

⁴⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-42419668>. Acessado em: 20/07/2018.

⁴⁹ <https://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/2018-02-20/super-idosos.html>. Acessado em: 20/07/2018.

Entretanto, os autores argumentam que há várias formas de pensar a multiplicidade e que, a depender da escolha, ainda sim podem persistir visões reducionistas e opressoras. Eles exemplificam trazendo estudos que, embora reconheçam as limitações de reduzir o gênero a distinções biológicas, eles pouco avançam ao levantar possibilidades que permanecem ancoradas em binarismos como o feminino e o masculino, assim como em suas representações. Nesse sentido, eles propõem um olhar sobre o gênero pautado na concepção de rizoma de Deleuze e Guattari, discutindo que a identidade de gênero pode ser repensada como imanência e intensidade.

É nesse mesmo sentido que propomos a perspectiva rizomática da velhice. Como explicitam os autores, as implicações do pensamento pautado no modelo arbóreo centralizado é que acabamos presos, ainda que de forma não consciente, às amarras que nos conduzem a uma cultura de manutenção dos sistemas centrais de poder e conhecimento que perpetuam hegemonia e a opressão (LINSTEAD; THANEM, 2007). Quais são as amarras que trabalham a favor da manutenção das estruturas opressivas de gênero (e etárias)? Essa tentativa de pensar para além do modelo arborescente é discutida pelos autores:

Este é o significado de rizoma. A identidade de gênero, entendida assim como rizomática ou como tendo características de um rizoma, não *origina* uma multiplicidade ou mesmo *acquire* multiplicidade – ela é multiplicidade, embora o sentido implícito ao verbo ‘é’ não deva ser entendido como estabilidade, mas com constante mudança para tornar-se⁵⁰ (LINSTEAD; THANEM, 2007, p. 1291, itálico no original, tradução livre).

Conforme os autores, o resultado da não compreensão do gênero sob esse olhar é considerar que apenas algumas identidades (fixas) sejam humanamente normais e que as demais se tornam, por conseguinte, patológicas. O mesmo pensamento se estende em relação às identidades de velho aceitas como normais e patológicas na sociedade contemporânea. Nesse sentido, nossa contribuição é recorrer à filosofia da imanência para pensar a velhice também como um *vir a ser*, como fluxo e fluidez.

Um segundo ponto nessa construção da perspectiva rizomática da velhice relaciona-se diretamente a essa discussão anterior sobre a essência, pois consiste na negação da construção da realidade a partir dos binarismos (jovem/velho). Tal pensamento binário - um dos aspectos

⁵⁰ No original: “This is what meant a rhizome. Gender identity, understood in this way as rhizomatic or having the qualities of a rhizome, does not *originate* in multiplicity or *acquire* multiplicity – it is multiplicity, although the sense of being implied by the word ‘is’ should not be understood as stability, but the constant change of becoming”.

combatidos pela Esquizoanálise (ZOURABICHVILI, 2005) - é uma negativa da multiplicidade e funciona como linhas duras que buscam estratificar a vida. Associado ao binarismo jovem/velho comumente está o bom/ruim, o que fica evidente no título da reportagem anterior sobre os superidosos: “Eles passaram dos 75 anos, mas têm memória de jovens”. Se olharmos com atenção, a idade é apresentada como o fato que evidencia a velhice e logo depois a boa memória é apresentada como um atributo jovem que, *surpreendentemente*, esses idosos possuem. Não negamos aqui a existência de estudos que comprovam debilidades advindas do processo de envelhecimento, mas o problema está no discurso totalizante que acaba por ser incorporado e internalizado por todos, não apenas pelos idosos.

Seguindo nossa proposta de uma perspectiva rizomática da velhice, vamos especificamente adentrar nos princípios do rizoma e como eles nos ajudam a compreender esse fenômeno.

Princípios da conexão e heterogeneidade. Se olharmos especificamente para as múltiplas dimensões que compõem o fenômeno da velhice, como a questão biológica/genética, social, psíquica, etc., percebemos que não há entre elas uma hierarquia como muitas vezes se pretende propor. Como dissemos, o discurso médico é predominantemente voltado para as vulnerabilidades que acometem a população que envelhece, dando destaque para a dimensão biológica/genética. Nesse sentido, a maior parte de discursos como o da melhor idade se pautam no imperativo da manutenção do corpo saudável. Não descartando outras dimensões, esse discurso se coloca como hierarquicamente superior e, portanto, determinante para se pensar (agir e gerir)⁵¹ essa população.

Essa forma de pensar subjuga outros componentes fundamentais do processo de envelhecimento como os de natureza social e econômica. Alguns questionamentos podem ser colocados: as boas condições de saúde garantem que a velhice seja experienciada como melhor idade pelos sujeitos? Velhos com problemas de saúde estão impossibilitados de significarem e viverem suas vidas com satisfação? Um contexto que chama a atenção e que de certa forma reitera a argumentação que aqui trazemos está presente em trabalhos que investigam o suicídio de idosos. Santos (2014) analisou os fatores de risco associados a esse fenômeno e destacou:

⁵¹ Aqui mais uma vez fazemos a crítica à área médica e à Gerontologia em especial recorrendo às noções de saber-poder foucaultianas, que se aplicam por meio da biopolítica exercida enquanto controle da população.

O processo de envelhecimento e **as perdas dos papéis sociais** (trabalho, sexualidade e família) destacam-se como motivadores para o ato suicida em idosos, **colocando desafios muitas vezes intransponíveis para a reformulação de projetos de vida válidos para si e para o outro** (p. 84-85, grifos nossos).

Embora não tenhamos como objetivo aprofundar nessa discussão sobre o suicídio de idosos, o que chamamos a atenção é sobre a existência de outros fatores que também influenciam a não experiência de uma velhice bem-sucedida, que não apenas problemas relacionados à saúde biológica/funcional. Nesse sentido, o ato do suicídio, muitas vezes interpretado como sintomático de uma insatisfação perante a vida ou mesmo de distúrbios de natureza psíquica, indica que outras questões precisam ser consideradas quando falamos do fenômeno da velhice. Sendo assim o que discutimos com a perspectiva rizomática da velhice é justamente isso, um entendimento de que todas essas forças estão presentes simultaneamente na construção do que é ser velho e que, a depender da dinâmica dos agenciamentos, certas forças se sobrepõem às outras, transitoriamente, formando certas configurações coletivas, mas também particulares.

De modo mais aprofundado, discutimos que não há como separar essas dimensões, pois elas coexistem. No caso dos fatores de risco associados ao suicídio, por exemplo, uma questão de cunho social (como é o caso da morte social advinda da aposentadoria) pode culminar ou intensificar desequilíbrios de ordem psíquica (como a depressão) e compor o cenário que origina a ocorrência do evento. Observamos outro exemplo de coexistência de forças nesse contexto da velhice em nossas andanças cartográficas. Uma das senhoras com as quais conversamos, Dona Íris, relatou que estava realizando um tratamento de saúde em que o médico havia prescrito a ela uma série de medicamentos, “tava com pobrema de coração, tinha duas falhas” (DONA ÍRIS, 59 anos). Após um tempo de uso da medicação, Dona Íris disse que visitou a cidade de Aparecida do Norte onde se localiza o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo. Ela relata que aos pés da santa deixou os medicamentos e que, a partir de então, não faz mais o uso das drogas, mas que está bem e que os exames comprovam sua melhora. Sem adentrar em discussões a respeito do que aconteceu, o fato é que a saúde encontra nesse contexto a força da religiosidade, o uso de plantas medicinais e as crenças que constroem outras formas de lidar com as enfermidades.

Princípio da ruptura a-significante e multiplicidade. Grosso modo, o que queremos dizer é que há tantos modos de ser velho quanto possíveis e (in)imagináveis. São configurações rizomáticas, das quais podemos apenas tirar um retrato – momentâneo e, portanto, passageiro. Essa temporalidade que faz com que uma força que é mais intensa em um determinado

momento seja, a partir de agenciamentos, transformada em relações de outras naturezas. Se olharmos historicamente a questão da aposentadoria rural, por exemplo, podemos observar essa mudança em termos de intensidade de forças e os impactos na configuração social e familiar dos sujeitos. Ouvimos nas nossas andanças o quanto as dificuldades provenientes da seca e da falta de acesso a recursos adequados tornam a produção agrícola familiar na região estudada bastante precária. Essa situação de precariedade já existia antigamente, e os velhos lavradores, com as dificuldades de trabalhar em função do peso das atividades agrícolas e da agressividade do sol, acabavam por se tornarem dependentes dos seus familiares.

[...] no campo não tinha direitos previdenciários pra gente poder viver, quem tinha seus velhos tinha que cuidar deles da maneira que fosse. Quantos e quantos idosos morreu no mato de fome, porque a família não dava conta! E naquela época os idosos deixavam os filhos comer pra eles sobreviver, porque pra eles tanto faz viver ou morrer pelo sofrimento que eles viviam (Diretora da FETAEMG).

Nesse sentido, é evidente o quão significativo e transformador foi a inclusão dos trabalhadores rurais dentre os beneficiários da previdência social. Eles passaram de dependentes a, na maior parte das vezes, provedores do lar (IBGE, 2010). Esse é um exemplo de análise histórica que demonstra a inserção de novas forças que transformam determinadas realidades, vivências e subjetividades. A aposentadoria rural, que será mais bem explorada posteriormente, mudou a configuração do rizoma velhice nesse território, fazendo emergir outras configurações.

Princípios da Cartografia e Decalcomania. Um outro princípio importante do rizoma é a cartografia, uma vez que os fluxos de forças demandam para sua leitura um caminho (ou modo de pensar) da mesma forma aberto e dinâmico. Esse olhar cartográfico se justifica pela aderência à complexidade, um navegar pela rede e pelas suas múltiplas conexões. Pensar na velhice sob a perspectiva rizomática implica esse movimento e, mais que isso, essa convivência com as incertezas. Nesse caso em especial, utilizamos a cartografia como posição teórico-metodológica (capítulo 1) e isso significou estarmos abertos para os diversos elementos que concorrem para a construção da velhice naquele contexto. Uma importante observação sobre o princípio da cartografia é que, para compreender a velhice sob essa perspectiva, faz-se necessário um aprofundamento na realidade cotidiana dos sujeitos em questão, justamente para que seja possível emergir as forças e suas intensidades. Nesse sentido, em termos metodológicos, entendemos que essa abertura se faz possível a partir da articulação entre diferentes técnicas de produção de dados, como observação, entrevistas, histórias de vida,

fotografias, dentre outros, compreendendo que algo que escapa a uma delas pode ser captado de outras formas.

A importância desse aprofundamento no cotidiano dos sujeitos velhos para compreender as forças que compõem o *ser velho* repousa no entendimento de que a velhice na perspectiva rizomática consiste em uma experiência ancorada no real. Isso significa que as práticas cotidianas (re)constróem esse modo de vida da velhice e, por isso, nenhum ‘decalque’, ou identidade, ou definição fixa é capaz de registrá-las sem reduzir e simplificar. O decalque é o retrato estático do mapa. Aqui mais uma vez retomamos a lógica da inclusão que marca a figura rizomática, contrapondo-se à lógica da exclusão (arborescente). Nesse sentido, não encontramos, em nossas andanças cartográficas, velhos que sejam apenas felizes, saudáveis e produtivos, mas sim felizes E sofridos, saudáveis E adoecidos, produtivos E improdutivos.

É fundamental compreender que essas diversas forças que ora se cristalizam em fôrmas (por exemplo, velhice bem-sucedida, melhor idade), ora escapam por linhas de fuga (criando velhices outras) estão ancoradas em experiências cotidianas e estão circunscritas a um território. Para isso vamos retomar a definição ampliada de território apresentada no capítulo anterior.

A definição de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etilogia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo o território que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. **O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.** Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 388, grifos nossos).

Esse território, que suplanta o espaço geográfico, mas que também o inclui, é parte essencial para o que estamos propondo como uma perspectiva rizomática da velhice. Nesse sentido, algumas questões podem contribuir para a compreensão desse rizoma velhice que, no caso específico desta tese, circunscreve-se ao território das comunidades rurais do médio Vale do Jequitinhonha.

Para fecharmos essa seção que traz a proposta da perspectiva rizomática da velhice, ainda que sem qualquer pretensão de esgotá-la, entendemos ser fundamental debater o porquê da importância dessa forma de olhar o fenômeno, especialmente no contexto dos Estudos

Organizacionais e de Gestão Pública. Partiremos da pesquisa de Reis e Heckert (2012) para construir nossa argumentação sobre o quão relevante se mostra lançar olhares diferentes sobre a velhice, especialmente no que tange à elaboração de políticas públicas sobre o tema. Partindo da concepção da velhice como enunciação de modos de vida disruptivos, os autores buscaram, nas narrativas e observações junto a idosos de Vitória/ES, captar formas particulares de viver a velhice, formas estas que enfrentam e interferem no fazer das políticas de assistência social voltadas a esse público.

A pesquisa realizada pelos autores nos permite questionar o sujeito usuário padrão da política de assistência social, um usuário universal e de certa forma abstrato. A pesquisa nos chama a atenção porque nos mostra, principalmente, como a recusa de idosos em relação à ação da política, experimentada junto aos sujeitos ou por meio de relatos técnicos, pode ser interpretada como resistência e subversão. Ao adentrar no campo de pesquisa, os autores se deparam com realidades que desafiaram (e muito!) suas próprias concepções:

Em meio àquilo que julgamos como condições insalubres de higiene, habitações precárias e mal conservadas, histórias de violência e abandono (não as negamos sob hipótese alguma!), saberes produzidos como estratégias para a reinvenção da vida e histórias de luta, de afirmação da dignidade, de gritos silenciosos por liberdade ficam, muitas vezes, invisibilizados, emudecidos, inodoros... (REIS, 2010, p. 66).

Nos relatórios técnicos analisados pelo autor, fica evidente a avaliação dos profissionais sobre esses idosos que recusam a intervenção da assistência social, e observa-se que são frequentes os termos: negligência, abandono, falta de higiene, condições insalubres. É importante destacar que em nenhum momento o autor discute a validade desses relatórios e nem desconsidera “a realidade de pobreza e miséria, de subjugamento e de tutela, produzida pela sociedade capitalista [...]” (idem, p. 66), mas discute os efeitos de uma política que é, por natureza, um espaço de luta, forças e interesses distintos. Nesse sentido, o autor questiona: que histórias tinham por trás daquelas casas e daqueles sujeitos? “Haveria outras histórias a serem ouvidas que contassem algo para além da dureza da miséria, dos entulhos e escombros, da falta e da subalternidade?” (idem, p. 76). As intervenções padronizadas programadas em instâncias distantes dessa realidade encontrada são por vezes disformes. Qual é o cuidado preconizado nas práticas da assistência social? Essa é a tônica da discussão, ou seja, em que medida a elaboração e as práticas desenvolvidas trabalham em prol da resolução de um problema que é local e específico a partir de padrões pré-estabelecidos.

Vimos questão semelhante nas nossas andanças cartográficas. Um dos temas que nos interessava era compreender a questão do cuidado do velho que vive nas comunidades rurais, pois, diante do movimento de saída dos jovens desse território, quem exerce o papel de cuidador dos mais velhos? Nas conversas com o poder público e com as instituições, em especial com a única entidade de Longa Permanência para Idosos da região, essa questão dos embates de saberes e prescrições se tornou evidente.

A gente tenta fortalecer os vínculos da família e mostrar que eles têm obrigação de cuidar, né? Porque não é que envelheceu descarta a pessoa. Nós conseguimos mudar isso bastante, porque aqui você deve ter ouvido tem a Ação Social... Antes era assim: Envelheceu? Manda para a Ação Social. E hoje a gente tenta fazer esse trabalho. Não é assim... **Num é só buscar um papel na assistência social** (PODER PÚBLICO 2).

São dois [idosos] que a gente vê assim que são perfis que precisam [ser institucionalizados] então, lugar de difícil acesso, são problemas de saúde **só que infelizmente a outra equipe não vê como necessária** (PODER PÚBLICO 2).

[...] para você ter uma ideia, o cidadão da zona rural, ele tem dificuldade de vir morar na casa de um familiar na zona urbana, **o que dirá de um lugar onde ele não conhece ninguém, não tem vínculos**, então assim, é uma realidade totalmente diferente lá do campo (PODER PÚBLICO 1).

A questão do cuidado do idoso se insere nessa arena de luta em que muitas vezes, se levadas apenas em conta questões higienistas e de controle alimentar e de medicação, a instituição pode se fato ser apresentada como a melhor solução. Entretanto, como explicitado no terceiro trecho, tendo em vista se tratar de um lugar com o qual o idoso não tem vínculos familiares, sociais e simbólicos (se pensarmos na velhice rural há ainda o forte vínculo com a terra), será a institucionalização o caminho mais ‘adequado’? Podemos então complementar questionando: adequado para quem? Há claramente entre as instituições uma disputa de poder-saber sobre a velhice, demonstrada no segundo trecho quando do levantamento de discordâncias sobre institucionalizar ou não. A quem caberia essa decisão? Quem saber o que é o ‘melhor’ para o idoso? Pouco pudemos perceber em termos de práticas nesse campo que considerassem os desejos dos velhos e a articulação de formas outras de enfrentamento da situação.

Outro contexto que sinaliza os prejuízos decorrentes de visões reducionistas sobre a velhice é o caso do aumento das doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre velhos. De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2016, de 1980 a junho de 2016 foram identificados no Brasil 842.710 casos de AIDS. Nos últimos dez anos, observou-se um aumento da taxa de detecção de AIDS entre homens com 60 anos ou mais, e, entre as mulheres nessa mesma faixa etária, relata-se que houve 24,8% de aumento de 2006 para 2015. Em revisão de

literatura sobre DST em idosos publicada em 2015 no periódico *Ciência e Saúde Coletiva*, Dornelas Neto *et al.* (2015) explicitam a conclusão de que os idosos não constituem foco das políticas que envolvem as DST, o que reforça um desconhecimento ou ineficiência frente às mudanças de comportamento desses sujeitos, bem como de seu perfil epidemiológico. Grande parte das dificuldades relacionadas a essas doenças associa-se à representação errônea de que a sexualidade não é exercida na velhice. Como colocam os autores (*idem*, p. 3862), “mais uma vez, a falta de reconhecimento da sexualidade faz com que todos os esforços de prevenção, diagnóstico e tratamento sejam voltados para populações mais jovens e naquelas percebidas como mais vulneráveis”.

Outro estudo que corrobora nossa discussão sobre os impactos de visões parciais sobre a velhice em termos de políticas públicas é o elaborado por Passos (2017). Na pesquisa, o autor investigou o processo de gestão da velhice no estado de Minas Gerais, lançando olhar especificamente sobre um programa denominado Mais Vida. Inspirado pelos conceitos foucaultianos, o autor explora os feixes discursivos presentes na legislação brasileira acerca da saúde do idoso e demonstra os mecanismos desenvolvidos no âmbito desse programa para promover uma velhice massificada e pautada em um modelo ideal de velho, a saber, saudável e ativo. Nesse sentido, a velhice prescrita no programa é condizente com a proposta da ‘melhor idade’ e, como sinaliza o autor, parece considerar que assumir essa identidade é uma questão de autogestão da vida, do corpo e da saúde. Como conclusões do estudo, o autor sinaliza que, justamente em função dessas debilidades, programas como esse se mostram pouco efetivos naquilo que se propõem.

Esse olhar sobre as políticas públicas em relação ao idoso, de uma forma geral, nos permite questionar que o foco ainda tem sido direcionado para as maiorias estatisticamente comprovadas e limitam-se, por vezes, a trabalhá-las como um grupo unívoco. Pensar na esfera pública e em políticas que genuinamente se direcionem à população como um todo perpassa a disposição de rever práticas e (re)pensar procedimentos, buscando cada vez mais aderência com a realidade cotidiana dos usuários e menos em padrões abstratos desejados. Esses estudos recuperados nos ajudam a problematizar as consequências desastrosas de uma visão limitada sobre a velhice, dentre as quais a mais expressiva talvez seja a atuação em prol da manutenção da “conspiração do silêncio” denunciada por Beauvoir em 1970.

Partimos então dessa proposta de perspectiva rizomática da velhice e da necessidade de apreender o fenômeno em sua complexidade, para discutirmos a produção de conhecimento sobre as velhices rurais, tendo em vista ser esse o território específico desta tese.

3.3 E o que sabemos sobre velhices rurais?

Falar sobre as velhices rurais é, de certo modo, considerar essa dimensão territorial como mais uma dentre as que atuam nesse processo de construção do fenômeno. Autores argumentam que, embora o número de trabalhos que têm a velhice como objeto de análise tenha aumentado ao longo dos anos, grande parte deles dedicam-se exclusivamente ao contexto urbano (MOTTA, 2003; TAVARES, 2015; ALCÂNTARA, 2016). Alcântara (2016) complementa dizendo que o fato de que pouco conhecimento tem sido produzido sobre a velhice nesse contexto específico acaba por alimentar visões estigmatizadas que sustentam imaginários e preconceitos.

O Brasil é um país diverso em termos regionais, socioeconômicos e culturais. Com isso, urge a necessidade de se fomentar pesquisas voltadas a entender a inserção do velho para além do meio urbano brasileiro, **haja vista a carência de estudos pontuais sobre o envelhecimento humano no espaço rural, lugar onde se supõe tão singular** (ALCÂNTARA, 2016, p. 339, grifos nossos).

Ao tratar da velhice nesse contexto, Tonezer, Trzcinski e Magro (2017) destacam algumas características que lhe seriam próprias como as dificuldades de acesso às políticas públicas das mais diversas áreas: saúde, assistência, educação e transporte. Segundo os autores, grande parte dessas dificuldades de acesso é resultante da distância desses sujeitos em relação aos centros urbanos, onde esses serviços são preferencialmente ofertados. Além disso, os autores destacam também a existência de residências precárias nos espaços rurais, condizentes com o cenário de miséria e isolamento social. Seria essa a realidade predominante no campo em todo o país? O que mais podemos dizer sobre as velhices nesse contexto? Quais particularidades podemos identificar explorando regiões específicas?

Para um aprofundamento na produção de conhecimento sobre a velhice rural, buscamos conhecer estudos empíricos nacionais que foram produzidos sobre a temática de modo a encontrar elementos que contribuíssem para a leitura desse fenômeno no território por nós selecionado. Em busca realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES no período entre julho e agosto de 2017 (atualizado em agosto de 2018), foram encontrados 5028 trabalhos a partir dos descritores “velhice”, “rural” e “idoso”. Os parâmetros da busca foram os seguintes:

estudos desenvolvidos entre os anos de 2007 e 2018; pertencentes às seguintes áreas do conhecimento – Administração, Antropologia, Educação, Filosofia; Psicologia, Sociologia, Extensão Rural e Serviço Social; e incluídos trabalhos em nível de mestrado e doutorado (acadêmico e profissionais). O critério para a exclusão de trabalhos foi a não referência à velhice rural, ou seja, não consideramos trabalhos que não explicitaram que, dentre o público pesquisado, estivessem velhos que residem ou residiram nesse espaço especificamente.

Em um primeiro momento, como colocamos, o resultado apresentado foi de 5028 trabalhos. Após a leitura de todos os títulos das obras e, na maior parte dos casos, também dos resumos⁵², chegamos em um total de 30 trabalhos, entre teses e dissertações. Ou seja, de 5028 trabalhos que resultaram da busca a partir dos descritores apontados, apenas estes tratam de alguma problemática associada ao envelhecimento rural. De uma forma geral, um primeiro olhar sobre esses trabalhos indica que se trata de uma temática que tem chamado atenção de pesquisadoras: os trinta trabalhos identificados nesse período de tempo são de autoria feminina. As áreas que mais têm se dedicado ao tema são, respectivamente, a Sociologia, a Educação e a Psicologia. Outro aspecto interessante é que 80% dessa produção concentra-se nos últimos 5 anos (em um período avaliado total de 11 anos), ou seja, indica que o interesse pela temática é realmente recente.

Antes de adentrar especificamente nos trabalhos identificados, algumas observações se fazem necessárias. Sem a pretensão de esgotarmos a produção sobre a temática, optamos por fazer esse levantamento com o intuito de nos aproximar do conhecimento que tem sido produzido acerca da velhice rural. Entendemos que essa plataforma reúne os trabalhos dos programas de pós-graduação constituindo-se, de certa maneira, um referencial para consultas sobre a produção acadêmica brasileira. Partimos também do pressuposto de que parte da produção científica veiculada em congressos e periódicos é derivada desses trabalhos e estão geralmente associados a pesquisadores com tradição nos temas e grupos de pesquisas.

Dito isso nos chamou a atenção a identificação de apenas um trabalho associado a programas de pós-graduação de Administração, a saber, a tese de Letícia Alves de Melo sobre o impacto da previdência rural (MELO, 2017). Além dessa, podemos destacar a tese de Valmiene Florindo

⁵² Sobre o processo de mapeamento da produção sobre a temática da velhice rural, alguns pontos chamam a atenção: a) grande número de trabalhos com títulos que não expressam suas temáticas centrais e b) grande volume de trabalhos sem informações disponíveis (precisamos buscá-las em outras bases de dados).

Farias Souza sobre eletrificação rural (SOUZA, 2017), desenvolvida no programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão; a dissertação de Erly Cristine sobre Hipertensão em idosos Pomeranos, da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (VALÉRIO, 2012); e a dissertação de Aline Duarte desenvolvida no mestrado de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (DUARTE, 2015). Embora não seja conclusivo, esse levantamento nos permite problematizar o baixo interesse do nosso campo de pesquisa (Administração e Estudos Organizacionais) sobre a temática da velhice rural.

A partir desse contexto, o que mais nos interessa por hora é explorar as problemáticas trazidas nesses trabalhos. Um dos aspectos importantes nesse tipo de análise refere-se ao reconhecimento da pluralidade epistêmico-teórico-metodológica dos trabalhos. Tal pluralidade se justifica, entre outros aspectos, pela própria diversidade de áreas em que se inserem as pesquisas, o que avaliamos ser enriquecedor quando se trata de um tema marcado pela complexidade como é o caso da velhice rural. Nesse sentido, reconhecendo essas diferenças e até mesmo algumas incompatibilidades existentes entre elas, o que nos motivou foi a construção de um panorama dos estudos de modo a contribuir para a análise dos dados produzidos nessa cartografia. Retomando a questão que intitula essa seção, o que sabemos sobre velhices rurais?

Uma **primeira temática** que perpassa os trabalhos levantados é a da **aposentadoria rural**. O trabalho “A aposentadoria do idoso no meio rural: Implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida”, de 2011, discute os impactos da aposentadoria rural para a qualidade de vida do idoso e do grupo familiar (TAVARES, 2011). A pesquisa de caráter quanti-qualitativa envolveu 65 idosos residentes da zona rural da cidade de Viçosa-MG e 65 familiares, um de cada idoso. Os resultados da pesquisa apontaram para a alta dependência econômica familiar em relação ao idoso, chegando este a ser responsável por cerca de 50% da renda familiar (em 80% das famílias estudadas). Essa mudança na estrutura da família brasileira foi constatada pelo IBGE (2006) que declarou que, em pesquisa realizada em 2005, 65,3% dos idosos foram considerados como a pessoa de referência no domicílio⁵³. Em relação à qualidade de vida desses idosos, a pesquisa sinaliza para resultados positivos a partir da aplicação de alguns instrumentos de avaliação da Organização Mundial da Saúde (*World Health*

⁵³ Ver artigo “IBGE detecta mudanças na família brasileira”, disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=774&t=ibge-detecta-mudancas-familia-brasileira&view=noticia>.

Organization Quality of Life Instrument Older Persons). Essa melhoria da qualidade de vida observada na pesquisa identificada pela autora pode ser atribuída ao aumento da capacidade de consumo, à possibilidade de ajudar os familiares, dentre outros aspectos que foram explorados em outros estudos.

Em 2014, o trabalho “A institucionalização do *habitus* previdenciário rural na vida de idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais” da mesma forma traz a discussão sobre a aposentadoria rural, tendo como uma de suas linhas teóricas centrais a obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (BARROS, 2014). Especificamente, os resultados mostraram que muitas mudanças ocorreram no modo de vida dos idosos do campo, os quais por meio da aposentadoria passaram a ter maior acesso a elementos (tecnologia, produtos, comportamentos) associados à vida urbana. Entretanto, o autor reconhece que esse processo não acarretou uma descaracterização do universo rural, mas a criação de um modelo híbrido. Uma questão interessante que emergiu da pesquisa refere-se à ideia de que o benefício previdenciário possibilitou aos idosos pensar no futuro e colocar em práticas planejamentos, seja em relação à propriedade ou mesmo à produção. No estudo, o autor faz referência ao impacto diferenciado da aposentadoria no contexto de vida das mulheres do campo, embora esse não tenha sido o olhar específico do trabalho.

Esse enfoque na mulher idosa é dado no estudo realizado por Núbia Freitas em 2017, “A influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa em um pequeno município da zona da mata mineira”, que da mesma forma se baseia em Bourdieu (FREITAS, 2017). A pesquisa traz elementos importantes acerca das mudanças percebidas na vida dessas mulheres a partir do momento em que se aposentaram. Assim como no trabalho anterior, a pesquisa reforça a posição das idosas como provedoras do lar, ressaltando a importância do benefício não apenas para ela, mas para o grupo familiar. Em especial no caso da mulher rural, chamou a atenção o fato de que ter o benefício significa para ela um rompimento com um histórico de dependência financeira do companheiro, trazendo autonomia e novas formas de ver a vida. A autora relata inclusive, que a aposentadoria proporciona a elas a capacidade de adquirir produtos desejados, fazer reformas em suas residências e até mesmo empreender mudanças em termos de hábitos alimentares (antes a alimentação restringia-se ao que era produzido na sua propriedade).

Para além das mudanças em termos da qualidade de vida dos sujeitos, os impactos da previdência rural também são sentidos no âmbito comunitário. Essa é a abordagem do trabalho

de Letícia Melo: “Os impactos da política de previdência rural em comunidades: O caso do Vale do Catimbau - Buíque-PE”, de 2017. Além da avaliação pessoal no que diz respeito aos benefícios decorrentes da aquisição de produtos e serviços a partir do recebimento do benefício, a autora traz reflexões – ainda que breves – sobre os impactos expressivos da aposentadoria para populações rurais do semiárido nordestino. Nesse sentido, a autora destaca no estudo a dimensão particular do território, elencando especificidades que precisam ser consideradas nessa avaliação de impacto. Dito de outro modo, a autora expõe que o contexto de desigualdade social e de desemprego que marca essas comunidades faz com que o benefício previdenciário emerge como fonte de sobrevivência não apenas para o idoso, mas para toda a família (MELO, 2017).

Como vimos no capítulo anterior sobre o território cartografado, há grandes semelhanças entre o contexto do semiárido mineiro e o que foi relatado pela autora sobre o semiárido nordestino. Assim como exposto por Melo (2017), as condições climáticas associadas a um cenário de precariedade das políticas públicas resultam em populações expostas a inúmeras vulnerabilidades. Nesse sentido, a importância de benefícios como o previdenciário se faz ainda mais evidente, como também pudemos observar nas narrativas dos velhos e dos representantes de instituições ao longo das andanças cartográficas. Nas histórias que abriram esta tese, assim como nas demais narrativas coletadas, a aposentadoria aparece sempre de forma positiva, como um momento crucial de transformação na vida dessas pessoas ⁵⁴.

Ainda sobre a questão da aposentadoria rural, embora sua importância seja reconhecida e evidenciada por pesquisas como essas, há um aspecto fundamental a ser questionado: essa proteção social de caráter universalista está, de fato, acessível a todos os trabalhadores rurais? Essa é a discussão trazida por Jéssica Barreto na pesquisa “Condições de viabilização e acesso à aposentadoria rural em Maués/AM” (BARRETO, 2016). O objetivo da investigação foi justamente compreender as condições de viabilização e acesso à aposentadoria rural por idade no município de Maués/AM. Especificamente a autora trata de velhos pertencentes a comunidades ribeirinhas, que se enquadram na caracterização de Povos Tradicionais: povos que historicamente vivem na região e desenvolvem uma relação peculiar com a natureza e com o território. Sobre o acesso desses velhos à aposentadoria rural, a pesquisadora identificou algumas questões: dificuldade de acesso em função da falta de informações qualificadas sobre

⁵⁴ A questão do papel da aposentadoria rural para os velhos pesquisados será abordada em detalhes no capítulo a seguir, sobre trabalho rural.

o assunto; a falta de reconhecimento sobre o valor social do trabalho rural, valor este que justifica seu reconhecimento como assegurado especial no sistema previdenciário; complexificação dos requisitos e regras para acesso ao benefício, o que gera dificuldades pela especificidade desses sujeitos; número reduzido de profissionais do INSS, o que torna o atendimento moroso e também implica redução da qualidade do atendimento, dentre outras.

O trabalho de Barreto (2016) evidencia que, embora o direito ao benefício previdenciário rural tenha sido uma grande conquista, muito ainda precisa ser feito para que efetivamente esse direito seja acessado pela população em questão. Parte dessas questões também foi levantada no trabalho “Políticas Sociais, Previdência e Trabalhadores Rurais: Reflexões a partir de evidências recentes no estado de Sergipe”, de Eliane Resende Moreira, de 2010. Da mesma forma que no trabalho de Barreto (2016), Moreira (2010) esclarece que, no contexto sergipano, as dificuldades encontradas pelos trabalhadores rurais dizem respeito, principalmente, aos documentos comprobatórios. Um argumento curioso apresentado na pesquisa refere-se à avaliação de aparência física incorporada aos processos que envolvem a concessão de benefícios previdenciários rurais. De acordo com Moreira (2010), houve um momento em que essa avaliação pautada em características físicas constava como parte do trabalho do técnico do INSS. Entretanto, a partir de debates com instituições como a federação dos trabalhadores rurais, a chamada ‘inspeção física’ deixou de ser (oficialmente) realizada. Percebe-se, nesse sentido, a complexidade que marca não apenas o processo de concessão, mas os desdobramentos que se traduzem em práticas que afetam diretamente a vida e a subjetividade desses sujeitos.

Essa questão da aparência e dos estereótipos associados ao trabalhador rural foi uma dimensão abordada por Eveline Lucena Neri (2014), em sua tese intitulada “‘Trabalho Leve’ e ‘Trabalho Pesado’ nos processos de aposentadoria especial rural”. Especificamente a autora investiga as dinâmicas que marcam os julgamentos de processos de aposentadoria especial rural pelos juizados especiais federais, evidenciando principalmente as ‘tecnologias de gênero’ presentes nesse saber fazer. Para a autora, as tecnologias de gênero são “[...] pré-concepções que cumprem a dupla função de tornar compreensível e normalizar as diferenças produzidas sobre o masculino e o feminino” (NERI, 2014, p. 15). O estudo discute sobre a diferenciação realizada no âmbito judicial entre o ‘trabalho pesado’ exercido pelo homem trabalhador rural e o ‘trabalho leve’, acessório e complementar exercido pela mulher do campo.

De acordo com Neri (2014), as decisões sobre o direito ou não de receber o benefício previdenciário rural, ou melhor, o julgamento sobre a qualidade de segurado especial rural é algo cotidiano nessas varas judiciais. Retomando a questão da aparência e dos estereótipos, a autora avaliou as percepções dos magistrados sobre quem se enquadra nessa condição de segurado especial rural e identificou que um dos elementos corporais que mais traduzem o trabalho rural para esses profissionais são as mãos calejadas, as quais remetem ao trabalho com a enxada. Nesse sentido, as mulheres encontram maiores dificuldades nesse processo de ‘provar’ sua identidade de trabalhadora rural, na medida em que nesse processo de avaliação acabam sendo negligenciadas/desconsideradas outras atividades que também fazem parte do trabalho na agricultura familiar, como é o caso do cultivo da horta, criação de animais, dentre outros. Tais estereótipos acabam por reforçar o estereótipo de que, no campo, as mulheres atuam apenas como ajudantes de seus companheiros.

Esses trabalhos sobre a aposentadoria rural nos permitem compreender a importância desse benefício na vida desses sujeitos, do grupo familiar e da comunidade de uma forma mais ampla. Sendo assim, chamam a atenção para o avanço que significou a inclusão dos trabalhadores rurais como segurados especiais a partir da Constituição de 1888. Entretanto, sinalizam as dificuldades encontradas pelos trabalhadores para o alcance desse benefício e os impactos que os estereótipos sobre o homem e a mulher do campo têm sobre esse processo, afetando a vida e a subjetividade dessas pessoas.

A **segunda temática** que perpassa os trabalhos levantados é a da **saúde na velhice**. Embora não tenhamos pesquisado nesse levantamento as áreas de Ciências da Saúde e Biológicas, alguns trabalhos identificados apresentam discussões que giram em torno da saúde, seja em termos de práticas e cuidados pessoais, seja no que diz respeito à atuação das políticas públicas nesse campo. O estudo de Milena Vieira Coelho, intitulado “A influência da atividade física nos perfis de fragilidade, funcionalidade, cognição e qualidade de vida em populações de diferentes contextos ambientais rurais e urbanos”, traz uma análise sobre o quanto positiva é a realização de atividades físicas por idosos em termos de melhorias nas condições de saúde (COELHO, 2014). Após a utilização de escalas específicas para dar conta dessa avaliação, dentre as quais a Escala de Atividade de Vida Diária de Barthel e a Escala de Atividades de Vida Diária Instrumentais de Pfeffer, a autora conclui que tanto para os idosos urbanos quanto rurais a prática de exercícios parece ser um bom mecanismo de proteção frente aos declínios

do envelhecimento⁵⁵. Nesse sentido, o olhar da autora é voltado para os cuidados pessoais e os seus efeitos sobre o modo de envelhecer.

Outro estudo que aborda a questão da saúde concentra-se em uma das doenças crônicas associadas ao envelhecimento: a hipertensão arterial. De forma específica, Erly Valério (2012) buscou compreender a relação estabelecida entre os idosos pomeranos⁵⁶ hipertensos de Joatuba e as práticas desenvolvidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF). No que tange às ações da ESF na comunidade, os idosos apontaram diversos problemas como: alta rotatividade do médico, ausências cotidianas dos profissionais e demora no agendamento de consultas. Outra reclamação dos idosos pomeranos refere-se às dificuldades de aquisição de remédios que não estão dentre os fornecidos pelo Programa de Farmácia Básica, gerando gastos que representam uma parcela significativa do orçamento mensal. Embora a autora não tenha realizado um aprofundamento na discussão, as conclusões giram em torno da necessidade de melhoria do atendimento público de saúde em relação aos idosos rurais, não apenas em relação aos casos de hipertensão, mas também de outras síndromes que acometem idosos e que são causas de mortalidade nessa população.

Ainda dentro dessa perspectiva da saúde, identificamos o trabalho da Claudia Weyne Cruz intitulado “As múltiplas mortes de si: Suicídio de Idosos no Sul do Brasil”. Dizemos ser um trabalho que se insere na temática porque de fato o suicídio tem sido considerado um grave problema de saúde pública na contemporaneidade. Cruz (2014) aborda na pesquisa como se deu o processo social em que suicídios de idosos ocorreram no Sul do país, analisando também os impactos destes na vida dos familiares. Como metodologia, a autora realizou autópsias sociais de 15 idosos, um tipo de investigação pós-morte que contribui para a compreensão do contexto do óbito⁵⁷. A partir dessa investigação, a autora aponta que o evento crítico do suicídio de idosos constitui algo de extrema complexidade, sendo impossível indicar um fator motivador isolado. Entretanto, alguns elementos chamaram a atenção na pesquisa com os familiares como, por exemplo, sentimentos e percepções dos idosos sobre a desvalorização do sujeito velho, o temor de se tornar um peso na vida da(o) companheira(o) e das(os) filhas(os), a perda da fé e

⁵⁵ Ressaltamos que esse estudo tem o olhar voltado para aspectos biológicos, capacidade física e cognitiva, ou seja, uma abordagem de caráter clínico.

⁵⁶ Imigrantes oriundos da Pomerânia, uma região que era localizada ao norte da Polônia e Alemanha (costa sul do mar Báltico).

⁵⁷ Segundo Cruz (2014), esse instrumento que inclui aspectos de natureza social culturais, além de questões psicológicas, foi desenvolvido por pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli – CLAVES/FIOCRUZ.

do sentido da vida. No que tange especificamente à velhice rural, destaque foi dado à importância do trabalho na vida dos agricultores e como o fato de por algum motivo ser impedido de exercê-lo gera um alto nível de sofrimento aos sujeitos. Entre os familiares, foi comum identificar adoecimentos psíquicos e a conseqüente dificuldade de retomar a vida após o evento.

A questão da morte, como falamos anteriormente, ainda é um tabu social e uma realidade que, em geral, preferimos não enfrentar. Especialmente quando falamos sobre velhice, há comumente uma associação com a ideia de finitude. Nesse contexto, Oliveira (2008) e Gomes (2016) se propuseram a investigar quais são as representações/narrativas sobre a morte construídas por idosos de comunidades rurais de Pernambuco. Embora com diferentes olhares teórico-epistemológicos e uma distância temporal de oito anos entre as pesquisas, ambas evidenciam a associação entre velhice, adoecimento e morte na perspectiva dos sujeitos. Aparece também nas pesquisas a questão da religiosidade que envolve as representações e narrativas sobre o fenômeno, associando especificamente, no caso da pesquisa de Gomes (2016), a morte à ideia de 'ida para a vida eterna'. Tal autora reflete também sobre a manutenção de certos costumes camponeses em relação aos rituais fúnebres, costumes pautados em valores de solidariedade e comunidade. Interessante ressaltar que o trabalho de Gomes (2016) vai além do de Oliveira (2008) na medida em que reconhece que falar da morte torna inevitável falar da vida, e, nesse sentido, somente é possível compreender esses significados atribuídos pelos idosos rurais à morte a partir de uma maior compreensão sobre o modo como eles vivem/encaram/enfrentam a vida cotidiana.

Compreender a **vida cotidiana desses velhos rurais** é algo que tem despertado o interesse de pesquisadores, sendo essa a próxima temática (**terceira temática**) identificada nesse levantamento. É interessante observar que esses trabalhos em questão tratam da velhice em determinados territórios, um exercício similar⁵⁸ ao que estamos nos propondo nesta tese. Nesse sentido, elementos culturais, espaciais (geográficos e climáticos), hábitos e práticas populares são levantados e ajudam a explicar a construção da velhice naquele espaço. Nesse grupo, inserem-se os trabalhos de Alcântara (2010)⁵⁹, Lima (2013), Souza (2013a), Souza (2013b),

⁵⁸ Aqui mais uma vez ressaltamos que existem diferenças teórico-epistemológicas entre as pesquisas, mas o objeto e a opção por investigá-lo a partir do território onde é constituído é o que estamos considerando como ponto em comum.

⁵⁹ Há uma especificidade no trabalho de Alcântara que, além de pesquisar territórios específicos, demarca com clareza um contexto temporal para a investigação da velhice – a hipermodernidade.

Cunha (2014), Duarte (2015), Silva (2016) e Duarte (2017). Tendo em vista a aproximação da nossa pesquisa em relação ao que foi desenvolvido nesses estudos, eles serão (re)visitados ao longo das análises que apresentaremos em seguida. Mas, de uma forma geral, o que essas pesquisas têm a nos dizer?

Em termos de objetivo, todas essas pesquisas se propõem a investigar a experiência da velhice em um determinado espaço rural. São investigações que partem do pressuposto de que há uma particularidade inerente ao território que afeta a vivência desse fenômeno velhice. Um princípio fundamental compartilhado pelas autoras é o de que, para alcançar esse objetivo, seria preciso falar da vida cotidiana desses sujeitos, compreendendo nesse sentido a coexistência de universos particulares e coletivos (sociais). De modo geral, essas pesquisas abordam significados/sentidos ou percepções sobre a velhice naquele espaço; trazem à tona dinâmicas familiares e comunitárias; problematizam a questão da morte para os sujeitos; ressaltam práticas e costumes religiosos; identificam percepções sobre os impactos da aposentadoria e tangenciam discussões sobre as políticas públicas acessadas no território⁶⁰.

Em termos de referenciais utilizados para a discussão da velhice, percebe-se um alinhamento em torno da discussão sobre a forma como esse fenômeno tem sido tratado na contemporaneidade. A totalidade dos estudos fazem referências à obra clássica “A velhice”, de Simone de Beauvoir (1990), e também utilizam de forma expressiva os escritos nacionais de Bosi (1994), Debert (1994; 1999), Neri (2005; 2007) e Moragas (1991)⁶¹. No que diz respeito às opções metodológicas, identificamos a prevalência de pesquisas de caráter qualitativo baseadas em entrevistas, relatos/histórias orais, observações, e, em alguns casos, as autoras caracterizam as investigações realizadas como etnografias e cartografias.

A **quarta temática** identificada nesse levantamento denominamos de **história, memória e comunidades**. Embora, como nos trabalhos anteriores, essas pesquisas discutam elementos associados à velhice e adjacentes, percebemos neles um olhar diferente: a busca por resgatar histórias e memórias das comunidades ou de instituições (escola) por meio das narrativas dos velhos. Nesse sentido, os velhos aparecem como aqueles sujeitos capazes de dar vida a essas

⁶⁰ Esses temas são os que aparecem com maior frequência nos trabalhos que se inserem nessa temática do cotidiano. Isso não significa, por conseguinte, que eles sejam tratados sob perspectivas coincidentes ou mesmo com intensidade (profundidade) semelhante.

⁶¹ Outros autores foram utilizados nas pesquisas, mas esses são os que aparecem com maior frequência e destaque no texto.

histórias e (re)criá-las. Esse é o caso, por exemplo, da pesquisa de Santos (2016) que explorou a construção de identidades étnicas de comunidades quilombolas a partir das histórias de seus membros mais velhos. As memórias compartilhadas por eles revelam as lutas sociais e políticas frente à invisibilidade e à histórica negação de direitos dos quilombolas. Em um contexto em que as lutas também se pautam na defesa de territórios materiais e simbólicos, os velhos são valorizados como aqueles capazes de manter vivas as bases das comunidades. Barbosa (2016) da mesma forma investiga o território do Quilombo Kalunga – GO – a partir da história de vida de um dos seus líderes, um senhor de 80 anos prestigiado e reconhecido pela comunidade.

Esforço semelhante é empreendido por Pombo (2014) ao buscar, nas narrativas de idosos, a história de um patrimônio cultural amazônico: o vaqueiro marajoara. Nos campos do Marajó, a grande extensão territorial foi propícia ao desenvolvimento da atividade pecuária que marca a vida cotidiana das comunidades que ali residem. Tal profissão carrega saberes que são próprios da região amazônica e que correm o risco de se perderem com o passar do tempo. Nesse sentido, a autora utilizou a memória de velhos vaqueiros como fontes de história oral de modo a resgatar esses saberes e problematizar o papel da educação para que essa história não se perca, assim como seus modos de vida, suas lendas e rituais. A educação também despertou o interesse de Schwabenland (2013) ao investigar como velhos alunos que frequentam o EJA (Educação de Jovens e Adultos) percebem a escola e em que medida os saberes advindos das experiências de vida desses sujeitos são compartilhados. Nesse sentido, tal pesquisa se insere no campo da educação para idosos e destaca o quanto essa dimensão é importante quando se trata de saberes que escapam à educação formal e são, da mesma forma, relevantes.

A participação de idosas em um projeto de letramento na comunidade de Saquinho – BA – também foi o percurso inicial para a realização de uma investigação por Pereira (2014). A autora registra a trajetória de mulheres no projeto, o que envolve um olhar mais amplo sobre a velhice e o cotidiano da comunidade da qual fazem parte. A participação ativa das velhas na comunidade, seja na lavoura, na igreja e na própria escola chamou a atenção da pesquisadora que buscou compreender melhor como se dava a participação e aprendizagem dessas mulheres no projeto de letramento. A autora demonstra a frustração das idosas de não conseguirem avançar no aprendizado da leitura e da escrita e que grande parte dessas dificuldades são provenientes de práticas pedagógicas que desconsideram as particularidades dessas alunas. As memórias das mulheres idosas de Saquinho trazem elementos sobre a tradição e ancestralidade

africana e revelam saberes de si e da comunidade que permanecem vivos, mas que escapam das salas de aula do projeto analisado.

Ainda dentro dessa temática, o trabalho de Freixo (2010) explora as leituras que velhos agricultores fazem do lugar em que vivem e trabalham. Na pesquisa, a autora discute o surgimento de uma nova ruralidade, com a emergência e expansão da produção do Sisal, planta bem adaptada ao clima semiárido que pode ser utilizada para a confecção de tapetes, carpetes, dentre outros. Nesse sentido, a pesquisadora buscou nas memórias dos velhos lembranças e histórias que contribuem para a compreensão do processo de transformação do Sertão dos Tocós na Bahia em um território do Sisal. A autora relata que as histórias contadas por eles revelaram lembranças coletivas que dizem sobre modos de vida, de trabalho e que permitem reflexões sobre as mudanças das paisagens desse território.

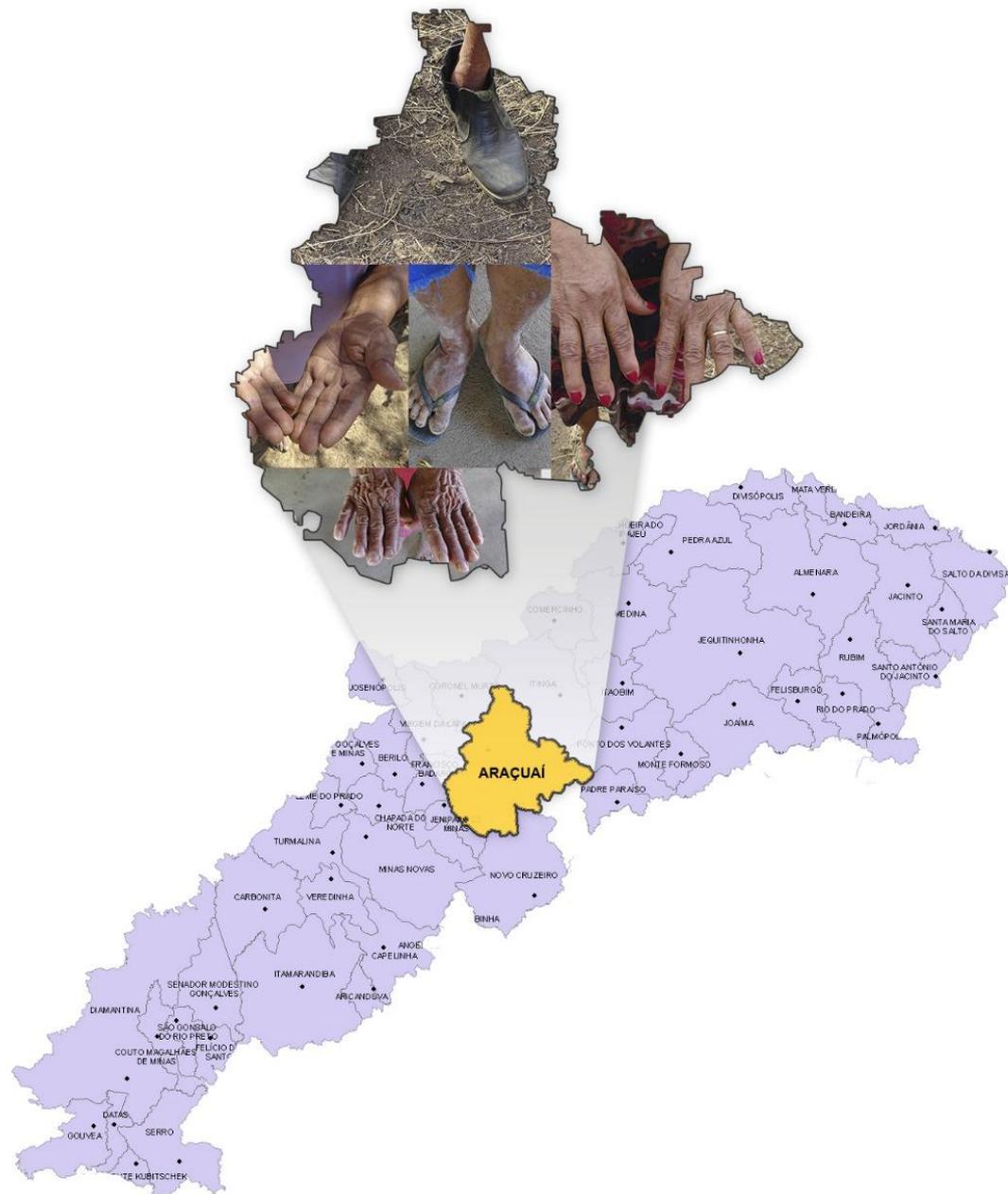
Por fim, a quinta e **última temática** a partir da qual foram agrupados os trabalhos levantados diz respeito às **especificidades relacionadas à velhice rural**. Nesse grupo, estão os trabalhos de Rodrigues (2013), Amorim (2015), Souza (2017) e Jahn (2018), os quais tratam, respectivamente, das percepções de professoras aposentadas que atuaram e vivem no campo a respeito das identidades e práticas de mulheres da comunidade, incluindo a nova geração de professores; uma avaliação dos níveis de felicidade entre velhos urbanos e rurais, a partir do recebimento da aposentadoria; dos impactos na vida de idosos rurais a partir da implementação do Programa Luz para Todos do Governo Federal; e do papel educativo dos Movimentos Sociais na vida de idosos rurais, com destaque para a questão do crédito consignado. São trabalhos que investem no aprofundamento de especificidades relacionadas à velhice rural e contribuem, cada um à sua maneira, para expandir os níveis de inteligibilidade sobre esses sujeitos e contextos.

Após a leitura aprofundada desses trabalhos, podemos então retomar a pergunta que intitula essa seção: o que sabemos sobre as velhices rurais? De um modo geral, as cinco temáticas em torno das quais os trabalhos foram classificados apontam para uma variedade de interesses, com destaque para os estudos sobre a aposentadoria rural e para a vida cotidiana de sujeitos velhos. A despeito das diferenças teórico-epistemológicas, um aspecto que nos chamou a atenção na leitura desses trabalhos é que, embora parte deles traga um conceito de velhice apresentado como complexo, ou seja, defendam a necessidade de compreender o fenômeno em suas diversas

faces, essa complexidade pouco reverbera nos momentos analíticos que acabam por privilegiar uma ou outra dimensão.

Outro aspecto para o qual nos atentamos é que, em parte dos estudos, dentre os quais se destacam os incluídos na temática sobre história, memória e comunidades, a velhice aparece de forma coadjuvante para a construção de conhecimento sobre outras temáticas como comunidades tradicionais, programas educacionais, dentre outros. Nesse sentido, a velhice como temática não chega a ser problematizada nessas pesquisas, mas sim os sujeitos assumem a posição de narradores privilegiados sobre outras histórias, não apenas particulares, mas também coletivas. Embora reconheçamos a importância dessa dimensão do sujeito velho como memória social, o que argumentamos é que esses trabalhos acabam por voltar o olhar quase que exclusivamente para essa perspectiva.

Retomando a proposta que trouxemos sobre um olhar rizomático da velhice, entendemos que o campo – enquanto um território no sentido mais amplo do termo – pode ser lido como mais uma das forças que compõe o fenômeno. Nesse sentido, que intensidades essa força apresenta? Mais do que descrever o cotidiano desses sujeitos e suas relações, interessa-nos saber como essa linha território, com todas as suas características materiais e simbólicas, afeta essa construção dos modos de ser velho. A partir disso, é possível ir além nas reflexões sobre o lugar que a velhice rural ocupa em nossa sociedade contemporânea, problematizando e contribuindo para novos discursos e práticas sobre a realidade.



Capítulo 4

O rizoma velhice rural no médio Vale do Jequitinhonha

4. O rizoma velhice rural no médio Vale do Jequitinhonha

Neste capítulo damos continuidade ao anterior explorando, especificamente, os modos de ser velho nas comunidades rurais do médio Vale do Jequitinhonha.

Tendo em vista o volume de dados produzidos ao longo da cartografia optamos, como detalhado no capítulo 1, realizar a análise temática das narrativas (REISSMAN, 2008). Como resultado dessa análise três eixos analíticos foram definidos, a saber: a) A vida no campo; b) As velhices no campo e c) O trabalho no campo. É relevante dizer que esses são macro temas⁶² que se desdobram em outros abordados dentro de cada eixo analítico. Neste capítulo abordaremos os dois primeiros eixos e o terceiro, sobre trabalho, será apresentado no posterior.

4.1 A vida no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha

Quando tentamos nos aproximar da realidade de municípios de pequeno porte e, em especial, de suas áreas rurais, duas imagens estereotipadas logo se colocam em evidência. A primeira delas diz respeito à imagem de extremo sofrimento, em que a luta pela sobrevivência é um imperativo. A segunda imagem, praticamente uma antítese da primeira, refere-se à visão romantizada da vida no campo como tranquilidade e paz, em que há o acesso a produtos sem agrotóxicos e distância da loucura e correria das grandes cidades (CUNHA, 2014). Como temos problematizado desde a abertura dessa tese, a realidade é complexa demais para se resumir a esses estereótipos. Não há sofrimento OU tranquilidade, há sofrimento E tranquilidade E tantas possibilidades outras que por vezes nos escapam.

Nesse sentido, os elementos que compõem esse eixo analítico remetem à resposta para a questão: como é então a vida nessas comunidades que compõem essa cartografia? Um primeiro aspecto que nos chamou bastante a atenção refere-se às percepções das mudanças ocorridas nessa realidade ao longo do tempo. Há em todo o momento nas narrativas um processo de diferenciação entre o “que era antes” e o “que é hoje”. Sem a marcação de um tempo preciso, essas diferenciações entre o passado e o presente perpassam por vários elementos que mudaram em maior ou menor grau o jeito de se viver no campo, como a questão da redução das chuvas

⁶² Esses foram os códigos gerados inicialmente na análise narrativa. A partir desse primeiro processo, outras categorizações foram realizadas dentro de cada um respeitando não apenas o que emergiu das múltiplas narrativas, mas também o quadro analítico decorrente da proposta teórica elaborada: a perspectiva rizomática da velhice.

e aumento dos períodos de seca, a importante chegada da energia elétrica e todos os seus desdobramentos, o aumento dos índices de violência no campo, ampliação do acesso a serviços públicos para a população rural, dentre outros. Essas mudanças produziram marcas importantes trazidas à tona sucessivas vezes nas narrativas recolhidas.

4.1.1 Linha “Eu moro numa região seca, né?”

Em todas as narrativas, sejam as de representantes do poder público, institucionais ou dos próprios velhos, a questão da falta de água na região se mostrou emblemática. Um primeiro ponto que chamamos a atenção é que a existência de períodos de seca ao longo do ano é uma característica do clima da região: o semiárido. Deve-se ressaltar que nos últimos anos as experiências nesse território são de períodos muito extensos de seca, com índices pluviométricos abaixo do que seria esperado para a região ou então concentrados em breves períodos causando enchentes e inundações. Como colocamos anteriormente, parte dessa realidade pode ser explicada pelo histórico de atividades econômicas exploratórias e depredatórias que tem como consequências a extinção de nascentes, o assoreamento dos rios, dentre outras. Algumas narrativas deixam clara essa noção de deterioração ao longo do tempo.

Oh, moça, **antes era melhor que chovia mais**, a gente culhia muita coisa, né? A gente culhia feijão, culhia arroz, culhia milho. Tudo a gente culhia. [...] **Hoje a gente quase num tá colhendo mais! Toda vida tem seca, mas num [não] é a seca muito assim igual tá agora não** (DONA MARLENE, 68 anos).

Falta de água, falta de chuva. **Antigamente chovia bem mais**. A gente plantava arroz, milho, colhia. O ano passado mesmo, Emílio colheu milho... Colheu milho lá embaixo porque molhou com a água do tanque, mas os que plantou na roça, num deu não. [...] Quando é na época de vingar, a chuva falta, a terra vai e num vinga (DONA LIA, 79 anos).

Essa mudança percebida em relação à diminuição das chuvas e aumento das secas tem implicações diretas, como bem comentam os velhos, sobre a capacidade de produzir e sobreviver a partir do que se planta e se colhe. Esse argumento é utilizado para explicar o movimento crescente de êxodo rural e o consequente “envelhecimento do campo”⁶³. É necessário ressaltar que encontramos em nossas andanças cartográficas sujeitos velhos envolvidos nas lutas sociais relacionadas às problemáticas da água e das secas, lutas que se estendem para a busca do desenvolvimento da região de uma forma geral. A narrativa de Seu Zezé das Tesouras – conhecido como guardião das águas – deixa claro esse posicionamento.

⁶³ Expressão que denota a permanência de pessoas mais velhas no campo, em detrimento dos mais jovens.

A natureza tá desequilibrada, né? Mas o quê que desequilibrou: o ser humano. **Nós arrasamos a natureza, ela desequilibrou.** [...] Então a gente tem essa preocupação para ver se melhora esse equilíbrio, pelo menos formar a pessoa, que melhorar não tá fácil não porque o desequilíbrio veio já de muitos anos, desde os nossos antepassados, num cuidou dessa natureza, mãe terra (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Nesse sentido, o tema da preservação da natureza e a necessidade de repensar as formas de ocupação e exploração do território estão entre as pautas de lutas sociais em que esses sujeitos se inserem. Participamos das discussões do Conselho da APA⁶⁴ da Chapada do Lagoão, uma área que pertence ao município de Araçuaí e é conhecida como de recarga d'água por abranger cerca de 139 nascentes e 8 lagoas, além de uma diversidade de espécies de fauna e flora. Desde a década de 70 a região sofreu com processos de grilagem e com o avanço de atividades empresariais exploradoras de monocultura e mineração. Para enfrentar esse cenário foi criado esse Conselho da Chapada do Lagoão, que conquistou a transformação da área em APA a partir de uma Lei Orgânica do Município. A tentativa do conselho é de lutar pela preservação dessa área sempre alvo de múltiplos interesses. Dentre os membros do conselho estão representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e lideranças comunitárias, além de outras instituições da sociedade civil e de representantes do poder público⁶⁵.

Então, **a gente teve uma luta aqui muito longa em defesa do meio ambiente, chama Chapada do Lagoão**, que o pessoal tava grilando e quando a gente deu por fé, já tava adiantada a grilagem, né. **Aí a gente começou, nós começamos tomar as iniciativa pra se defender** (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

A participação em reuniões do Conselho da APA bem como em outras discussões/eventos sobre o tema realizados na cidade de Araçuaí demonstrou que a problemática da água é algo urgente. Um aspecto fundamental é reiterar que na maior parte das vezes essas discussões têm por trás disputas de caráter político e econômico, se distanciando da questão socioambiental.

Então por isso hoje você vê que é muito berrante o apoio a entrega de água via caminhão pipa, e aí com isso veio um pacote de... como eu diria... **Coronelismo talvez meio que camuflado né?** E que tem norteado as lideranças políticas que tão frente aos projetos municipais né. Então a água... **eu diria que não debate o aprofundamento dessa política, hoje você vê ela muito mais agravada porque dentro de um projeto que beneficia o capital** e ele entra né? **Com a exploração do meio ambiente, com os grandes projetos aí cê vê eucalipto, mineração né**, inclusive a própria construção das barragem onde não considera esses fatores e as comunidades elas são penalizadas (INSTITUCIONAL 2).

⁶⁴ Área de preservação ambiental.

⁶⁵ Seu Zezé das Tesouras e Seu Antônio da Velha, participantes desse trabalho, estão diretamente ligados às lutas envolvendo a Chapada do Lagoão.

Ao mesmo tempo, em uma perspectiva mais micro e voltada para a população que efetivamente vive cotidianamente nesse território, há a tentativa por parte de diversos atores de pensar alternativas para a convivência com o semiárido. Tais iniciativas envolvem a disseminação de práticas produtivas sustentáveis como, por exemplo, a permacultura⁶⁶.

A luta principal que é demandada pelas famílias é da água né? E a água ela é norteadora pra questão do consumo familiar né, pra uma situação de água como diria pra beber né, consumo, e outra pra produção. [...] Essa demanda ela é desencadeada frente a não construção anteriormente dentro das comunidades do projeto de sustentabilidade em relação aos recursos hídricos. [...] Agora nós estamos reafirmando a questão de trabalhar essa num projeto maior que é pras famílias pensar onde que elas vivem, no território onde vive que nós chamamos que é o grande projeto da convivência com o clima né, **a convivência com semiárido, e dentro desse programa se pauta a questão da água** (INSTITUCIONAL 5)

Tem um objetivo muito grande do nosso trabalho do CPCD, da permacultura, que é **tentar permanecer a vida do homem no campo aonde é o lugar de origem dele**. Porque a gente sabe muito bem que aonde é o lugar de origem da gente, a gente tem muito mais probabilidade de ter uma vida sustentável, porque a gente tem todo o conhecimento do meio (INSTITUCIONAL 3).

A fala desse último representante de uma das instituições da sociedade civil traz outro aspecto também associado à problemática da falta de água: o êxodo rural. Por vezes a seca é apontada como responsável pela intensa saída de pessoas do campo, principalmente dos jovens. Como colocamos no capítulo 2, a seca afeta o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias na região e isso faz com que a sobrevivência nesse território fique comprometida.

O pessoal vai muito pra fora por isso, porque não tem opção de emprego e lavoura não dá, você vê muitos idosos que gostam e ficaram a vida inteira... Antigamente era um meio de renda bom, os agricultores tinham mais a terra mais fértil, o clima... **Chovia mais, hoje não, hoje é mais difícil, por isso está tendo muito deslocamento do pessoal adulto** (PODER PÚBLICO 3).

Aqui pra gente, água na zona rural, por exemplo, do Médio Jequitinhonha, a gente sempre conversa, é 70%. **Se eu conseguir, se a gente conseguir, botar água pra todas as pessoas em quantidade e em qualidade, por exemplo, na zona rural, vai ser um desenvolvimento grande** (PODER PÚBLICO 4).

Os principais avanços narrados pelos velhos em relação à seca nos últimos anos relacionam-se à adoção de tecnologias como cisternas, barragens e outros mecanismos para armazenamento de água de chuva. Percebemos que a maior parte dessas iniciativas chegaram às comunidades

⁶⁶ Permacultura é um sistema de princípios agrícola e social de design centrado em simular ou utilizar diretamente os padrões e características observados em ecossistemas naturais.

rurais por meio de instituições da sociedade civil e religiosas, ou mesmo de mutirões organizados por membros da própria comunidade.

E com essa luta com o povo, a gente conseguiu aquelas caixas, né, **através das Cáritas, a gente conseguiu as caixas coletoras de água da chuva, que foi um dos melhores projetos que nós temos na comunidade** (JOANA, Virgem da Lapa).

Água aqui, **nós tem água do poço, que é o poço artesiano. Esse daí foi a primeira busca minha de presidente da Associação (comunitária)**, fui eu que consegui pra cá, né. **E nós tem essas caixa de placa, né? Isso aí é uma fundação ASSOCIAR que foi um órgão que ajudou demais aqui.** Demais da conta, né. Que fala a verdade: a ASSOCIAR ajudou demais essas roça. Demais. **E temos represa, né que juntou todo mundo e fez** (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Nós tá se valendo aqui das represa que a gente faz e essas caixa aqui nós ganho, né? Essas da captação da chuva, né? Essa daí cai, a água junta nela, né? Aquela lá de baixo já é do... Desse calçadão que junta e essa outra caixa que eu tem [tenho] aqui já é água suja de represa que a gente põe pra puder [poder] moiar [molhar] planta, né (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Fotografia 10 - "Terreirão" - Placa para captação de água da chuva na casa de Seu Emílio e Dona Marlene



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

4.1.2 Linha “A nossa vida lá vai melhorando”

Esta linha, da mesma forma que a anterior, compreende narrativas que versam sobre mudanças ocorridas na vida cotidiana no campo, mudanças essas que em sua maior parte relacionam-se à

aplicação (ou não) de políticas públicas. A primeira delas – e talvez uma das mais importantes – foi a chegada da energia elétrica. De acordo com os próprios narradores, isso foi algo que gerou mudanças significativas e duradouras no cotidiano das comunidades rurais. Trata-se de uma conquista recente que se tornou mais expressiva a partir de um programa do Governo Federal chamado Luz para Todos, iniciado em 2003. Em 2009 houve o lançamento da segunda etapa do programa, quando efetivamente as cidades do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha foram beneficiadas. Trata-se, portanto, de uma mudança realizada a cerca de 20 anos e que está registrada na memória dos velhos com os quais conversamos.

Foi logo quando criou o projeto Luz para Todos, logo ela veio pra nós. Tem uns quinze anos, por aí. Antes tinha solar e, antes, era querosene. Antes da querosene era um pavio assim, de mamona muída junto com algodão. [...] **Olha, era uma coisa triste. Muito preocupante e sem muito futuro né? Mas era o que a gente tinha** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

A diversão era ir na casa duma amiga, né? Dum [de um] parente. Chegava lá, sentava, bater papo, né? Até dar na hora da gente vim dormir. **Nessa época num usava luz. A nossa luz aqui era a lua** (DONA LURUCA, 78 anos).

A chegada da energia elétrica nas comunidades rurais, segundo os velhos, trouxe mudanças significativas no estilo de vida no campo. Como coloca Dona Luruca, antes de terem acesso à televisão outras formas de diversão eram realizadas, principalmente, em comunidade. Nesse sentido, até mesmo as práticas religiosas foram modificadas com a chegada da televisão: os terços diários deram lugar às missas televisionadas.

O que nós fazia de noite quando num tinha televisão? O que nós fazia é rezar o terço. Todo santo dia, minha fia, nós rezava o terço. **Mas nós por causa da televisão... Por que nós escuta muito a missa na Rede Vida, na Aparecida, né.** Nós escuta muito, quase todo dia, mas o terço mesmo, nós só tira o dia de sábado pra rezar o terço, no final da semana, né (DONA MARLENE, 68 anos).

Dona Isaura, inclusive, explica que a chegada da energia elétrica fez com que não houvesse mais diferenças entre a vida no campo e na cidade. Seu Antônio da Velha e Dona Santa concordam dizendo que esse processo trouxe melhoria para a vida de todos.

Ah, muito melhor do que na cidade... Tudo é bom. Morar na roça, né? Que a gente tá ali... Tem tudo. Principalmente agora! **Antes num tinha... Como é que fala? Energia!** Num tinha essas coisa, energia, aparelho telefônico, mas hoje tá do mesmo jeito. **Como se fosse na cidade mesmo que tem telefone, tem energia, tem tudo, tá bom. Eu acho melhor morar na roça** (DONA ISAURA, 78 anos).

Tem televisão, tem geladeira, **tem tudo!** A maior parte. Alguns têm freezer, né? Graças a Deus! Miorou bastante (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Eu tenho televisão, eu tenho geladeira, eu tenho congelador! **A gente não sabia o que que era uma água gelada, não sabia o que que era uma luz**, quando pôs a gente ficou até besta, **melhor demais da conta** (DONA SANTA, 79 anos).

Essas observações e narrativas corroboram os achados de Souza (2017) em trabalho sobre os impactos da eletrificação rural (Programa Luz para Todos) nas condições de vida de idosos no Baixo-Amazonas. A autora verificou na pesquisa que a implantação do programa trouxe mudanças no que diz respeito ao consumo, à educação e à convivência social e comunitária. Sobre o consumo, como vimos nas falas acima, houve um aumento expressivo da aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, com destaque para a televisão, o rádio e a geladeira (que trouxe mudanças também nos modos de armazenamento dos alimentos). Em termos de educação, a autora identificou na região estudada que a chegada da energia elétrica oportunizou a oferta de cursos tecnológicos para os idosos, o que não é uma realidade nas comunidades estudadas⁶⁷. Sobre a convivência social e comunitária também ouvimos narrativas sobre essa dimensão embora o contrário também tenha sido observado (a televisão e, mais recentemente o celular e a internet prejudicando as relações sociais).

Interessante observar que poucas mudanças foram identificadas por Souza (2017) no que diz respeito a incrementos na produção propriamente dita. Embora não tenhamos nos dedicado a esse tipo de análise, nos parece pertinente dizer que a baixa utilização de mecanização e tecnologias dependentes de energia faz com que realmente pouco impacto em termos de produção possa ser observado também nas comunidades estudadas. Tais tecnologias poderiam ajudar no processo de convivência com o semiárido, como levantamos anteriormente, mas constatamos que ainda não estão acessíveis aos agricultores familiares da região, o que fica claro nas narrativas recolhidas.

A gente não vai combater porque é uma coisa natural (semiárido), climática, são fenômenos da natureza, **tem que aprender a conviver com a seca**, e hoje eu vejo que está começando, está rastejando esse novo olhar, como exemplo, citei aqui o Instituto (IFNMG) que **tem técnicas muito interessantes mais isso aí infelizmente não chega para o cidadão não lá na roça** (PODER PÚBLICO 1).

Eles não têm esses mecanismos, essas tecnologias, não têm acesso a essas tecnologias do campo sabe? **Questão de irrigação isso ainda é muito... É praticamente inexistente para o trabalhador rural** (PODER PÚBLICO 1).

Este baixo nível de mecanização e de tecnologias empregadas na produção pode ser visualizada nos dados do IBGE apresentados no capítulo 2 e, de fato, pode ser constatada nas visitas às

⁶⁷ A questão da educação nas comunidades estudadas será abordada posteriormente.

comunidades. Principalmente no que tange à produção da agricultura familiar, o que vimos é uma produção bastante pautada no trabalho manual, com ferramentas simples e muitas vezes improvisadas. Sendo assim, nesse caso específico dos agricultores familiares, a inserção da energia elétrica de fato não trouxe efeitos na produção em termos de aumento da produtividade.

Apesar disso, no que diz respeito aos idosos, percebe-se uma melhoria na qualidade de vida – algo que nos parece indiscutível também no território cartografado. Sobre os impactos da eletrificação rural, Santos (2017) conclui, portanto, que se trata de uma realidade paradoxal. Isso porque faz-se necessário destacar que, sob o ponto de vista do desenvolvimento local, ainda que seja possível reconhecer a positividade do programa, entende-se que sua efetividade dependeria da articulação com outras políticas públicas. Concordamos com Santos (2017) ao constatar que a existência da energia é fundamental, mas que ela não se configura como condição suficiente para o desenvolvimento dessas comunidades na medida em que persistem os obstáculos relativos à água (como já colocado), ao transporte, à segurança, dentre outros.

Adentrando nessa discussão das políticas públicas, a questão da segurança se insere no rol de aspectos que os narradores velhos apontam como diferenças entre o passado e o presente nas comunidades. É unânime entre os velhos, assim como entre os demais narradores, a preocupação com a insegurança que prevalece no campo atualmente.

Que nessa época, assim, que eu tô contando ocês, era a gente morava, assim, sozim, **num tinha negócio de ter medo e nem nada não, né, que nossa região era sussegada, né.** Hoje nós tá aqui, essa casa cheia de gente e já quando é de noite, já fecha as porta **já com medo de chegar alguma pessoa atrapaído, né** (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Cê [você] tá doido! **Isso aí tá feio demais.** A gente tem que rezar muito pra isso (DONA ISAURA, 78 anos).

O que tá difícil aqui é por que a gente tem medo. **Medo de assaltante que vem nas casa...** Pelo amor de Deus! Já teve vários aqui só nessa Tesoura! Ali embaixo, chegou mesmo um senhor lá, amarrou, foi lá, amarrou ele, a mulher dele, amordaçou e roubou tudo o que ele tinha em casa e ainda deu uns bate [bateu] nele ainda. **A gente tem medo é dessas coisa** (DONA LIA, 79 anos).

Há cerca de um mês mais ou menos, na comunidade de São Marcos que falei que é duas horas daqui pra chegar, uma usuária veio aqui relatando pra gente que os dois que são líderes comunitários que já são **idosos haviam sido roubados e agredidos** (PODER PÚBLICO 2).

Em levantamento realizado em um dos principais jornais da região essa questão da violência no campo ficou evidente. Especificamente sobre a temática de violência na zona rural de

Araçuaí são mais de 35 notícias entre os anos de 2012 e o início de 2018. As manchetes chamam a atenção: “Lavrador é encontrado morto e parcialmente carbonizado em Araçuaí” (23/11/2012); “Lavrador é morto a tiros na zona rural de Araçuaí” (03/02/2013); “Homem é morto a tiros na zona rural de Araçuaí” (21/04/2014); “Dupla assalta mulher na zona rural” (14/08/2016); “Disputa por terras entre irmãos termina em morte em Araçuaí” (04/06/2018). Em especial a reportagem de 2015, “Violência assusta moradores da zona rural de Araçuaí”, traz um panorama desse aumento da insegurança da vida no campo chamando a atenção para a ocorrência de furtos, assaltos e assassinatos em “lugares antes reconhecidos como tranquilos, [que] são agora motivo de preocupação para seus moradores”⁶⁸.

Essa questão da insegurança teve efeitos, inclusive, na própria produção da cartografia. Sempre que falávamos em qualquer espaço sobre a ida às comunidades rurais as pessoas logo perguntavam: “Vocês vão sozinhas?”, “Vão de carro?”, “Cuidado!”. Confessamos que esses comentários nos trouxeram algum desconforto e nos fizeram, naquele momento, tentar compreender melhor quais eram os perigos envolvidos. A partir desse contexto dois efeitos se fizeram presentes na experiência cartográfica: o primeiro deles foi essa preocupação de buscar apoio e companhia para a realização das visitas, o que conseguimos com a parceria do IFNMG; e o segundo foi a confirmação de que chegar na casa dos velhos de forma abrupta e sem uma aproximação adequada também não seria positivo. Além de todos os fatores que envolvem a construção de laços necessários à pesquisa qualitativa, também tememos por uma rejeição dos moradores por sermos visitantes desconhecidos. Optamos então por visitar comunidade nas quais fomos convidados, apresentados e acompanhados por moradores e/ou profissionais que atuam no local (pelo menos nas primeiras visitas). Sobre esses temores, seguem alguns registros do diário de bordo.

Hoje seguimos para Santa Rita de Cássia para a realização da dinâmica com os membros da comunidade. Estávamos em um carro pequeno e não conseguimos companhia de alguém que conhece bem a região. Tivemos uma grande preocupação em não nos perdermos – as estradas são muito parecidas e sem sinalização – e **cada momento que uma moto passava por nós gerava uma tensão. Tivemos muito medo** (Anotações do diário de bordo, 27/08/17).

É interessante observar a **reação das pessoas quando chegamos ou mesmo passamos pelas comunidades**. São muitos olhares atentos, curiosos e **desconfiados**. Quando passamos pela estrada as pessoas logo vão chegando às janelas ou nas

⁶⁸ Disponível em:

<http://www.gazetearacuai.com.br/noticia/4680/violencia-assusta-moradores-da-zona-rural-de-aracuai/>

porteiros para ver do que trata aquele movimento (Anotações do diário de bordo, 06/09/17).

Nas falas dos sujeitos representantes das instituições religiosas e da sociedade civil, bem como na narrativa dos próprios velhos, não aparecem sinalizações acerca de ações específicas que estejam sendo feitas para lidar com a questão da falta de segurança no campo. Na realidade, essa insegurança estende-se para o contexto urbano sendo perceptível entre os moradores da cidade. Ainda nesse esteio das políticas públicas, especialmente no âmbito da zona rural, a área da saúde foi apontada como uma das que evoluíram nessa avaliação temporal dos velhos em relação ao passado-futuro. Alcântara e Lopes (2012) destacaram em pesquisa realizada com idosos residentes de áreas rurais no sul do país que,

Como a maioria dos serviços de saúde encontra-se na sede municipal, a população do meio rural e os idosos, em particular, encontram **dificuldades de acesso** e, conseqüentemente, **desigualdade no atendimento** aos problemas de saúde, bem como de ações de promoção da saúde, como acesso à informação entre outras (pg. 100-101, grifos nossos).

Em conversas com representantes do poder público, a ampliação do atendimento à saúde no campo foi apontada como um dos principais avanços da atual gestão municipal, que em 2018 está em seu segundo mandato. O modelo de atendimento da saúde primária anterior era o chamado Programa de Agentes Comunitários (PAC)⁶⁹, em que uma equipe formada apenas por profissionais da enfermagem e agentes comunitários era responsável por fazer o acompanhamento rural, sem a existência do médico cujo atendimento permanecia centralizado na área urbana. Esse modelo tornava o acesso à saúde para a população rural mais difícil na medida em que era necessário o deslocamento até a cidade para exames, consultas e quaisquer outros procedimentos.

Antigamente não tinha o programa da família, então os idosos tinham que vir tomar vacina da gripe aqui (na policlínica), a campanha era só aqui... Hoje nós levamos, não só nesses pontos de apoio que a médica atende, mas ainda têm os pontos de apoio extras, tipo assim, uma igreja, uma igreja eu fica mais próxima que facilita para a locomoção do idoso, de uma mãe com criança de colo recém-nascida (PODER PÚBLICO 3).

Então hoje, em toda zona rural, nós temos atendimento médico. São divididos em 5 USFs na zona rural de Araçuaí. Esses USFs são atendidos pelos médicos cubanos, né? E esse PSF num é um só local... [...] Em vez de atender só um local, a gente já tem duas, três ou talvez até quatro pontos de apoio (PODER PÚBLICO 4).

⁶⁹ Programa de Atenção Primária à Saúde criado pelo Governo Federal em 1991 que, como o próprio nome explicita, trouxe como ponto central a atuação dos Agentes Comunitários.

A nossa comunidade sempre vinha aqui para Araçuaí tanto faz os idosos, o pessoal em si vinha pra fazer assim uma consulta, **tinha que pegar fila na policlínica né. Hoje já tem uma equipe médica, tem agente de saúde na nossa comunidade, tem também a enfermeira né.** E a doutora que vai de 8 em 8 dias, todas as quartas feiras de cada semana eles vão atender lá, é uma coisa ótima que evita da pessoa tá vindo pra cá pegar fila né (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Nós participa do PSF do Graça né? Aqui pertim, 5 km. **Caminhando agora não aguento não que eu ia de primeiro agora não** (DONA SANTA, 79 anos).

Fotografia 11 - Unidade Básica de Saúde da Família da Comunidade da Baixa Quente



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

O programa posterior lançado pelo governo federal é chamado de Estratégia Saúde da Família, a qual é composta por Unidades de Saúde da Família (USF) e equipes de Saúde da Família (ESF). O município de Araçuaí possui cinco USFs rurais, dois cujas construções seguem o padrão de estrutura hospitalar (como o da Baixa Quente) e os demais que estão em processo de transição. A estratégia utilizada para a instalação dessas USFs, segundo as narrativas institucionais, foi pensar numa distribuição territorial que permitisse o atendimento das comunidades do entorno, lembrando que a extensão territorial rural do município é expressiva (aproximadamente 70 comunidades). Sendo assim, além dessas unidades há em algumas comunidades pontos de apoio como por exemplo, o que visitamos na comunidade de Tesoura de cima, que fica ao lado da igreja. Nesses pontos de apoio a equipe faz visitas periódicas, a depender da disponibilidade de médicos e de carro.

Era PAC que é diferente, é só os agentes e o enfermeiro coordenador, então assim precisava de médico tinha que agendar aqui na policlínica... Hoje não! O médico vai praticamente no local que é mais próximo da sua residência, **claro que tem gente que mora no Córrego da Velha, ele não está tão próximo da Malhada dos Bois, mas com certeza é mais próximo do que vir aqui**, fora o custo que ele tem que pagar a passagem, lá ele vai no escolar... (PODER PÚBLICO 3).

Essa maior cobertura de saúde da população do campo revelou, em termos estatísticos, um aumento no número de registros de adoecimento, também entre os idosos. Os representantes das instituições públicas de saúde relatam que esse aumento não significa que essa população esteja adoecendo mais e sim que havia uma demanda reprimida que a partir do programa começou a ser atendida. Nesse sentido, não é que os casos de adoecimento aumentaram, mas que se passou a ter conhecimento sobre eles. Na perspectiva da saúde, desenha-se um território que por muito tempo ficou descoberto e por isso sofre as consequências dessa ausência de cuidado especializado.

Acho que aquelas síndromes geriátricas elas existem porque eles não tiveram acesso, então a gente tem muita sequela de acidente vascular cerebral, a gente tem incontinência urinária, a gente tem câncer que foi diagnosticado tardiamente e isso leva a casos de demência e causa muito sofrimento para a família (PODER PÚBLICO 3).

Na zona rural a gente vê a questão da saúde bucal também, assim, a zona rural tem um alto índice de cárie e doença bucal, mutilação mesmo, as vezes o paciente chega já quando não tem mais o que fazer, é extração, a gente vai tirar porque num teve acesso ao serviço... Não atendeu precocemente então não dá nem para você restaurar mais o dente... **Então a gente tem uma população com certeza de idosos que estão totalmente desdentados, porque não tiveram acesso à saúde bucal** (PODER PÚBLICO 3).

Sobre as percepções acerca da implantação desse serviço, um aspecto em especial nos chamou nossa atenção e se mostrou uma constante nas narrativas escolhidas: a presença positiva dos médicos cubanos. Esses médicos vieram para o Brasil a partir da criação de uma Programa do Governo Federal chamado “Mais Médicos”, cujo objetivo era justamente ampliar o número de profissionais para atendimento no âmbito da saúde da família.

E aí começaram a aparecer demandas que a gente... que até então ficavam reprimidas e eles têm (médicos cubanos) uma habilidade muito grande porque já trabalham com isso há muito tempo, então eles são muito disponíveis, eles acolhem muito bem, tem uma escuta qualificada, uma atenção, um olhar diferenciado, que eu acho que isso vai contribuir muito para o atendimento aqui (PODER PÚBLICO 3).

Eles são realmente muito disponíveis, eles vão não tem questão do atendimento, de demora, eles vão mesmo com o maior prazer e atendem, e acolhem muito bem. Eu acho que isso é um diferencial também que a gente pretende que continue que realmente **é muito difícil a gente conseguir médico para a zona rural** (PODER PÚBLICO 3).

Santos, Souza e Cardoso (2016) realizaram uma avaliação sobre a qualidade da estratégia da saúde da família e do Programa Mais Médicos em uma área rural de Porto Velho, Rondônia. Especificamente sobre a ida dos médicos cubanos para a região estudada, os resultados da pesquisa apontaram para a satisfação dos usuários e dos demais profissionais das ESFs, na medida em que a presença deles resolve, ou pelo menos ameniza duas questões: a dificuldade de contratação de médicos para essas regiões mais remotas e alta rotatividade dos profissionais que passavam pelas UBSs, prejudicando um dos pilares do programa que seria o de acompanhamento das famílias cadastradas.

Nas conversas com os profissionais de saúde ouvimos que esses mesmos problemas existem na realidade que estudamos, uma vez que a zona rural seria considerada como pouco atrativa pelos médicos. Medeiros *et al.* (2010) discute esse desinteresse dos profissionais da medicina pelos locais distantes dos grandes centros, destacando a busca destes por programas de especialização (residências) e por oportunidades de valorização profissional encontradas nas capitais do país. A última frase da narrativa que apresentamos acima retrata justamente essa dificuldade experimentada também pelo município de Araçuaí.

Sobre a existência de dificuldades no atendimento dos médicos cubanos em função das diferenças culturais e de idioma, Santos *et al.* (2016) ressaltam que o resultado na balança também é positivo. Isto é, os autores identificaram essas dificuldades, mas destacam que a qualidade percebida no atendimento é um fator que sobressai positivamente. Essa percepção de cuidado e atenção desses profissionais também apareceu expressivamente nas narrativas que coletamos.

Era uma médica simples, mas gente que vivia igual a gente com a simplicidade, mas, **oh, médica boa**, num é... E atendia o paciente com aquela maior delicadeza, com aquele jeito que cê precisava ver, num é. Boa, boa! (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Foi bom. Ela é uma dotorinha que tomou conhecimento do pessoal. Só vendo como é que foi, né? **Todo mundo gostava!** Quase todo mundo fez uma festinha de despedida dela quando ela foi embora, né. (SEU EMÍLIO, 79 anos).

É, o pessoal no início estranhou porque eles falam diferente, o sotaque é diferente né? E tem as palavras culturais, regionais... no caso da zona rural mesmo, ainda hoje a médica me pergunta: 'Ele falou essa palavra e eu não sei o que é... o que é isso?', me chama na sala, **eu explico para ela, porque quando eu comecei eu também não sabia, eu não morei na zona rural...** (PODER PÚBLICO 3).

Interessante destacar nessa última fala de um dos profissionais da saúde com o qual conversamos que essas dificuldades e embates culturais não acontecem exclusivamente com os médicos cubanos, mas com qualquer profissional que não seja familiarizado com a cultura e o modo de vida rural. Sobre a permanência desses profissionais no território que pesquisamos, até o momento em que realizamos as entrevistas esse cenário parecia incerto. O município alegou estar em processo de renovação do acordo com o governo federal e que haveria rumores sobre um possível cancelamento em função das mudanças no cenário político mais amplo. Ainda sobre a necessidade de adaptação dos profissionais para atuação junto às comunidades rurais, uma figura se mostrou fundamental para o funcionamento da Estratégia da Saúde da Família e que também é vista com carinho pelos moradores: o agente de saúde.

Ele tem que ser da própria comunidade, tem que morar na área de abrangência, é exigido também ensino fundamental completo. [...] Hoje a gente tem 79 agentes trabalhando. A maioria dos nossos agentes tem ensino médio completo (PODER PÚBLICO 3).

Tem a agente de saúde que já vai fazendo as visitas nessas casas e já vão marcando as consultas nessas casas para as pessoas, pra fazer aquele controle, para as pessoas não ta perdendo viagem, então a agente de saúde já vai fazendo o controle, já marca né, naquele dia marcado na quarta feira já marca pra uma turma, na outra quarta que vem já marca pra outra. **Então está funcionando muito bem, o povo ta gostando muito né.** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Tem os agente de saúde aí que passa de vorta e meia, né. (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Ficou evidente nas narrativas e nas nossas próprias observações nas visitas às comunidades a importância desse profissional, uma vez que por fazerem parte da comunidade conhecem e participam da vida naquele espaço. Inclusive na realização da pesquisa, em uma das comunidades que visitamos o acompanhamento da agente de saúde foi fundamental tanto para a indicação de velhos com os quais poderíamos conversar, quanto pelo papel de intermediação que fez com esses sujeitos inicialmente aceitassem a nossa presença e aos poucos se abrissem para a participação na pesquisa. Vale aqui destacar que esses profissionais, a maior parte mulheres, atendem não apenas a sua comunidade, mas um conjunto delas – trajeto que por vezes é realizado a cavalo, a pé e, mais recentemente, de motocicletas.

Bapstini e Figueiredo (2014) investigaram os desafios que marcam a atuação do Agente Comunitário de Saúde (ACS) que atua em zonas rurais. Especificamente, abordaram a realidade de profissionais que atuam em comunidades em um município no interior do Espírito Santo. Como principais desafios apontados pelo profissionais dessa região estão a dificuldade de

acesso aos domicílios (o uso do cavalo como transporte é citado), a precariedade das estradas (risco de acidentes, principalmente na época de chuvas) e a necessidade de trabalhar em horários alternativos, uma vez que é comum encontrar as casas vazias em função do trabalho na colheita do café. Embora não estivesse dentre os objetivos da pesquisa, em nossas andanças cartográficas encontramos as mesmas dificuldades dos ACSs no que se refere ao acesso e à necessidade de se adequarem para que consigam realizar esse trabalho. Sentimos a proximidade que esses profissionais têm com as famílias, afinal, são visitas constantes e que demandam o conhecimento sobre a vida e o cotidiano daquelas pessoas.

Especificamente sobre a predominância de mulheres como ACS os autores justificam pela feminização dos trabalhos na área da saúde, remetendo ao perfil feminino culturalmente associado ao cuidado. Outra justificativa seria a priorização da contratação de mão-de-obra feminina como forma de melhorar sua condição social e estímulo a uma participação mais ativa na comunidade. (BAPSTINI; FIGUEIREDO, 2014). Para além dessas questões, no caso das comunidades que visitamos a prevalência de agentes comunitárias femininas pode ser explicada pela forte migração temporária da mão-de-obra masculina para as lavouras em outros estados. Nas conversas sobre o assunto, ficou claro que essas mulheres que permaneceram no campo com seus filhos (caracterizadas como “viúvas de marido vivo”) buscavam – e ainda buscam – formas de complementação de renda. Nesse sentido, são elas que estariam disponíveis e se tornariam ACS.

Em relação aos velhos as ACSs desempenham um papel fundamental, principalmente no que se refere àqueles que vivem sozinhos e/ou com o cônjuge. Além da atuação no âmbito da saúde (agendamento de consultas e outros), esses profissionais também exercem o papel de informantes para a execução de outras políticas públicas, como é o caso da Assistência Social.

É um braço firme, porque eles têm um laço muitas vezes com aquelas famílias. É tanto que quando a gente vai fazer uma visita urbana ou uma visita rural para determinada família, a gente tem o hábito de, mesmo tendo saído para fazer as visitas a X, Y e Z, a gente passar no PSF para trocar uma ideia mesmo saber como estão as coisas na comunidade, para saber se tem alguma novidade, alguma coisa que eles gostariam de passar para a gente... e sempre tem algo para reportar, entendeu?” (PODER PÚBLICO 1).

A política de assistência social do município é exercida, basicamente, por meio de dois equipamentos públicos: o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e o CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social. Enquanto o CRAS atua em termos

de prevenção de situações de violação de direitos, o CREAS é convocado quando há a identificação de um contexto em que tal violação já se efetivou. O município de Araçuaí é atendido por dois CRAS, os quais são responsáveis cada qual por parte da população urbana e rural e apenas um CREAS. Para atender a população rural os CRAS possuem equipes chamadas volantes, ou seja, equipes que se deslocam até o campo para realizarem suas atividades: “A referência do rural acaba sendo o volante” (INSTITUCIONAL 2).

Sobre a atuação desses equipamentos em relação ao público idoso, acompanhamos algumas atividades e coletamos narrativas dos profissionais envolvidos. A maior parte da demanda desse público é para emissão de carteiras de idoso que possibilitam a realização de viagens gratuitamente, assim como para o acesso ao BPC – Benefício de Prestação Continuada, um benefício que garante à pessoa com deficiência e ao idoso (com 65 anos ou mais) que não tenham condições de sobreviver o provento mensal de um salário mínimo. Segundo dados da Secretaria de Assistência Social do município, há atualmente 48 velhos de comunidades rurais beneficiados com o BPC. Tal número não é maior porque essa população é amparada em sua maior parte pelo benefício da aposentadoria rural⁷⁰. Para além da informação e apoio para o alcance desses benefícios, as equipes desenvolvem atividades como grupos de convivência e outras iniciativas temáticas como, por exemplo, de combate à violência contra a mulher.

Sobre a atuação do CREAS identificamos que as principais demandas que chegam ao serviço estão associadas a situações de negligência e abandono familiar e também à violência patrimonial. “A gente tenta diminuir ou até mesmo zerar aquela situação de violência que é quando a pessoa está exposta” (PODER PÚBLICO 1). Em função do CREAS estar apenas no centro urbano, as denúncias relativas à zona rural chegam por meio de diferentes canais: CRAS, USF, ACS, Associações de moradores (líderes comunitários); Ministério Público e Polícia. “No caso da população rural, eu diria que a porta de entrada mais usada seria mesmo a equipe do CRAS volante” (PODER PÚBLICO 1).

Entre os velhos dos quais recolhemos narrativas biográficas, identificamos certo distanciamento em relação a esses serviços, apenas uma das velhas participa dos grupos promovidos pelas equipes de um dos CRAS volante e nenhum deles relatou ocorrências associada ao CREAS.

⁷⁰ A aposentadoria rural é um benefício extremamente importante para os sujeitos da nossa pesquisa. Essa questão será retomada, em detalhes, no capítulo 5.

“**Não. Aqui tem só é... só agente de saúde**”. (DONA MARLENE, 69 anos)⁷¹. Entretanto, tivemos oportunidade de acompanhar iniciativas que nos permitiram em certa medida compreender um pouco melhor de que forma essas instituições contribuem para a construção da vida e da velhice no território pesquisado. Uma preocupação apontada de uma forma geral por essas e pelas demais instituições do poder público é a necessidade de trabalhar de modo integral para enfrentar os desafios que se colocam na realidade cotidiana dessas comunidades.

Com o aumento do serviço de saúde e com o CRAS e o CREAS a gente tem conseguido trabalhar de uma forma mais integrada e harmônica, **mas a gente ainda tem um caminho muito longo porque muito deixou de ser feito então tem muita coisa que a gente ainda não dá conta de fazer** (PODER PÚBLICO 3).

Facilitou muito, muito mais ainda tem deficiência que precisa melhorar, né!?!? No sentido tanto pro idoso quanto pra criança né (INSTITUCIONAL 1).

Os sujeitos que de fato vivenciam e são alvo dessas políticas reconhecem que a vida no campo atualmente goza de melhores condições e de um acesso maior aos serviços públicos. As duas narrativas que apresentamos a seguir são de velhos, líderes comunitários, que se expressam emocionados sobre esse contexto. Entretanto, se olharmos atentamente, essas duas falas demonstram que essas melhorias não aconteceram gratuitamente, mas foram resultados de lutas comunitárias empreendidas ao longo dos anos.

Então é isso de questão da saúde, mas de tudo a gente tem um pouco, a gente tem da saúde, a gente tem de escola, a gente tem meio ambiente, **mas de tudo a gente tem um pouco. Sempre eu senti empenhado de articular e lutar pra isso, num é**, por que seria coisa que daria condições pra o ser humano, num é? Por que a gente tem que cuidar, como diz, do ser humano, todos nós somos ser humano que precisamos ser cuidado, merece respeito, merece cuidado, num é? (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Naquela época, eu vivi sem direito nenhum no campo, porque quando eu comecei a minha caminhada, eu num tinha direito. **No campo num tinha crédito, no campo num tinha luz, não campo não tinha internet, não tinha telefone, no campo não tinha saúde, no campo não tinha educação, no campo não tinha direitos previdenciários pra gente poder viver, a quem tinha seus velhos tinha que cuidar deles da maneira que fosse.** Quantos e quantos idosos morreu no mato de fome, porque a família não dava conta! E naquela época os idosos deixavam os filhos comer pra eles sobreviver, porque pra eles tanto faz eles viver diante do sofrimento que eles viviam. Nós avanço [avançamos] muito, nós conquistamos (Diretora da FETAEMG).

Finalizamos essa seção sobre a vida no campo sem nenhuma pretensão de esgotá-la, mas com o intuito de trazer luz sobre esse território que foi aos poucos se configurando. Em meio a toda

⁷¹ Sobre o tipo de trabalho realizado pelos CRAs volantes especificamente para o público idoso, retomaremos na seção posterior sobre a velhice no campo.

essa complexidade, entre avanços e obstáculos, prevalece nas narrativas dos velhos o amor pela vida no campo, o apego à terra e a sensação de pertencimento.

Que nem tava falando... **Eu amo a zona rural porque nasci e criei né?** E vivo lá graças a Deus! Tô tranquilo, gosto de lá (SEU ARLINDO, 70 anos).

Oh, minha fia, num [não] sai daqui não. Tem mais de sessenta ano que eu moro aqui, ó, **nesse lugarzinho aqui** (DONA LURUCA, 78 anos).

Já acostumei ficar aqui mais meus passarinho brincando... Mesmo com as dificuldades eu sou feliz (DONA SANTA, 79 anos).

De forma a sintetizar os aspectos que identificamos nesse eixo analítico, podemos retomar a questão que colocamos como orientadora da nossa discussão: como é a vida nessas comunidades que compõem essa cartografia? Vimos que os sujeitos, apoiados principalmente por instituições da sociedade civil, têm buscado alternativas para o enfrentamento de uma das maiores dificuldades que se impõe sobre o território: os longos períodos de seca. Trata-se de uma linha dura que estratifica e aprisiona os sujeitos, na medida em que por vezes impede a vida de circular naquele território. A falta de água, tanto para uso pessoal quanto para a produção dificultam e ameaçam a sobrevivência nessas comunidades, as quais sofrem com as perdas de plantações, morte de animais e adoecimento em função da utilização de águas não adequadas para o consumo humano. Ao mesmo tempo, percebe-se a criação de linhas de fuga, invenções que buscam minimizar essa realidade dura e limitante, seja com a ajuda de outras instituições, seja pela implementação de estratégias familiares e comunitárias (desenvolvimento de técnicas de reaproveitamento da água, criação de outros mecanismos de captação da água da chuva – ainda que improvisados, cooperação entre vizinhos para abastecimento, dentre outros).

De forma geral, também pudemos perceber que se trata de um território ainda carente em termos de políticas públicas, assim como argumentam autores que também investigaram o contexto rural (CAMARANO *et al*, 2004; ALCÂNTARA, 2016; TONEZER; TRZCINSKI; MAGRO, 2017). Em suas pesquisas os autores identificaram as dificuldades dos idosos que residem nas áreas rurais a terem acesso à educação, saúde, transporte e segurança. No caso específico do território pesquisado, ainda que essas debilidades sejam uma realidade, identificamos que os sujeitos percebem uma série de melhorias ao longo dos anos, em especial a partir da chegada da energia elétrica na região e de avanços no que tange à oferta de serviços de saúde locais. Os trechos narrativos apresentados logo acima assinalam para os vínculos fortes desenvolvidos

entre esses sujeitos e o território, em que pesem todas as dificuldades levantadas e que marcam não apenas o território em si, mas as velhices que nele são construídas.

4.2 As velhices no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha

Neste segundo eixo analítico nos dedicamos a explorar a seguinte questão: Como os sujeitos que emergem no/do/com esse território experienciam a velhice? De forma ainda mais específica esperamos evidenciar os modos de ser velho possíveis nesse território (O que pode um velho rural?⁷²). É relevante destacar que se estamos partindo da perspectiva de que a velhice é um rizoma, cabe-nos compreendê-la em termos das linhas que a compõem. Como discutimos anteriormente, o fato dessas linhas constituírem-se forças em constante interação, ora cristalizando-se em estruturas rígidas, ora escapando e criando novas possibilidades, torna o processo de defini-las separadamente apenas um exercício didático, não condizente com a realidade vivida. Mapear essas linhas é, no nosso entendimento, a expressão máxima do movimento cartográfico que nos propusemos a realizar, cujos resultados apresentamos a seguir.

4.2.1 Linha “Sessenta anos de luta não é sessenta dias não!”

Falar sobre a velhice com os velhos rurais fez emergir significados e experiências diversas. Se retomarmos as histórias de vida apresentadas no início dessa tese, podemos identificar uma constante: o narrar de vidas de lutas e sofrimento. Quando Seu Milton Granja (67 anos) diz com veemência que “sessenta anos de luta não é sessenta dias não!” ele fala sobre **Uma vida** (DELEUZE, 2015) que longe de individual e privada, é múltipla e uma produção coletiva que se atualiza nos sujeitos. Essa coletividade se faz expressa quando esse sentido ecoa nas demais narrativas trazendo à tona esse sofrimento, não como lamúria ou uma suposta vitimização, mas como uma análise sobre o vivido que perpassa, principalmente, as dificuldades associadas ao território em que viveram e ainda vivem. Essas dificuldades remetem aos aspectos que foram tratados anteriormente (na seção sobre “A vida no campo” e no Capítulo 2 sobre o território), quando falamos sobre os elementos históricos, políticos e sociais que marcaram o desenvolvimento da região. De forma mais específica, vimos as dificuldades de acesso dessa

⁷² Referência à questão “O que pode um corpo?” feita por Espinosa e recuperada por Deleuze na discussão sobre a potência envolvida no devir.

população das comunidades estudadas à direitos básicos como saúde, educação e transporte, o que se singulariza em cada narrativa, em cada história que coletamos.

Dona Santa (79 anos), Dona Luruca (78 anos) e Seu Antônio da Velha (67 anos) falaram claramente sobre o sofrimento associado a episódios em que a ausência total de recursos significou o extremo de não ter com o que se alimentar. A narrativa de Seu Antônio ilustra não apenas a situação em si, mas a forma pela qual ele e sua mãe a enfrentavam.

E como nós era dez, mas vivo nessa época só tinha três, dez Deus tinha levado, né, só ficou três irmão. Aí como ficou eu de homem e duas mulher, aí mãe era naquele tempo... num tinha merenda escolar, num tinha Bolsa Família, num tinha Bolsa Escola, num tinha nada, serviço de mulher também... o de mulher era menos valor. Então ficou difícil, ficou difícil. [...] eu fiquei em casa mais mãe, né. Então as menina saiu pra trabalhar, foi pra fora e eu fiquei mais ela. Aí aconteceu que a gente ficou... num tinha condições pra nada, morando de favor dos outro, ela uma senhora já de idade e eu pequeno com a idade de sete anos... **aí a gente caiu naquela necessidade até mesmo de ter... precisar trazer um prato de comida da casa do vizim, como também passar o dia sem comer, né.** Foi muita coisa que a gente viveu, até de pedir um leite no curral dos outro pra tomar. Sempre eu falo pro pessoal... num existia fogão a gás, era só fogão a lenha. **Nós passava uma semana sem acender um fogo no fogão, que num tinha nada pra cozinhar. Aí eu completo assim: pra puder escapar, eu comia semente de quiabo, eu comia... essas vegetação que vem dos mato, a chananga, mata dos vaqueiro, óio de mutanga, né, folha de batata, umbigo de banana, né.** Eu mais mãe foi criado dessa forma.

Seu Antônio conta essa história emocionado, lembrando não apenas das dificuldades e da dureza dos momentos vividos, mas expressando um carinho enorme pela mãe a quem ele orgulhosamente atribui a força para o enfrentamento da situação de miséria em que se encontravam. Esses valores associados à família vão ser mais bem explorados posteriormente. Por hora o que chamamos a atenção é que são esses tipos de narrativas que compuseram as histórias desses velhos, trazendo marcas fundamentais e influenciando a forma como eles percebem, significam e experienciam suas velhices na contemporaneidade. Isso porque a velhice é apresentada pela maior parte deles como um contraponto positivo a esse cenário de miséria, pois hoje, “ah, hoje a vida é muito melhor!” (SEU ARLINDO, 70 anos).

É importante dizer que parte dessa percepção de melhoria em relação às condições de vida decorre, principalmente, das mudanças provenientes do acesso ao benefício previdenciário assim como à benefícios sociais como os identificados por Seu Antônio da Velha no trecho narrativo destacado: “(antes) num tinha Bolsa Família, num tinha Bolsa Escola, num tinha nada”. Nas demais narrativas dos velhos ficou clara a percepção de que, no que diz respeito a essa dimensão social da vida no campo as melhorias foram significativas, embora ainda que

insuficientes para a manutenção dos jovens no território. Retomando a questão sobre a experiência do envelhecer nesse contexto, essa percepção de melhoria de fato parece contribuir expressivamente para a forma como a velhice é significada por esses sujeitos, na medida em que antigamente:

Naquela época, eu vivi sem direito nenhum no campo, porque quando eu comecei a minha caminhada, eu num tinha direito. No campo num tinha crédito, no campo num tinha luz, no campo não tinha internet, não tinha telefone, no campo não tinha saúde, no campo não tinha educação, no campo não tinha direitos previdenciários pra gente poder viver... **quem tinha seus velhos tinha que cuidar deles da maneira que fosse. Quantos e quantos idosos morreram no mato de fome, porque a família não dava conta!** E naquela época os idosos deixavam os filhos comer pra eles sobreviver, porque pra eles tanto faz eles viver por causa do sofrimento que eles viviam (Diretora da FETAEMG).

Nesse sentido, é a partir dessa análise comparativa realizada pelos velhos que emergem os sentidos mais positivos da experiência de ser velho. Em função do sofrimento vivido, há uma construção de vitória nas narrativas, no sentido de ter chegado até essa idade avançada ainda que enfrentando tantos desafios em suas histórias de vida. “Pra mim, inté hoje... não sei de hoje em diante, mais inté hoje não foi ruim não (envelhecer). **Conheci muito o mundo, sofri demais...** Mais pra mim foi bom. Tô mais maduro, pra mim foi bom” (SEU ARLINDO, 70 anos). Esse modo de pensar remete ao que foi dito por Deleuze (1988) sobre o velho que adquire o direito de ser, no caso dos narradores tal aquisição associa-se justamente à superação de um vivido. “Ah minha fia, já sofri muito nessa vida! **Hoje eu tô bem, graças ao bom Deus!**” (DONA SANTA, 79 anos).

Como explicitamos anteriormente, essa ideia de superação trazida pelos velhos está atrelada ao cenário de pobreza a que esses sujeitos foram submetidos e que teve como consequência, portanto, o desenho de histórias de vida cujo objetivo maior foi a garantia de sobrevivência. Nesse sentido, adquirir o direito de ser significou um processo de “luta” realizado por meio de muitos anos de trabalho pesado e explorado, para além do pouco ou inexistente acesso a bens e serviços que poderiam contribuir para uma melhor qualidade de vida e conforto para si e seus familiares. Adquirir o direito de ser velho é, portanto, a realização desse projeto de sobrevivência. Nesse contexto, Seu Arlindo (70 anos) expressa o sentimento positivo de ser chamado de velho.

Pode me chamar de véio por que... **Agora se me chamar de novo eu acho ruim! É ruim porque eu não sou (enfático).** Agora falar “ôh véio!” aí então eu acho bom... Tanto que eu tem uma neta, e a moda pegou. Porque foi ela que, só me chama: “ôh

veio”. Então a moda pegou, já tem um cado de gente chega lá em casa me chama de véio.

A fala de Seu Arlindo remete ao carinho com que a neta o chama de velho, negando qualquer tom pejorativo associado ao termo. Quando ele diz “agora se me chamar de novo eu acho ruim! **É ruim porque eu não sou**”, Seu Arlindo se coloca justamente como resistente ao que discutimos anteriormente sobre a valorização da juventude em detrimento da velhice e ao confirmar o que é – velho – ele valoriza o direito de sê-lo (DELEUZE, 1989), dizendo inclusive o quanto lhe parece carinhoso ser reconhecido dessa forma.

Ao lado desse sentido de vitória diante de uma história de vida de luta e sofrimento, emergem nas narrativas dos velhos o principal aspecto negativo decorrente da experiência do envelhecimento: a perda da capacidade física para o trabalho. “Ficá mais véio assim... a gente só vai... **só vai enfraquecendo mais e num guenta fazer muita coisa quase**, né... e a gente vê mesmo que tá ficando véio, **eu mesmo sinto que eu tô ficando véio, né**” (SEU EMÍLIO, 79 anos). Em sua narrativa, Seu Emílio demonstra claramente o gosto pelo trabalho na roça que desenvolveu ao longo de muitos anos. Nesse sentido, a velhice para ele se revela nas dificuldades que passaram a impedi-lo de continuar com suas atividades no mesmo ritmo que as desempenhava antes. Essa mesma constatação se fez presente em outras narrativas:

Ah, hoje eu planto, mas pouco, né? Por que cê sabe, na idade que a gente tá..., **mas eu já fui homem de fazer quinhentos alqueires de farinha** (SEU MILTON GRANJA, 68 anos).

Envelhecer que cê trabalha muito, quando cê fica velha, sua saúde já foi, a gente fica fraca das perna, dos braço, da mente e vira tudo. De vez em quando eu caio cada tombo aqui, esses dias mesmo precisou d’eu ir pra cidade ficar uns 2, 3 meses lá (DONA SANTA, 79 anos).

O quê que uma pessoa de setenta e tantos ano... faz o quê? Eu lavo uma vazia aí na pia, né, limpar a casa já num guenta mais (DONA LURUCA, 78 anos).

Essa percepção do envelhecimento como perda da capacidade funcional para o trabalho e para o exercício das atividades diárias foi algo que emergiu intensamente nas narrativas sendo, inclusive, apontada como o marco para a percepção dos velhos sobre o próprio envelhecimento. Dito de outro modo, a maior parte deles disse que foi a partir da identificação dessas dificuldades que eles passaram a se reconhecer como velhos. Resultado semelhante foi encontrado por Freitas, Queiroz e Souza (2010) ao realizar uma pesquisa com velhos moradores

da zona rural do Estado do Ceará. A pesquisa de caráter qualitativo envolveu 48 velhos rurais e evidenciou aspectos relevantes associados à velhice, como fica claro no trecho,

Percebeu-se no estudo que, no meio rural, **os idosos não têm grandes preocupações em manterem a beleza física, desejam tão-somente poderem manter-se ativo no exercício diário de seu trabalho.** Dessa forma, a velhice e o processo de envelhecer, para eles, significam a perda da capacidade funcional, a autonomia e independência (p. 412, grifos nossos).

Associada à percepção negativa atribuída pelos velhos à velhice como perda da capacidade funcional, identificamos também em parte deles essa noção identificada pelos autores de que a velhice também pode significar a perda de autonomia e da independência. Essa questão fica evidente na narrativa de Dona Luruca (78 anos):

Oh, menina, vou fala com cê a franca verdade: o que incomoda de eu ter ficado, assim, da minha idade, **porquê na minha época que eu era mais nova, eu (ênfase) comprava e eu (ênfase) vendia, eu (ênfase) viajava, eu (ênfase) desenvolvia minhas vida tudo.** E pagava dinheiro, num precisava ninguém fazer nada pra mim. **Eu fazia minhas coisa tudo.**

A fala de Dona Luruca expressa claramente essa percepção de uma perda da posição de sujeito de sua vida, o que ela reforça ao usar repetidamente (e de forma enfática) o **eu**, sinalizando as atividades que costumava realizar e que não realiza mais. Se retomarmos a história de vida de Dona Luruca que se tornou viúva ainda jovem e que, por isso, teve que criar seus filhos sozinha, essa ideia de uma vida autônoma ganha ainda mais destaque, uma vez que ela narra ter tido que assumir a postura de responsável pelo lar e pela criação dos filhos em função da morte do marido. Nesse sentido, ela parece experimentar de forma ainda mais intensa esse “deixar de fazer” suas próprias coisas. Ela relatou que hoje seus filhos, em especial um que vive próximo de sua casa, é que recebe sua aposentadoria e faz para ela todas as compras para a casa, de medicamentos, dentre outros.

Nesse caso, a perda da autonomia se dá em função não apenas das debilidades físicas, mas também por aspectos já comentados como o aumento da violência tanto na cidade quanto no campo. Dona Luruca argumenta que mesmo se conseguisse ir até a cidade receber sua aposentadoria, não o faria devido ao temor de assaltos. Ouvimos argumentos semelhantes de Dona Lia (79 anos) sobre o quanto a violência, nesse cenário de envelhecimento, tornou-se fator decisivo para que ela e seu marido João Franca (84 anos) deixassem de realizar uma série de atividades, como viajar, por exemplo. Se dentre os significados da velhice identificamos essa

questão da perda de autonomia ao mesmo tempo, justapondo-se a esse cenário identificamos a vontade e a resistência dos sujeitos por mantê-la. Um exemplo é a Dona Santa (79 anos) que diz: “Ontem mesmo fui lá receber meu dinheirinho. **É meu mesmo, eu que sei o que faço**”. Cuidar do próprio dinheiro é então um símbolo de autonomia e permite assumir outro poder fundamental na nossa sociedade contemporânea e que também atribui lugar ao sujeito: consumir. No caso de Dona Santa, esse consumo volta-se para a alimentação dos seus animais e itens que o marido não costuma comprar. Interessante aqui pontuar que o consumo realizado por esses sujeitos se distancia – e muito – do que se preconiza como o consumo associado à melhor idade (viagens, cosméticos, etc.) (DEBERT, 1999).

Outras formas de resistir à perda de autonomia dizem respeito às tentativas de se adaptarem frente às mudanças percebidas em termos de suas capacidades funcionais. Nas narrativas torna-se claro esse processo de testar os limites do corpo e respeitá-los, contorná-los, encontrando formas de lidar com essa realidade.

Tô fazendo um quintal ali, aí trabalhei demais e eu já tô meio idoso, a coluna danou assim. Quando eu deitei, tomei banho, levantei, deitei, mas quando eu ia rodar na cama, cadê?!? A coluna tava doendo demais. [...] Aí quando foi hoje, eu levantei, falei: “Ah, num vou mexer com nada não”. Aí num mexi com nada não. Só moiei as pranta lá (SEU JOÃO FRANCA, 84 anos).

Outro aspecto interessante que emergiu nas narrativas dos idosos refere-se à experiência de vida como componente da velhice. Em vários momentos eles retratam que ao longo da vida acumularam conhecimentos seja sobre o modo de produzir os alimentos e de cuidar dos animais, seja sobre o uso medicinal de plantas e ervas, ou mesmo sobre a própria história da comunidade e de suas lutas. O conhecimento associado ao trabalho é trazido por eles, em especial, como algo a ser passado entre as gerações, pois assim como aprenderam com os pais e avós também desejam e esperam ensinar aos seus filhos e aos outros membros da comunidade.

Essa parte de farinhada, a parte de moagem, eu já aprendi com os mais véio, né? (SEU MILTON GRANJA, 68 anos).

Com quem eu aprendi? Com a minha cabeça mesmo... Eu via os mais véio fazer. As mais véia daqui era cumadre Isaíra e Conceição e a finada Lôra, que morava aqui, ó. Eu ficava olhando e pedia pra me ensiná... aí eu aprendi (DONA LURUCA, 78 anos).

Eu já tô véio... e vou dar essa oportunidade pra ele, né. **Já ensinei eles trabaiair, né,** porquê fui eu que ensinei. Os dois neto meu, eu é que ensinei trabaiair. Esse que tá lá no Instituto, o que cê pôr ele pra fazer, ele faz. Cê jogar no cabo da foice, ele vai; se jogar no cabo da enxada, ele vai; se ocê jogar ele no peito da vaca, ele vai. **Ele faz tudo, mas é que eu ensinei, né!** (SEU MILTON GRANJA, 68 anos).

Além dessas referências ao conhecimento sobre o trabalho, como falamos, nos chamou a atenção o papel de liderança desempenhado por alguns desses velhos com os quais conversamos, em suas comunidades e também fora delas. Em especial dentre os velhos que recolhemos as histórias de vida, os homens assumiram fortemente esse papel, o que decorre de outra questão: o lugar marginal atribuído à mulher do campo⁷³, apenas como ‘ajudante’ de seus companheiros nas atividades produtivas, responsável pela casa e pelos filhos. Tanto o Seu Milton Granja, quanto o Seu Antônio da Velha e o Seu Zezé das Tesouras são figuras amplamente conhecidas em suas comunidades, assim como em Araçuaí, em função de suas atuações em lutas comunitárias e sociais. Além de terem participado ativamente da fundação das Associações Comunitárias de suas respectivas comunidades, são membros de conselhos e de outras instâncias de participação popular. Tal participação ativa, segundo eles, os fizeram ser vistos de forma crítica pelas suas comunidades, como “brigões”, ao mesmo tempo em que se tornaram uma referência.

Então, por exemplo, **nós lutamos aqui em cima de vários problema.** Quando morreu nós construímos cemitério. Tinha uma igreja, tava querendo cair, nós construímos outra igreja maior. Nós lutamos pela escola, num é? Então, o líder era aquele que tinha que correr atrás, corria atrás das coisas e vinha e sentava com o pessoal, né. **Uma hora dava bem, outra hora num dava, tem hora o próprio povo da comunidade se contestava com aquela forma que tava a proposta dele, e aí tinha que saber liderar pra poder fazer as coisa, num é?! [...]** Hoje já tem outra liderança. Mas, por enquanto, procura. **Quando me procura, eu me coloco à disposição... Então, as vezes eles ta com dificuldade, me pede pra ir participar.** Eu vou participar da reunião, né, representando a comunidade (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Seu Antônio, como narrado em sua história, hoje é membro diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí, atuando no conselho fiscal do órgão. Assim, como parte do seu próprio cotidiano de trabalho, ele é procurado pelos trabalhadores rurais para saber mais sobre os seus direitos. No que tange à sua comunidade, Santa Rita de Cássia, ele relatou que por vários anos foi presidente da Associação e, mesmo não estando nessa posição, fala sempre em nome da coletividade e de projetos que buscaram conquistar junto ao governo estadual e municipal, como é o caso da construção de cisternas e placas para armazenamento de água das chuvas. O mesmo ouvimos do Seu Milton Granja, que ao longo das conversas demonstrou ter várias ideias e sugestões para melhorar a vida das comunidades, como a criação de cooperativas de produção para garantir a qualidade e a venda dos produtos típicos da região. São velhos que

⁷³ O papel da mulher no campo tem sido cada vez mais problematizado pelas próprias sujeitas investidas em movimentos sociais importantes como, por exemplo, a Marcha das Margaridas. Para saber mais ver: OLIVEIRA, D. S. S.; GOMES, L. S. G.; PEREIRA, J. B. Marcha das Margaridas: Trabalhadoras Rurais em Luta. Cadernos de Graduação: Ciências Sociais e Humanas. Alagoas, v. 4, n. 2, 2017.

reconhecem o valor do saber acumulado ao longo dos anos e das experiências vividas, ainda que por vezes sintam que esse conhecimento não seja valorizado por outras pessoas, como podemos exemplificar com uma situação que presenciamos em nossas andanças cartográficas.

Reunião do Conselho da APA do Lagoão⁷⁴. Hoje estou participando dessa reunião cujo objetivo principal parece ser a realização de um balanço das atividades feitas até o momento pelo conselho e pensar novas ações em relação à APA. A reunião está bastante tensa, as discussões giram em torno de que pouco tem sido efetivamente feito para a preservação da APA. Alguns representantes de instituições e órgãos governamentais estão presentes. Um deles disse de forma dura que todas as iniciativas feitas até o momento foram “bobagens” que não “ajudaram em nada”. Seu Zezé das Tesouras, líder comunitário da comunidade de Tesouras de Cima sai da sala. [...] Seu Zezé retorna um tempo depois visivelmente chateado, parece ter chorado (Anotações do diário de bordo, 11/08/2017).

Inclusive, nós tivemos uma reunião, você tava lá, da APA – Área de Proteção Ambiental – num é? Essa luta foi longa. Nós tem muita coisa... se eu sentar com você pra contar a história de luta, as vezes, nós fica um mês. Um mês contando a luta de tantos ano, tantos ano que nós lutamos por isso e por isso, num é? E lutamos por essa consciência do ser humano. Naquele diz aquele engenheiro começou a me desafiar... Ele falou comigo: **“Oh, Zezé, daí... cês criou a APA... e daí? Lagoão tá ficando pior do que era. O quê que tá acontecendo? De que adiantou ter criado a APA?”** Falei: **“Não, mas eu tô fazendo minha parte. Eu num dô conta de resolver. As autoridade teria que tomar... paternidade com as coisa, mas num dô conta. Eu tô fazendo minha parte”**. Falei com ele: “Cê num passa na estrada, cês num vê uma cerca de poste de cimento que fiz lá pra proteger as cabeceira minha e de outros proprietário, pra criação num entrar e evitar o fogo?” Eu disse: “O quê que aquilo vale? Num vale muita coisa não, mas já um pouco”. O que eu posso fazer, eu tô fazendo. **Quando alguém começa contrariar uma coisa que é boa, ih!!!! Aquilo me arrasa... Naquele dia mesmo eu tive que sair um pouco. Entrei, nem falei com minha esposa, entrei lá dentro, chorei um pouco e voltei. Então, hoje eu num tô podendo lutar com muito desafio.** Esse desafio que é contra... que é contra a justiça, contra a natureza, contra o que é legal, num é? Eu fico muito nervoso (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

No que tange às mulheres velhas, seu papel como guardiãs de um determinado saber relaciona-se principalmente aos conhecimentos sobre cuidados alternativos com a saúde. A totalidade delas relatou fazer uso de plantas medicinais bem como de chás para cuidar da família e de si mesmas. Esses conhecimentos também foram adquiridos ao longo da vida, passados por mulheres de outras gerações. Conhecemos velhas que foram parteiras em suas comunidades e que atuaram ativamente no cuidado da saúde comunitária, algo muito comum e importante tendo em vista, além dos aspectos culturais, o histórico de pouco acesso aos serviços públicos de saúde. Percebemos, entretanto, pelas narrativas recolhidas que são saberes que tem cada vez mais perdido espaço frente aos tratamentos médicos tradicionais ou alopáticos, o que acompanha o movimento de maior acesso aos serviços e aos medicamentos. Dona Isaura (78

⁷⁴ A APA do Lagoão foi apresentada no Capítulo 2, sobre o território. Trata-se de uma área de proteção ambiental que compreende algumas comunidades rurais, considerada importante área de recarga d’água da região.

anos) fala sobre questão: “Ah, não. Hoje não... Acho que já tô véia agora e esqueceu de eu (risos tímidos). Esqueceu de eu, não procura mais. Eu tô de brincadeira, mas muita gente eu já ensinei, né? Quem me procurar, eu ensino”.

De uma forma geral, essa linha do rizoma velhice rural traz as marcas relativas aos sentidos identificados sobre a velhice em si e sobre o processo de envelhecimento. Identificamos como força a ideia de uma velhice como direito adquirido a partir de uma vida de lutas e sofrimentos, ou seja, a velhice como uma espécie de vitória. Além disso, vimos emergir uma velhice que se configura como positiva se comparada à vivida por gerações anteriores, como a de seus pais, e até mesmo frente às dificuldades que eles próprios viveram para sobreviver até os dias atuais. Em termos do processo de envelhecimento ficaram evidentes as marcas provenientes das perdas das capacidades funcionais para o trabalho e para o exercício das atividades diárias, como um marco que inaugura o próprio tempo da velhice para cada um deles. Justapostas nesse emaranhado de forças, identificamos as resistências empreendidas pelos velhos em relação à perda da autonomia, que se expressam na tentativa de se manterem como responsáveis pela gestão de seus recursos financeiros e de suas vidas de uma forma geral. Por fim, emergiu também nessa linha significados associados à questão da velhice como momento de compartilhar experiências, seja em relação às questões comunitárias e de trabalho, seja sobre as propriedades encontradas nas plantas e nas ervas para a promoção de saúde. São velhices que se constroem nos embates e agenciamentos entre essas forças, ora de forma mais positiva, ora causando sofrimento a esses sujeitos.

4.2.2 Linha “Quem mora aqui é eu e Deus”

A religiosidade é uma das forças mais intensas identificadas nas narrativas dos velhos, a qual permeia seus modos de vida, de ver o mundo e de significar sua própria experiência de envelhecimento. Essa relação entre a velhice e a religiosidade é discutida por Maldaun *et al.* (2008), os quais evidenciam o papel da fé como amortecedor frente às dificuldades inerentes a esse momento da vida, aos aborrecimentos do dia-a-dia e aos sofrimentos advindos de doenças crônicas. Além disso, os autores argumentam que ela se mostra importante na medida em que, ao participar de eventos religiosos coletivos, os velhos encontram maior suporte social e sentem-se acolhidos como parte daquele grupo e daquela comunidade. Dona Isaura (78 anos) exemplifica em sua narrativa essa noção de pertencimento argumentada pelos autores.

A gente fazia, assim, um grupo pra liderar as reza ali na igreja e tudo. Eu fiz o curso também, né. Uai... liderei porquê eu sempre rezo, é eu que... animar nos cântico, animar nas celebração... **tô liderando, né, até hoje**. Agora que eu já tô cansada, mas ainda tô. **Ainda tô na comunidade**. Esse domingo agora que vem agora, quem vai animar é eu, então tem que liderar, né.

É interessante observar na fala de Dona Isaura que o sentido de continuar como líder das celebrações e dos cânticos lhe confere um papel dentro da comunidade, ainda que ela fale do cansaço por todos os anos em que já realiza essa atividade. Se pensarmos em termos da velhice e dos traços de autonomia e independência elencados anteriormente, assumir esse papel é, de certa forma, manter-se ativo e atuante, evitando justamente situações de isolamento e de solidão muitas vezes presentes entre os sujeitos velhos. Esse envolvimento e mobilização em torno das atividades religiosas comunitárias foi uma constante entre os moradores de todas as comunidades pelas quais passamos em nossas andanças cartográficas.

Observamos que as atividades religiosas mobilizam os moradores semanalmente para a realização de celebrações, assim como para a organização de festividades maiores em que outras pessoas de fora da comunidade também participam. Vimos que todas as comunidades possuem sua própria igreja ou um local onde realizam suas orações coletivamente. São construções simples, mas muito organizadas, enfeitadas e cuidadas pela comunidade, com divisão de tarefas e responsabilidades. Os velhos narram que as igrejas de suas comunidades, pelo menos a maior parte delas, foram feitas pelos próprios moradores em terrenos doados por eles e construídas por meio de mutirões. As celebrações locais com um sacerdote da arquidiocese de Araçuaí acontecem apenas esporadicamente, sendo as demais organizadas e comandadas pelos próprios moradores semanalmente. Alguns velhos relatam que frequentam as missas dominicais nas igrejas localizadas no centro urbano.

Fotografia 12 - Igreja evangélica da comunidade Córrego da Velha



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Fotografia 13 - Igreja católica comunidade Córrego da Velha



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Entre os sujeitos com os quais conversamos prevalece a adesão ao catolicismo, embora todos reconheçam um crescimento da religião evangélica no campo. Em relação às atividades religiosas comunitárias, percebemos nas narrativas dos velhos grande envolvimento em que há doação de tempo e de esforço. Dona Lia (79 anos) relatou que foi ministra da eucaristia durante

20 anos e que, mesmo depois de deixar essa função, passou a contribuir de outras formas com a comunidade:

Eu fui ministra⁷⁵ 20 anos. Eu sempre trabalhava lá (na igreja da comunidade). Quando eu parei de ser ministra, eu fui trabalhar com limpeza, quando eu parei de trabalhar com limpeza, eu lavei roupa uns tempo... Agora que num tô fazendo nada que num tem mais condição de tá andando pra fazer essas coisa não.

As celebrações, para além de momentos de manifestação de fé, são espaços de confraternização, lazer e encontro com amigos e familiares que por vezes não se veem cotidianamente. São espaços em que também são discutidos problemas que afligem a comunidade e sobre os quais eles buscam, coletivamente, pensar em alternativas e soluções. “Na minha comunidade acontece lá nesse próprio salão que era escola e foi desativada, hoje é o ponto de referência pra gente celebrar o culto né, a gente celebra o culto lá e as vezes depois reúne pra discutir as coisa da comunidade” (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Para além das vivências religiosas de caráter comunitário foi possível identificar uma intensa vivência particular da fé pelos velhos, que se expressa em rituais cotidianos e rotineiros, nos símbolos espalhados por todos os cômodos das casas e pelas narrativas sobre a leitura do mundo. Em análise feita por Maldaun *et al* (2008) essa intensidade da religião entre os velhos pode ser explicada pelo contexto em que eles nasceram e cresceram, contexto este em que, na visão dos autores, a religiosidade era exercida de forma mais normativa do que na contemporaneidade. Isso explicaria, portanto, a maior vivência da religiosidade pelos mais velhos do que entre os jovens. Devemos ponderar, entretanto, que quando tratamos de comunidades rurais em que a vivência das práticas religiosas tanto familiares quanto comunitárias permanecem como fundantes da sociabilidade, ainda se pode observar a preservação dessa “normatividade” associada pelos autores como algo pertencente a outras épocas.

Ouvimos com certa frequência nas narrativas de sujeitos que não os moradores rurais, o quanto a religiosidade, somada a outras dimensões, permanece forte no campo e gera efeitos, por exemplo, na educação⁷⁶ das crianças e dos jovens:

⁷⁵ O ministro da eucaristia é, para a igreja católica, um membro a quem é autorizado a distribuição da comunhão aos fiéis quando o padre (ou outro ministro ordenado como o bispo ou presbíteros) não está presente.

⁷⁶ O conceito de educação, nesse caso, é mais amplo de caráter não-formal, referindo-se à forma como essas crianças e jovens se comportam e como se relacionam.

Você vê os meninos da roça como são educados, né? Você compara os meninos da roça com os meninos nossos mesmos, assim, são diferentes... **a educação, o valor que dá, aquela tradição, aquela religiosidade, aquela cultura ainda do amor, na forma bruta, né?** Na forma do sentir e não do raciocinar, ainda existe, né (PODER PÚBLICO 1).

Para além dos efeitos na educação das crianças e jovens, ouvimos também sobre o impacto da religiosidade no modo como esses sujeitos veem a vida e enfrentam suas dificuldades. Para a maior parte das pessoas com quem conversamos, o sentimento pelos velhos rurais é de admiração (salvo alguns casos em que foi possível identificar um tom de ironia⁷⁷) no sentido de que eles conseguem, em meio ao sofrimento, persistirem firmes na fé acreditando que as coisas irão melhorar e que outras realidades serão possíveis.

Eles conseguem ver de maneira muito tranquila e muito religiosa também, **sempre pegando com Deus e com a religião para resolver o problema da chuva, para resolver o problema da comida** (PODER PÚBLICO 1).

Muitos se apegam a questão religiosa, muitos não sei, na perspectiva de vida, tem uma força mesmo espiritual, tem uma força bacana de estar **sempre de cabeça erguida mesmo diante das adversidades** (PODER PÚBLICO 1).

Se eu vejo eles reclamando da dureza da vida? Praticamente não existe crítica. Eles estão sempre muito crentes, muito religiosos, muito **'Deus vai abençoar que vai vir aquilo e a gente vai conseguir'**, para eles não têm dificuldades (PODER PÚBLICO 1).

Essa percepção da importância da religiosidade para os velhos que emergiu das narrativas do poder público e das instituições da sociedade civil de fato se confirmou nas conversas com os próprios sujeitos. Retomando o que dissemos anteriormente, uma primeira expressão dessa força da religiosidade se traduz nos rituais cotidianos realizados pelos sujeitos. Seu Zezé, das Tesouras (77 anos) e Dona Luruca (78 anos) narram em detalhes seus rituais, respectivamente:

[...] sempre eu levanto cinco, cinco e meia, até seis horas... o máximo que eu fico na cama é até seis hora da manhã. Aí levanto, dou uma respirada aí fora, pego no pé de árvore, dou uma respirada funda, num é? Aí é assim: as vezes toma uma colher de mel... vou lá, **panho o livro da história que é a Bíblia Sagrada e leio um trecho, eu já tem as leitura dedicada de cada dia... leio um trecho pra ver que recado Deus tá mandando pra mim e aí entro na lida. Então é isso aí. Porquê o que me conforta é a Palavra de Deus. Se num fosse a Palavra de Deus, eu já tinha desesperado também.**

Óia menina, eu deito à noite e quando é quatro horas tô andando aqui no fundo de minha casa. **Fazendo o que? Pegando com Deus. Agradecendo Jesus pelos dia de vida, que eu criei dez filho... (os dias) que Jesus tem me dado e vai mim dar até**

⁷⁷ Nesses casos identificamos a percepção de que esses velhos, justamente em função de sua fé, seriam ingênuos ou pouco críticos.

no dia que Deus ver que eu mereço. Aí eu entro pra dentro, vou pôr um pouco de água na vazia, no canecão e vou coar café, vou tomar.

A prática de rituais pode ser identificada no cotidiano de todos os velhos, em maior ou menor grau. É interessante notar na narrativa de Seu Zezé das Tesouras que para além da leitura da Bíblia como orientação para o seu dia de vida e trabalho, ele a evidencia como o ‘conforto’ capaz de evitar o ‘desespero’. Se retomarmos a história de vida de Seu Zezé podemos compreender melhor sua narrativa na medida em que ele demonstra grande preocupação com a forma como estamos lidando com a natureza e com o meio ambiente. A todo o momento ele lamenta a falta de consciência das pessoas e reflete sobre como as coisas poderiam ser diferentes. Acreditando ainda ter muito o que fazer e contribuir, essa ideia de ‘desespero’ expressada por ele remete ao sentimento de impotência que por vezes o aflige e cuja baixa resistência ele acredita ser resultado da sua idade avançada. “Se nós estamos aqui trabalhando pra construir alguma coisa boa pra trazer benefício e chega alguém e desafia, fala que não vai adiantá, que não vai valê a pena, eu fico nervoso... então acho que é a idade, porque antes num era assim...” (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Essa questão remete ao que discute Maldaun *et al.* (2008) sobre o papel da religiosidade para o enfrentamento dos desafios cotidianos que, no caso do Seu Zezé, estão bastante associados à sua atuação enquanto líder comunitário. Ouvimos histórias de outras naturezas, mas que também se referem ao enfrentamento de situações perigosas em que a religiosidade se sobressai como justificativa e/ou saída:

Ocê sabe o que aconteceu uma vez? Coloquei minha menina dentro de uma gamela... chamava assim, feita de madeira... deixei lá e fui trabaíá mais ele e coloquei a outra numa beirada pra olhá. Aí ela falou: “Mãe! Tem uma lagarta aqui dentro da gamela!”. Quando eu oiei... era uma cobra! **Quem livrou: Jesus!** A cobra dentro da gamela da menina com quatro mês... (exaltação) (DONA ÍRIS, 59 anos).

Assim como Dona Íris (59 anos) fala sobre a intervenção divina em relação ao episódio da cobra, ela também atribui à Deus a melhora de sua saúde e o abandono de medicações indicadas por um médico para tratamento cardíaco. “Deixei eles tudo lá nos pés da santa. Nunca mais eu desmaiei”. Assim também expressa Dona Luruca (78 anos) quando questionada sobre viver sozinha em sua casa: “Quem mora aqui é eu e Deus”. Segundo ela, essa é a resposta que dá aos filhos quando eles insistem para que ela vá dormir na casa deles, ou mesmo para que se mude para a cidade de Araçuaí. A fé na presença de Deus é motivo suficiente para ela se sentir segura

e protegida, guiando sua decisão por manter-se vivendo sozinha em sua casa. Dona Isaura (78 anos) traz outra narrativa de manifestação de fé:

Tava com uma lagartona desse tamanho assim. A gente tem que rezar uma oração, assim: pega o livro e vai rodando o pé de planta e deixa uma porteira pra ela sair, aí vai rezando devagarzim até... começa aqui, roda aqui, roda aqui a planta e a porteira fica aberta pra ela sair. Então, tem umas bitelona aqui, eu rezei, sarou. Saiu. Sai. [...] **A gente tem fé** (DONA ISAURA, 78 anos).

Essas ponderações fazem parte do que consideramos ser a influência da religiosidade na visão de mundo desses sujeitos, o que significa uma compreensão do divino como aquela instância que regula a vida e define seus parâmetros, como um juiz (DUARTE *et al.*, 2006). Nesse sentido é muito comum nas narrativas ouvirmos desses sujeitos expressões como “Deus quem quis”, “Graças a Deus” e “Deus que me deu”. Há, nesse contexto, uma noção de autoridade implícita nessas narrativas e uma visão que coloca a vida como determinada por uma força superior capaz não apenas de criar, mas de organizar e de manter a estabilidade do mundo (natural e social) (RIBEIRO, 2008).

Mas Deus deu nós uma ajuda, né: a aposentadoria. Porquê se a pessoa num fosse lavrador e num entrasse no Sindicato, não tinha direito de aposentar (DONA LURUCA, 78 anos).

Isso foi antes logo depois que nós casou que a gente não tinha nada até pra nós plantá, a gente comprava as medidinha pra gente comer. **Hoje não! Graças a Deus! (Apontando para o céu) Hoje a vida é outra.** (DONA SANTA, 79 anos).

Aí nós começou lutando, lutando... **E Deus ajudou e o povo foi voltando** (para o sindicato) e a gente começou trabalhando junto com a FETAEMG, que é a Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais, e a CONTAG né? Foi ajudando e a gente conseguiu tá fazendo as viaginha pra conquistar o direito dos trabalhador pra ver se a gente trazia eles de volta, até que a gente conseguiu... Foi Deus que ajudou (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Num posso pensar no dia de amanhã que amanhã só Deus tem direito nele... **O que Deus quiser, seja feito, né?** (DONA LIA, 79 anos).

(Sobre a violência) Eu só rezo. E eu num tem nada... num tem arma de fogo, eu pego tanto com Deus... eu num panho uma foice, um pau, um facão e põe aqui dentro de casa pra me defender um ladrão. E eu pego é com Deus, que se eu, minha opinião, se eu pegar um pedaço de pau, uma foice e esconder aqui, e falar assim: “Isso é aqui é pra mim livrar dum ladrão”. **Eu tenho a impressão que eu tô perdendo a fé em Deus, tô confiando mais naquela foice ou no facão de que em Deus, né.** Eu pego com Deus e graças a Deus! Aqui pra nós aqui em casa, num pode reclamar nada (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Tais demonstrações de fé puderam ser claramente observadas também a partir dos símbolos espalhados por todos os cômodos de suas casas. O mesmo foi apontado em outras pesquisas sobre velhos rurais como a de Cunha (2014), a qual destacou que para além de serem artigos

decorativos esses itens trazem, de fato, uma dimensão religiosa particular. São fotos e imagens de santos, altares, crucifixos, Bíblias, entre outros artigos que compõem esse universo de religiosidade que criam, no ambiente doméstico, verdadeiros espaços de manifestação de fé. Nas imagens abaixo podemos ver a imagem da Sagrada Família de Jesus afixada na parede da sala do Seu Milton Granja e de Dona Íris. Tal imagem representa a coroação de Nossa Senhora do Céu pela Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), o que na religião católica simboliza as três pessoas reunidas em um único Deus. Já na casa de Dona Luruca é a imagem de Jesus Crucificado que enfeita sua sala e, nas suas próprias palavras, “governa minha casa”.

Fotografia 14 - Casa do Seu Milton Granja e Dona Íris



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Fotografia 15 - Casa de Dona Luruca



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Um aspecto importante associado a essa construção de espaços religiosos para além as igrejas e dos centros comunitários é que ela possibilitou mudanças de comportamento dos velhos a respeito de suas rotinas religiosas. Como comentamos, a principal mudança diz respeito à chegada da energia elétrica nas comunidades e, com ela, a aquisição dos aparelhos de televisão. A maior parte dos velhos contou que acompanha as missas diariamente pela tv.

O que nós fazia de noite quando num tinha televisão? Rezá o terço. Todo santo dia, minha fia, nós rezava o terço. Trabiava o dia interim, quando era de noite, chegava, tomava banho, jantava e ia rezar o terço. Põe todo mundo em cima da cama... **Hoje a gente acompanha na tv** (DONA MARLENE, 68 anos).

Vixe! **Enquanto eu num assisto Padre Alessandro Campos, num deito.** Eu gosto do show daquele Padre Alessandro (DONA LURUCA, 78 anos).

Um aspecto relevante associado a esse comportamento de acompanhar as celebrações religiosas pela tv remete a uma situação de maior liberdade percebida pelos velhos em relação à frequência da participação nas missas, cuja orientação formal da igreja católica é, segundo eles, a presença obrigatória nas celebrações de domingo. Até mesmo em função de dificuldades de deslocamento até à igreja da comunidade, por vezes alguns velhos têm optado por acompanhar as celebrações pela tv. A ideia da celebração transmitida “valer a mesma coisa” que a presença física, desobrigou os sujeitos de se sentirem culpados pela ausência. Entretanto, devemos

ressaltar que há um prazer envolvido na participação, que remete à dimensão da sociabilidade envolvida nesse contexto. Sendo assim, as missas televisionadas deram maior liberdade de escolha aos velhos, o que não significa que eles tenham deixado de ir aos encontros em suas comunidades.

É válido lembrar que na maior parte das comunidades estudadas, com exceção da Baixa Quente, as casas são distantes umas das outras, assim como a igreja e os centros comunitários. Nesse sentido, quando falamos sobre o esforço de participar isso inclui longas caminhadas pelas estradas de terra, por vezes íngremes e sem passagem apropriada para pedestres. Dona Lia (79 anos) comentou sobre essa dificuldade em sua história:

A igreja é uns 30 minutos daqui andando. Eu vou sempre que eu posso. **Eu ia todo domingo, mas agora tem hora que eu falho até dois domingos sem ir...** Agora com essa poeira, fica muito difícil pra gente. E aí quando chega lá os pé tá que faz até medo (risos), porque se passar um carro na estrada a gente fica afogado na poeira... Mas quando o tempo ta bom eu vou. Enquanto isso vou rezando as missa da televisão também.

Por fim, a questão da religiosidade se apresenta também no que tange às próprias percepções sobre o processo de envelhecimento e sobre a morte. Ao falarem acerca de suas experiências em relação à velhice, por vezes a força da religiosidade emergiu trazendo à tona perspectivas relacionadas à sobrevivência e ao sentimento de gratidão pelo tempo vivido.

Ah, esse dia aí é direto (sobre pensar na velhice). A gente só pensa isso direto, né? E eu falo a verdade... **E eu ainda agradeço a Deus muito porquê aí, setenta e oito ano... Eu tenho uma turma de amigo que nós era rapaz tudo da infância, e tudo já morreu.** Tudo meus colega. Ainda tem algum, né, mas a turma aí que nós era rapaz novo que ia pra festa passear, Virgem da Lapa, todo canto que tinha, nós ia pra festa, já morreu tudo e **eu ainda tô guentando, ainda tô vivo ainda. Ainda tô aí, né?** (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Igual eu falei pro cê, o meu futuro mais ela agora é... **nóis ta nas mãos de Jesus Cristo,** nós já fizemos nosso futuro, nós já sobrevivemos, cê entendeu? (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Oh, menina! Sô mãe de quatorze filho, Graças a Deus! Perna num dói, braço num dói, corpo num dói, perna num dói... **Graças a Deus, meu Jesus, eu te agradeço! (Fazendo um gesto com as mãos unidas)** [...] E durmo aqui dentro dessa casa de sete cômodo com Deus e Nossa Senhora! (DONA LURUCA, 78 anos).

Retomando a linha anterior especificamente sobre os sentidos da velhice, essa percepção de sobrevivência foi evidenciada como algo marcante e simbólico. Nas narrativas dos velhos pudemos perceber que esse sentimento de vitória existe e aparece sempre associado à vontade

divina e também como resultado da fé e da dedicação à Deus e aos seus mandamentos. “Eu sempre andei certo, graças a Deus! Agora eu tô tranquilo... até quando Deus quiser” (ARLINDO, 70 anos). A velhice como uma gratificação divina emerge, nesse sentido, na totalidade das narrativas que recolhemos, ora de forma mais branda, ora com mais intensidade e potência.

Ao mesmo tempo em que se agradece pela vida, fala-se da morte como algo sobre o que não se tem, da mesma forma, qualquer domínio ou controle. Cassorla (1991) discute justamente sobre o quão a religiosidade afeta a forma pela qual as pessoas simbolizam e significam a sua morte e a dos outros. No caso dos velhos com os quais conversamos, essa relação é clara.

Eu tenho um pouquinho de medo (da morte)... Mas, **a hora que Deus chamar para a vida eterna...** (DONA ÍRIS, 59 anos).

[...] **Deus não mata ninguém antes do dia naum. Já tem escrito oh...** Ninguém morre antes do dia, só morre no dia chegado. Um carro pode dispenca com ocê, se não for seu dia ocê num morre não, Deus ampara (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Diz que ninguém gosta... ninguém quer morrer não, **mas seja o que Deus quiser**. Como diz, eu já quase morri quando eu tive sarampo mesmo, eu lembro que eu perdi os sentido, ficava fora de si, né? Então aí, eu acho, que é um pedacim da morte. Eu num sei não. **Eu tem medo da morte, mas seja o que Deus quiser** (DONA LIA, 79 anos).

Se a gente tiver medo, morre; e se num tiver, morre. Eu tem medo de morrer? Qualquer hora, me chamar, eu tando preparada, eu tô pronta. Tando preparada, pode me chamar. **Cê tem que pegar com Deus e preparar pro cê morrer** (DONA LURUCA, 78 anos).

Observamos nas conversas que a morte persiste como tabu e/ou assunto indesejado. Entretanto, a religiosidade aparece sempre nesse contexto atuando como amortecedora das angústias a respeito do fenômeno, do qual os sujeitos claramente reconhecem sua inevitabilidade (CASSORLA, 1991). Novamente atribuindo ao divino o papel de juiz, cabe a ele decidir sobre como, onde e quando a morte vai acontecer (DUARTE *et al.*, 2006). A narrativa de Seu Milton Granja deixa explícita essa percepção de Deus como definidor do evento da morte, da qual não se pode escapar. Outro aspecto que também traz consolo e amparo frente às incertezas sobre a morte refere-se ao que Dona Íris declara: “A hora que Deus chamar para **a vida eterna...**”. A ideia de que a morte significa apenas uma passagem para outra vida, também oferece aos que nela acreditam, aqui em especial aos idosos, o conforto advindo da redução das incertezas. Kovács (2011) argumenta que essa perspectiva da morte como uma viagem ou mesmo uma

passagem de fato consiste na tentativa de construir significados para o fenômeno associados à tranquilidade e, portanto, visam amenizar o sofrimento inerente à realidade da finitude.

A identificação da força da religiosidade do rizoma da velhice rural nas comunidades cartografadas chama a atenção para os agenciamentos que ora se cristalizam levando a aprisionamentos, ora emergem como linhas de fuga em que o novo se constitui. Essa dinâmica de intensidades revela que as normatizações associadas à religiosidade (ou às religiões) acabam por, em algumas situações, aprisionarem a vida. A ideia de um poder superior divino que determina a vida em suas várias dimensões retira dos velhos a condição de sujeitos de sua história, transformando suas trajetórias em resultados de escolhas de outrem que não eles próprios. Ao mesmo tempo observamos que essa fé atua como uma linha de fuga, revelando-se um mecanismo subjetivo de resistência frente à dureza da vida. Se retomarmos o trecho narrativo do Seu Zezé das Tesouras apresentado anteriormente, em que ele diz “se num fosse a Palavra de Deus, eu já tinha desesperado também”, podemos ressaltar essa força ou suporte alcançado pela fé.

Se olharmos mais atentamente para a realidade desses velhos podemos identificar manifestações de linhas de fuga que escapam à religiosidade em sua dimensão normalizadora. Um exemplo seria a questão da forma como esses velhos lidam com a seca na região. Vimos no capítulo II, sobre o território, que a região do médio Vale do Jequitinhonha se caracteriza pelo clima semiárido e que, portanto, períodos de seca são considerados típicos. Entretanto, nas lembranças dos velhos fica evidente que anos atrás as chuvas eram mais regulares e que hoje a seca tem se intensificado. Vimos nas narrativas desses sujeitos a referência ao divino para justificar a diminuição das chuvas e, conseqüentemente, o agravamento da seca, ainda que essa ação divina seja explicada como uma espécie de castigo pela ação humana predatória sobre a natureza. O aprisionamento da vida pela força da religiosidade acaba por, muitas vezes, gerar um sentimento de aceitação e passividade frente à realidade.

Nesse sentido, se entendo que “Deus quis assim” me parece então natural assumir uma postura de resignação diante da seca e da deterioração do meio ambiente. Isso acontece? Sim, mas não *apenas* isso. Ao mesmo tempo em que há o aceite da vontade divina, emergem forças outras de enfrentamento dessa realidade. Como linhas de fuga desse aprisionamento surgem cenários de engajamento político desses velhos em movimentos sociais, como é o caso do já citado Conselho da APA do Lagoão, em que há mobilização em torno da causa socioambiental. Nesse

sentido, acreditar que “Deus quis assim” não inviabiliza as lutas por melhorias da relação homem-natureza que resultam, por exemplo, na aprendizagem de novas tecnologias sociais de produção e captação da água e na tentativa de conscientização dos outros membros da comunidade sobre a importância de adotar práticas mais sustentáveis que economizem o recurso água.

Tendo em vista essas discussões, retomamos aqui a argumentação defendida nesse trabalho a respeito da necessidade de compreender esses sujeitos em sua complexidade, de modo a superar estereótipos que se cristalizaram. Esse exemplo da questão da seca nos faz refletir sobre os estigmas dos velhos rurais como *ignorantes, desinformados, avessos às tecnologias* e em relação à religiosidade, em especial, como sujeitos *passivos*. Nesse sentido, coexistem na realidade desses velhos essas forças que configuram cenários diversos e potentes, os quais escapam a olhares ligeiros e superficiais. Um exemplo disso que presenciamos em várias situações é a alegação de que não seria viável (vantajoso) pensar em novas tecnologias para a agricultura familiar tendo em vista a predominância de pessoas já idosas no espaço rural, uma vez que eles teriam dificuldades/resistência em mudar suas formas tradicionais de trabalhar⁷⁸. No âmbito das políticas públicas, retomamos mais uma vez o que se propõe com esse trabalho e concordamos com Albuquerque, Sousa e Martins (2010) quando dizem que para a avaliação da efetividade das políticas destinadas aos velhos do campo é necessário, primeiramente, compreender quais são as suas condições de vida para então verificar se essas políticas de fato existem e em que medida são capazes de atingir essa parcela da população.

Sintetizando os aspectos abordados nessa linha da religiosidade, destacamos as marcas presentes nos modos de vida da comunidade, na medida em que grande valor é atribuído aos espaços de celebração da fé, os quais também representam espaços de lazer e de exercício político envolvendo aspectos comunitários. Vimos também a presença da religiosidade como lente de leitura do mundo para esses sujeitos, a partir da qual se desenvolvem concepções sobre o próprio processo de envelhecer e sobre o fenômeno da morte. Reiterando a complexidade que marca o território e os sujeitos, vimos que a força religiosidade ora atua de forma a aprisionar a vida, mas dela também surgem linhas de fuga em que outras possibilidades de vivê-la se fazem presentes. Não podemos deixar de salientar que a intensidade dessa força se revelou

⁷⁸ Esse tipo de comentário foi presenciado várias vezes (com pequenas variações) pela pesquisadora em sua atuação como professora no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, em reuniões e conversas informais.

também de forma múltipla nas narrativas, nos símbolos e nas práticas cotidianas observadas em nossas andanças cartográficas.

4.2.3 Linha “Eu tem uma família maravilhosa e, graças a Deus, nós somos uma comunidade unida, né!”

Essa linha, em especial, traz elementos das narrativas e da realidade dos velhos associados à família, à comunidade e ao território. Ao tentar compreender os modos de ser da velhice rural, mais uma vez são forças que emergem de forma significativa e compõem esse rizoma que buscamos cartografar. Retomamos a importância de pensar nessa divisão das linhas apenas como um procedimento de caráter didático, pois na realidade essas forças estão em constante afetação e co-construção. Não há como falar de família sem adentrar no campo da religiosidade, ao mesmo tempo que não há como pensar o território sem considerar outros aspectos da história de vida desses sujeitos, como o trabalho. Começamos então pela forma como a família é evidenciada nas narrativas dos sujeitos, de forma intensa e como razão para a superação das dificuldades e do sofrimento.

Se voltarmos as histórias narradas, vemos em cada uma delas um lugar privilegiado atribuído à família: “Minha vida é a minha família, menina” (DONA SANTA, 79 anos); “Eu só dedico pra minha família e pra igreja, é só isso que eu faço” (DONA ÍRIS, 59 anos); “Minhas duas menina me deu muito gosto!” (SEU MILTON GRANJA, 67 anos). Todos falam sobre a família de forma muito amorosa, agradecendo a Deus pelo fato de terem a constituído e, principalmente, no que se refere aos filhos, pelo bom caminho que eles seguiram:

Muito trabalho, muito sofrimento mas, graças a Deus eu tô muito gratificado! Agradeço Jesus muito por que criei meus filho tudo e hoje, graças a Deus, eu num tem nenhum que eu falo assim: **“Ó, tava ali numa beberagem, tava ali num bar, tava na droga”. Todos eles, graças meu bom Deus, eles é muito trabaiaador** e tudo, já tá morando na casinha deles e os que num tem as casinha, tá morando comigo, né. Então graças a Deus, **eu tem uma família maravilhosa! Meus filho são maravilhoso, tanto os homem como as mulher. Todos. Graças a Deus. E minha esposa também** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

A despeito da existência de desavenças consideradas como naturais no ambiente familiar, eles narraram que a solidariedade e a ajuda mútua são marcas que caracterizam os valores associados à família. Seu Antônio da Velha relata, inclusive, uma situação comum em várias casas que visitamos: a permanência de filhos na casa dos pais. Tal fato relaciona-se ao que já discutimos sobre o papel de provedor assumido pelos velhos que acabam usando o benefício previdenciário

para cuidar não apenas deles próprios, mas de outros membros da família (IBGE, 2010; FREITAS, 2017). São avós que ajudam diretamente na criação dos netos, criando com eles vínculos fortes.

Fotografia 16 - Família de Seu Emílio e Dona Marlene



Fonte: Jeane Doneiro, 2017.

É interessante observar, se retomarmos as histórias de vida que coletamos, que muitos dos velhos contam sobre relações familiares fragilizadas no passado, são órfãos ou foram viver muito cedo na casa de outras pessoas. Nos relatos podemos observar uma certa tentativa de construir um futuro diferente desse passado vivido, como deixa claro Dona Íris (59 anos), “eu sofri um bucado pra modo de minhas menina podê consegui”.

Sobre o tamanho da família, identificamos que quase a totalidade dos velhos (com exceção apenas de Seu Milton Granja e de Dona Íris⁷⁹) constituíram famílias grandes, com uma quantidade expressiva de filhos. Dona Luruca, por exemplo, disse ter tido 14 gestações, sendo que desses 4 não sobreviveram para além da infância. Embora não tenhamos as estatísticas

⁷⁹ Ao conversamos sobre o tamanho da família, eles disseram que não tiveram mais filhos porque tinham que trabalhar e não tinham com quem deixar.

referentes à taxa de mortalidade na zona rural algumas décadas atrás, fato é que ouvimos com muita frequência relatos sobre crianças que já nasceram sem vida ou então que viveram poucos anos. Aqui podemos remeter ao que discutimos na seção anterior sobre um histórico de falta de acesso à saúde pela população rural. A maior parte dessas mulheres tiveram seus filhos em suas próprias casas com a ajuda de parteiras (ou mesmo sozinhas) e, portanto, também não tiveram acompanhamento médico ao longo e após a gravidez.

Eu casei, sô mãe de quatorze filho, tudo aqui. Dez vivo e quatro morto. Uma morreu com sete ano e a outra morreu com dois. Os outro foi... pequeno, né. Uma de sete mês e o outro foi perdido. *E de que eles morreram?* Ai, agora, só um que eu sei. Que foi é... sarampo do preto (DONA LURUCA, 78 anos).

Eles era 9 morreu uma, ficou 8. *Ela morreu de que?* De parto, deu eclampse, ela foi pra cidade, chegou lá morreu lá. [...] Nunca tive mais parteira e nem mais na cidade. Tudo mais Deus e eu sozinha e Deus. É... Nascia e esperava uma pessoa pra pode cortar o embigo (DONA SANTA, 79 anos).

Em geral os velhos narraram terem se casado jovens, como é o caso de Dona Santa (79 anos), “casei com 16 anos”, Dona Lia (79 anos), “eu tinha 18 anos quando eu casei”; Seu Antônio da Velha (67 anos), “Eu casei em setenta e sete, com 20 anos”. As histórias da constituição das famílias antes e após a chegada dos filhos trazem a marca da luta em conjunto para a sobrevivência, o que fica claro em todas as narrativas em que os dois, homem e mulher, iam juntos para o campo trabalhar na lavoura, a maior parte das vezes em propriedade de terceiros já que ainda não possuíam terra própria. “Fui trabalhar mais Milton pra pudê ganha o pão de cada dia. Nós trabaiava pros outro pra pudê comprar um pote pra pôr água” (DONA ÍRIS, 59 anos). Essa parceria se mostrou intensa e sempre associada ao trabalho, algo muito característico do universo rural, como explicitou Wanderley (2014) ao dizer que no caso dos pequenos agricultores os laços familiares e comunitários são as bases desse modo de produção⁸⁰. Nesse sentido, família e trabalho são forças que a todo o momento se confundem⁸¹.

Essas relações próximas de solidariedade se estendem para a comunidade que, na narrativa dos velhos, aparece a partir de uma noção ampliada de família. Isso acontece tanto quando realmente existem laços consanguíneos entre eles (muitas comunidades são compostas por pessoas de uma mesma família, que casam entre si), mas também pelos laços construídos em função do compartilhamento do território. Isso não significa que não existam divergências de

⁸⁰ Essa questão da indissociação entre família e trabalho será mais bem apresentada a seguir, no eixo analítico sobre o trabalho rural.

⁸¹ O papel da mulher na produção agrícola familiar também será mais bem explorado no próximo capítulo.

interesses, fofocas e outras situações consideradas desagradáveis como relata Dona Santa (79 anos): “tem vez que eu não gosto muito de ir na casa dos outro não, porque cê chega na casa de fulano e já vem fazer fofoca... tem um povo ali em cima mesmo que não vale nada”. Para além dessas dinâmicas, percebemos que em algumas comunidades a união entre os moradores é maior que em outras, mas que de uma forma geral prevalece um senso de ajuda mútua, de compartilhamento e de pertencimento. Sr Antônio da Velha (67 anos) conta sobre a comunidade de Santa Rita de Cássia:

Graças a Deus, nós somos uma comunidade unida, né! Assim, tem umas pessoas que por um motivo ou outro, não sei, por um pensamento, que os pensamentos são diferentes, né? Tem pessoas que é mais afastada um pouco, mas a maioria mais é unida. **Nós encontramos no domingo**, é o dia certo do culto e de vez em quando a gente marca umas reunião assim, a noite sempre a gente tem reunião, tem aquelas tradição... a gente faz a novena, se não é quando não vai celebrar no salão a gente marca nas casas, os nove dias marca nove casas, um dia em cada casa, outra hora marca em oito casa e no dia pra fechar vem todo mundo no salão, mas domingo é o dia certo. **Aí junta todo mundo!** (sentimento de satisfação).

É interessante observar a partir da narrativa de Seu Antônio a relação entre a comunidade e a vivência da religiosidade, motivo pelo qual os moradores se reúnem com frequência. Nesse sentido, os rituais religiosos (celebração das missas, realização de novenas, organização de festas dedicada à santos padroeiros) acabam por fortalecer os laços comunitários e promover esse sentimento de pertencimento a um grupo entre os sujeitos, como o que comentamos na discussão da linha anterior. Como vimos em nossas andanças cartográficas essas práticas religiosas em comunidade são apontadas como formas de lazer para esses sujeitos, algo já discutido por autores que analisaram a dinâmica de vida e lazer em comunidades rurais de outros territórios (ALVES, 2009; ANDRADE *et al.*, 2009).

Como discutimos até o momento, a importância da família e da comunidade é força marcante na constituição dos modos de ser velho nesse território cartografado. Em especial nos chamou a atenção a questão do cuidado do idoso, algo fundamental dentro das discussões sobre a velhice, afinal, de quem é a responsabilidade de cuidar daqueles que chegam à idade avançada? Comentamos sobre esse tema anteriormente, no capítulo 3, levantando-o como algo que se tornou problemático para a nossa sociedade contemporânea tendo em vista fatores como o crescimento de famílias sem filhos e a saída progressiva da mulher para o mercado de trabalho. Especificamente na realidade do campo, a preocupação se volta para o aumento do êxodo rural e a permanência dos velhos nas comunidades. Seu Milton Granja (67 anos) faz essa observação,

“O que mais você acha aqui, é gente véio, num é? O que mais você vê aqui, é gente véio, **porque os novo foi tudo embora**”.

O Estatuto do Idoso prevê a família como a principal responsável pelo cuidado e proteção do idoso, responsabilidade que se estende ao Estado e à sociedade como um todo (BRASIL, 2003). Observamos em algumas narrativas que os idosos compartilham desse entendimento de que cabe à família a tarefa do cuidado, o que de fato acontece em alguns casos citados.

[...] o dia que cê tiver os seus cê vai saber o trabaio que um filho dá. E vai saber o tanto que cê tem que valorizar seu pai mais sua mãe, né? Porque um pai ele num quer o mal pro filho, a mãe num quer o mal pro filho. Aí, pra depois que aquela pessoa tiver véia... ele luta, luta, luta, cuida bem daquele filho, faz tudo pra aquele filho, aí depois que aquele filho... depois que aquele pai tiver já num guentando mais... vamo colocar assim: isso é igual eu tem um animal de serviço, né, eu tem um animal de serviço, eu pegar aquele animal que já me ajudou tanto e lá e matar ele, né. Isso tá certo? Não!!! (enfático). (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Minha vó... minha mãe morreu com noventa e sete, ficou eu cuidando aqui. Eu cuidava. Ticiania morreu com cento e três, quem cuidou foi os filho dela. Agora tem um aí que tá... cento e cinco, é tia nossa. Minha tia. Tá viva ainda. **Os filho dela tá cuidando dela** (DONA ISAURA, 78 anos).

Uai, cada um tem o cuidado... Ali mesmo tem uma senhora que tá com 105 anos, que é tia de Vanda. Ela tá de cadeira de roda, **mas ela tem um filho e uma neta que tá cuidando dela**. A neta cuida da roupa, do banho e troca ela quando precisa, tudo, e o filho fica no pé dela o dia interim com ela no terrero porquê tá sol, vai lá e fica lá com ela conversando e ela tá até lúcida (DONA LIA, 79 anos).

A construção da narrativa do Seu Milton Granja é extremamente interessante na medida em que ele usa o exemplo do “animal de serviço” para argumentar que os filhos devem sim cuidar de seus pais em retribuição a todo o cuidado que lhe foi dado ao longo da vida. Esse apoio entre as gerações é percebido na fala do velho como algo que perpassa a dimensão dos valores. Quando ele argumenta, de forma enfática, que *isso não está certo*, Seu Milton Granja está, na realidade, dizendo que a atitude de abandonar os pais na velhice é algo errado, inclusive algo que fere a perspectiva religiosa da qual eles comungam. Essa questão de que a responsabilidade da família em cuidar dos seus idosos foi algo percebido por Souza (2013) nas comunidades sertanejas que pesquisou. Segundo a autora “fica evidente que a responsabilidade da família em relação aos seus idosos é algo esperado por todos da comunidade que apenas auxilia quando necessário” (p. 71).

Debert (2001) chama a atenção, entretanto, para a necessidade de desmitificar essa ideia da família como sinônimo absoluto de acolhimento aos idosos, sendo esse, segundo a autora, um

discurso interessado às políticas públicas em termos da possibilidade de sua desresponsabilização. Infelizmente, as denúncias de maus tratos e violência contra esses sujeitos, muitas vezes praticadas pelos próprios familiares, fazem com que esse paradigma deva ser questionado e que a situação desses idosos violados seja problematizada. No caso do território que cartografamos, ficou evidente nas falas de representantes do poder público a ocorrência desse tipo de situação.

Existe caso de negligência, existe caso de abandono, às vezes o idoso tem 7 filhos, mas nenhum sabe bem por onde anda o pai [...] aí é uma situação complicada, nós tentamos mapear essa família toda, para tentar retomar esses laços que já foram rompidos ou até mesmo que estão muito frágeis ao longo dos anos, uma coisa muito solta... aí é uma questão cultural também, aquela cultura do descuido mesmo de cada um ir seguindo sua vida, entra em uma rotina mesmo e as vezes esquece da família (PODER PÚBLICO 1).

Muitas vezes a gente se depara com esse abandono. Está debaixo do mesmo teto, o número de pessoas, mas o idoso se sente abandonado. **E às vezes, literalmente abandonado.** É o caso que a gente atendeu recente, a pessoa tem 16 filhos e nenhum quer tomar conta (PODER PÚBLICO 2).

Identificamos que as denúncias de abandono de velhos chegam às autoridades competentes por meio de canais como os serviços do CRAS, por funcionários das UBS, pelos próprios líderes comunitários, ou seja, profissionais e pessoas que estão mais próximas à população rural. Nas conversas com o poder público ficou claro que as providências em casos dessa natureza são diversas e dependem de cada realidade em específico. Mas e nas situações de velhos cujos filhos se mudam para outras localidades, por vezes distantes? Quem exerce esse cuidado? A questão do abandono existe, mas, em suas narrativas, os velhos refletem sobre as outras experiências associadas a essa dimensão do cuidado.

Uai... quem que cuida é as pessoa... (pensativa). Ó, aí, eu num tô aqui? Sozinha? Tem a pessoa que cuida aqui que minha menina que tá aqui mais eu. [...] **Pago uma pessoa,** procuro uma pessoa, paga pra ficar mais aquele idoso pra cozinhar, lavar, asseá a casa dele aí, ó. Eu pago (DONA LURUCA, 78 anos).

Uai... é os outro mesmo que tem que cuidar, né. [...] **E a valência é o aposento,** minha fia, que se num fosse o aposento, ninguém queria... ninguém! A gente paga as pessoa pra fazer as coisa pra gente e tudo, né? (DONA MARLENE, 68 anos).

Essa ideia de pagamento pela prestação de serviços trazida por Dona Luruca e Dona Marlene refere-se, principalmente, ao auxílio com as atividades cotidianas do lar, como a limpeza, a preparação das refeições e o cuidado com as roupas. Nesse sentido, não são pessoas que exercem atividades compatíveis com as que se espera de um cuidador de idoso profissional,

eles se dedicam mesmo a ajudar nas atividades cotidianas que os velhos têm dificuldades de desenvolver. Chamamos a atenção para a expressão utilizada por Dona Marlene - “a valência é o aposento” - em que ela destaca o poder alcançado através do benefício previdenciário, dando a entender que se não houvesse a retribuição financeira eles, ou não teriam, ou teriam maior dificuldade em conseguir esse apoio. Para além dessa possibilidade de contratação, também ficou claro nas narrativas o papel da comunidade nessa dimensão do cuidado.

É igual Dona Rosa mais Dona Florida que foi pro Graça⁸²... a Dona Rosa agradece mais quem? Sua mãe (falando para o Cisco⁸³). Sua mãe que mais cuidou dela. Num foi pro asilo não! Quantos ano que aquela véia viveu? Noventa e quatro! **A mãe dele que cuidou dessa véia... mesmo num sendo parente. Isso acontece, moça. Hoje eu acho que é um mal de caridade...** de criação e de caridade. Por que igual nós... nem o bicho pagão que nós vê sofrendo lá... é nossa obrigação de panhar ele e cuidar dele, né? (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Alguns filhos solteiros são os que ficam com esses pais ou então o próprio idoso que é o seu cuidador. **Tem alguns que moram sozinhos ou com um vizinho mais próximo** (PODER PÚBLICO 2).

A gente vê o empenho da comunidade que quando tem uma pessoa que precisa, que adoce, que de uma forma ou outra precisa de uma ajuda a comunidade toda se põe a ajudar né? **Cada um de uma forma, mas a comunidade toda de dispõe a ajudar...** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

A ideia de pertencimento à comunidade se fez evidente nas narrativas dos velhos, sendo, inclusive uma possibilidade relacionada a essa questão do cuidado. Em parte, observamos que esse sentimento justifica a negativa desses sujeitos em também migrarem para a cidade, assim como os jovens já o fazem, o que é colocado como uma resposta lógica (e conveniente) para maior acessibilidade aos serviços públicos diversos, principalmente os de saúde.

[...] eles têm uma questão afetiva com aquele espaço e mais do que uma relação de poder de tantos hectares de terra, porque normalmente são pequenas propriedades também. **Então, assim, é mais uma questão afetiva mesmo estão muito vinculados às comunidades, muito entrelaçados, o compadre e a comadre, aquele negócio assim com a comunidade e com o próprio espaço mesmo, a casinha dele, quero viver e morrer aqui** (PODER PÚBLICO 1).

Eles acabam criando vínculo no local e assim tem essa resistência, tem os filhos morando na cidade, mas assim não saem de jeito nenhum, preferem ficar nesse local por causa desses vínculos [...] **um conjunto de tudo, com a terra, com as pessoas** (PODER PÚBLICO 2).

Se pensar que envelhecer já é difícil, imagina na zona rural onde você tem menos acesso a quase tudo... **só que a gente vê muito essa paixão que o pessoal tem, pelos**

⁸² Comunidade rural também pertencente ao município de Araçuaí.

⁸³ Cisco é o apelido do motorista do IFNMG que nos acompanhou em uma das visitas ao Seu Milton Granja, quem conhece há muitos anos.

vínculos comunitários, pela terra, acaba sendo um pouco maior que os empecilhos que eles acabam encontrando (PODER PÚBLICO 2).

Nesse sentido, embora ecoe nas narrativas do poder público tal conveniência no sentido de que seria melhor se esses sujeitos estivessem no centro urbano (melhor para quem, podemos perguntar), há o reconhecimento nas falas a respeito dos vínculos estabelecidos com a terra, com a comunidade e com o território. Ainda assim, pouco foi possível perceber em termos de ações que, a partir do reconhecimento de que o desejo dos sujeitos é o de permanência no território, efetivamente façam chegar até eles as condições necessárias de uma sobrevivência digna, tal qual é apregoado, por exemplo, no Estatuto do Idoso. Dona Luruca (78 anos) é enfática ao dizer do seu projeto de permanecer e experimentar a sua velhice exatamente onde está.

Oh, minha fia, num saio daqui não. Eu penso viver só aqui dentro de minha casinha até no dia d'eu... eu só saio daqui depois que eu morrer, com os dois pé amarrado pra baixo. Mas do contrário... **sair daqui eu num saio não!** (enfática).

O mesmo sentimento ouvimos (e sentimos) na narrativa de todos os velhos com os quais conversamos, com a única exceção de Dona Lia que demonstra vontade de migrar exclusivamente em função do temor frente à violência que se instalou no campo, como discutimos no item 1 desse capítulo sobre “A vida no campo”. Nesse sentido, há um fator externo que provoca esse desejo e que claramente gera tristeza e lamentação, o que remete à inefetividade das ações do poder público no que tange ao campo, como comentamos anteriormente.

Se olharmos para esses elementos atentamente, percebemos que a família, a comunidade e o próprio espaço (o lugar, a terra) são partes importantes nos modos de ser velho desses sujeitos. À família e à comunidade são dedicados lugares potentes em que se encontram os sentidos de vida, de trabalho e de compartilhamento. É nesse lugar que repousam as expectativas em relação ao cuidado nesse momento da vida, uma concepção natural que decorre da própria leitura que eles têm do mundo, dos valores religiosos e tradicionais que ainda cultivam. Esses valores resistem, ainda que algumas evidências como o êxodo rural, as situações de abandono e violência em alguma medida os confrontem e desafiem. O território emerge nesse emaranhado como *onde eu posso ser* ou, nas palavras do Seu Arlindo (70 anos), “[...] onde eu sou mais livre”. Nesse sentido, entendemos, sentimos, percebemos e experimentamos que não há como

dissociar as possibilidades de ser velho rural no médio Vale do Jequitinhonha sem falar sobre a família, sobre a comunidade e sobre o território (enquanto lugar, espaço).

Partindo desse panorama, parece-nos relevante retomar uma das questões a partir da qual demos início a esse eixo analítico sobre “As velhices no campo”, a saber, como os sujeitos que emergem no/do/com esse território experienciam a velhice? Entendemos que nosso propósito ainda não pode ser dado como concluído, uma vez que ainda vamos nos dedicar à força que identificamos como de maior intensidade nessa construção rizomática: o trabalho rural, a qual será alvo dos nossos esforços no próximo capítulo. Entretanto, por hora, cabe-nos algumas notas sobre o rumo a que essa multiplicidade de experiências e narrativas parecem nos levar. Recuperando a imagem do rizoma, um emaranhado de linhas que crescem desordenadamente, sem um início e nem um fim, que se multiplicam e está sempre aberto para possibilidades outras, acreditamos que esse rastreamento nos trouxe elementos de reflexão importantes para nossa tentativa de aumentar a inteligibilidade sobre esses sujeitos e seus modos de vida.

Nesse processo de rastreamento nos deparamos com sujeitos e velhices marcados por histórias de vida em que a sobrevivência e a luta são palavras de ordem, as quais permitem a construção de um sentido de vitória por serem quem são hoje, bem como por aquilo que eles foram capazes de conquistar (direito de ser). Essa vitória é atribuída à graça divina e é celebrada constantemente por meio das práticas religiosas particulares, familiares e comunitárias. A presença de Deus como guia e juiz da vida (assim como da morte) marca a forma de ver o mundo desses sujeitos, ora atuando de forma a aprisionar a vida (pela resignação e assujeitamento), ora encontrando frestas para novas possibilidades em que, fortificados por essa religiosidade atuam como agentes políticos em causas comunitárias. São velhices situadas em um território, em que a terra, a família e os laços com a comunidade geram um sentimento de pertencimento e de partilha e justificam o desejo de ali permanecerem por toda a vida. Permeando todas essas construções e esses modos de vida está o trabalho – um trabalho que é realizado junto à família, guiado por Deus e intrinsecamente ligado a esse território - que emerge potente e sobre o qual falaremos a seguir.



Capítulo 5

O trabalho no campo

5. O trabalho no campo

Este capítulo dedica-se à discussão do terceiro eixo analítico da pesquisa: o trabalho no campo. De forma específica, buscamos nesse momento da tese responder às seguintes questões: **Qual é o lugar do trabalho nesse rizoma velhice? Ou seja, neste processo de produção de subjetividades associadas à velhice, que força tem o trabalho?** Aqui chamamos a atenção, em especial, para o motivo pelo qual optamos por desenvolver um capítulo inteiramente dedicado à linha trabalho. A principal justificativa, que será evidenciada a partir das narrativas recolhidas, é a de que, de fato, o trabalho é uma força intensa na constituição dos modos de ser velho nesse território, imbricada às demais discutidas anteriormente. A segunda justificativa refere-se à importância dessa categoria enquanto uma temática cara ao campo dos Estudos Organizacionais, o que nos convida a aprofundar nas reflexões de modo a buscar outros olhares e contribuições.

5.1 O trabalho no campo: Experiências de velhos em comunidade rurais do médio Vale do Jequitinhonha

Antes de adentrarmos especificamente nas linhas associadas ao trabalho, algumas pontuações precisam ser feitas. Colocamos, desde o início da pesquisa, que estamos falando sobre velhos que são pequenos proprietários de terra e que trabalham segundo o regime da agricultura familiar (WANDERLEY, 1999; 2014). O que observamos é que para esses velhos participantes da pesquisa *o ser proprietário se confunde com o ser trabalhador rural*, sendo essa última a forma pela qual eles mesmos se definem e se reconhecem. Além desse autorreconhecimento, em todos os discursos institucionais, eles são da mesma forma caracterizados como trabalhadores, e não como proprietários, sendo essa identidade, inclusive, a que lhes garante o acesso ao benefício da aposentadoria rural enquanto segurados especiais⁸⁴.

Seu Antônio da Velha (67 anos) fala sobre a definição de trabalhador rural enquanto membro da diretoria do sindicato que os representa.

O trabalhador rural é aquela pessoa que cultiva..., por exemplo, **eu tenho a minha terra** e eu vou para a foice, aqui a gente não usa máquina, eu vou para a foice e vou roçar o meu mato, vou queimá, vou limpá, eu mesmo vou plantá, vou cuidá da planta,

⁸⁴ Aqui estamos nos referindo à aposentadoria por idade do segurado especial, uma categoria considerada especial porque o direito ao acesso não está associado ao tempo de contribuição ao INSS.

vou colher, esse é um trabalhador rural, ele que tá trabalhando na lavoura. [...] **O trabalhador, ele tá lá no dia a dia trabalhando braçal.**

Podemos destacar nesse trecho narrativo que a definição do trabalhador rural apresentada remete à realização de atividades associadas à agricultura e à pecuária. Entretanto, chama a atenção na fala de Seu Antônio justamente a referência à posse da terra, algo que não se insere na definição legal de trabalhador rural. O conceito jurídico de trabalhador rural está disposto no artigo 2º da Lei no 5.889/73: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. Nesse sentido, o conceito de trabalhador rural remete, grosso modo, à venda da força de trabalho para a realização de atividades associadas à agricultura, pecuária e extrativismo. Sobre os pequenos produtores rurais, há uma definição disposta na Lei 11.428/2006 que os caracteriza como aqueles que residem na zona rural e exploram, a partir de seu trabalho e de sua família, uma área de até 50 hectares. Embora exista essa delimitação, para o acesso aos recursos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –, a medida considerada é a de módulos fiscais, ou seja, uma medida definida pelos municípios (que no caso de Araçuaí é de 65 hectares). Sendo assim, nos termos da lei 8.629/93, a pequena propriedade é, no caso de Araçuaí, terras de até 260 hectares (INCRA, 2018).

Cabe observar que essa medida de quatro módulos fiscais é a mesma utilizada como referência pela legislação previdenciária no que se refere à qualificação do trabalhador enquanto segurado especial. Nesse sentido, perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o fato de a pessoa possuir uma pequena propriedade rural não o desqualifica como trabalhador rural, pois, na lei, o que prevalece é o tipo de trabalho exercido, como diz Seu Antônio, “esse é um trabalhador rural, **ele que tá trabalhando na lavoura**”. Consequentemente, essa é a mesma referência utilizada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais para analisar os pedidos de afiliação à instituição. Nas conversas com profissionais do sindicato, ficou clara a tentativa de, já nas primeiras entrevistas com o trabalhador, compreender como é o seu cotidiano de trabalho, as atividades realizadas e a forma como sua família se insere nesse contexto. O próprio sindicato conta com coordenadores de área⁸⁵ responsáveis por fiscalizar as informações prestadas pelos trabalhadores.

⁸⁵ Os coordenadores de área são empregados dos sindicatos responsáveis por fiscalizar e atuar em uma determinada área composta por um número específico de comunidades rurais. Como o STR de Araçuaí abrange um território de mais de 70 comunidades, esse trabalho local facilita a atuação da instituição.

Quando conversamos com os velhos participantes da pesquisa, identificamos que todos se caracterizam como pequenos proprietários de terra nos termos da lei, atendendo ao critério de possuir terras com áreas de, no máximo, 4 módulos fiscais. Segundo as narrativas, tais propriedades foram frutos de doações, compra e, em alguns casos, herança familiar. Em sua totalidade, eles são membros do STR e aposentados sob o registro de segurados especiais. Nesse sentido, para além do fato de que todas essas instituições os legitimam enquanto trabalhadores rurais, percebemos que esse autorreconhecimento também é fruto de suas próprias histórias de vida. A maior parte dos velhos já venderam sua força de trabalho para fazendeiros da região, ou mesmo migraram buscando empregos em lavouras de cana-de-açúcar em outros estados (migração temporária, frequente na região). Eles relatam uma história comum de luta “trabalhando pros outros” até que conseguissem adquirir ou melhorar suas pequenas propriedades. Além disso, eles trazem narrativas sobre o cotidiano de trabalho, um trabalho duro, braçal, desgastante, sobre o qual trataremos em seguida de forma mais detalhada.

Partindo desse entendimento de que, no caso dos velhos participantes dessa pesquisa, a posse e trabalho se confundem, vamos avançar na tentativa de mapear outras linhas que compõem o rizoma velhice rural nesse território. A fim de organizar melhor o capítulo, optamos por dividi-lo tendo como referência as quatro linhas que emergiram a partir da análise desse eixo (ou código) denominado de “o trabalho no campo”. São elas, a saber: “Eu criei trabalhando na roça”; “Pra mim a mulher inda trabaia mais do que o homem”; “A aposentadoria é a valência da gente, menina”; “e “O mercado é bão!”. Após a discussão dessas temáticas, apresentaremos uma seção de fechamento trazendo reflexões sobre o trabalho rural no contexto da agricultura familiar no Brasil.

5.1.1 Linha “Eu criei trabalhando na roça”

Um dos primeiros aspectos que emergem quando da discussão sobre o trabalho é o entendimento a respeito do que ele significa, ou seja, de que trabalho estamos falando? Barreto (2016, p. 154), em uma pesquisa que investiga a aposentadoria rural, enuncia com clareza a relação ou mesmo o significado que o trabalho tem para esses sujeitos.

[...] o trabalho possui uma dimensão orgânica que é inerente a esses sujeitos sociais. **Não existe uma relação de exterioridade porque o trabalho é uma dimensão constitutiva da própria vida desses sujeitos.** O fato de não poder trabalhar é considerado pelos sujeitos da pesquisa como algo ruim que os incapacita para a própria vida. É reconhecido como sinônimo de doença, de morte anunciada. **Para**

esses sujeitos, enquanto existir vigor físico e força para trabalhar, existe prazer em poder trabalhar (grifos nossos)

Compreendemos que essa concepção de trabalho se aproxima da leitura de Viegas (1989) sobre o trabalho como vida. Nas palavras da autora,

Trabalho é a forma humana de fazer jus à vida, **é a forma humana de produzir, não no sentido de criar objetos reificados, simplesmente, mas no sentido de criar significações.** [...] o trabalho acrescenta o que sou ao que não sou, acrescenta o que não sou ao que sou. Ele dá uma dimensão virtual para o meu ser (VIEGAS, 1989, p. 10-11, grifos nossos).

Nesse sentido, essa concepção de trabalho como algo que faz parte da constituição do sujeito nos parece ser compatível com o entendimento do trabalho como uma força, nos termos de Deleuze e Guattari (1995a). Isso porque, ao compreendê-lo dessa forma, podemos então rastreá-lo dentro do rizoma da vida, buscando justamente analisar de que forma ele se insere e influencia a construção de determinados modos de ser. Nas narrativas dos velhos trabalhadores rurais, sujeitos que compõem o *corpus* da pesquisa, o trabalho emerge como fonte de subsistência, mas principalmente como elemento para a constituição de si (dimensão orgânica) associando-se a valores tradicionais: família, terra e comunidade (CUNHA, 2014).

Nas narrativas tanto dos representantes do poder público e das instituições da sociedade civil e religiosas, assim como dos próprios velhos, ficaram evidentes as marcas que caracterizam o trabalho rural.

Todos (pessoas que vivem no campo) são lavradores, às vezes tem algum professor aposentado..., mas, **a maioria absoluta é de trabalhadores rurais** (PODER PÚBLICO 3).

A maioria dos trabalhos deles (trabalhadores rurais) é um **trabalho braçal**, não tem uma indústria que dá condições de trabalho... **É um trabalho que não tem muita segurança** do ponto de vista de: ‘ah, esse ano eu vou trabalhar, vai ter produção’. **Ele não tem uma produção certa.** Mas ele trabalha. Todo ano ele faz o mesmo sistema. **Eu falo aquele da zona rural que todo ano faz uma roça, que prepara a terra, que planta esperando chuva vir e colher** (PODER PÚBLICO 4).

As pessoas da zona rural têm muita dificuldade financeira. É porque na zona rural **a fonte de renda que o trabalhador rural tem é do que planta, e a gente sabe que nós estamos em uma região muito seca. Então assim, planta e não colhe, né?** A questão financeira é o que mais impacta (PODER PÚBLICO 2).

Nesses trechos narrativos, podemos identificar algumas dessas marcas do trabalho rural como: o fato de ser tipicamente uma atividade braçal e que, portanto, demanda esforço físico; ser uma atividade em que o trabalhador (enquanto pequeno produtor familiar) não tem garantidos

direitos trabalhistas como férias, auxílio doença, entre outros; trata-se de uma atividade cuja produção está diretamente associada às condições climáticas, o que na região significa o enfrentamento de longos períodos de seca. Além disso, até mesmo como resultado dessas características climáticas, a renda proveniente da produção agrícola e da criação de animais é incerta, gerando situações de extrema dificuldade em termos de sobrevivência. Como discutimos anteriormente, essas marcas inserem-se em um contexto mais amplo de pouco ou nenhum acesso a políticas públicas, o que contribui para um cenário de precarização não apenas do trabalho, mas da vida de um modo geral. Vamos retomar essas questões posteriormente, quando das reflexões ao final deste capítulo, mas por ora o que ressaltamos é a identificação dessas vulnerabilidades associadas ao trabalho no campo em nossas andanças cartográficas, as quais apresentamos como marcas múltiplas explicitadas também nas narrativas dos próprios lavradores.

Apesar da gente ter umas terras boas que produz bem, mas a chuva é muito pouca, acontece que vem uma chuva assim, que num sei né, que Deus me perdoa que eu não sei o que tô falando, mas **é uma coisa que não é bem distribuída,** né, às vezes tem um período que cai bastante chuva e aí ela afasta e demora a voltar, quando ela volta as lavouras já estão bastante... **já tem uns três anos que as pessoas num colhe nada, planta, planta, e não colhe** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

A questão da seca... As chuvas são mal distribuídas aqui nessa região nossa do semiárido. Então dá muitos anos seguidos de seca de produzir pouquinho coisa, então às vezes não dá para levar para o comércio. E às vezes quando a gente produz um pouquinho a mais... **quando a gente vai comparar o transporte com o preço dele no mercado, não vale a pena, não compensa** (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Agora num tá dando pra ser plantado, não, porque agora tudo tem que ser comprado. Feijão, arroz, a gente tá comprando... Porque a coisa aqui é muito difícil... **O trabalho aqui num dá renda, assim... então acaba que pro jovem, eles tem que sair...** Meus filhos mesmo, eles tinha vontade de estudar e aqui num tinha como estudar, né? Então teve que sair pra estudar, depois pra trabalhar... é o caso de muita gente aqui (DONA LIA, 79 anos).

Lendo atentamente as narrativas, é possível identificar que os velhos trazem à tona as dificuldades apontadas sobre a problemática da seca e seus efeitos em termos de baixa produtividade, os preços pouco significativos daquilo que ainda assim conseguem produzir e os altos custos de transporte para a comercialização. Dona Lia ressalta também outro efeito desse cenário sobre o qual também já comentamos: o crescimento do êxodo rural, seja ele temporário ou definitivo. Não obstante esses fatores sejam percebidos pelos velhos, eles ainda acreditam ser possível reverter essa realidade sobre o trabalho e a produção nesse território.

O homem sai da roça, ele vai inchar as cidades, vai aumentar a violência e vai perturbar quem tá na cidade... **Se nós tivesse condições no meio rural, o êxodo rural era menos, a cidade não tava tão cheia do jeito que tá.** E tanta gente que tá na cidade sem condições de viver... (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

A zona rural tem muito favorecimento. Por exemplo: **se a gente vem morar na cidade, aí a gente tem que comprar de tudo, né!** Tudo que a gente precisa pra alimentação a gente tem que ir na feira, no supermercado, tem que comprar de tudo e além disso tudo que é comprado, muitas vezes a gente não vai ter uma alimentação muito saudável. [...] **lá a gente colhe ali uma verdura, a gente colhe um pouco de feijão, a gente pega uma folha da horta** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Nesse sentido, embora seja perceptível para os sujeitos que as dificuldades existem, há entre eles o entendimento de que é possível lançar sobre o campo um outro olhar, não apenas via melhorias em termos de acesso às políticas públicas, como argumenta o Seu Zezé ao dizer “se nós tivesse condições no meio rural”, mas também em relação a um investimento e dedicação por parte das próprias pessoas que vivem no campo. Esse argumento é defendido com veemência pelo Seu Milton Granja (67 anos).

Difícil, difícil! Ó, é o caso que eu falo hoje! Cês me desculpa eu falar, né, por que o povo hoje vem falar assim: “O governo num presta”. Gente!!! **Nós é que tem que fazer a nossa parte.** Nós num vamo olhá o governo lá, não, entendeu? Porque quem tem os poder de dar a gente, é só Um, é só Jesus Cristo, né. Agora o governo, às vez ele pode te dar hoje e amanhã ele num dá. E comé que cê vai sobreviver? É por isso que eu tô falando: **o povo hoje tá com a barriga cheia e tá lá gemendo. Cê pergunta ele: “O quê cê tem?” “Oh, moço, tô com o corpo ruim.” Antes num tinha isso, não!** Porque cê começava lutar aí a base de uma hora da manhã e ia terminar lá pelas oito da noite (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

A narrativa de Seu Milton nos faz retomar o argumento sobre a complexidade que marca as temáticas que estamos tratando, em especial, os modos de ser velho nesse território. Nesse trecho, Seu Milton critica o comportamento daqueles que dizem que o trabalho no campo não é algo viável e alega que não se deve tornar dependente exclusivamente da atuação governamental. Ele faz referência ao poder divino (religiosidade) como aquele capaz de ajudá-los a enfrentar as dificuldades cotidianas de viver e trabalhar no campo. Em vários outros momentos narrativos, ele critica a falta de vontade, a preguiça e a pouca disposição para o trabalho como um “mal dos dias de hoje”. Essa visão otimista em relação à potência da vida no campo é uma característica forte e presente em toda a narrativa do Seu Milton: a crença de que nesse território há uma oportunidade real de vida e trabalho, ignorada e subvalorizada pela juventude e por outros sujeitos sociais.

Para além de todas essas questões sobre as quais falamos e que caracterizam o trabalho do pequeno agricultor familiar do campo, há também as marcas dessa atividade que se fazem ainda

mais evidentes: as marcas que se inscrevem no corpo. Como explicita Cunha (2014, p. 203), “no trabalho rural o ponto central ainda é o ‘corpo’ e não as tecnologias e maquinários. Assim, corpo e trabalho se entrelaçam de uma maneira intrínseca, um existe para cumprir o outro”.

A pele muitas vezes... repara a pessoa, ainda mais quando a gente já tem uma vivência, já está aí há algum tempo... A gente olha para o cidadão que tem um modo de se vestir, o visual mesmo... **as mãos e os pés do trabalhador rural são diferentes do trabalhador urbano, repara pra você ver!** (PODER PÚBLICO 1).

Essa narrativa em especial nos chamou bastante a atenção, tendo em vista ser algo que recorrentemente é trazido à tona na discussão sobre a velhice. Inspirados e de certa forma instigados por essa narrativa (e por outras dos próprios velhos que complementam essa temática do corpo) é que desenvolvemos as fotografias que se encontram (parte delas) na capa da tese. São velhices de trabalhadores rurais cujas marcas são inscritas nos seus próprios corpos, em especial nas mãos e nos pés, os quais estão diretamente implicados nessa luta cotidiana do trabalho rural. São, nesse sentido, mais do que marcas de trabalho, são marcas de vida, de experiência, de existência. As mãos e os pés especificamente revelam a dureza do trabalho sob o sol forte e das atividades pesadas realizadas sem a ajuda de maquinários. São anos de dedicação ao preparo da terra, ao plantio, à colheita, ao cuidado dos animais.

Dentre as imagens registradas, uma em especial me gerou grande afetamento, ao evocar pensamentos e reflexões sobre esse território que nos propusemos cartografar.

Fotografia 17 - Pés de Dona Luruca



Fonte: Jeane Doneiro, 2018.

Os pés de Dona Luruca (78 anos), “trabalhadeira rural”⁸⁶, se misturam à terra, se confundem com ela... são a própria terra, a mesma matéria, a mesma força. Esses pés trazem a marca desse trabalho que identificamos: braçal, exaustivo, pouco valorizado... trabalho que faz recair sob os sujeitos o mal da invisibilidade e uma série de estereótipos que por vezes impedem, naquele território, a circulação da vida. Uma imagem que também nos evoca pensar nos ciclos naturais, na vida que, ainda que com suas diferenças, não escapa ao sentido literal da expressão “do pó viemos e ao pó voltaremos”⁸⁷. São pés que expressam a história de **Uma vida** (DELEUZE, 2015), uma produção coletiva, compartilhada e ao mesmo tempo singularizada em cada experiência particular. Há uma beleza naquilo que se supõe destoante da beleza tradicional, do trabalho tradicionalmente belo, das experiências tradicionalmente belas. Talvez seja melhor perguntar: de que beleza se está falando?

Ainda no último trecho narrativo destacado, o sujeito menciona um determinado “modo de se vestir” que seria característico do trabalhador rural. Sobre essa questão em particular nos

⁸⁶ Expressão utilizada por ela para se autodefinir.

⁸⁷ Frase do texto bíblico Gênesis, 3, versículo 19. Desconsideramos nessa proposta analítica o sentido teológico do trecho.

chamou a atenção a utilização frequente de dois acessórios: o chapéu de couro, no caso dos homens, e o pano na cabeça, no caso das mulheres.

Fotografia 18 - O chapéu de couro de Seu Erotides e o lenço de tecido de Dona Íris



Essa ‘identidade visual’ atribuída aos trabalhadores rurais e que os torna reconhecíveis aos olhos dos outros emergiu nas narrativas – orais e fotográficas – de forma marcante e simbólica. Em um misto de positividade e preconceito, que ora gera orgulho, ora sofrimento, essa questão do corpo e do modo de ser velho trabalhador rural foi evidenciada pelos sujeitos.

É de couro esse chapéu, do tempo dos avô. Eu que vivo nessa ainda. **Eu acho bonito. Mas hoje em dia o pessoal não tá querendo isso mais, não! Acho que eles têm é vergonha** (pensativo) (SEU ARLINDO, 70 anos).

É costume... A gente nasce, o pai da gente já coloca na cabeça para não andar no sol, aí não tira nunca mais (SEU SEBASTIÃO, 71 anos).

Eu num gosto de outra qualidade de chapéu a num ser chapéu de couro. Ne qualquer parte de Araçuaí, eu ando com chapéu de couro. Outro dia eu cheguei lá inté lá naquele menino Marcelo do Milho e falei: “Oh, Marcelo”. Eu num tinha conhecimento com ele não. Aí eu falei: “Oh, Marcelo, hoje eu num tem dinheiro não. Eu quero comprar um milho. Precisa alguém pra representar aqui?” Aí ele olhou pra mim: “**Não, senhô. A pessoa que eu vejo com o chapéu de couro na cabeça e uma muchila de couro do lado aqui, pra mim, eu sei que ele é homem.**” **Então, isso é uma honra! Isso é um prazer que a pessoa tem, né.** Mas eu questiono, que tem

muita gente da zona **urbana que abusa do lavrador. Passa por ele, num dá nem bom dia, nem boa tarde** (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Chegando na porta da casa tivemos uma grata surpresa: Dona Íris, esposa de Seu Milton estava em casa. **Descalça, com a pele queimada de sol, um vestido velho e um pano na cabeça, ela veio nos receber, alegre.** Logo fomos convidados a nos sentar próximos ao fogão de lenha, onde Dona Íris continuou a fazer o que inicialmente já desconfiamos ser o almoço [...]. Ao longo da conversa, perguntei a Dona Íris sobre sua aparência e seu modo de se vestir, se gostava de se cuidar. Ela disse que sempre está daquele mesmo jeitinho, de vestido, com um pano na cabeça e com os pés no chão. Me contou que já se acostumou a andar descalça e que assim o faz mesmo quando está na cidade. Sentida, **Dona Íris contou de um episódio em que estava em Araçuaí e que uma mulher olhou para os seus pés e a chamou de cascão. Ela disse ter chegado em casa e chorado muito** (Anotações do diário de bordo, 01/08/18).

Entre narrativas que revelam momentos de humilhação e invisibilidade pública (GONÇALVES FILHO, 2004), e outros em que o fato de ser trabalhador rural é visto como sinônimo de honra e hombridade, esses velhos vão construindo seus modos de ser nesse território. Especialmente quando o Seu Milton diz “passa por ele, num dá nem bom dia, nem boa tarde”, podemos compreender a realização da invisibilidade pública, em que o que ocorre é o desaparecimento simbólico do sujeito a quem um olhar objetificante e de humilhação é direcionado. Nas palavras de Gonçalves Filho (2004, p. 22), “a invisibilidade pública é cegueira psicossocial”. Não seria então uma linha que aprisiona a vida? Que tenta limitar as subjetividades possíveis nesse espaço? Ouvimos sobre um episódio em que uma autoridade da esfera federal esteve em Araçuaí para resolver questões associadas a benefícios rurais. Com indignação, a narradora relatou ter ouvido do profissional: “mas o povo da roça é ignorante!”. Ofendida, ela relata ter respondido dizendo se tratar de preconceito e que ele deveria se retratar, mas a narradora entende que isso vai para além de uma opinião pessoal daquele profissional; é algo que teve que enfrentar na universidade e em outros espaços por onde esse tipo de preconceito é cristalizado e reproduzido.

Ainda sobre a questão da identidade visual do trabalhador do campo, ela é apontada como perceptível, principalmente, quando se realiza uma comparação com os trabalhadores urbanos. Essa questão é levantada por um dos representantes do poder público.

Se você pegar um trabalhador rural de 50 anos e um trabalhador urbano de 50 anos, se você colocar os dois um do lado do outro, o urbano muitas vezes você vai dar pra ele 45 anos, e o rural você vai dar 60. **Isso é uma questão nítida, entendeu? Quem não enxerga isso é só um bobo mesmo pra não saber que um cidadão da zona urbana tem uma questão do trabalho diferente do cidadão do campo** (PODER PÚBLICO 1).

O que o narrador chama atenção é que as marcas do trabalho no campo são resultantes de fatores como a excessiva exposição dos trabalhadores ao sol forte e o grande dispêndio de força física (desgaste do corpo), o que transparece nesse corpo velho com o qual nos encontramos. Mais do que se refletir na imagem, vale aqui retomar os impactos dessas condições de trabalho na saúde dos trabalhadores, impactos estes explicitados pelos profissionais da área da saúde. Eles apontam para uma ocorrência significativa de casos de câncer de pele, o que ainda é agravado pelo diagnóstico e, conseqüentemente, tratamento tardio. Nas narrativas dos velhos, essas marcas do trabalho no corpo (um trabalho que queima a pele, enfraquece o corpo e pode levar ao adoecimento) é o mesmo trabalho que os mantem vivos até hoje, trabalho que não apenas garantiu a sobrevivência, mas que propiciou o direito de ser velho sob o qual falamos no capítulo anterior.

Eu vou aplaudir ele porque ele é um lavrador, porque é dos braço dele que sai nosso sustento. É dos braço dele que sai o leite, é dos braço dele que sai a carne, é dos braço dele que sai o arroz, sai o feijão, sai a verdura, né. **Você já viu alguém rancar algum balaio de verdura lá dentro da cidade, dentro da zona urbana pra puder levar pro mercado vender?** (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Olha, às vezes, tem muita pessoa na zona urbana que discrimina o lavrador e num sabendo eles que o futuro deles tá na zona rural (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Ninguém vive sem o campo. Ninguém! Todos nós precisamos do homem, da mulher e do jovem do campo. A roupa que nós vestimos, o sapato que nós calça, o papel que você está com ele na mão, o óculos que você está usando, cê precisa da matéria-prima, o remédio que você toma a hora que você sente qualquer coisa. **Tudo, tudo na vida de um ser depende do campo. Tudo!** (exaltada) E hoje, olhando depois de tanto sofrimento, depois de tanta luta e de tanta conquista para uma sociedade mais justa e igualitária, a gente vê tantas coisas... (Diretora da FETAEMG).

Esta valorização do trabalho rural pelos próprios velhos emergiu em suas narrativas, principalmente sob o argumento da importância do campo em termos da produção dos alimentos (não apenas verduras e vegetais, mas também das carnes, ovos e derivados) que sustentam a cidade. Embora a produtividade na região seja baixa e cada vez mais o abastecimento seja de fontes externas, para eles a diversidade de produtos oferecida no mercado municipal e a grande circulação de pessoas cotidianamente são um demonstrativo de que o que fazem é mesmo importante e valoroso. Nesse sentido, ver a satisfação das pessoas ao comprarem seus produtos e falarem sobre sua qualidade (sabor e ausência de agrotóxicos) é algo que gera orgulho nesses produtores. Nesse sentido, como coloca Cunha (2014, p. 223), “a relação que estes velhos estabelecem com a terra não é uma relação apenas ‘produtiva’, no sentido mesmo de mercadoria e objeto de trabalho, é permeada por um valor moral e selada no

valor ético do trabalho que produz também o valor da família”. Ao falar de seus produtos, eles estão falando de suas famílias, de sua terra e de si próprios.

Essa ideia de que o trabalho é algo inerente à vida (e ao corpo) também é desenhada nas narrativas do sujeito na medida em que eles o trazem como algo que fazem desde a infância, desde “que eu me intindi por gente” (DONA LURUCA, 78 anos). Nesse sentido, como dissemos anteriormente, o trabalho é visto como orgânico, como parte de uma história de vida sem o qual não haveria o que contar.

Eu sempre trabaiei na roça, desde novinha. Eu arribava garapa, torrava farinha... (pensativa). Vixe! Desde novinha! (DONA SANTA, 79 anos).

Toda vida eu trabalho no campo. A minha mãe, eu perdi minha mãe eu tinha 11 anos de idade, aí eu fiquei com meu pai, ele casou e eu fui pra casa da madrasta, mas eu num gostava da casa de meu pai. Eu ficava lá o dia trabalhando, **sempre trabalhava na roça, plantava, capinava e eu lavava roupa, aí tudo que eu arrumava** (DONA LIA, 79 anos).

Como ele saiu (pai) e num deixou terra pra gente morar, num deixou casa, a gente morava de favor na casa dos outros... **eu comecei a trabalhar com ela (mãe), desde que me intindi por gente!** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Eu criei trabalhando na roça (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Desde de dez anos... dez anos não! (pensativo) **Desde quando eu comecei eu acho que num tinha interado nem dez anos ainda não, mas era puxado demais.** Toda vida. Nunca saí pra canto nenhum [...] (SEU EMÍLIO, 79 anos).

A ideia de aprender a trabalhar desde muito cedo que apareceu na totalidade nas narrativas dos velhos é algo que se reproduziu nas histórias contadas sobre os seus filhos. Ouvindo cada um deles, entendemos que essa organicidade do trabalho é passada para as novas gerações, ensinamento de que se orgulham muito. Como argumenta Delgado (2007, p. 177), “[...] o valor do trabalho e a construção de um corpo apto a trabalhar são os bens que, num contexto marcado pela pobreza, foi possível aos pais lhes transmitir”. Isso não significa, entretanto, que não reconheçam a importância dos filhos realizarem outras atividades como estudar. Eles ponderam, inclusive, o quanto gostariam de ter tido a oportunidade de estudar, o que na atualidade percebem como algo bem mais acessível. É fundamental destacar que a escola e o trabalho, nesse contexto, não são apresentadas como realidades antagônicas.

Nós levava eles pro mato miudim, minha fia, e tava na enxada capinando. Nós criô esses filho tudo foi, assim, trabalhando na roça. Primeiro levando eles, depois eles ajudando também (DONA MARLENE, 67 anos).

É um trabalho terrível, viu! Demora demais (sobre a produção do fumo). [...] Sol e chuva. Do jeito que vier. Com a chuva ele perde. Ainda tem mais essa. **Tinha dia que nós ficava até meia noite sem dormir estalando fumo, todo mundo ajudando... é a rotina da vida né?** (DONA LIA, 79 anos).

O jovem... jovem de quinze ano, doze, quatorze, quinze ano **ele tem que tá estudando e acompanhando o pai fazendo o que o pai tá fazendo**. Se você tem uma loja, seu filho vai pra escola, chegou da escola, o intervalo, ir pra loja mais eu. **Se eu sou pedreiro, meu filho chegou da escola, vem cá pro meu serviço. Num obriga ele fazer nada, não. A própria criança, ela quer fazer o que o pai faz e isso é uma coisa do ser humano** (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Essa questão da justaposição entre o trabalho e os estudos na vida dos filhos pode também ser entendida sob a ótica do que caracteriza o modo de produção agrícola familiar que, como o próprio nome explicita, tem como uma de suas bases a família. Sendo assim as características internas de organização do trabalho, nesses contextos como o que estudamos, assenta-se no próprio grupo doméstico em que não apenas os pais, mas também os filhos são partes constituintes dos processos produtivos (WANDERLEY, 2014). Aqui cabe fazermos uma ressalva em relação à temática do trabalho infantil. Encontramos nas narrativas dos velhos referências negativas às legislações mais recentes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que tange à proibição do trabalho infantil enquanto algo que é prejudicial ao desenvolvimento dos sujeitos. Os velhos compreendem que o aprendizado do trabalho na lavoura e o cuidado com os animais, assim como exemplificado na fala de Seu Zezé apresentada acima, representam algo que faz parte da tradição e do próprio sistema de produção de caráter familiar. Nos termos do ECA, entretanto, o trabalho infantil é permitido, mesmo sendo realizado junto aos pais, apenas a partir de 14 anos de idade e na condição de aprendiz, desde que a criança/adolescente esteja matriculada e frequentando a escola⁸⁸.

Não obstante essa discussão, em nossas andanças cartográficas identificamos que a ideia do trabalho como inerente à vida é semeada desde os primeiros anos de vida, em que as atividades associadas ao cultivo de alimentos e a criação de animais acabam por compor a própria dinâmica familiar. Essa argumentação pode ser ilustrada pela narrativa de Dona Íris sobre uma de suas filhas que, mesmo tendo estudado e hoje atuar como professora em uma instituição de ensino, ao chegar na casa dos pais ela logo se dedica às atividades cotidianas (tirar o leite,

⁸⁸ Os altos índices de evasão escolar de crianças e adolescentes do campo fizeram com que o regime escolar de Alternância (modelo que intercala períodos de internato na escola e períodos em casa) fosse reconhecido como adequado, inclusive, para valorizar o trabalho no campo. Para saber mais, ver: PASSADOR, C. S. A Educação Rural no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

plantar, cozinhar os quitutes típicos da roça), porque assim ela foi criada e isso seria parte de quem ela é.

Essa mesmo que é diretora (de escola) lá na Baixa Quente (comunidade rural), ela faz a mesma coisa quando ela vem pra aqui pra roça. **Ela chega, ela capina, ela torra massa, ela ajuda fazê a ração... tudo que cê joga ela pra fazer ela faz.** A outra é a mesma coisa, porque uma coisa que eu ensinei minhas minina foi trabaiá, **isso é que nós somo** (DONA ÍRIS, 59 anos).

Nesse sentido, o que percebemos é que a família, a relação com a terra e o trabalho são forças em constante composição, indissociáveis e que marcam os modos de vida desses sujeitos nesse território. Isso não significa, entretanto, que essas mesmas configurações se realizarão no processo de construção dos modos de vida de sujeitos outros, em um tempo histórico-social outro, como no caso dos filhos e netos desses velhos. Ouvimos, em nossas andanças cartográficas, histórias como a de uma das filhas do Seu Zezé das Tesouras sobre o desejo de construir uma realidade diferente da experimentada no campo.

Eu trabalhei na roça, eu recordo desde dos sete anos, né? E a gente trabalha, é vamos dizer que se fosse hoje pra nós era trabalho infantil..., mas não quero com isso é... culpabilizar meus pais, não, porque meu pai tinha uma coisa muito boa, ele cuidou muito da gente. Eu tinha dezesseis anos, e aí teve esse convite pra vida religiosa, aí nós saímos, um grupo de moça, dez moças lá da roça a pé... Aí teve o encontro vocacional, e desse encontro vocacional eu fiquei um dia no Colégio Nazaré com as irmãs e aí eu digo assim exatamente... **hoje eu falo isso: sabe o quê que eu admirei nas irmãs? As mãos lisas das moças... Aquilo que eu não era, porque até hoje eu tenho calos nas mãos (risos)... Hoje eu tenho os calos na mão e os respeito, é a minha vida, né?** (MARIA SALETE).

No caso específico da narradora, a vontade de viver outras experiências motivou sua saída do campo, e a oportunidade apareceu a partir da proposta de “uma vida religiosa”. A filha de Seu Zezé das Tesouras (77 anos) e de Dona Isaura (77 anos), após alguns anos de dedicação à igreja, formou-se assistente social e hoje atua na área como servidora efetiva na prefeitura de Araçuaí. Apesar dessa história, ela ressalta: “eu digo que eu saí da roça, mas a roça não saiu de mim, né?”. A filha de Seu Zezé fala sobre o desejo de, após aposentar-se, voltar a produzir algo na zona rural, uma plantação de frutas ou mandioca. Retomando o trecho narrativo anterior, quando ela diz “**sabe o quê que eu admirei nas irmãs? As mãos lisas das moças... Aquilo que eu não era...**” está fazendo referência direta às marcas do trabalho rural que, desde cedo já estavam inscritas em seu corpo. Ouvimos histórias semelhantes no cotidiano de trabalho como docentes do IFNMG, mas em nenhum momento nos parece possível desconsiderar que as condições mais amplas que perpassam esse território (seca, baixa produtividade, rendimentos baixos) influenciam nesse processo de decidir por permanecer ou não no campo. Além disso,

outros elementos trouxeram mudanças na vida cotidiana, como argumenta Dona Íris (59 anos) que lamenta ao dizer que hoje ela encontra obstáculos para passar para suas netas os mesmos ensinamentos que passou para suas filhas.

Hoje eu não consigo insinar minhas netas, porque elas não quer pegar... elas vem pra cá e só fica no celular, infelizmente tem essa praga hoje que acabou com a coragem da juventude, cê me desculpa eu falar que ieu não tô falando docê não (direcionando o olhar para Jeane)... mas cabô! **Chega aqui, a casa tá suja, ó (movimentando os ombros sinalizando indiferença).**

A construção de novos modos de vida que também se dão no contexto do campo por vezes são, na visão dos velhos, perdas em termos desse aprendizado para o trabalho – algo que lhes é tão caro. Nesse sentido, identificamos também o pesar associado ao futuro de tudo que foi construído por eles, afinal, o desinteresse demonstrado pela “juventude” ameaça as possibilidades de concretizar esse futuro. Alguns autores (WOORTMANN; WOORTMANN, 1999; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; SILVESTRO, 2001; CARNEIRO, 2001; 2005; KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015) discutiram em suas pesquisas a questão da sucessão das pequenas propriedades rurais, algo realmente problemático tendo em vista o aumento do êxodo rural e o avanço do agronegócio, e, embora não tenhamos nos dedicado especificamente a esse tema, ele aparece tangenciando essa discussão sobre o trabalho e as futuras gerações.

Especificamente sobre a relação entre velhice e trabalho rural, vimos no capítulo anterior que grande parte dos sujeitos com os quais conversamos se notaram velhos, ou seja, reconheceram-se como tais a partir das perdas associadas à capacidade para o trabalho. Revisitamos esse argumento porque a partir dele podemos compreender a intensidade da linha trabalho na constituição desses sujeitos, isto é, o trabalho concebido não apenas como inerente à vida, mas também como fonte de vida. Ao trabalho é atribuído o alcance do direito de ser velho, dito de outro modo, eles dizem terem chegado até os dias de hoje graças à dedicação à terra, à agricultura, ao campo.

E aí pra nós construir essa casa aqui, foi lutando, lutando, **tirando daqui da própria terra**, né, da própria terra. E nós veio assim lutando, lutando, mexendo, **tocando a roça e na roça nós tá até hoje. E eu não reclamo da roça, não, nós tamo aqui vivo até hoje por causa desse trabalho** (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Essa questão se tornou evidente em nossas andanças cartográficas na medida em que várias narrativas dos velhos traziam à tona a positividade associada ao trabalho e, por vezes, vimos emergir certo pesar de não poder mais realizar esse trabalho da mesma forma.

Num guento mais o movimento de serviço! E quando eu era mais novo, eu guentava. A gente sente que a gente tá tá infraquicendo... **Mas continuo cuidando. Tá vendo aquele quintalinho ali? Hoje mesmo eu já fiquei aí um cado aí, né? Mexe com alguma coisa...** (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Eu gostaria de fazer o meu serviço, mas eu num guento fazer ele mais que ele é pesado. [...] **Como eu gostei de mexê com barro, menina! E outra coisa que eu gostei também... agora também já num guento mexer com torração de massa, sabe.** Nós levantava duas hora da madrugada pra ir aqui na tenda de farinha. [...] Era tudo na mão, precisava de força, ocê tinha que ver! (DONA LURUCA, 78 anos).

Num acho muito difícil não (a vida na roça). **Trabaiamos muito, mas né difícil, não.** No tempo que a gente plantava e colhia, eu ia pra roça ajudar plantar mais Zezé, quando chegava em casa, eu ia fazer o almoço e ele ia ficar aí esperando, né. Eu num achei difícil não... Eu sou assim: nada, assim, eu num acho difícil pra mim, não. Eu faço tudo. **Às vezes tô cansada de trabalhar fazendo as coisa e tudo, num to guentando mas quero fazer!** (DONA ISAURA, 78 anos).

O uso do verbo **aguentar** pelos três narradores remete justamente ao peso associado ao trabalho rural, o qual o corpo envelhecido não suporta mais. Mesmo que com essa constatação de que hoje eles, de fato, não possuem a mesma capacidade física para o trabalho, em nenhum momento isso é colocado em tom de lamentação e tristeza. Os movimentos e as técnicas relacionadas ao trabalho são trazidos em vários trechos de suas narrativas de forma tão detalhada e cuidadosa que é possível sentir o prazer revivido nessa experiência.

Foi muito interessante esse (re)encontro com Dona Luruca hoje. Ao ver as fotos, ouvir sua história, ela se abriu... ainda não tinha visto aquele sorriso. **Quando falamos sobre a produção de farinha (“farinhada”), foi emocionante... ela repetia os movimentos com as mãos, tentando me explicar animadamente cada etapa, cada detalhe...** fiquei admirada com aquele conhecimento passado de uma forma tão simples, mas contendo uma complexidade imensurável: trabalho duro, cansativo, desgastante (Anotações do diário de bordo, 04/08/2018).

Nesse sentido, percebemos que eles se orgulham do trabalho que fazem (embora alguns não mais o façam) e que gostam da rotina do campo, ainda que com todas as dificuldades inerentes às atividades que realizam. É relevante destacar que o fato de não realizar o trabalho da mesma forma que antes (não aguentar) não significa para esses velhos deixar de fazê-lo, mas apenas um reconhecimento de que é necessário fazer de maneira diferente, diminuir ritmo, desenvolver outras atividades.

Aí eu planto! Eu já amanheço o dia na beira daquelas planta antes de tomar café. [...] **Vou panhando o regador e vou jogando água. Móio tudo, não gosto de ficar parada não** (DONA ISAURA, 78 anos).

Maria Emília, minha fia, me xinga, ontem mesmo nós encontrou na cidade: “oh, mãe, a senhora tá caminhando com esse joelho”, falei: “**oh, minha fia, enquanto Deus me dá vida eu vou caminhar, não vou esquecer meus trem não...**”. Ela falou: “É, eu soube, eu quero ir lá pra ver essa horta, senhora fica plantando horta, já falei com a senhora!”, aí eu falei: “**ah, deixa meus trem quieto, se eu não tiver eu endoido**”. **Se eu pará de mexer, eu morro de um dia pro outro** (DONA SANTA, 79 anos).

O que eu mais gosto de fazer é lidar com gado. Isso é que eu gosto. **Se ocê falar assim que eu não posso mais... Ah! Eu prefiro a morte!** (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Ouvindo com atenção as narrativas dos velhos, fica evidente que, se o trabalho é inerente à vida, o não-trabalho seria logicamente o não viver, como constata Seu Milton ao dizer “ah! Eu prefiro a morte!”. Essa importância do trabalho para o velho do campo também foi evidenciada pelos representantes do poder público, inclusive em uma dimensão terapêutica e de manutenção da saúde: o trabalho como remédio.

A gente vê muitas vezes a pessoa que já está idosa, muito idosa, está com problema osteoarticular e não tem condição, **mas está querendo continuar na lavoura lá capinando e plantando o jardim, a horta...** [...] Eu acho o trabalho fundamental, tem sido a melhor distração, eu acho que uma pessoa produtiva adoece menos, adoece menos de questões psíquicas porque ela se sente útil, ela é ativa (PODER PÚBLICO 3).

Eu acho muito importante o trabalho, eles continuarem trabalhando... assim, eles não conseguem roçar, cultivar, né? **Mas sempre criam uma galinha, uma vaca, alguma coisa... porque se ficar parado de tudo, esse idoso adoece** (PODER PÚBLICO 3).

Tem um senhorzinho mesmo em Machado que ele tem câncer de pele por exposição ao sol. Agora ele está cuidando, está controlando o câncer. Ele mora em Machado (comunidade rural de Araçuaí), só ele e a esposa, e assim... ele tem 90 anos é lúcido, orientado, **tem que ir todos os dias às 6 h da manhã subir a ladeirinha e ver a criação dele, mesmo que ele não consiga fazer mais nada, mas tem que subir todo dia.** A mulher dele fala assim ‘Ele tem o problema de pele, eu falo para ele usar boné, usar tudo que protege’, mas tem que ir, às vezes não está aguentando e ele diz ‘**não, vai melhorar se eu subir aqui e ir lá ver a minha criação**’ (PODER PÚBLICO 3).

É necessário sinalizar que, embora essa importância do trabalho para os velhos lavradores seja reconhecida pelos representantes do poder público, não identificamos ações institucionais que assinalem nessa direção. Quando questionamos os equipamentos públicos que atuam diretamente com os velhos no âmbito da assistência social, por exemplo, identificamos que os poucos projetos desenvolvidos de certa forma vão de encontro a essa realidade, tentando abordar com esses velhos a ideia de que o trabalho não seria mais compatível com seu momento de vida. Essa questão é evidenciada na fala do profissional do CRAS: “os idosos nesse processo

de envelhecimento acabam focando muito na questão do trabalho. Eu acho que nos nossos grupos a gente tem pensado nisso: como possibilitar uma opção nessa idade agora, **já que não é produtiva, não é de trabalho, uma opção de lazer para eles**". Embora nosso objetivo não seja o de avaliar os projetos e ações desenvolvidas, essas narrativas nos provocam pensar sobre esse reforço discursivo, ainda que não intencional, sobre a velhice como a idade da improdutividade e do não-trabalho.

Diante de todas essas discussões, entendemos que esse subcódigo nos permitiu iniciar a reflexão sobre a relevância da força trabalho na constituição dos modos de ser velho nesse território. Tal relevância se evidencia nas narrativas que o revelam como algo que é aprendido, desde a infância, como natural e orgânico e que é passado aos filhos enquanto tradição e valor. Um trabalho braçal, desgastante, que deixa marcas nos corpos que, envelhecidos, apresentam-se como resultados do acúmulo de anos de dedicação cotidiana à terra e aos animais. Esse corpo, que ora possibilita experiências de orgulho, é o mesmo corpo que se torna invisível aos olhos dos outros, sendo negligenciado e objetificado. Um trabalho que, justamente em função do desgaste provocado pela sua intensidade, enfraquece o corpo, "estraga os braços e as pernas" (Seu EMÍLIO, 79 anos). Um trabalho que, ainda que desgastante, significa vida e contribui para a definição de si pelos velhos e, nesse sentido, a ideia de parar de realizá-lo significa uma aproximação com a morte. Retomando as características que permeiam a própria definição de pequeno produtor rural, trata-se de um trabalho que se confunde com a família e com a terra. Nessa perspectiva rizomática da velhice no campo que estamos propomos, o trabalho alcança patamares outros, de sustentação, de autodefinição e de relação com o mundo.

5.1.2 Linha "Pra mim, a mulher inda trabaia mais do que o homem"

Uma outra questão que emergiu intensamente nas narrativas dos sujeitos, embora por vezes de forma marginal, diz respeito ao trabalho da mulher no campo. Encontramos em nossas andanças cartográficas mulheres que narraram sobre suas histórias de vida marcadas por muita luta e trabalho, em que, além da lida com a lavoura e com os animais, coube a elas o cuidado com os filhos e com a casa. Nesse sentido, é importante ressaltar que estamos falando de famílias, em geral, com um número grande de filhos, o que significa a vivência de inúmeras gestações e a responsabilidade, também multiplicada, do cuidado cotidiano com as crianças. Nesse momento, resgatamos a fala de Dona Luruca (78 anos) que, ao ficar viúva ainda jovem, teve que criar seus filhos sozinha:

Fiquei sozinha dentro de casa com Deus! Tive que trabaiaí muito..., mas, graças a Deus. [...] Oh, gente, eu trabalhei pra criar dez filho. **Num tinha direito a nada.** [...] Eu num dei ninguém, eu criei todos dez, eu num dei ninguém, eu num matei ninguém, num judiei com ninguém. Tá todos dez aqui vivo dentro dessa comunidadinha (pensativa). Pra mim sobreviver, eu fui trabaiaí pra criar meus filho, **Trabaiei no barro. Trabaiei na cerâmica.** Levava, fazia carqueiro de plantar planta, sabe? Nós levava pra cidade pra vender pra Araçuaí. **Eu gostaria de fazer o meu serviço, mas eu num guento fazer ele mais que ele é pesado** (DONA LURUCA, 78 anos).

Assim como Dona Luruca (78 anos), ouvimos de Dona Santa (79 anos), Dona Lia (79 anos), Dona Isaura (78 anos), Dona Íris (59 anos) e Dona Marlene (67 anos) narrativas sobre as dificuldades vividas, sobre o peso do trabalho, desde a infância até a vida adulta, e sobre os episódios em que, já casadas, carregavam os filhos recém-nascidos para o trabalho na roça.

Vixe! Já fiz demais de tudo! Ração de farinha e tudo, minha fia. Tudo eu já torrei. Tudo. Que pai mexia com tudo... Só vendo! Pra vender também. Vendia pro povo daqui mesmo que quase ninguém fazia, né? Depois que casei foi nós dois... **Nós levava eles pro mato miudim, minha fia,** e tava na enxada capinando. Nós criô esse filho tudo foi, assim, né, trabalhando na roça (DONA MARLENE, 67 anos).

Eu já passei tanta fome, pra mim criar esses minino eu sufri, minha fia... Era nós dois lutando com a vida, trabalhando pro zoto, **ele trabalhava, eu trabalhava,** nós fazia a feira, passava a semana e tornava fazer outra feira, passava a semana toda, foi sofrido demais (DONA SANTA, 79 anos).

Eu sô daqui, **criei mais minha vó dês dos sete ano, torrando massa pros outro e pra ela, mexendo dentro de casa.** Depois trabaiaiva pros outro aí e cuidando dos véio e cuidando da casa. **Casei, fui trabaiaí mais Millton fora pra pudê ganha o pão de cada dia...** Limpava casa pros outro quando eu tava grávida de...da... minha filha, eu trabaiei muito arribano garapa pros outro que é coisa que ocês nem sabe... Eu limpava arroz com a mão de pilão, limpava arroz pra fazer comida pra vinte e cinco, vinte e seis camarada, sem brincadeira! Eu torrava café, socava o café no pilão, panhava água na cabeça no pote.... (DONA ÍRIS, 59 anos).

São narrativas de trabalho em que essas velhas se colocam como trabalhadoras, como parte fundamental no processo de garantia do sustento para a família. Entretanto, é relevante ressaltar que, como coloca Paulilo (2004), dentro do modo de produção caracterizado por agricultura familiar, há que se considerar a demarcação de diferenças de gênero no que tange à realização do trabalho, ou seja, destina-se, nesse contexto, um lugar inferior ao trabalho feminino, mesmo quando desempenhadas atividades consideradas tipicamente masculinas. Neri (2014) discute, nessa mesma linha, a separação clara entre o ‘trabalho leve’ e o ‘trabalho pesado’, os quais seriam, respectivamente, atribuídos ao gênero feminino e masculino, dizendo sobre como essa separação influencia negativamente no momento da solicitação de acesso à aposentadoria rural pelas mulheres. Segundo a autora, prevalece entre os juízes a percepção do trabalho da mulher no campo como restrito a uma ‘ajuda’ ao trabalho masculino e que, portanto, pode ser avaliado

como mais leve. Em sua pesquisa, a autora avalia como são operadas as tecnologias de gênero nos processos de validação de mulheres enquanto *seguradas especiais* elegíveis para o recebimento da aposentadoria rural, discutindo as representações que permeiam esse processo no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

Os resultados da pesquisa apontam para as dificuldades encontradas pelas mulheres para alcançar o acesso ao benefício previdenciário, tendo em vista que, por vezes, atividades realizadas por elas – como o cuidado da horta e de animais – são desconsiderados ou avaliados de forma subvalorizada na determinação sobre ser ou não uma trabalhadora rural. Como explicita a autora:

O uso exagerado ou peso demasiado à inspeção judicial pode ser extremamente desfavorável às mulheres, especialmente as casadas, visto que a depender da região paraibana o labor com a enxada está mais reservado aos homens. Se a mulher efetivamente não trabalhar com a enxada mas plantar e colher saberá responder a perguntas “técnicas” feitas pelos magistrados acerca das espécies de plantação e modos de trabalho. **Porém, se o cerne de suas atividades produtivas for o quintal, por exemplo os cuidados com a horta e os animais, ela terá poucas chances de ter seu pedido de aposentadoria reconhecido, pois terá que criar uma performance muito distante da sua realidade para historicizar seu modo de vida na fachada social da agricultura, roça e enxada** (NERI, 2004, p. 132, grifos nossos).

Os resultados da pesquisa foram corroborados por Sales (2007) ao realizar uma investigação no contexto de comunidades rurais cearenses. Como coloca a autora, essa percepção do trabalho feminino no campo como *ajuda* é algo que se inscreve no âmbito familiar e se estende para outras instituições como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, algo que inviabilizou por muitos anos o acesso das mulheres aos seus direitos sociais. É importante também destacar as outras atividades que são desenvolvidas pelas mulheres do campo e que, da mesma forma, são por vezes desconsideradas como o plantio de ervas medicinais e a produção de artesanatos. Vimos, dentre as velhas com as quais conversamos, que de fato todas essas atividades eram realizadas por elas (algumas ainda são), para além da prática do roçado.

Tem planta de medicina, ali tem um pezim de planta que é de medicina. **Eu sempre plantei...** Eu planto também as planta de fazer o chá. Eu tomo muito chá. Eu num mexo, muito assim, com comprimido. Pode perguntar o dia que eu tomei um comprimido que eu num sei nem falar. Um comprimido pra dor de cabeça... sempre que as pessoa vai tomando... febre, tudo. Eles vai tomando, ainda fala assim: “Oh, gente, esse menino tá com febre”, a febre também ajuda na doença. Num pode tirar a febre do menino, assim, numa vez não. Cês tem que dar eles chá, as criança pra puder melhorar. Agora vai, vai sentindo uma dorzinha na cabeça, uma febrezinha assim: comprimido! [...] **Eu falo, ensino todo mundo como tem que fazê** (DONA ISAURA, 78 anos).

Tanto Dona Lia (79 anos) quanto Dona Isaura (78 anos) e Dona Íris (59 anos) contaram que, além de todas as atividades da roça e da casa, elas ainda se dedicavam a costurar as roupas para a família. Dona Isaura (78 anos) conta, inclusive, que essa era uma característica valorizada pelos rapazes na busca por suas esposas e que ela teria passado por esse ‘teste’ antes do casamento.

Ele, pra saber se eu sabia fazer alguma coisa, pra testar, ele comprou um pano pra fazer uma calça e levou pra mim fazer antes de casar. E eu fiquei com uma vergonha que eu num ia saber fazer essa calça, mas daí eu fiz a calça pra ele. **Testando se eu sabia costurar!** (Risos) (DONA ISAURA, 78 anos).

Diferentemente dos homens, as velhas que narraram suas histórias revelaram uma baixa participação política em suas próprias comunidades e em outras instituições como no STR. Embora demonstrem conhecimento sobre as problemáticas que enfrentaram historicamente enquanto população do campo - e que ainda enfrentam -, percebemos que esse espaço não é ocupado por elas. Essa questão corrobora os argumentos apresentados por Sales (2007) sobre o fato de que o movimento político das mulheres do campo é relativamente recente e que, embora com avanços expressivos, ainda tem um caminho a ser percorrido. No âmbito do STR de Araçuaí, conversamos sobre a participação das mulheres tanto como associadas quanto na própria estrutura organizacional da instituição. O STR conta atualmente com duas diretorias comandadas por mulheres, um avanço na perspectiva de uma dessas diretoras que contou que a temática da mulher do campo tem sido tratada dentro da instituição, ainda que muito ainda precise ser feito. Em parceria com outros órgãos, o principal assunto em pauta no momento é, segundo ela, a violência contra a mulher.

Um tema que infelizmente não sei por que ainda não saiu do papel, mas nós precisa debater sempre é sobre a violência contra a mulher. A gente tem que lutar contra isso... porque existe muita violência. Doméstica, verbal e física também. **Existe! Morre mulheres, muitas mulheres, tanto aqui no município de Araçuaí quanto no meio rural por causa dessa violência** (INSTITUCIONAL 1).

Participamos junto a uma das equipes do CRAS volante de uma oficina voltada para o tema da violência contra a mulher, realizada na comunidade da Baixa Quente. A oficina reuniu mulheres de todas as idades, inclusive velhas, mobilizadas por meio das ACS a se encontrarem na quadra que se localiza em um ponto central da comunidade. Os temas tratados ao longo da oficina giraram em torno do que pode ou não ser considerada uma atitude violenta contra a mulher e como lidar com isso. Percebemos o quanto essa discussão ainda parece nova para aquele grupo além de, na maior parte das vezes, incômoda. Falou-se sobre atitudes do marido em relação à

esposa e sobre a necessidade do consenso no que tange à prática de relações sexuais, mesmo entre o casal. Percepções como a de que “a mulher deve estar sendo cheirosa e agradar ao marido” foram problematizadas e diferentes visões apresentadas, mas ainda foi possível identificar que a concepção de que o corpo feminino é propriedade masculina permanece enraizada (SAFFIOTI, 2005). A partir dessa breve participação e de conversas com os profissionais, a sensação é justamente essa: a de que o papel de subalternidade historicamente atribuído à mulher persiste e produz efeitos perversos na vida cotidiana.

Em relação a esse debate sobre o lugar ocupado pela mulher do campo também nos chamou muita atenção a fala da Diretora da FETAEMG⁸⁹ sobre a sua condição e as questões que enfrentou ao longo de sua trajetória de vida.

Os coronéis, eles... nós, mulheres, não éramos respeitadas. Nós, mulheres, era objeto... e aquilo pra mim era o fim da vida. Eu criança e não aceitava! A gente tinha os nossos pais, mais quem nos batia eram os coronéis, além dos abusos que a gente sofria, da humilhação que a gente sofria – isso era o ontem. Eu dormi muitas vezes no mato, dentro do vale... muita gente aqui sabe o que é vale, que os patrões não fazia cerca, eles abria um buraco pra dividir as terras. Era um vale. Quando a praga vinha, eu corria pro vale, dormia lá. Eu comia mamão, comia uma fruta, comia outra, mas eu não queria essa vida pra mim..., mas eu consegui! Porque eu vivi isso ao longo desse tempo, obedecendo, que eu sou de Coronel Murta – uma cidade de coronel, como todo mundo sabe que aqui na região era isso que comandava, mas também eu sou descendente de quilombola. Cês imagina o quê que eu passei! **Negra! E antes de ser uma negra, trabalhadora rural muito pobre e eu não aceitava as qualidades que me colocavam: negra, pobre... pra depender de alguém.** Eu tinha que ter alguma coisa (Diretora da FETAEMG).

Retomando o debate sobre o trabalho da mulher do campo, são várias as questões que se apresentam e que se cruzam; forças que dizem respeito à macro e à micropolítica, questões de ordem molar e molecular. Especialmente sobre o peso do trabalho, Dona Íris (59 anos) não hesita ao dizer que, **“pra mim, a mulher inda trabaia mais do que o homem”** e, longe de tentarmos realizar esse tipo de avaliação, o que importa é que ouvindo-a narrar sua história não nos atreveríamos a dizer o contrário. Nossa experiência nesse encontro com essas mulheres foi de força, de resistência e de luta. Seu Milton (67 anos), marido de Dona Íris, completa a fala da esposa dizendo “porque a mulhé, ela tá lavando o arroz, e o homem tá sentado, ela tá lavando uma roupa, o home tá sentado... entendeu? **O serviço dela num para, não.** Ela num tem tempo, não”.

⁸⁹ Ouvimos a narrativa da diretora, uma mulher velha, durante um evento realizado pelo IFNMG – Campus Araçuaí chamado “I Conversa ao pé do Tamboril”, realizado em 30/08/2017, promovida pelo NEPRU (Núcleo de Estudos e Pesquisas Rurais).

Um aspecto importante foi abordado por Freitas (2017) ao tratar dos impactos da aposentadoria rural para a vida das mulheres. Não obstante existam as dificuldades para o alcance do benefício apontadas por Neri (2014), o fato é que, quando conquistam o direito à aposentadoria, as mulheres do campo vivenciam mudanças significativas em sua vida cotidiana. A autora destaca ter analisado situações de alterações na dinâmica familiar em função do recebimento do benefício, uma vez que muitas das velhas tornam-se as provedoras do lar. Nesse esteio, fala-se sobre uma autonomia financeira dificilmente experimentada anteriormente e que resultou na realização de reformas na casa, aquisição de novos móveis e utensílios. Segundo a autora, foi possível identificar mudanças na forma dessas mulheres verem à vida, o que se relaciona com esse histórico patriarcal que coloca a mulher enquanto figura social subalterna e marginalizada (SAFFIOTI, 2005).

Nesse sentido, são múltiplas as forças que se inserem no rizoma velhice rural, em especial aqui nos remetemos à velhice da mulher no campo. Embora a discussão de gênero não esteja dentro do escopo dessa tese, ela emergiu com intensidade e enriquece, ao nosso ver, as reflexões sobre a complexidade que marca esse território.

5.1.3 Linha “A aposentadoria é a valência da gente, menina”

Vimos até o momento que o trabalho, nesse território, emergiu como aquilo que é inerente ao viver e que também se configura como fonte de vida para esses velhos rurais. São forças que emergiram nas narrativas com intensidade, e porque não dizer, com muita beleza. Nesse sentido, falar da aposentadoria como um momento de liberdade parece algo contraditório. Afinal, se trabalho é experimentado por eles como vida e o não-trabalho os aproxima da morte, por que falar em aposentadoria como exercício de liberdade? De que liberdade estamos falando?

Uma leitura apressada poderia nos deixar levar pelo discurso amplamente difundido na contemporaneidade de que afastar-se do trabalho possibilita a vivência do ócio, de outras experiências ou mesmo a construção de novos projetos. Trata-se de uma leitura alinhada ao que discutimos anteriormente sobre os discursos da Melhor Idade ou Terceira Idade. Há nesse sentido, inclusive, uma tentativa de desvincular a aposentadoria da velhice, na medida em que sob uma determinada perspectiva a aposentadoria inaugura um novo nicho de mercado, um rol de pessoas que continuam ativas e que possuem, em geral, uma fonte de renda estável e segura.

Daí a eclosão de serviços especializados para atender a esse rentável nicho de mercado. O aposentar-se se torna então uma oportunidade de gozo da liberdade longe do trabalho e, na maior parte das vezes, diretamente associada ao consumo. Entendemos que, nesse caso, estamos falando de outras velhices⁹⁰.

Em nossas andanças cartográficas, uma questão nos chamou bastante atenção: ouvimos desses velhos que a experiência da aposentadoria é também vivida como liberdade, mas não para consumir ou realizar outros projetos, mas sim **para continuar trabalhando**.

Ah, agora nós tá mais tranquilo, a vida tá muito melhor... todo mês nós recebe o dinheirinho da gente. Aí dá pra viver... [...] Mas todo dia seis horas nós já levantou pra trabalhar, vamo cuidar da horta, dos bichinho que nós tem aí... Plantá alguma coisa... Mas quando é onze hora, eu armoço... e já tem até uma cama ali no quarto. E eu vô pra lá e deito, porque como se diz, **minha vida agora no meu caso eu posso aproveitar um pouco o... é aproveitar a aposentadoria ali** (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Continuo trabalhando... ah, isso eu nunca vou deixar de fazê! Mas eu vou falar o seguinte: quando o dia tá fresco assim, eu só almoço, dou uma descansada, deito na rede, dou uma cochilada e eu levanto e torno a pegar no batente. **Com calma, né? Mas pode pegar para trabalhar... Às vezes já tá até no fim, mas a gente não sabe, né? Mais ainda tenho muito o que fazer...** Eu ainda sonho em ajudar a fazer barragem no córrego [...] E ainda acho que devo melhorar também dentro da minha própria propriedade, né, ainda devo melhorar um pouco mais... (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

O mais difícil é a força para trabalhar... Às vezes eu facilito um pouco para não estragar mais meu corpo, minhas pernas e nem a mente, né? [...] Então mais antes ocê diminuir o trabalho hoje, né, aí se ocê amanhecer vivo amanhã... ocê pode guentar a lida do mesmo jeito. Porque o que eu tô fazendo aqui hoje num tá servindo só pra mim não, tá servindo pra ocê, pra aquela menina, pra ele aqui, né? Porque, o que eu tô fazendo aqui hoje... **se eu tivesse parado, veja bem! Se eu tivesse parado, eu tava só recebendo do governo. Eu num tava contribuindo com nada, né? Mas como eu tô trabalhando, eu ainda tô contribuindo, mesmo recebendo o meu aposento ainda.** Cê concorda? (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Essa tranquilidade trazida nas narrativas pelos velhos se justifica pelo impacto significativo que o benefício traz para a vida dessas pessoas, garantindo níveis mínimos de sobrevivência (subsistência e acesso a serviços) que por vezes não eram alcançados por meio da dependência exclusiva das atividades como pequenos produtores rurais (MOREIRA, 2010; TAVARES, 2011; BARROS, 2014; FREITAS, 2017; MELO, 2017). Falamos anteriormente sobre os baixos

⁹⁰ Isso não significa, entretanto, que esses sujeitos também não encontrem dificuldades associadas ao processo de aposentadoria. Há inúmeros trabalhos que tratam do adoecimento decorrente do rompimento com o mundo do trabalho, na medida em que um dos pilares da sociedade contemporânea repousa sobre a utilidade dos sujeitos para a reprodução do sistema. Nesse sentido, romper com o mundo do trabalho significa, por vezes, a entrada na categoria dos inúteis e dos sem valor. Os discursos sobre o ócio e “novas” possibilidades de vida (viagens, voluntariado) aparecem como forma de reinserção no sistema, o que se dá principalmente via consumo (BARRETO, 2015).

rendimentos da lavoura em função dos períodos de seca, falta de recursos materiais e imateriais para melhorar o desempenho da produção, falta de acesso a políticas públicas específicas voltadas para o campo, dentre outros. Nesse sentido, receber o benefício garantiu aos velhos e suas famílias melhores condições de vida e possibilitaram que eles pudessem exercer o trabalho (inerente à vida e fonte de vida) sem a preocupação com a sobrevivência que os assombrou ao longo de suas histórias de vida.

Quando ele morreu (tio), morreu passando fome, porque ele morreu com 96 anos de idade e num guentava mais trabalhá, então nesse tempo ninguém aposentava. Sempre eu via aqui, no tempo d’eu nova, umas senhoras que tinha aqui de idade que num era aposentada. Gente é que tinha que fazer cesta pra distribuir pra essas senhoras que vivia naquele sofrimento, naquela necessidade. **E hoje não! Hoje o dinheiro de aposentar é pouco, mas dá pra gente comer, dá, que o que importa é comer, né? É o melhor do mundo** (DONA LIA, 79 anos).

Na totalidade das narrativas dos sujeitos velhos e dos demais com quem conversamos, a aposentadoria rural emergiu como algo extremamente simbólico e importante para a vida das pessoas do campo. Nesse trecho em especial, Dona Lia (79 anos) chama a atenção para a importância de ter o que comer, e que isso “é o melhor do mundo”. No trabalho de Cunha (2014, p. 207), a questão do alimento e “da fartura” apareceu como um traço forte nas narrativas dos velhos participantes de sua pesquisa, como algo extremamente valorizado uma vez que “[...] este tema – alimentação – traz para as lembranças destes velhos exemplos muito concretos da ameaça que paira sobre suas vidas, a fome e, igualmente, as formas de ludibriá-la”. Ouvimos o mesmo de nossos velhos, histórias de pobreza e fome que a aposentadoria parece finalmente afastar. Associada a essa questão da aposentadoria como uma forma de melhoria das condições de vida, mais uma vez nos deparamos com a referência à religiosidade, ou seja, a atribuição dessa conquista à graça divina, e, diante disso, vários agradecimentos são expressados.

Ah! **Hoje temos que agradecer a Deus.** Nós somos aposentados... (SEU ZEZÉ DAS TESOURAS, 77 anos).

Mas Deus deu nós uma ajuda, né: a aposentadoria. [...] Que se num fosse minha aposentadoria, num tinha condições de pagar a menina (que cuida da casa), guentar trabaiair mais eu num guento! (DONA LURUCA, 78 anos).

O fato de assumir o papel de provedor do lar e responsável pela manutenção da casa emergiu na maior parte das narrativas como algo que desperta satisfação e prazer nesses sujeitos. Em pesquisas como a de Freitas (2017), destaca-se como essa satisfação é ainda mais evidente entre as mulheres, uma vez que grande parte delas eram, até o momento da aposentadoria, dependentes dos maridos. Nesse sentido, nada mais compreensível do que a emergência de um

sentimento de empoderamento a partir da conquista do benefício, o que se torna claro na fala de Dona Marlene (67 anos) que intitula essa linha “a aposentadoria é a valência da gente, menina”. Essa ideia da aposentadoria como algo que traz ‘valor’ para a vida dos velhos foi algo que apareceu como um ganho na perspectiva dos narradores, na medida em que, de fato, experienciaram a melhoria da qualidade de vida a partir do benefício⁹¹.

Esse papel de autonomia financeira alcançada pelos velhos gera efeitos no próprio âmbito da economia local, algo claramente perceptível se observamos com atenção o movimento no comércio nos primeiros dias do mês, quando do pagamento dos benefícios previdenciários. O centro urbano é ocupado pelos velhos rurais, que lotam os supermercados, as mercearias, os bancos e as casas de produtos agrícolas e agropecuários. Geralmente o que vemos são compras em quantidades maiores, com o intuito de durar até o próximo dia de pagamento, e, assim, a cena se repete, mensalmente.

Em um aspecto municipal os pagamentos que são feitos pelo INSS, seja ele BPC ou aposentadoria, tem um papel de uma significância enorme para a economia local, uma coisa assim, que eu nem conseguiria mensurar [...] **É uma questão visual mesmo, você consegue notar os mercados mais cheios, isso é notório... e aí também é muito presente a questão do cidadão da zona rural que vem receber seu benefício e já faz suas compras e volta para a zona rural** (PODER PÚBLICO 1).

No trabalho de Melo (2017), que investigou a realidade de comunidades rurais do semiárido nordestino, a importância da aposentadoria rural não apenas para os velhos, mas para a comunidade de uma forma geral, ficou evidente. Percebemos grandes semelhanças dessas análises com a realidade encontrada no semiárido mineiro, uma vez que ambos os contextos compartilham da tríade: precariedade das políticas públicas, condições climáticas adversas (longos períodos de seca) e economia empobrecida (baixo desempenho econômico), o que afeta diretamente a população rural que sobrevive do campo, ampliando as condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, os impactos – ainda que não mensurados – são perceptíveis e considerados importantes e positivos pelo município como um todo.

Embora os velhos reconheçam a importância do benefício previdenciário para a sua sobrevivência e que, de fato, muitas mudanças foram experimentadas em suas vidas a partir do

⁹¹ Essa significação da aposentadoria como valência também foi evidenciada no capítulo anterior quando da discussão sobre o cuidado do velho rural. Os narradores levantaram a importância do benefício previdenciário não apenas para sobrevivência em termos de alimentação e medicamentos, mas também para contratação de serviços como o de cuidado da casa e preparação da comida.

acesso a ele, os velhos avaliam que o valor é baixo tendo em vista os gastos que possuem, principalmente com medicamentos. Além disso, Seu Antônio da Velha (67 anos) traz à tona uma questão já problematizada, o fato de que muitos velhos – não apenas em Araçuaí, mas em todo o país – se tornaram os responsáveis economicamente pelo lar em função de fatores diversos que afetaram os familiares como a crise econômica e o desemprego. Ele conta sobre uma realidade que encontramos frequentemente em nossas andanças: velhos que abrigam, criam e sustentam seus filhos e/ou netos.

Com relação ao valor da aposentadoria **é o salário mínimo, a gente vê que é uma coisa que ajuda muito, mas não é o suficiente, aquele dinheiro não dá pra todos...** que sempre quando a pessoa chega numa idade ele tem que usar muitos remédios né, por um motivo, por outro... **Mas de qualquer forma o idoso toma muito remédio. Então aquele dinheiro pra poder comprar os remédios e trazer o sustento da casa... na minha região tem os neto, né?** A gente criou os filhos, mas depois tem uma parte de neto que aquele dinheiro da aposentadoria, muitas vezes, a gente tem que tá ajudando também (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Realidades semelhantes encontramos na casa de Seu Milton Granja (67 anos) e Dona Íris (59 anos), de Dona Santa (79 anos) e Seu Erotides (85 anos), de Dona Lia (79 anos) e Seu João Franca (84 anos). São famílias que contam com a aposentadoria dos velhos como parte importante, quando não integral, para a subsistência. Dona Santa chamou a atenção para um fator importante que contribui ainda mais para as dificuldades associadas ao valor baixo do benefício previdenciário: os empréstimos bancários.

Eu sou aposentada, mas eu ganho é mixaria porque eu fiz empréstimo, tô pagando empréstimo. Peguei porque adoeci, aí precisou. Fiz um empréstimo de R\$7.000,00, aí vai descontando todo mês... sobra pouquinho (DONA SANTA, 79 anos).

Estamos no início do mês e os bancos super movimentados. Me encontrei com vários velhos do campo nas ruas, provavelmente vieram buscar o dinheiro da aposentadoria. É impressionante como a presença deles é visível, a cidade se movimenta, os mercados estão cheios: há claramente dinheiro circulando. Um fato me chamou muita atenção... Enquanto eu esperava na porta do banco, vi um homem inquieto andando de um lado para o outro na fila, parava e conversava com cada um dos velhos. Perguntei a uma aluna que trabalha no banco quem era aquele homem e ela disse: **“Ih professora! Todo início do mês é assim lá na porta... É esse povo oferecendo empréstimos... eu fico até com pena dos idosos”**. Aquilo me incomodou profundamente, fiquei pensando em que medida eles têm acesso às informações sobre as taxas de juros, conseguem se planejar financeiramente ou mesmo se sabem o que estão contratando (Anotações do diário de bordo, 20/03/17).

No trabalho de Jahn (2018), ela analisou a relação entre campesinato, envelhecimento e os movimentos sociais. Especificamente o objetivo da autora era compreender o papel educativo dos movimentos sociais em relação à vida dos velhos camponeses, incluindo as questões

financeiras. Interessante observar que os achados da pesquisa apontam justamente para o baixo nível de conhecimento (e entendimento) dos contratos de crédito consignado não apenas pelos idosos, mas também pelos próprios líderes dos movimentos. Em consonância com os temores que me incomodaram ao perceber a cena do homem na fila do banco em Araçuaí, a autora identificou na pesquisa o desconhecimento dos velhos sobre aspectos do contrato como a taxa de juros praticada, além da contratação de pessoas das comunidades para atuar como agentes de venda, uma vez que a confiança apareceu como fator decisivo para a aquisição do serviço de crédito. Ações de má fé por parte das operadoras financeiras também foram identificadas na pesquisa, configurando situações de violência muitas vezes despercebidas pelas vítimas. Embora não tenhamos aprofundado nessa questão, foi algo que emergiu na produção dos dados, algo que não podemos desconsiderar.

Ainda em termos de violência sofrida pelos velhos relacionadas ao benefício previdenciário, é importante ressaltar as práticas realizadas dentro do próprio âmbito familiar descritas por representantes do poder público.

Porque muitas vezes o idoso, alguns filhos, parentes, ainda tem esse idoso dentro de casa por questão financeira porque o idoso é aposentado. Muitas vezes é ele quem mantém a casa... **Ele mantém, mas não tem esse espaço nessa casa.** [...] A gente atende alguns casos, tem um senhor mesmo que tem 16 filhos... É um idoso que quando chegou numa situação que ele passou por uma questão de saúde, aí de repente os 16 filhos já não serviam para cuidar porque cada um tem uma obrigação, não pode. Mas quando ele estava gozando de plena saúde ele podia ficar porque ele mantinha a casa [...] é uma violência contra o idoso” (PODER PÚBLICO 2).

A violência de uso financeiro é a que mais acontece, no sentido assim, de usar mesmo esse dinheiro aí e muitas vezes privar esse idoso de uma alimentação adequada, de um medicamento que ele precisa comprar (PODER PÚBLICO 2).

[...] Às vezes esse idoso ele ainda é a renda da família, tem pessoas jovens adultos que eu vou falar uma palavra feia aqui – escoram – no idoso. Porque o idoso, ele aposentou, ele tem sua renda, mas ele acaba sustentando ainda os filhos, os netos, os bisnetos, então às vezes existe até uma **exploração mesmo** (PODER PÚBLICO 3).

No que tange aos casos de violência contra os velhos, os representantes do poder público relataram que tais casos podem chegar ao conhecimento do Estado por várias formas, sendo a maior parte deles identificados pelas equipes do CRAS volante e das UBS, uma vez que são serviços mais próximos da população. Foi-nos relatado que esses casos de violação pertencem ao escopo de atuação do CREAS que, ao ser notificado da situação, pode atuar por meio de ações mais brandas, como orientação e conscientização dos envolvidos, até a realização de intervenções mais drásticas em que há a mudança do responsável pelo idoso, ou mesmo o

encaminhamento para a aplicação de medidas legais de garantia de direitos (processos, penalidades).

A questão da violência patrimonial acontece também porque, isso não é só em Araçuaí, em nosso país todo, não é? Principalmente tem épocas em que a economia não anda lá muito bem, mas os benefícios previdenciários continuam sendo pagos, então normalmente o idoso ali tem uma aposentadoria, às vezes uma pensão... aí a gente depara muito com a situação de uma família toda vivendo com aqueles benefícios do idoso, entendeu? [...] **Em certas situações pode configurar até a violência patrimonial mesmo, e em outras não, a gente vê ali uma solidariedade de um familiar colaborando com o outro, porque o desemprego é muito nítido aqui [...]**” (PODER PÚBLICO 1).

Nesse contexto, é necessário destacar que essas situações de violência não emergiram de forma direta nas narrativas dos velhos com quem conversamos enquanto percepções negativas de exploração familiar. Ouvimos dos velhos sobre situações em que os filhos, em momentos de dificuldades, recorrem a eles, o que é exemplificado pela fala de Dona Lia (79 anos).

Nós num depende deles não. **Tá mais fácil quando um tá numa situação difícil, a gente ajudar eles.** Quando a gente pode... porque eu tem um filho mesmo que... Ele foi pro Mato Grosso e ele tava lá numa situação... Ficou desempregado, aí nós queremos que ele viesse pra cá, aí eu mais minha outra filha, nós ajudamos pra ele vim pra cidade.

Como ressaltado no trecho anterior de um representante do poder público, essas situações podem se caracterizar como práticas de solidariedade familiar. Não podemos deixar de sinalizar, entretanto, a complexidade que marca essa questão de definir o que se configura ou não como violência patrimonial no âmbito da família; mais que isso, a delimitação sobre o papel do poder público, em especial de equipamentos como o CRAS e o CREAS, na definição sobre a necessidade de intervenção. Embora não seja esse o escopo da pesquisa, a leitura das múltiplas narrativas abre questionamentos sobre quais são os limites entre as práticas de solidariedade familiar e a violência patrimonial. De forma ainda mais específica, leva-nos a pensar sobre a responsabilidade dos profissionais que atuam nesses equipamentos e as limitações que encontram ao tomar a decisão de intervir (ou recomendar intervenção). Em termos de riscos, percebemos o quão prejudicial e intransigente pode ser caso essa tomada de decisão se paute exclusivamente em perspectivas individuais – e até mesmo morais – dos profissionais, não apenas em função de suas particularidades, mas pelo distanciamento existente entre os serviços e a população rural nesse território, algo que sinalizamos anteriormente.

Presenciamos outras questões relacionadas à violência contra os velhos que nos chamaram bastante atenção. Ainda no início da pesquisa, nas idas ao mercado municipal, deparei-me com duas situações relatadas na íntegra no diário de bordo.

Hoje passei o dia novamente no mercado. Foi um dia produtivo, conversei muito com os membros mais antigos que ainda comercializam produtos na área do armazém. Como é uma segunda-feira, encontrei pouco velhos que ainda permanecem no campo, embora a maioria tenha certamente nascido e vivido lá por muito tempo. [...] Depois de horas conversando com o Seu Antônio, passei por outros armazéns... chegando em um deles, uma cena prendeu meu olhar: vi uma senhora que me parecia vinda do campo, com o lenço na cabeça e acompanhada de seus familiares, eles escolhiam caixas de biscoitos, farinha e outros produtos, em grande volume. Tudo ia sendo rapidamente organizado pela dona da pequena mercearia que, depois de atendê-la, ao conversar comigo, disse que a maior parte dos seus clientes são pessoas do campo, que todos os meses vão buscar seus produtos e que eles são “clientes bons, fiéis, pagam direitinho”. Continuamos a conversar, e logo uma terceira pessoa chegou e disse: “Essa mulher aqui é boa demais, ela ajuda muita gente!”. Continuamos a conversar, e essa mesma pessoa disse que essa ajuda realizada pela dona da mercearia consiste em auxiliar várias velhos e velhas do campo, a maior parte deles sem estudo, a conseguirem o acesso ao benefício previdenciário. Ela confirmou: “Ajudo mesmo! Vou com eles no sindicato, falo com advogado, o que for preciso”. Depois de ouvi-la, perguntei: Esses velhos devem agradecer muito a senhora... eles são seus clientes? Ela logo respondeu: “Claro, uai! Eu ajudo eles!” (Anotações do diário de bordo, 20/03/2017).

Hoje passei a tarde no mercado com o Seu Antônio, ele me disse que está muito doente e que tem ido ao hospital com frequência para trocar o curativo da ferida nas pernas. Perguntei se ele não preferia ficar em casa por causa da dor e ele disse que não, que ali no mercado “é muito tranquilo”. [...] Conversando sobre o pessoal do campo, ele me disse que eles são os maiores compradores da área do armazém no mercado, compram farinha a granel, arroz e outros itens como de higiene pessoal e de limpeza. Observando os produtos, vejo poucas marcas e opções, com preços mais elevados do que os encontrados nos supermercados da cidade. Isso me levou a questioná-lo sobre o porquê de eles preferirem comprar no mercado, mesmo com preços mais elevados. Seu Antônio falou da tradição, do gosto pelo mercado, da amizade e da facilidade de encontrar tudo no mesmo lugar. Ele falou também sobre uma situação que me deixou bastante chocada: ele me disse ser comum a prática de que os velhos façam suas compras e “vão anotando”, e que o comerciante fica com o cartão do banco do velho e sua senha, para que faça o saque do valor da aposentadoria no dia do pagamento. Tentei disfarçar o quanto essa situação me pareceu absurda. Ele me disse não gostar dessa prática porque tem muito idoso “mal caráter” que deixa o cartão com a senha, mas vai até o banco e cancela ou troca a senha, deixando-os no prejuízo (Anotações do diário de bordo, 12/04/2017).

Essas duas situações de violência contra esses velhos são viabilizadas pelo desconhecimento e pela vulnerabilidade que os cerca. Assim como Jahn (2018) sinalizou sobre a má fé em práticas realizadas pelas instituições financeiras no caso dos empréstimos consignados, identificamos nessas situações aspectos similares, ainda que o sentimento e o discurso das pessoas que as pratiquem sinalizem intenções como a de ajudar esses velhos, uma vez que também vieram do campo e conhecem suas dificuldades. Independentemente da intencionalidade, o que argumentamos é que essas situações são viabilizadas por um conjunto de características que,

tensionadas, acabam por torná-las possíveis. Falta de informação, falta de apoio por parte do poder público, dificuldades de acesso⁹², enfim, tornam-se facilitadores desses episódios de violência. Nesse sentido, a aposentadoria que ao mesmo tempo traz a independência e a possibilidade de que esses velhos sobrevivam, torna-os alvos de circunstâncias de abuso e exploração.

Outra questão importante e que emerge como parte dessa linha da aposentadoria rural é o entendimento de que ela tem diferenças importantes em relação à aposentadoria dos trabalhadores urbanos⁹³. É necessário destacar que o trabalhador rural é considerado, pela lei da previdência, como um segurado especial na medida em que, ao contrário do trabalhador urbano, não realizou a contribuição previdenciária para o INSS. Nesse sentido, desde que tenha como comprovar o exercício de pelo menos 15 anos como trabalhador rural em atividades que se caracterizem como de economia familiar e que, esteja, no momento da solicitação exercendo esse tipo de atividade, o(a) trabalhador(a) pode solicitar o enquadramento enquanto segurados especiais. Uma especificidade da aposentadoria rural remete à idade mínima para o acesso ao benefício: 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens, cinco anos a menos que para os trabalhadores urbanos. A falta de contribuição e a idade mínima inferior geram debates em tornos da legitimidade desses considerados privilégios dos segurados especiais. Sobre essa questão, as narrativas giram em torno de justificativas pautadas nas diferenças quanto à própria natureza do trabalho.

Porque o trabalhador rural faz uma diferença, né? **Vamos colocar assim: você ganha o seu dinheiro, Raquel, sentada em cima numa cadeira!** Você vai me desculpa o que eu tô falando... **Eu ganho o meu dinheiro é no sol e na chuva, em cima das perna. Agora, tem diferença ou num tem?!** Todo o dia eu levanto, de sol a sol, eu levanto, vou lá em cima, tiro o leite, torno a voltá... Vai indo as perna acaba... quando um lavrador chega nos sessenta ano... o trabalho é pesado demais (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).

Até a jornada de trabalho no campo é mais estendida, ele acorda muito cedo, dorme muito cedo também, mas ele já começa a trabalhar de madrugada e até o final do dia, até o entardecer quando o sol se põe. **Então tem essa jornada pesada e tem a questão da exposição mesmo, a questão do calor, exposição ao sol escaldante, principalmente o da nossa região, então assim há uma insalubridade no trabalho rural que nada mais justo que essa redução de 5 anos mais cedo que o cidadão**

⁹² A falta de acesso, nesse caso, remete a duas situações diferentes. Por um lado, podemos falar sobre a dificuldade de acesso ao benefício em função da falta de documentação e de uma série de requisitos legais exigidos que por vezes não podem ser cumpridos ou comprovados por esses velhos. Por outro lado, há dificuldades de acesso relacionadas ao transporte até as comunidades. Frente a tal empecilho, essas pequenas mercearias facilitam entregando as mercadorias ou ajudando no transporte e acomodação nos ônibus ou táxis. Nesse sentido, as dificuldades de transporte por vezes tornam a escolha por esses comerciantes como a mais cômoda e viável.

⁹³ Artigo 48 da Lei nº 8.213/1991.

da zona urbana. No meu ponto de vista, nada mais injusto que mexer nisso, aí realmente é uma falta de sensibilidade (PODER PÚBLICO 1).

Mais uma vez são as marcas do trabalho rural, suas características e inscrições nos próprios corpos dos trabalhadores os elementos convocados para explicitar essa diferença entre o trabalhador urbano e rural. Trabalho esse que, acumulado ao longo dos anos, justifica a necessidade, como coloca o narrador representante do poder público, de que ele seja visto com “sensibilidade”. Cabe nesse momento resgatar a recente proposta de reforma da previdência (PEC 287/16) elaborada no governo do Presidente Michel Temer e que tinha inicialmente, entre as suas pautas, a modificação da idade mínima para o acesso à aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Ainda sem desdobramentos de caráter mais definitivo até o momento de fechamento dessa tese, o fato é que essas propostas colocam em jogo muito mais do que alterações legais, mas estão associadas a vidas, histórias e contextos particulares que precisam ser considerados.

Essas questões de ordem macropolítica são de extrema relevância na medida em que se inserem nesse rizoma da velhice rural e trazem impactos nos modos de ser possíveis desses sujeitos. Se até o momento discutimos as experiências dos velhos advindas do acesso ao benefício previdenciário e os desdobramentos em termos do exercício de uma liberdade para o trabalho que lhes é orgânico, inerente à vida e fonte de vida, as situações de violência assim como propostas de mudanças como essas atuam como linhas duras, estratificando e impedindo, por vezes, a circulação da vida. Uma alteração como, por exemplo, na idade mínima de acesso à aposentadoria rural significa, na prática, acrescentar a obrigatoriedade de somar ainda mais anos desse trabalho braçal e desgastante. Especificamente no território em questão, significa acrescentar anos de um convívio com a seca que dificulta a sobrevivência e que não tem, em contrapartida, o desenvolvimento de políticas outras que possam viabilizar experiências diferentes das que encontramos, de luta, de fome e de pobreza.

5.1.4 Linha “O mercado é bão!”.

Relacionada às demais temáticas associadas ao trabalho no campo que emergiram nas narrativas dos velhos, retomamos o ponto a partir do qual fizemos os primeiros movimentos dessa cartografia: o mercado municipal. Como era de se esperar, essa temática aparece também pelo fato de ter sido um dos critérios que utilizamos para encontrar os velhos participantes da

pesquisa, afinal, queríamos que eles tivessem tido em comum experiências nesse espaço que é um marco do trabalho do campo na cidade. Para além dessa intencionalidade, identificamos o mercado como força na medida em que fazer parte dele, vender seus produtos, encontrar com amigos e ser reconhecido como alguém que produz alimentos livres de agrotóxico é algo que mobiliza e faz parte da história de cada um desses sujeitos.

O mercado municipal de Araçuaí é um espaço localizado no centro urbano, ocupando uma área ampla e de destaque. O funcionamento é diário e sua estrutura se subdivide entre quatro grandes áreas: a externa, em que estão localizadas as barracas de verduras e frutas, doces e outros artigos como mel, queijos e fumo; a área do empório onde se localizam boxes em que estão instaladas minimercarias; a área do açougue e outra área mais ao fundo onde estão localizados bares e restaurantes. No apêndice D, é possível ver em detalhes o mapa da estrutura do mercado. Nos sábados pela manhã, no próprio mercado e nos seus arredores, acontece a feira, momento em que o número de pessoas, tanto consumidores quanto vendedores, aumenta significativamente. São nos sábados pela manhã que muitos moradores da zona rural vão para a feira vender seus produtos, sendo o dia de maior movimento.

Fotografia 19 - Mercado Municipal de Araçuaí, aos sábados, dia de feira livre



Foto: Jeane Doneiro, 2017.

Se você chegar lá agora, tem um monte de idoso sentado, principalmente ali no fundo, naquele pedaço de dentro, ali... alguns que vendem doce bem antigos, as

mulheres. **Há quantos anos eles vão ali vender, trabalhar ali e não saem porque ali faz parte da história, da vida deles e o mercado de Araçuaí é muito forte, não só economicamente, mas forte num todo.** É um ponto de encontro... se você olhar, de relação social (PODER PÚBLICO 2).

Alguns vêm para vender, outros vêm mesmo para passear, fazer alguma coisa assim, ou mesmo para fazer compra, **mais tem muitos (idosos)!** (PODER PÚBLICO 2).

Muitos vêm na feira vender, é tanto que elas gostam de marcar preventivo, porque o preventivo dessas áreas todas eu não faço na escola [...] **então eu atendo elas aqui, elas adoram marcar na sexta porque já vêm vender na sexta. Eu vejo no sábado também muita gente....** (PODER PÚBLICO 3).

No mercado, é vendida uma variedade enorme de produtos: verduras, legumes e frutas, carnes, ovos e peixes, a doces, temperos, fumo, artesanato, produtos industrializados... como narra Seu Milton Granja (67 anos), **“aquilo é bonito demais na feira. Aquela fartura. Tem coisa mais bonita que uma fartura? Num tem!”**. Essa fartura lembrada pelo Seu Milton Granja é a razão pela qual o mercado se tornou ponto turístico da cidade e região, título compartilhado pelos moradores e um grande motivo de orgulho. Nas anotações do diário de bordo, registramos a experiência de andar pelo mercado.

Ao chegar na esquina, é possível observar uma grande estrutura antiga, imponente por ocupar o espaço de um quarteirão. O local é privilegiado: já é possível vê-lo quando nos aproximamos da Arara (Estátua do símbolo municipal) que dá as boas-vindas para aqueles que chegam à cidade. Localizado ao lado da rodoviária, é passagem obrigatória para aqueles que chegam e que partem: *É nosso cartão postal*. O burburinho revela a tônica do mercado - vida! Vida que se traduz nos perfumes dos temperos, nas cores intensas dos alimentos e artesanatos e nos movimentos de toda a gente. Em cada canto, um caso⁹⁴. Ao subir pela escada, logo é possível ver o *lado de fora*, onde são vendidas as verduras, hortaliças, queijos, doces e condimentos. Nas bancas simples, de madeira, encontram-se produtos diversos, gente diversa. A sensação é boa: que cheiro gostoso! Cheiro de frescor. As barracas dispostas nesse amplo espaço oferecem uma grande variedade de produtos: são verduras, legumes, temperos, queijos, cachaças e doces. Para quem chega, o espaço parece desorganizado, mas a menina logo avisa: *Aqui cada um tem seu lugar*. De longe, podemos ouvir o grito da feirante: *Oh, o produto freguês! Olha a alface, gente! É para acabar!* Os companheiros de feira dão risadas... Entre uma propaganda e outra ela come o pastel, vendido na própria feira. Ao passar pelos corredores, cada feirante oferece seu produto destacando suas qualidades: *Fresquinho! Docinho!* Muitas barracas vendem os mesmos produtos, e a palavra de ordem é negociar. O preço respeita a mais antiga das leis de mercado - a lei da oferta e da demanda. *Se tem muito, a gente vende barato, se tem pouco, a gente aumenta o preço*. A ‘modernidade’ já chegou para algumas barracas: *Aceitamos crédito e débito!* O primeiro corredor em direção à parte fechada do mercado nos leva ao chamado empório. De um lado, vemos uma série de boxes - alguns abertos, mas a maioria fechada. Nos espaços abertos, vemos pequenas lanchonetes, venda de produtos como ração, feijão, arroz e farinha a granel, dentre outros. No lado oposto, os boxes estão dispostos em dois grandes corredores, com comércio dos dois lados. Aqui o movimento e a variedade são

⁹⁴ Esse primeiro trecho do diário foi publicado na seção de capa da revista Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade –, acompanhando uma foto do mercado municipal de Araçuaí. Ver: Barreto, R. O. & Doneiro, J. S. (2018). Pro mercado eu vou! *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5 (13), 473-476.

maiores, alguns comerciantes montaram minimercarias com produtos diversos de higiene pessoal, alimentícios e de limpeza doméstica. Ali estão um dos mais antigos comerciantes da feira... São 30, 40 anos de trabalho.

Sobre esse ambiente envolvente, múltiplo e colorido, as narrativas tanto dos velhos quanto dos demais participantes da pesquisa evocam a dimensão de sociabilidade desse espaço, dos encontros que nele acontecem cotidianamente.

Gosto de vim pra feira porque aqui a gente encontra, a gente faz um negucim, pega um trocadinho e **se encontra... Faz amizade também** (SEU ARLINDO, 70 anos).

É tudo é amigo demais. **Ali dentro daquele mercado, vixe! Ali eu tem amigo demais ali.** Quase toda... todo princípio de mês, eu vou lá. Vou lá panhar o... cascái (SEU JOÃO FRANCA, 84 anos).

Você vai no mercado, **você encontra Araçuaí em peso.** Então é isso. Vai a história... é um ponto que quem vai ali consegue fazer sua feira em meia hora, quarenta minutos, mas você passa uma manhã lá se você quiser. **É um ponto de encontro** (PODER PÚBLICO 2).

Na sexta e no sábado, a presença da população da zona rural é muito intensa lá nesses dias. Que é o dia que eles trazem as suas mercadorias pra poder comercializar no mercado. **Então é um ponto de encontro mesmo, desses idosos de várias comunidades.** E aí vem e encontra com esses que estão aqui na cidade, realmente é **um espaço que ao mesmo tempo é de trabalho e de lazer** (PODER PÚBLICO 2).

Sobre a importância do mercado para os velhos participantes da pesquisa, identificamos em suas narrativas que a maior parte deles ainda frequenta o mercado e leva mercadorias para a comercialização, quando tem alguma sobra. Mesmo entre aqueles que não o fazem mais com frequência, até mesmo por dificuldades de locomoção, suas histórias mostram uma relação muito próxima com o lugar.

Lá eu produz é... **coisa de lavrador mesmo.** Feijão que a gente planta colhe um poquinho, um poquinho de milho também, colhe um poquinho, né. Os anos tá muito ruim, não tá dando mais, mas tá dando pra viver, laranja... uns dois pé de laranja que eu tem, pé de banana é o que a gente produz. **E o que sobra que a gente traz pra feira, do consumo que sobra a gente traz cá pra feira pra ajudar na despesa da casa né...** (SEU ARLINDO, 70 anos).

Eu frequento o mercado, não é diretamente porque tem uns espaços no ano que a gente não tem nada para trazer, né, **mas quando a gente tem lá a gente traz um pouco de feijão verde, a gente traz um maxixe, a gente traz um quiabo, a gente traz uma folha de horta que sobra...** Vixe! Tem hora que eu saio aqui no sábado que eu vou só para bater papo mais os conhecidos. **Mesmo que eu não tenha nada pra vender ou pra comprar na feira, mas eu vou pra contar causo mais os amigo** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Toda vida eu vou feira, eu fazia coisa, eu fazia carga de banana num burro, levava montava ia pra cidade mais Lica, nós sai daqui 4 horas de madrugada com o burro cheio de banana pra vender na cidade, ela levava rapadura, e eu levava banana, aí uma

ajudava a outra. Meu marido não vai de jeito nenhum, porque ele não gosta. **Ah! Eu adoro! Se eu guentasse todo dia eu ia** (DONA SANTA, 79 anos).

Depois que meu marido morreu, comecei a trabalhá com barro pra mim sobreviver, né? Pra mim criar meus filho. [...] Levava, fazia carqueiro de plantar planta, sabe? **Nós levava pra cidade pra vender pra Araçuaí. Na feira, sabe? Era ali que nós ficava vendendo, onde que era o Mercado véio... num era aquele Mercado que tem ali não, que tem hoje não. Era o Mercado véio.** Nós vendia do lado de fora. Nós levava na cabeça, que nós quemava as vazia, os carqueiro, no forno, né, na lenha. Esfriava, nós tirava, arrumava no saco, e as vazia, nós levava na cabeça. Nós ia a pé. Negócio de quatro hora, nós tava panhando os saco de carqueiro e fazendo a rudia e indo pra cidade, pro mercado vender. Uai, nós saía... nós saía cedo, porque daqui a Araçuaí é uma puxada boa, né... (pensativa). Quanto mais a pé. Nós saía... quando a gente sentia que tava muito pesado, a gente descansava um pouco na estrada, né, e tornava colocar na cabeça e romper, né. Quando era assim, na base de sete hora, nós tava chegando lá. Era uma turma. Tudo junto. Chegava lá, punha tudo nas carreira. Tudo junto. Vendendo tudo junto, né, cada qual vendia o seu. Ganhava um dinherim pra comer (ela abre um sorriso). [...] Nós insacava tudo dentro do saco, arrumava os carqueiro tudo dentro do saco... Nós. **Todo mundo junto. Até a lua alumiar... nós ia tudo junto. Nessa época podia andar, né, num tinha nada. Podia ir tranquilo e voltar tranquilo... era uma festa** (DONA LURUCA, 78 anos).

Dona Luruca lembra emocionada dessa época em que, como ela diz, “mexia com o barro”. A viagem para vender os vasos na feira, realizada junto às companheiras da comunidade, era feita todos os finais de semana, e, apesar de todo o sofrimento e da luta pela sobrevivência em função dos baixos rendimentos da atividade, ela diz em vários momentos ser algo de que sente saudades. Ela é uma dentre os velhos narradores que não mais frequenta a feira com frequência, uma vez que seus filhos se ocupam da realização das compras para a casa. Seus laços de amizade se mantêm na comunidade, onde passa longas horas do seu dia conversando e orando, como ela mesma nos contou. Encontramos Dona Luruca em eventos realizados pelo CRAS na comunidade, mostrando-se ativa e participativa. Assim como no caso dela, ouvimos de Seu Milton (67 anos), de Dona Isaura (78 anos), de Seu Zezé das Tesouras (77 anos), de Seu Antônio da Velha (67 anos) histórias que entrelaçam suas vidas ao mercado, em que se repetem as dificuldades no transporte entre a comunidade e a cidade, os baixos rendimentos do que é vendido e, ao mesmo tempo, boas lembranças de fazer parte desse espaço e o orgulho atrelado ao que produziam e/ou ainda produzem. Seu Emílio (79 anos) conta sobre as dificuldades que enfrentava com o filho para trazer o fumo – produto tradicional da comunidade de Tesouras - para ser vendido no mercado.

Daqui lá no Mercado dá 32 quilômetro. E eu mais esse menino aqui nós fazia o seguinte: nós vendia pra esse homem lá em Araçuaí às vezes 10, 20, 30, 40 arroba de fumo e isso era tudo carregado na carcunda de burro. Eu panhava dois burro e carregava aqui, outro panhava dois, saía daqui uma hora da madrugada, porque o véio era um véio besta, sistemático, queria que a gente chegasse lá de noite pra guardar mercadoria na casa dele sem ninguém ver. Com medo de fiscal, né, porque tinha fiscalização. **Nós ia, passava a noite intirinha... Ficava lá o dia fazendo um**

movimento, arrumando. Quando as luz acendia, nós vortava pra trás, chegava aqui uma hora da madrugada. Toda semana, toda semana, toda semana montando o cavalo e tocando dois burro de carga, né. Vô falar com cê: nós saia da rua ali de Araçuaí e as luz acesa, a gente vendo a sombra do animal assim, ó, e dois burro tocando e vinha, chegava aqui uma hora da madrugada. E estrada ruim também. Num era estrada... nem pode comparar com agora (SEU EMÍLIO, 79 anos).

Conversando com representantes do poder público, fica evidente o discurso de que o mercado municipal é um espaço público criado para que os pequenos produtores rurais da região possam vender seus produtos. Recentemente, presenciamos debates em torno dessa questão, uma vez que comerciantes de outras regiões (na maior parte deles atravessadores) passaram a parar caminhões nas proximidades do mercado, geralmente nas sextas-feiras, com grandes volumes de produtos como frutas e verduras. Ao vender esses produtos por preços mais baixos, tal comércio passou a prejudicar as vendas dos pequenos produtores, principalmente aqueles que somente vendem os seus produtos na feira aos sábados pela manhã. Diante desse cenário e da reflexão sobre os objetivos da existência desse espaço público, um vereador do município propôs um projeto de lei para restringir a participação desses membros externos, o que gerou certa polêmica entre os moradores. Ainda que muitos apoiem os pequenos produtores, o fato de os atravessadores conseguirem vender produtos a preços mais baixos tornou-se uma vantagem aos olhos da população. Tanto a população quanto os feirantes estão fazendo abaixo-assinados defendendo seus pontos de vista. Até o momento não houve uma decisão definitiva sobre a questão⁹⁵.

Como nós observamos nas frequentes visitas ao mercado nos dias de semana e à feira aos sábados, de fato é perceptível a presença de velhos nas barracas e circulando no espaço. Conversando com algumas pessoas, identificamos que a atividade de vender produtos no mercado também se configura como uma atividade tradicional familiar, passada entre gerações. Sendo assim, mesmo as barracas comandadas por jovens têm em sua história a marca dos membros da família que em sua maior parte são oriundos do campo. No final de semana, entretanto, com o aumento significativo do número de comerciantes em função da vinda do pessoal do campo, é que vimos muitos velhos que ainda vivem na zona rural e que se colocam naquele território com pequenos volumes de produtos, velhos que chegam ainda de madrugada e se acomodam em locais que, embora sem demarcação visível, são milimetricamente

⁹⁵ Na reportagem “Vereadores querem acabar com a feirinha em Araçuaí. Projeto divide opiniões”, publicada na Gazeta de Araçuaí em 08/06/2017 traz maiores detalhes sobre essa problemática. Disponível em: www.gazetearacuai.com.br/noticia/6060/vereadores-querem-acabar-com-feirinha-em-aracuai-projeto-divi-de-opinioes/.

divididos. Há claramente uma dinâmica organizacional do mercado, com relações de poder traduzidas nos espaços e tamanhos das barracas, nas discussões sobre quem pode ou não vender seus produtos, dinâmica na qual esses velhos se inserem, resistem e também por vezes se resignam.

Sobre essa questão organizacional do mercado, Seu Antônio explica em detalhes a problemática da concorrência e os impactos negativos da entrada do pessoal externo para a venda de produtos.

[...] **A gente tem muito concorrente...** Se fosse um só, os da região, aí a gente tinha mais lucro, né, porque, por exemplo, vou tirar experiência por mim: eu trabalho com plantio de abacaxi... é, por exemplo, **eu começo vender o abacaxi vendendo uma unidade por dois e cinquenta. Quando chega do meio da safra pro fim que, quando o Mercado enche, acaba vendendo cada um por até vinte centavos.** Porque também vem os abacaxi de Berilo, né, quando a gente chega, é caminhão mais caminhão, caminhonete mais caminhonete, tá tudo cheio. Então o que faz mais a gente nem puder expandir muito essa produção pra... pensando num negócio mesmo, é porque é os concorrente que a gente tem, né. O pequi. **Pequi, por exemplo, pequi vem de Montes Claros, vem de Taiobeiras, né, quando aqueles de lá sempre chega primeiro, lá vai vindo, vai vindo, vai vindo, quando os daqui chega, muitas pessoas fala: “Ah, já tô enjoado de pequi. Já comi pequi demais”** (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).

Assim como em relação ao abacaxi e ao pequi, o que identificamos é que essa concorrência, de fato, traz perdas financeiras para os velhos que na maior parte das vezes têm pouco volume para a venda. Conversando com consumidores que frequentam o espaço por vezes ouvimos que há um reconhecimento de que os produtos dos pequenos produtores da região são de melhor qualidade, por não serem cultivados com agrotóxicos. Uma consumidora disse que o que a faz comprar esses produtos, mesmo quando os caminhões de comerciantes de outras regiões estão na feira, é que “[...] aqui nós sabemos de onde o produto vem, como ele é cuidado... o povo daqui vende a mesma verdura e mesma fruta que a família dele come” (Anotações do diário de bordo, 08/04/2017). Entretanto, como colocamos anteriormente sobre o projeto de lei proposto pelo vereador da cidade, grande parte da população – até mesmo em função das dificuldades socioeconômicas características da região – acaba optando pelo produto mais barato e acessível.

Dentre os velhos com quem conversamos, apenas Dona Íris (59 anos) e Seu Milton Granja (67 anos) tentaram, diante dessa realidade encontrada no mercado, buscar outras formas de escoar seu produto: o queijo. Quando das visitas a sua casa, vimos em detalhes o processo produtivo artesanal desse produto, que hoje é em sua maior parte realizado por Dona Íris. Seu Milton narra que percebeu a receptividade de seus queijos para além do mercado e passou então a vendê-los

para fora de Araçuaí. Ele destaca como essa opção foi mais interessante em termos de resultados econômicos e problematiza que muitos outros produtores da região poderiam fazer o mesmo. Nesse contexto, ele fala sobre o desejo de que fossem formadas cooperativas na região, pois acredita que em conjunto seria ainda mais fácil realizar vendas para fora da cidade. Entretanto, quando perguntamos sobre o porquê dessa alternativa não se realizar, ele demonstra acreditar na falta de mobilização das pessoas, falta de interesse e mesmo desconhecimento.

A sensação que experienciamos é que a feira se coloca como um espaço de encontro entre o campo e a cidade, um espaço não apenas de comercialização, mas de convivência, de sociabilidade e, porque não dizer, de muitas trocas (materiais, simbólicas e afetivas). A frase de Seu João Franca (84 anos), “o mercado é bão!”, ecoou fortemente nas narrativas dos demais participantes da pesquisa. É nesse mesmo microterritório que se evidenciam relações de poder e por vezes de opressão, em que o mesmo trabalhador que, em termos discursivo, é a razão de existência do mercado, encontra espaços demarcados, barracas grandes e atravessadores que tornam seus produtos – sempre em volumes comparativamente menores – pouco competitivos. Ali nesse mesmo lugar de amizade e convivência também identificamos o olhar de “vergonha” dos jovens e até mesmo experienciamos o fenômeno da invisibilidade pública sobre o qual já comentamos. Nesse ambiente que é, antes de tudo, organizacional, as tensões de forças são evidentes e se colocam como linhas que também se inserem na composição do rizoma velhice rural nesse território.

De forma sintética, vimos até esse momento as linhas associadas ao trabalho que emergiram nas narrativas, observações e experiências em nossas andanças cartográficas. Identificamos que o trabalho é inerente à vida e também significa fonte de vida para esses sujeitos, um trabalho orgânico realizado cotidianamente junto à família e à comunidade. Um trabalho que, ao mesmo tempo em que traz orgulho e dignidade, é pesado, desgastante e adoecedor. Um trabalho voltado prioritariamente para a subsistência, sem a garantia de direitos e vulneráveis às condições ambientais (quase sempre desfavoráveis). Associado a isso, identificamos a força da aposentadoria na vida desses sujeitos como um fenômeno que os permite ser livres para continuar a realizar seu trabalho no campo, sem a sombra da fome e da pobreza que os assombrou ao longo de suas histórias de vida. Identificamos também que, além da justificativa do prazer de trabalhar, continuar também se torna uma opção mediante os baixos valores da aposentaria, a qual por vezes é insuficiente para cobrir todos os gastos com medicamentos, ou mesmo para sustentar a família que – por inúmeras razões – passa também a depender desse

benefício do velho. Por fim, identificamos a importância do mercado na história desses velhos como um espaço em que, além de vender seus produtos, constitui-se um lugar de encontro, de amizade e diversão. O mesmo mercado que pode ser visto sob uma perspectiva organizacional e que, portanto, é permeado por relações de poder que ora atuam beneficiando esses sujeitos velhos, ora os oprime e marginaliza. De um modo geral, são linhas que se agenciam, movimentando-se nesse processo de produção de modos de existência da velhice naquele território.

5.2 Reflexões sobre o trabalho rural no contexto da agricultura familiar no Brasil

Nessa seção em especial, pensamos ser necessário levantar⁹⁶ outras questões que permeiam o trabalho rural e que dizem respeito a uma leitura que se situa no âmbito da macropolítica. Afinal, compreendemos que estes são fatores que também atuam na definição dos modos de vida possíveis no território, ou mesmo no delineamento dos modos pelos quais a vida pode (ou não) circular nesse espaço. Sendo assim, pensamos que, para compreender o trabalho rural no Brasil, é preciso pontuar o histórico da política agrária no país e a expressiva concentração fundiária, os quais se traduzem em um cenário de prevalência do agronegócio sobre as pequenas propriedades rurais de base familiar.

Sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto, ou mesmo de dar conta de sua complexidade, nosso objetivo aqui é o de situar no nível mais amplo a discussão sobre a questão agrária brasileira. Se pensarmos historicamente, esse processo de concentração fundiária no país remete ao período colonial, quando da definição do sistema de sesmarias trazido ao país pelos portugueses. Podemos compreender que o modelo colonial brasileiro se constituiu a partir desse cenário, a saber: a existência de grandes propriedades de terra exploradas a partir da mão de obra escrava em um modelo de monocultura para exportação, o que trouxe consequências históricas que reverberam na contemporaneidade. Inseridas nessas grandes propriedades, mas subordinadas a elas, devolvia-se o modelo de produção familiar dedicado à subsistência, uma vez que a grande produção era dedicada exclusivamente à monocultura da cana-de-açúcar. Nesse sentido, a produção familiar sempre existiu enquanto algo necessário, mas secundário à grande produção, como explicita Szmrecsányi (1990, p. 16), “de um modo geral, todavia, as

⁹⁶ Dizemos levantar porque compreendemos a complexidade que marca cada uma dessas questões não sendo possível, e nem mesmo desejável, tratá-las em profundidade nesse texto. O objetivo de pontuá-las é trazer para o contexto da proposta de uma leitura rizomática da velhice rural elementos que se situam também no nível da macropolítica e que atuam como forças nesse processo de construção de subjetividades.

culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação”.

Wanderley (2011) chama a atenção para o fato de que essa posição secundária da produção familiar se manteve ao longo da história do país, tendo sido, portanto, segregada em termos do desenvolvimento de políticas agrícolas. Nesse sentido, a história dos pequenos produtores familiares estaria associada a um longo processo de lutas para a conquista de um espaço não apenas em termos territoriais, mas também sociais. Se até então a posse da terra era restrita às elites que comandavam as capitâneas hereditárias, com a Lei de Terras em 1850, isso passou a ser feito por meio de aquisição monetária, o que, segundo Martins (1997), nada mais foi do que um mecanismo perverso encontrado pela elite brasileira, já pressionada para o fim da escravidão, para manter a estrutura agrária de concentração fundiária e gerar um excedente populacional à procura de trabalho. Não haveria, nesse sentido, acesso livre à terra, apenas por meio de pagamento, o que fazia com que a população pobre permanecesse na condição de desvalidos e não-proprietários. O autor argumenta que esse foi um dos momentos em que o Brasil teve a oportunidade de realizar uma reforma agrária, mas que, seguindo os interesses da elite, optou por manter a concentração e garantir um exército de trabalhadores para as grandes lavouras que, nessa época, dedicavam-se à produção de café.

Com o processo de modernização industrial do país no final do século XIX e início do século XX, a burguesia industrial demandava a abertura de mercados consumidores, uma vez que o grande volume de trabalhadores (colonos) não tinha condições de adquirir os produtos industrializados. As elites industriais pelo mundo atuaram com o objetivo de desfazer esse modelo de concentração de terras, na medida em que o entendiam como um entrave ao desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, vários movimentos de reforma agrária foram feitos pelo mundo, como nos Estados Unidos e Japão. Entretanto, no Brasil, esse confronto entre a elite burguesa industrial e a oligarquia agrária não aconteceu de forma intensa, uma vez que ainda no início do século XX o café mantinha-se como fonte de riqueza nacional. A industrialização apenas se inicia de modo mais efetivo no governo de Getúlio Vargas, em 1930, após os abalos no preço do café e a proposta de implantação de um modelo de substituição das importações, objetivando estimular a indústria nacional e fortalecer o mercado interno (MARTINS, 1997).

Em um processo de acordo político entre a elite burguesa industrial e as oligarquias agrárias, o país mantém sua estrutura fundiária e seus modos de produção, apenas diversificando os produtos, abandonando a monocultura do café e iniciando outras culturas como o arroz, o feijão e o algodão. Nesse sentido, segundo Sorj (1986, p. 21, grifos nossos):

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na **não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural.**

A partir de 1950, iniciou-se um processo de modernização também no campo (conhecida como modernização conservadora), com estímulos do Estado para a adoção de tecnologias e novos maquinários nas grandes lavouras. Paralelamente, a pequena produção familiar continua existindo – e resistindo – mas sem esse apoio governamental. Nesse período, vários movimentos sociais no campo vão ganhando força de modo a questionar as desigualdades existentes no meio rural, principalmente decorrentes da concentração fundiária. Tais lutas encontraram apoio na época do presidente João Goulart, o qual defendia a realização da reforma para o desenvolvimento do país. Entretanto, com o golpe militar de 1964, apoiado inclusive pelas elites oligárquicas, esse projeto não se realizou. O que se fez pós-64 foi a ampliação do projeto de modernização do campo, com a construção de leis e de incentivos para os grandes e médios proprietários. Surge então, convenientemente, o complexo agroindustrial no país, com a expansão e modernização do campo e a criação de indústrias especializadas em atender as demandas desse “novo” e produtivo universo rural. O sistema capitalista de produção se consolida no campo, com o aumento da mão de obra assalariada trabalhando sob condições precárias e baixos salários (MARTINS, 1997; MIRALHA, 2006).

Enquanto esse processo de modernização agrícola trouxe resultados produtivos em termos econômicos, no tange à dimensão social, cultural e ambiental trouxe consequências devastadoras como o aumento do êxodo rural, ampliou ainda mais a concentração fundiária, ampliou também as desigualdades regionais tendo em vista esse projeto de modernização favorecer a região centro-sul do país, danos ao ambiente e à saúde humana com o aumento do uso de agrotóxicos focados na produtividade, bem como os estímulos a mudanças nos padrões alimentares da população a partir do aumento do consumo de produtos industrializados.

Com o passar dos anos, após o processo de redemocratização do país, mostrou-se novamente a falta de interesse em realizar mudanças na estrutura agrária brasileira. Em termos jurídicos, mais e mais legislações foram criadas com a finalidade de dificultar a viabilização dessas iniciativas e os movimentos sociais que as defendem. A partir dos anos de 1990, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, a pauta do Movimento dos Trabalhadores sem-terra (MST) começa a ganhar mais visibilidade em função da grande capacidade de mobilização popular naquele momento, o que fez com que o número de famílias assentadas em terras consideradas improdutivas aumentasse consideravelmente. Entretanto, sem uma política que a sustentasse, esses números logo começaram a regredir. Martins (1997) critica que, para além de se pensar no número de famílias assentadas, é preciso analisar as condições para a continuidade da vida nesses territórios, como o acesso ao crédito, à educação, à saúde, dentre outros. Nesse momento sócio-histórico e político, essas condições não se desenvolveram.

Mais recentemente, durante os anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no comando do país, uma série de ações foram empreendidas no sentido, principalmente, de combater a pobreza e buscar o desenvolvimento do campo. De acordo com Stédile (2005), entre as propostas de governo lançadas pelo Presidente Lula nas campanhas de 1989 e 2002, houve diferenças significativas no que tange à reforma agrária. Enquanto no primeiro momento o enfoque seria em mudanças na estrutura agrária visando à diminuição da concentração fundiária, o segundo consistiu em um olhar voltado para a superação da pobreza e para o desenvolvimento do campo, sendo a questão agrária incorporada dentre os pilares de um programa mais amplo denominado Fome Zero⁹⁷.

De uma forma geral, nesse segundo momento, o conjunto de propostas do PT envolvia, a grosso modo, a realização de desapropriação de terras improdutivas e a criação de um conjunto de políticas básicas para estruturação de assentamentos. Entretanto, paralelamente a essas propostas, verificou-se também no governo do PT a manutenção de benefícios e subsídios ao agronegócio, até mesmo em uma tentativa de manter a governabilidade tendo em vista a permanência de uma bancada ruralista forte no Congresso nacional. É importante destacar, dentro desse guarda-chuva de programas do governo petista, a criação e implementação do Programa Bolsa-Família, o qual teve implicações positivas em termos de amenizar o quadro de

⁹⁷ Política do Governo voltada para a soberania alimentar.

miserabilidade da população em algumas regiões do país, em especial a do campo (ABRAÃO; MODESTO, 2010).

Nesse sentido, o cenário que se desenha atualmente em relação à questão agrária brasileira é incerto. Mesmo com os avanços recentes, muito ainda precisa ser repensado em termos de um desenvolvimento territorial que permita que os pequenos produtores rurais possam desenvolver suas atividades de forma mais digna. Como coloca Abramovay (2000, p. 13, grifos nossos):

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em **fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica**. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. **O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.**

Infelizmente, se analisarmos o contexto político brasileiro, não nos parece que estejamos caminhando para essa ideia de fortalecimento do capital social dos territórios, em especial, os rurais. Vemos a atuação interessada da chamada “bancada ruralista”⁹⁸ e a proposta/aprovação de leis, como a PL 6.299/2002⁹⁹, que cada vez mais nos distanciam de uma nova perspectiva sobre a questão agrária brasileira. Cabe disse que é nesse contexto mais amplo, que se configura pela atuação do agronegócio que constantemente ameaça a existência dos pequenos produtores familiares marginalizados, que buscamos compreender o trabalho rural enquanto força na composição do rizoma velhice no território que investigamos, ou melhor, experienciamos.

Falamos, ainda no capítulo 2, sobre a história do território do médio Vale do Jequitinhonha e da cidade de Araçuaí. Principalmente nos interessa nesse momento retomar aqui os avanços da monocultura de eucalipto e as atividades mineradoras na região (descobertas das reservas de Lítio), que ameaçam cotidianamente os pequenos produtores. Inserindo-a na discussão dessa seção, tais ameaças são repercussões desse contexto socioeconômico e político brasileiro mais amplo. Nesse sentido, vemos claramente se expressar no campo a perversa lógica capitalista, em que essa pequena produção vai sendo deixada de lado, dando a impressão de que ela por si só está se esgotando (ao invés de estar sendo intencionalmente esgotada). Se pensamos no próprio âmbito do mercado municipal de Araçuaí enquanto espaço organizacional, esse processo de desmantelamento da pequena agricultura familiar mostra sua face, quando a

⁹⁸ Grupo informal que agrega parlamentares que, articulados, defendem as demandas do agronegócio.

⁹⁹ Também conhecida como PL do Veneno, tem como objetivo revisar a legislação sobre agrotóxicos no país.

presença dos atravessadores enfraquece os pequenos produtores que deixam, aos poucos, de levar seus produtos para comercialização. Assim as histórias de sobrevivência dos sujeitos do campo tornam-se emblemáticas de uma luta que pode ser lida, dentro desse contexto histórico, como resistência.

Dentro dessa discussão, não podemos deixar de pontuar que o próprio conceito de trabalho é resultado de relações de produção localizadas em um determinado contexto sócio-histórico e político. Afinal, quando falamos de trabalho nesse contexto do sistema capitalista de produção, várias implicações podem ser observadas. Guattari e Rolnik (2005) discutiram sobre o que denominaram de produção de subjetividades no âmbito do CMI. Nesse contexto, fala-se de um trabalho que é capturado e significado em termos de produtividade, resultado e desempenho. O sistema capitalista de produção é concebido, nesse contexto, como uma grande máquina produtora de subjetividades serializadas, que busca constituir uma força coletiva de trabalho. Como colocam os autores:

Os indivíduos são reduzidos a nada mais do que engrenagens concentradas sobre o valor dos seus atos, valor que responde ao mercado capitalista e seus equivalentes gerais. São espécies de robôs solitários e angustiados, absorvendo cada vez mais as drogas que o poder lhes proporciona, deixando-se fascinar cada vez mais pela promoção. E cada degrau de promoção lhes proporciona um certo tipo de moradia, um certo tipo de relação social e de prestígio (GUATARRI; ROLNIK, 2005, p. 48).

A partir desse progressivo movimento de inserção do campo na lógica capitalista, em que ele próprio passa a ser uma de suas grandes engrenagens, questionamo-nos ao longo de nossas andanças cartográficas sobre em que medida esses velhos participantes da pesquisa estão inseridos nessa lógica (ou mesmo de que forma), enquanto engrenagens do sistema e como isso se traduz em suas vidas cotidianas. Se retomarmos as linhas associadas ao trabalho que analisamos anteriormente, podemos pensar que, em termos de produção (produtividade) e geração de riquezas pelo trabalho, esses velhos são pouco interessantes aos olhos do sistema, uma vez que prevalece entre eles a perspectiva da produção para a subsistência, e não para geração de lucro. Sendo assim, o que se torna interessante é a produção de mão-de-obra (barata) que emerge desse território e se desloca para outras regiões, seja para atuar no próprio setor agrícola, ou mesmo em outros setores como a indústria e os serviços. É o que identificamos claramente nas comunidades que visitamos com o crescimento do êxodo rural, seja temporário ou definitivo. Aqui também é válido ressaltar que as condições ambientais desfavoráveis e o histórico de abandono em termos de investimentos públicos aproximam a região do panorama

encontrado no norte e nordeste do país, ou seja, embora faça parte do eixo centro-sul do país, não foi incluída quando do então projeto de modernização agrícola, o que reforça a ideia de ser uma região marginalizada.

Os velhos, especialmente, interessam ao sistema enquanto potência de consumo, como forma de alimentar e manter o funcionamento das engrenagens. Se retomamos os discursos e práticas relacionadas à terceira idade e melhor idade, essa questão do consumo parece ainda mais evidente e se materializa em propostas de estilos de vida que cada vez mais visam, na realidade, a negação da velhice. Se nos voltamos para esses velhos trabalhadores rurais aposentados, identificamos particularidades como as que apontamos anteriormente: com baixos valores de benefícios e com estilos de vida que pouco se modificam com o advento da aposentadoria, há mudanças em termos de comportamento de consumo, mas são proporcionalmente pequenas. São aposentadorias que por vezes sustentam a economia local e contribuem em outras dimensões como a garantia da sobrevivência familiar. Se pensarmos ainda mais nesse contexto complexo, podemos pensar nos desdobramentos desse benefício, como a redução das taxas de violência em função da pobreza, dentre outros.

Nesse sentido, tendo em mente os velhos participantes da pesquisa, pequenos produtores familiares que vivem no médio Vale do Jequitinhonha, podemos falar de um trabalho capturado pelas amarras do sistema capitalista de produção? Parece-nos ingenuidade ou mesmo imprudência dizer que não. Todos estamos inseridos e acabamos, desejando ou não, contribuindo enquanto engrenagens. O que vimos no caso desses velhos é que, mesmo atuando, estão à margem. Se enquanto pequenos produtores estão sendo engolidos pelos grandes proprietários, não recebem auxílios e nem investimentos, enquanto consumidores também são marginalizados, na medida em que pouco está ao alcance deles. Nesse esteio, podemos também pensar em termos de políticas públicas, e a realidade também é de ausências e de insuficiências. Trata-se, nesse contexto, de uma inserção no sistema que também se dá pela margem, algo necessário ao seu próprio funcionamento.

Longe de uma leitura pessimista, o que buscamos é adentrar cada vez mais nesse emaranhado que, ao se movimentar, vai configurando os modos de ser da velhice e do trabalho rurais nesse território. Nesse sentido, rastreamos opressão e marginalização, mas também - e principalmente - nos interessava as linhas de fuga e as possibilidades de resistência emergentes. E encontramos muitas delas, intensas e diversas. Em relação ao trabalho, identificamos essas possibilidades a

partir da própria significação do que é trabalhar para esses velhos, para além da produção e dos resultados, mas como componente ético e constitutivo de *quem eu sou*. Vimos as lutas empreendidas pelos velhos frente aos avanços do agronegócio, bem como a políticas governamentais que os desfavorecem. Também entendemos como resistência a vivência da aposentadoria como um momento de liberdade, em que, escapando aos padrões estabelecidos, eles se movem pelo desejo de permanecerem em suas terras e realizar suas atividades. A leitura que fazemos é que esses são alguns exemplos dessa vida que circula e que não se deixa aprisionar por completo.



Capítulo 6

Velhices que brotam do/no semiárido

mineiro

6. Velhices que brotam do/no semiárido mineiro

Este capítulo consiste em um ensaio fotográfico que tem como objetivo compor com as demais narrativas que se fizeram presentes ao longo dessa tese. Dizemos compor porque partimos do entendimento de que essas fotografias são como “caixas de memórias”¹⁰⁰ que trazem à tona momentos e experiências vividas, inseridas aqui para mostrar a nossa perspectiva sobre os participantes da pesquisa, suas vidas, suas casas e suas histórias. Inspiramo-nos na definição de foto-ensaio de Rose (2012) para delinear esse projeto narrativo, cujos resultados apresentamos a seguir. Nas palavras da autora, os fotos-ensaios não seriam “um método de pesquisa *per se*. Ao contrário, são um método particular de transmitir os resultados de um projeto de pesquisa para uma audiência” (p. 318, tradução nossa). Nesse esteio, ao pensar na comunicação dos resultados da pesquisa, nosso intuito é que, de alguma forma, essas narrativas imagéticas atuem na produção de experiências que permitam aos leitores aproximarem-se desse território e das velhices que *nele e dele* brotam.

A organização desse capítulo segue a mesma estrutura da análise narrativa temática realizada ao longo dos capítulos anteriores, ou seja, as fotografias estão organizadas a partir dos eixos analíticos da pesquisa, “A vida no campo”, “As velhices no campo” e o “O trabalho no campo”. Além desses, ao final do capítulo, apresentamos algumas imagens sobre “O fazer cartográfico”, que compreendem alguns momentos de produção de dados. Para o leitor, o convite é que mantenha a atenção flutuante (KASTRUP, 2007) e se permita a experiência de deixar emergir o corpo vibrátil (ROLNIK, 2015).

¹⁰⁰ Clandinin e Connely (2011, p. 157).

Ficha Técnica do Foto-Ensaio

Ensaio: Velhices que brotam no/do semiárido mineiro

Fotógrafa: Jeane Soares Doneiro

Direção de Imagem: Raquel de Oliveira Barreto

Período de produção: março/maio de 2017 e julho/outubro de 2018

Equipamento: Câmera Sony Cyber-shot DSC-HX400V



A vida no campo

O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou o que nos cabe em partilha) (CERTEAU, 1996, p. 31).



Na verdade, o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica (MORAES, 2012, p. 2).





Todo final de semana eu vou (pro campo). Porque lá a gente tá solto, né, tem a liberdade da gente. Aqui não, aqui na cidade aqui, a vida aqui é... a gente só fica preso dentro de casa, né, a noite a gente não pode sair nem na rua (SEU SEBASTIÃO, 70 anos).



Estava apreensiva para encontrar Seu Milton. Não sabia como seria a recepção em relação à história, como seria a dinâmica... Seu Milton é conhecido como “sistemático” e fomos com isso na cabeça: será que ele vai gostar? Será que vai dar certo? Tínhamos que completar aquela história, aproveitar aquela oportunidade. Depois de quase 40 km e uma hora de viagem (com as breves paradas na escola e igreja), chegamos à casa de Seu Milton. Paramos, e ele vinha de longe, caminhando no sol com um chapéu de palha na cabeça. Desci e fui ao encontro dele perguntando: “O senhor se lembra de mim, Seu Milton?” (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018).



O empecilho pra gente acaba sendo as estradas, tem umas que a gente demora duas horas para chegar à comunidade e a gente ainda tem que caminhar cerca de 40 minutos, 1 hora para chegar na casa do usuário (PODER PÚBLICO 2).



E o campo invade a cidade...

[...] assim como esses moradores trazem para o espaço “urbano” características de um modo de vida tido como próprio do meio rural, perpetua-se no espaço urbano a situação de pobreza por eles vivenciada na “vida dura” da “roça”, representada pela escassez do dinheiro, hoje garantido pelas aposentadorias [...] (CUNHA, 2014, p. 108).



Eu digo que eu saí da roça, mas a roça não saiu de mim, né? (Filha de Seu ZEZÉ das TESOURAS).



As velhices no campo

Retratos



O sertanejo é, antes de tudo, um forte. [...] A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (EUCLIDES DA CUNHA. OS SERTÕES, 1982, p. 47).



A vida escorre pelo corpo e reúne o fragmento do acaso que nos produziu, afinal, somos o fruto fortuito de uma multiplicidade de relações de forças que, numa luta desigual de suas potências, impulsionam a vida. Sem finalidade, sem causa. Puro acaso. Urge agarrar esse presente da fortuna e fazer dele destino ou necessidade: *amor fati* (TÓTORA, 2015, p. 2018).





[...] Quando eu não puder pisar mais na avenida
Quando as minhas pernas não puderem aguentar
Levar meu corpo junto com meu samba
O meu anel de bamba entrego a quem mereça usar [...]
(NÃO DEIXE O SAMBA MORRER. EDSON CONCEIÇÃO & ALOÍSIO SILVA)





[...] não há vida melhor a não ser aquela que tá no campo cuidando das coisinha da gente, né, cuidando dos nossos galinheiros, cuidando de nossas vaquinhas, cuidando de nossas hortas, da nossa plantação e comendo aquilo que não é agrotóxico, né (JOANA, Virgem da Lapa, I Conversa ao Pé do Tamboril).





Tem as imagens assim na parede, até porque eu me encantei assim com uma imagem, um crucifixo de Bom Jesus assim em cima da porta da sala, se a pessoa for de outra... de outra seita e entrar tem que passar debaixo dela. Mas nós temos de Nossa Senhora Aparecida, de todos os santo! Nossa senhora Aparecida, Santa Luzia, tem uns quadro que vai enfeitando as parede assim, muitas imagens (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).





Eles têm uma relação muito sagrada, né? O homem e a mulher do campo, eles têm essa questão, a religiosidade como uma situação forte na vida deles, por isso eu vejo que o enfrentamento aos... às adversidades climáticas, às políticas públicas, eles têm tirado essas energias a partir disso aí (PODER PÚBLICO 1).

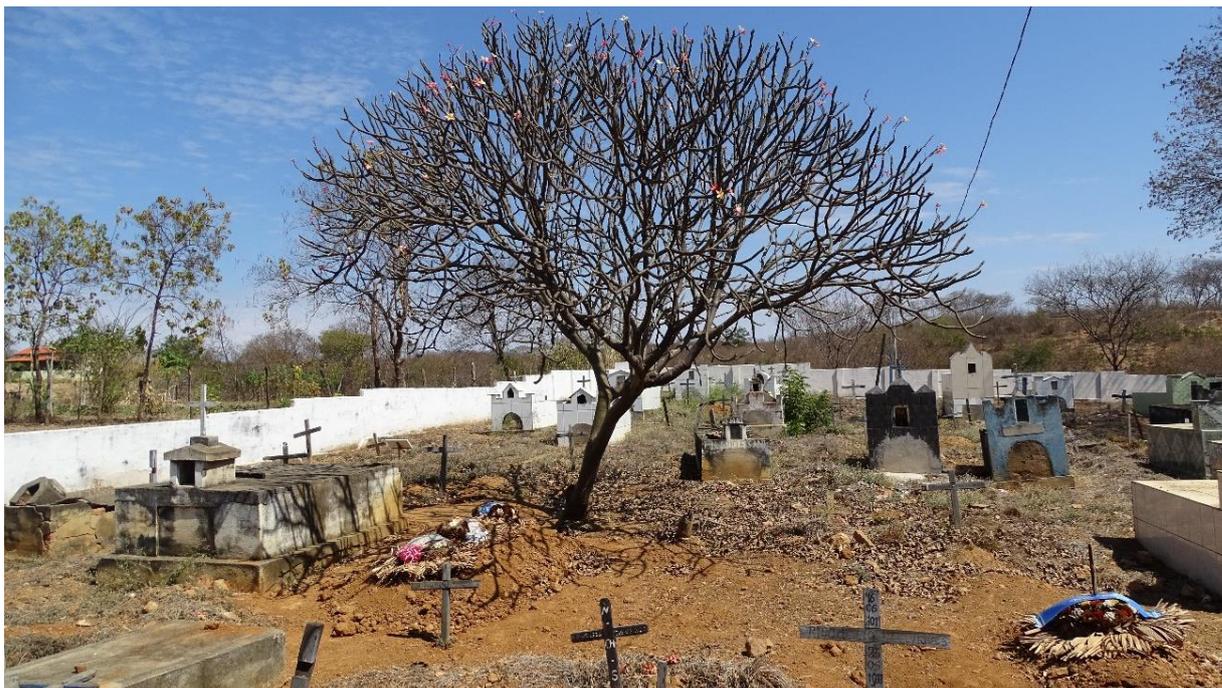




Todo mundo tem medo de morrer. Só que ainda tem um dizer assim que ninguém custuma com a morte, né, mas é uma coisa que nós tem por certo... uma coisa que nós tem por certo é a morte. [...] Já tem escrito, então ninguém morre antes do dia não, só morre no dia chegado. Um carro pode dispencá, se num for seu dia, cê num morre não, né, Deus ampara (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).



“[...] Porque o tempo é uma invenção da morte:
 não o conhece a vida - a verdadeira -
 em que basta um momento de poesia
 para nos dar a eternidade inteira.”
 (AH! O RELÓGIO. MÁRIO QUINTANA. 1989)



Paramos na estrada para conhecer o cemitério da comunidade, sobre o qual falamos algumas vezes em nossas conversas. Este acabou de ser ampliado, pois não estava comportando mais as pessoas da comunidade. É uma construção simples. Em todas as comunidades, a história se repete: alguém doa um pedaço de terra para construir o cemitério, a comunidade se une para construí-la e não há lugar marcado, de cada família. O serviço de funerária hoje já atende a zona rural e parece bem aceita pelos moradores, mesmo os mais velhos. Eles relatam como era antigamente, o processo de construção dos caixões, mas parecem concordar com a forma como hoje esse processo é organizado (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018).





O trabalho no campo

A pele muitas vezes... repara a pessoa, ainda mais quando a gente já tem uma vivência, já está aí há algum tempo... A gente olha para o cidadão que tem um modo de se vestir, o visual mesmo... **as mãos e os pés do trabalhador rural são diferentes do trabalhador urbano, repara pra você ver!** (PODER PÚBLICO 1).





Uma das principais funções políticas das narrativas é, então, possibilitar que o “outro” (invisível, silenciado, subalterno, oprimido, anônimo, diaspórico ou qualquer outra adjetivação encontrada na literatura especializada), alvo e beneficiário das políticas públicas e práticas sociais de “integração” possa falar por si mesmo, que possa encontrar espaços de acolhida e de difusão de sua experiência da história pessoal e coletiva e “leitura de mundo” como enfatizava Paulo Freire [...] (REIGOTA, 2016, p. 55).



O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória. Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos e amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. (BOBBIO, 1997, p. 30).



Eles sempre correm muito atrás, entendeu? Eles sempre estão ali o dia todo, o galo cantou, eles já estão ali prontos para poder trabalhar, muitos deles envelhecem, a mulher ali com 55 anos, o homem com 60 anos, cada um com a sua aposentadoria, mas não abandonam de jeito nenhum a enxada. E vai para a sua rocinha todo ano, todo ano eles estão lá plantando a rocinha deles (PODER PÚBLICO 1).



Às vezes deparamos com idoso que está na situação de fragilidade que faz a gente pensar assim: “mais gente, esse idoso, nessa condição ainda está com a enxada na mão?”, aí você pergunta para o filho, para a família e eles dizem: “oh, meu filho, se ele não fizer isso, ele adoce”. É porque gerou um vínculo com o trabalho de uma maneira tão firme que às vezes **não consegue viver sem a vida no trabalho** (PODER PÚBLICO 1).





[...] Que braseiro, que fornalha
Nem um pé de plantaço
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão [...]
(ASA BRANCA. LUIZ GONZAGA)





Muitos falam que não vem para cá (cidade) justamente por esse motivo, o que eles vão vir fazer aqui? Lá tem a terra que eles plantam, tem as galinhas e, vindo para cá, como eles vão trabalhar? Eles não vão ter o que fazer aqui (PODER PÚBLICO 4).



E o tipo de trabalho pesado... todo tempo que trabalha tá enfrentano cobra, carrapato, é frio, é chuva é tudo a gente enfrenta... o trabaio é mais pesado. E aí depois quando entrou esse Michel Temer com a reforma de previdência aí eles já queria tirá todos esses direitos do trabalhador. A gente teve medo... Eles falou que a previdência tava quebrada. Aí vem aquela pergunta, mas será quem quebrou? Será que foi o trabalhador que recebe um salário mínimo? Ou será que foi eles que roubou a previdência? (SEU ANTÔNIO DA VELHA, 67 anos).



Eu gosto muito! Depois que as menina saiu... antes eu fazia roupa, eu que custurava pra família, né? Depois que elas saíram de dentro de casa, eu fiquei, assim... depois inventei fazer colcha de retalho. Fiz várias colcha de retalho pra mim e pros outros, depois eu peguei fazer uns tapete (DONA LIA, 79 anos).



Depois de Seu Milton ler sua história e nós conversarmos um pouco sobre a de Dona Íris, perguntamos a eles se poderíamos fazer alguns registros fotográficos. Eles logo se colocaram à disposição e, mais do que isso, propuseram locais, imagens que gostariam de revelar... “Pode tirar aqui óh, Raquel, eu lavando minhas vasilha...” (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018).



Ó lá ó!!! A véia muntadeira lá ó! A véia tem mais de setenta ano, ó, puxando um gado lá, ó! O homem tem pra mais de setenta, tá vendo? (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).



A gente come aquilo que planta. [...] Agrotóxico tem muito nesses negócio de feira, e eu também num sou muito de comer... esses trem: extrato de tomate, essas coisa tudo. Aqui. Tem que plantar aqui, colher aqui, comer aqui. É assim que nós faz. Nós tem couve, nós pranta a hortinha... nós sempre tem verdura. Pouquinha, mas pra nós dois sozim, dá e sobra (DONA ISAURA, 78 anos).



Eles falam assim, “ah minha estrela”, os nomes das vaquinhas, minha criação entendeu? Então é uma relação forte, uma tristeza na época da seca que às vezes a criação está magra, sentida, às vezes vem na zona urbana fazer uma compra e daí a pouco já está voltando para trás... aí a gente pergunta por que a pressa eles dizem que os bichos não podem ficar só, que tem ir alimentar os porcos, as galinhas, o boi, a vaca (PODER PÚBLICO 1).



Pro mercado eu vou!



Nós somos o Vale
Nós valemos mais pelo que somos e menos pelo que temos.
Valendo assim e assim sendo, sempre valeremos
(GONZAGA MEDEIROS)





[...] Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida [...]
(MARIA MARIA. MILTON NASCIMENTO)



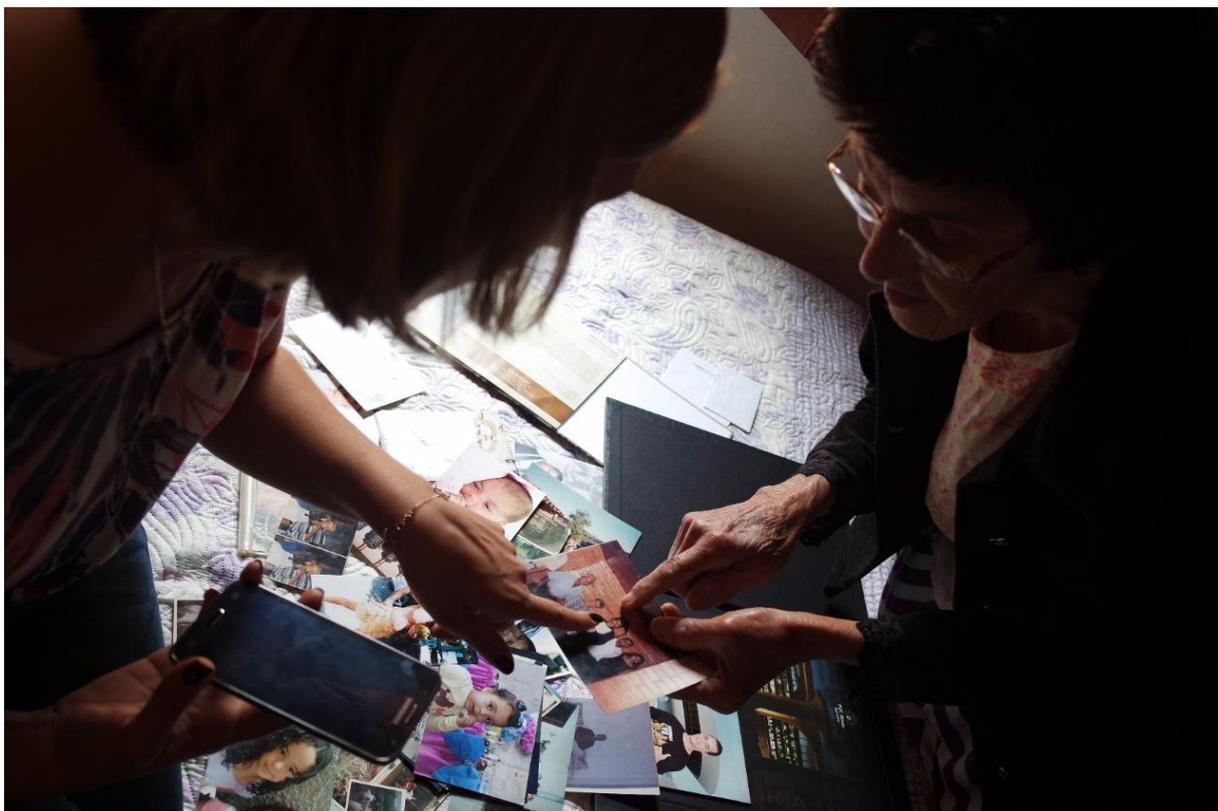


Quando cê tá na feira cê tá... vendo aquele pessoal lá, aquele movimento de gente vendendo, outros comprando, né, **aquilo é bonito demais na feira! Aquela fartura!** Tem coisa mais bonita que uma fartura, num tem! Eu acho, assim, dentro do Vale do Jequitinhonha, a melhó feira que tem é dentro de Araçuaí (SEU MILTON GRANJA, 67 anos).





O fazer cartográfico



O fato como aconteceu não é o mais importante na pesquisa narrativa que privilegia a forma como as pessoas (participantes de pesquisa) sentem e entendem as experiências que viveram (MELLO, 2016, p. 41).





Perguntei a Dona Santa se eu poderia ler a história para ela, e ela disse sim. Logo que mostrei a ela o documento com sua foto na capa, ela disse: “Nossa! Pareço uma louca! (Risos)”. Sentada ao meu lado, Dona Santa ficou atenta a cada palavra, sorria e antecipava suas falas na medida em que a história ia sendo contada. Em outros momentos, Dona Santa complementava a narrativa, repetindo constantemente, “minha vida é os meu filho”. Ao final, ela disse: “É isso mesmo! Essa é a minha história, minha fia”. Foi emocionante, talvez mais pra mim do que pra ela... (Anotações do diário de bordo, 01/08/2018).



Hoje foi o último dia das visitas... Me sinto estranha, com o coração apertado, como quem se despede de amigos queridos para uma longa viagem. Me senti tão bem aqui, acolhida... meu desejo era ficar por mais tempo, ouvir mais, aprender mais... A sensação é que não foi possível registrar tudo e é claro que não foi... Despedi-me de cada um deles com um “até logo!” caloroso. Seu Emílio me surpreendeu dizendo: “Vê se não demora muito, Raquel! Dessa vez ocê termina esse ‘livro’ seu, né?” (Anotações do diário de bordo, 02/08/2018).



Considerações (ainda que nada) finais

Falar sobre o final de uma cartografia nos parece uma imprecisão teórica, pois, enquanto processo, não há como pensar realmente em um encerramento. Chegamos nesse ponto, então, tendo em mente que o que fizemos foi uma tentativa de aumentar o grau de inteligibilidade em relação à realidade sobre a qual nos debruçamos, delineando construções provisórias de conhecimento que nos desafiam muito mais do que nos trazem qualquer sensação de estabilidade ou certeza. A tese que buscamos defender ao longo dessa pesquisa é a de que **não existe uma velhice, mas *modos de ser velho*, experiências singulares de vivência desse fenômeno em diferentes territórios**, o que nos leva a propor sua compreensão sob uma perspectiva rizomática. Tal tese nos parece fundamental se pensarmos no movimento homogeneizante que paira em torno da temática da velhice, culminando em rótulos e estereótipos como os da “Terceira Idade” ou “Melhor Idade”, ou, ainda mais recentemente, os “Superidosos”. Desde o início, inquietou-nos a disseminação da perspectiva do processo de envelhecimento como algo natural e comum entre os sujeitos, o que traz implicações diversas, por exemplo, na construção de políticas públicas voltadas para essa população. Nesse sentido, chegamos nesse momento reafirmando a não existência de uma velhice, mas de *modos de ser velho* construídos em processos de singularização que se dão em meio a um emaranhado de forças em constante interação, o rizoma velhice.

Tendo em vista o objetivo geral da investigação de cartografar os modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha, duas questões norteadoras nos acompanharam ao longo de todo o percurso. Vamos aqui retomá-las a fim de pontuar em que medida conseguimos avançar e que novas inquietações emergiram. A primeira questão, “**Como se configura a composição do rizoma velhice rural no território do médio Vale do Jequitinhonha?**”, levou-nos a rastrear as linhas que se fizeram sentir enquanto forças potentes nas narrativas dos velhos sobre suas próprias vidas, de suas famílias e de suas comunidades. Dois eixos analíticos emergiram da análise narrativa temática que empreendemos e que estão circunscritas a essa questão norteadora, os eixos “**A vida no campo**” e “**As velhices no campo**”. O primeiro eixo nos permitiu rastrear aspectos que marcam a vida nas comunidades cartografadas, com destaque para as ausências em termos de políticas públicas e para os efeitos perversos dos longos períodos de seca. Não obstante essas dificuldades existam, identificamos a construção de laços fortes entre os sujeitos e o território: há um amor pela vida no campo, um apego à terra e uma forte sensação de pertencimento. Percebemos que esses modos de viver

associados ao campo permitem que esses sujeitos estabeleçam com a natureza relações de proximidade, coexistência e interdependência, relações aparentemente diferentes das experienciadas pelas velhices urbanas.

No segundo eixo, “As velhices no campo”, emergiram as linhas que, juntamente com as anteriores, também refletem nos modos de ser velho nesse território. São velhices que surgem como um direito adquirido mediante uma vida de lutas e de muito trabalho, gerando nesses sujeitos um sentimento de vitória simplesmente por terem se tornado aquilo que são. Identificamos na religiosidade uma força potente que sustenta seus modos de ver a vida e que balizam suas formas de agir, em que o divino ocupa o lugar de juiz de todas as coisas, inclusive da morte. Vimos também velhices que se constituem em meio à terra, à família e à comunidade, formando laços fortes que justificam o desejo desses velhos ali permanecerem por toda a vida, resultados semelhantes de estudos anteriores sobre comunidades rurais como o de Woortmann (1999). Especificamente sobre a experiência da velhice, foi possível então perceber que, embora essa fase da vida esteja associada às perdas da capacidade física e/ou mentais, assim como também os velhos reconhecem as marcas inscritas por ela nos seus corpos, sentimos que a vida cotidiana desses sujeitos não se mobiliza em torno dessa questão, isto é, não há entre eles uma tentativa de compreender a velhice ou mesmo de negá-la, como discutimos ser algo comum na contemporaneidade (TÓTORA, 2006; 2008a; 2008b; 2015; DEBERT, 1994; 1997; 1999; 2008; DEBERT; OLIVEIRA, 2016). Cabe também pontuar que, embora esses velhos transitem e sejam afetados pelos espaços públicos e institucionais reguladores da cidade, o campo constitui o lugar onde a experiência do envelhecimento é construída.

Retomando os estereótipos disseminados sobre a vida no campo que remetem, por um lado, a um cenário de completo sofrimento e luta pela sobrevivência, e por outro, à visão romantizada do território rural como espaço de paz e tranquilidade e de um ritmo de vida totalmente diferente da cidade (CUNHA, 2014), podemos dizer que encontramos elementos que se alinham a essas características **E** a tantas outras. Trata-se de vivências que realmente escapam a esses estereótipos e revelam formas outras de vida, por vezes invisibilizadas. São velhos que narram histórias de vida de muito sofrimento **E** que ao mesmo tempo se reconhecem enquanto parte desse espaço que não desejam abandonar. São velhos que se resignam diante da vontade divina **E** que ao mesmo tempo utilizam-se da força da religiosidade para se posicionarem em torno de causas políticas comunitárias. São velhos que constroem seus próprios ritmos de vida **E** ao mesmo tempo se inserem na lógica “da cidade” para venderem seus produtos, discutir mudanças

necessárias e correr atrás de melhorias para suas famílias e comunidades. São complexidades que as andanças cartográficas nos permitiram acompanhar, ainda que parcialmente.

A segunda questão norteadora, **“Qual é o lugar do trabalho nesse rizoma velhice? Ou seja, neste processo de produção de subjetividades associadas à velhice, que força tem o trabalho?”**, pautou as análises do terceiro eixo analítico da pesquisa, “O trabalho no campo”, em que rastreamos as linhas associadas especificamente ao universo do trabalho. Como dissemos anteriormente, um capítulo foi dedicado a esse eixo tanto em função da força que essa categoria revelou em termos da constituição dos modos de ser velho nesse território quanto pelo interesse que ele também nos desperta no âmbito de nossa área de estudo. Ao longo das narrativas sobre as histórias de vida dos velhos, o trabalho emergiu como algo inerente à vida e que, como eles mesmos dizem, eles conhecem desde que “se entendem por gente”. Nesse sentido, é relevante destacar o papel do trabalho como marcador para a percepção da velhice pelos sujeitos, isto é, eles narram que se reconheceram como velhos a partir do momento em que começam a aparecer as dificuldades em relação ao desempenho das atividades cotidianas de trabalho. Ao mesmo tempo, é justamente essa vida de trabalho duro, que traz marcas no corpo, que possibilitou a eles terem se tornado aquilo que são. Vimos que esse trabalho também reflete desigualdades históricas de gênero, na medida em que recai sobre as mulheres rurais o estereótipo da realização do “trabalho leve” em contraposição ao “trabalho duro” masculino. Nas narrativas femininas, encontramos, ao contrário, um acúmulo de atividades para além do trabalho na lavoura e com os animais, afinal, é delas a responsabilidade pelos cuidados da casa, dos filhos, por vezes da horta e ainda se desdobram em outras atividades como o artesanato. São desigualdades que culminam em violências e que se mostram como questões urgentes a serem discutidas.

Vimos também que, em relação ao mundo do trabalho, a questão da aposentadoria rural surgiu como uma força intensa e potente. Tendo em vista o histórico de lutas em função das dificuldades encontradas nas atividades agropecuárias decorrentes das condições climáticas e da falta de incentivos em termos de políticas públicas, os velhos narraram histórias em que nem sempre a subsistência foi possível. Nesse sentido, o acesso ao benefício previdenciário significou para eles um momento de liberdade, liberdade para desenvolverem seu trabalho sem o risco da fome e da miserabilidade que por muito tempo os assombrou. Ainda que com valores baixos e por vezes insuficientes para cobrir todas as despesas que aumentam nessa fase de suas vidas, os velhos aposentados alcançam autonomia financeira e passam até mesmo a ocupar o

lugar de provedores do lar. Do ponto de vista da mulher velha, essa autonomia parece ainda mais significativa mediante uma história de dependência e subordinação ao marido. Vimos também que esse mesmo benefício que traz autonomia torna-os vulneráveis aos vários tipos de violência, desde familiares até as exercidas de forma sutil por outros atores institucionais como bancos e comerciantes.

Identificamos, por fim, a importância do mercado municipal de Araçuaí como elemento que compõe a história desses sujeitos. São velhos que já comercializaram ou ainda comercializam seus produtos no mercado, em especial durante os dias de feira livre, aos sábados pela manhã. Ouvimos desses velhos histórias de antigamente em que eles iam até o mercado acompanhados por membros de suas famílias e da comunidade, por vezes a pé ou montados no lombo de animais, em viagens que duravam longas horas ou mesmo a noite toda. Ainda hoje, o mercado revela-se um espaço que, para além da venda de produtos diversos, é um lugar de sociabilidades, de amizades e de diversão; nesse espaço que é, antes de tudo, uma organização composta por diferentes atores e permeada por relações de poder que ora atuam de forma a beneficiar esses velhos, ora os oprime e marginaliza.

Embora não tenha sido colocada como uma questão norteadora do estudo, houve uma terceira pergunta que nos acompanhou ao longo da pesquisa, a saber: **Como as instituições (Poder público, Sociedade Civil e Sindicato) atuam (operam) nos Planos que compõem o rizoma velhice?** Entendemos que várias pistas que contribuem para a compreensão dessa questão se encontram distribuídas entre os momentos analíticos da pesquisa. De modo geral, a precariedade das políticas públicas destinadas ao campo - e especialmente aos velhos - é uma constatação da totalidade dos estudos que encontramos em nossa pesquisa bibliográfica sobre a velhice rural¹⁰¹. No caso específico de Araçuaí, rastreamos que o município não desenvolve políticas públicas desenhadas especificamente para os idosos, salvo algumas atividades no âmbito da saúde que se destinam à “Terceira Idade”, mas que acabam por beneficiar apenas os velhos urbanos. Embora nas suas narrativas os velhos rurais reconheçam melhorias recentes em função de programas governamentais, como é o exemplo do “Luz para Todos” e a implantação das UBS rurais, admite-se que muitos direitos básicos permanecem descobertos. Nas narrativas do poder público, percebemos a identificação desse velho rural como uma figura associada à luta, à força e à sobrevivência e que, embora se tenha noção da necessidade de melhor atendê-

¹⁰¹ Levantamento apresentado no capítulo 3, na seção “O que sabemos sobre as velhices rurais?”.

los, a precariedade das políticas públicas é apontada como resultado de um quadro político mais amplo, assim como de crises econômicas que têm afetado o país e o mundo. Em termos locais, as dificuldades apontadas pelos profissionais como entraves para a melhoria da prestação dos serviços públicos para esses sujeitos são: grande número de comunidades rurais e grande extensão territorial do município; péssima qualidade das estradas que levam até as comunidades; falta de veículos institucionais disponíveis (muitos estão quebrados em função das estradas); falta de profissionais (médicos, por exemplo) que se disponham a atuar na zona rural, dentre outros.

Em relação às demais instituições da sociedade civil e religiosas, rastreamos contribuições importantes no que tange à construção dos modos de ser velho nesse território. Vimos, por exemplo, o papel de instituições como a Cáritas, a Associar e ao CPCD no que tange às tentativas de lidar com um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades rurais: a falta de água e os longos períodos de seca. Percebemos o sentimento de gratidão dos velhos em relação aos projetos de construção das barragens ou aplicação de tecnologias de armazenamento de água da chuva promovidos/financiados ou viabilizados por essas instituições. Em especial no que tange ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mapeamos que este é considerado pelos velhos como o caminho fundamental para o alcance da aposentadoria rural, e que de fato o é¹⁰². Entretanto, enquanto instituição representativa de uma classe de trabalhadores, poucas referências foram feitas pelos participantes da pesquisa a respeito de projetos e propostas de luta envolvendo a instituição, o que não significa que essas não existam, mas que não há envolvimento e engajamento entre eles. Apesar disso, a totalidade dos velhos com quem conversamos se mantêm afiliados ao sindicato e contribuem financeiramente, ainda que essa contribuição não seja mais obrigatória.

Atentos a essas produções possibilitadas pela coleta das narrativas - tanto orais quanto fotográficas -, pensamos que a realização de todo esse processo de produção de dados nos leva a refletir sobre como a vida circula naquele território. Se falamos especificamente sobre o mapeamento das linhas que ora estratificam e modelam fôrmas e formas (linhas duras e flexíveis) e ora permitem a invenção (linhas de fuga), como essas linhas que mapeamos se comportam? Que efeitos elas geram? Vimos se tratar de um processo também dinâmico, o que

¹⁰² Conforme sinalizamos anteriormente, o STR emite um documento certificando que aquele sujeito é um trabalhador rural, o qual é anexado aos documentos de solicitação de acesso ao benefício da aposentadoria rural junto ao INSS.

é coerente com o entendimento do rizoma enquanto fluxos de forças. Nesse sentido, o que vimos foram forças se comportando ora como linhas duras e flexíveis, ora como linhas de fuga, em planos diferentes. Assim podemos olhar para as linhas que remetem à vida, às velhices e ao trabalho no campo. Se pensarmos especificamente na questão do trabalho, por exemplo, entendemos o quanto ele se apresenta a esses sujeitos, por um lado, como um linha dura, que ao ser realizado por anos a fio sob condições quase que desumanas (sob o sol forte, sem intervalo, jornadas extensas, dentre outros), gera adoecimento e não lhes garante a sobrevivência. Por outro lado, é esse mesmo trabalho que, enquanto linha de fuga, permite a esses velhos a experiência do reconhecimento de si e que, ao ser adaptado, moldado e significado, é fonte de vida e sobrevivência para ele, para a família e para a comunidade. Assim também identificamos a complexidade que se apresenta em relação à religiosidade, aos costumes e modos de vida, inclusive ao próprio processo de envelhecimento. São velhices múltiplas e distintas, que, ao mesmo tempo que particulares, são parte de um contexto social que as atravessa, molda e é também moldado por elas.

Nesse sentido, partindo de uma análise que contemple os fluxos de linhas e forças, podemos dizer que, para além da realidade de um modo mais amplo, a subjetividade é da mesma forma uma resultante desse processo complexo. Se retomamos então a velhice ideal discursivamente hegemônica na sociedade contemporânea, é possível lê-la como um modo de existência sustentado no plano de organização (molar), que nos aprisiona e nos engessa, dizendo por meio de práticas e normas como é a velhice correta a ser almejada. Nesse plano, a tendência é do esgotamento das diferenças e o afastamento da ideia de *velhice-devir*, indo de encontro ao que propomos enquanto perspectiva rizomática desse fenômeno. Entretanto, como vimos na aproximação e experiência com os velhos rurais, existem sim, outros modos de ser velho possíveis, que escapam – ainda que com dificuldades – dessas amarras do plano de organização. São *velhices-devir* que emergem sustentadas pelo plano de imanência (molecular) e refutam os corpos prontos, acabados. São velhices resultantes de agenciamentos produzidos nesse plano de expansão da vida e da inventividade, ainda que transitórios. Nessa leitura que podemos chamar de Deleuziana, encontramos a coexistência dessas velhices, que se assujeitam às normas e desejam seguir os padrões, e àquelas que buscam o novo, o diferente. São velhices que podem, inclusive, transitar dentro de um mesmo sujeito. Diante disso, entendemos que o nosso percurso aqui foi o de, a partir de um entendimento sobre a velhice molar que delimita uma população a ser gerida, explorar como isso se realiza no nível molecular, no singular das experimentações dessas velhices.

Para além dessas questões norteadoras, o que mais podemos dizer? Podemos falar de outras questões que essa pesquisa nos suscitou. Pensando na diversidade do território brasileiro em termos regionais, econômicos, sociais, políticos e culturais, como se configura o rizoma velhice em outros lugares? Reconhecer a diferença que marca a constituição da vida nos leva a pensar na importância de pesquisas que busquem compreender o lugar ocupado pelo velho em outros territórios, especialmente os rurais, os quais têm sido pouco explorados em termos de produção de conhecimento (ALCÂNTARA, 2016). Outro aspecto que nos chamou a atenção é a desconstrução do velho rural como aquele sujeito atrasado, desinformado e alheio ao que se passa no mundo em que está inserido. Encontramos, em nossas experiências, velhos extremamente politizados e cientes das questões que permeiam a realidade não apenas de suas comunidades, mas da região e do mundo. Velhos que discutem sobre a necessidade da mudança de comportamentos sociais como a exploração da natureza e que propõem, a partir do seu universo, formas de contribuir para que transformações sejam feitas. Velhos que dizem que a modernidade trouxe muitos benefícios, mas que pontuam e avaliam, em contrapartida, perdas em termos das relações humanas e do trabalho. Nesse sentido, inquieta-nos pensar em quantas ‘verdades’ são cotidianamente produzidas e disseminadas a partir desses estereótipos e o quanto perdemos, no âmbito do universo científico, ao invisibilizar esses saberes considerados menores¹⁰³.

E onde queremos chegar com esse conhecimento produzido? Sob o ponto de vista das contribuições desse trabalho doutoral, parece-nos relevante destacar alguns aspectos. Em termos teóricos, compreendemos o avanço ao trazer o conceito de rizoma como uma possibilidade a ser utilizada no âmbito dos Estudos Organizacionais, algo pouco realizado quando observamos especialmente a produção nacional na área. Nesse sentido, tendo em vista ser uma literatura ainda pouco explorada no campo, lançamos uma possibilidade outra para um processo de construção de conhecimento que se propõe a dar conta, ainda que de forma transitória e parcial, da complexidade que marca nossos objetos de estudo e a realidade de uma forma geral. Nesse sentido, cabe também dizer que compreendemos que a complexidade que marca não apenas os objetos dos Estudos Organizacionais, mas da Administração como um todo, demanda justamente outras formas de leitura da realidade, assim como outras percepções acerca dos processos sociais e institucionais.

¹⁰³ Referência à expressão trazida por Deleuze e Guattari na obra “Kafka: Por uma literatura menor”.

Diante desse contexto, o convite para dialogar com autores como Deleuze e Guattari dentro desse campo de conhecimento é insistir na experimentação, colocando em primeiro plano as relações rizomáticas nas quais agenciamentos são feitos, rastreando o que é produzido entre (e com) as instituições, entre (e com) os profissionais, entre (e com) as equipes, entre (e com) os sujeitos, cotidianamente. Em especial, atentos às linhas e formas que compõem o rizoma, problematizar os aspectos e as situações que insistem em permanecer, como normas, regras e padrões; por outro lado, acompanhar processos que apontam espaços de invenção e resistência, desestabilizações que favorecem passagens. Mais do que identificar esses modos de funcionamento da realidade, é compreender que eles se justapõem e que não há nesse processo a tentativa de dizer o que é bom e o que é mau, mas o que favorece ou não, naquele contexto, espaço para a força produtiva da vida.

Ainda sobre os avanços teóricos, destacamos que, da mesma forma que fizemos em relação ao conceito de rizoma, avançamos dentro do âmbito do campo dos Estudos Organizacionais ao nos lançarmos ao desafiante processo da pesquisa cartográfica. Ao entendermos a cartografia enquanto uma postura teórico-metodológica, construímos um percurso de produção de dados que foi sendo desenhado ao longo do próprio fazer da pesquisa e que se revelou, ao final, uma possibilidade rica para investigações que se dedicam à compreensão do cotidiano. Cabe nesse momento dizer sobre a crítica que dirigimos às pesquisas que se propõem realizar uma cartografia, mas que pouco podemos perceber acerca de seus desdobramentos no processo da pesquisa em si. São pesquisas que se dizem cartográficas e ponto. Dito de outro modo, advogamos a necessidade de que a pesquisa cartográfica seja pensada em termos de postura teórico-metodológica, de aprofundamento na produção de dados e na busca pelas experiências. Trata-se de uma prática e um compromisso, antes de qualquer coisa. Nesse sentido, cabe destacar nossos desafios bem como nossos ganhos ao experimentar uma pesquisa que fala *com* os sujeitos, não *sobre* eles ou mesmo *deles*, assumidamente uma pesquisa-intervenção. O que experienciamos foi um mergulho na tentativa de fazer emergir o corpo vibrátil e ir além das formas consideradas tradicionais de pesquisa em nosso campo de estudo, buscando formas mais inventivas desse fazer científico.

Outra dimensão que consideramos de destaque foi o uso das fotografias enquanto recurso para composição da cartografia, buscando superar o sentido ilustrativo comumente utilizado. Compreendemos que os resultados da utilização desse recurso foram fundamentais para os momentos analíticos da pesquisa e que essa também se revela uma possibilidade a ser explorada

por pesquisadores no campo dos Estudos Organizacionais. Ainda que com todas as limitações, acreditamos que essa tese possa instigar novos usos de imagens para produção de conhecimento, a partir de uma leitura da fotografia como composição narrativa que, como tal, junta-se às demais formas de produção de dados em um compromisso de abertura à complexidade, ao diferente e à exploração daquilo que se tenta invisibilizar.

Nesse esteio, não podemos deixar de pontuar a importância das narrativas nessa construção cartográfica, sejam elas orais ou fotográficas. Em especial, chamamos a atenção para algo que impregnou cada passo dessa pesquisa, de cuja grandiosidade talvez apenas ao final tenhamos nos dado conta: o entendimento de que esses velhos trabalhadores rurais são também trabalhadores da memória (BOSI, 1994). Foi por meio de suas narrativas, de suas histórias e de seu trabalho que conseguimos acessar não apenas à memória particular, mas também coletiva de suas famílias e comunidades. Como nos lembra Bosi (1994, p. 54), “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” e assim pudemos experimentar também em que medida esse refazer se fez para os velhos como uma oportunidade de algo novo. Ouvimos deles o quanto trazer essas memórias à tona possibilitaram novos diálogos com os filhos, que o ato de contar suas histórias gerou em si mesmos orgulho e satisfação, que a notícia de uma pesquisa sobre os velhos fez despertar em outros o interesse de saber sobre o que eles têm a dizer. São memórias e narrativas que ecoaram para muito além do que poderíamos imaginar.

Como qualquer trabalho que se propõe a dar conta, ainda que parcialmente, da complexidade que marca o processo de construção da realidade, chegamos nesse momento avaliando que algumas questões, de fato, poderiam ter sido melhor exploradas. Entendemos que as limitações fazem parte do processo de pesquisar, um processo que não se finda, mas ao longo do seu desenvolvimento fazemos ‘pausas’ em função de etapas formais que devemos cumprir, como é o caso dessa tese. Reconhecemos em nossas limitações possibilidades de desenvolvimento de outros estudos sobre a mesma temática ou mesmo desejamos que estas sirvam de reflexão para pesquisadores de uma forma em geral, pois falam sobre a pesquisa em si, sobre afetamentos e experiências vividas. Se pensarmos em termos teóricos, compreendemos que avançamos ao dialogar e tentar ‘traduzir’ conceitos e discussões de Deleuze e Guattari para o campo dos Estudos Organizacionais, em especial o de rizoma, mas entendemos que há uma série de outros conceitos adjacentes que poderiam ser trazidos (ou mais detalhados) de modo a dar suporte a esse elemento central, tal como o de “Corpo sem órgãos”, por exemplo. Nesse sentido, em

vários momentos nos questionamos, até onde devemos ir? O convite é que a nossa área se enverede por esse caminho e possa, cada vez mais, explorar esse caminho.

Especificamente sobre a prática cartográfica, muitos foram os desafios para a sua realização, alguns, inclusive, de ordem prática como o deslocamento até as comunidades. Entendemos que o que prevalece nesse momento de produção de dados é a qualidade dos encontros e os afetamentos produzidos, algo que felizmente conseguimos experimentar. Entretanto, reconhecemos que seria ainda mais enriquecedor se estendêssemos tanto o tempo de interação com os participantes quanto as comunidades visitadas. Nossa intuição é que ainda há muita riqueza e diversidade nesse território que poderiam ser exploradas. Um exemplo disso é a especificidade que marca a constituição do ser velha rural, em que a problemática do gênero se destaca, mas da qual não demos conta nesse trabalho. Quais outros temas nos escaparam? Também tangenciaram nossa investigação discussões como a do êxodo rural dos jovens, o que nos levou a pensar sobre a atuação desses (e de outros) sujeitos na constituição do rizoma velhice rural. Nesse sentido, ainda que tenhamos conversado com alguns filhos e familiares dos velhos, não foi algo sistemático no âmbito do mapa cartográfico desenhado. Esta ausência também nos parece uma boa sugestão de novos estudos, investigações que contemplem esses outros sujeitos e suas narrativas sobre as velhices e seus velhos.

Não podemos também deixar de mencionar nesse momento em que rascunhamos considerações sobre a pesquisa acerca de algo que vem sendo amplamente discutido, o lugar de fala do pesquisador. Devo dizer, e agora assumo realmente uma fala singular, que essa pesquisa foi produzida (em parte) por mim enquanto professora de uma instituição federal de ensino localizada nesse mesmo território pesquisado, que entende a pesquisa como uma ação de caráter totalmente político. Nesse sentido, tenho aqui um compromisso e um desejo de problematizar essa realidade da qual também faço parte, embora tenha consciência dos privilégios que em todas as dimensões recaem sobre mim. Se acima falei sobre a identificação de linhas que permitem a vida circular nesse território, espero que esse trabalho seja viabilizador de outras linhas, ainda que com todas as suas limitações. Um trabalho político, nesse sentido, de questionar o que está posto na maior parte das vezes como natural e até mesmo tradicional. Entendo ser esse também o compromisso que assumi com os sujeitos que generosamente se dispuseram a coconstruir esse trabalho e a quem eu espero ter feito jus, em cada uma dessas linhas. Nada mais coerente do que fechar essas considerações com a fala de Seu Milton Granja (67 anos) sobre o que ele pensava acerca da nossa pesquisa. “Oh, Raquel, eu acho muito

importante isso de mostrar pras pessoas e pros governante a importância do lavrador... a importância do trabalho da roça, né?”. Sim, Seu Milton, espero que tenhamos conseguido dar alguns passos não apenas nesse, mas também em outros caminhos.



Referências

Referências

- ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.
- ABRAMOVAY, R. Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- ALBUQUERQUE, F. J. B. de; SOUSA, F. M. de; MARTINS, C. R. Validação das escalas de satisfação com a vida e afetos para idosos rurais. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 41, n. 1, pp. 85-92, 2010.
- ALCÂNTARA, A. de O. Da velhice da praça a velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural. 2010. 319 f. **Tese (Doutorado em Antropologia Social)**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ALCÂNTARA, A. de O. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do *aposento*. In: ALCÂNTARA, A. de O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.) **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- ALCÂNTARA, L. R.; LOPES, M. J. M. Estrutura de serviços e acesso a consumo em saúde por idosos em um contexto rural do sul do Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 94 – 114, jan./abr. 2012.
- ALVES, A. M. Os idosos, as redes de relações sociais e as relações sociais. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, 2007. p. 125-139.
- ALVES, R. J. A. Lazer e ruralidades: as práticas e representações sociais de lazer no meio rural de Presidente Bernardes-MG. 203 f. 2009. **Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)**, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.
- AMADOR, F.; FONSECA, T. M. G. Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa: considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 30-37, 2009.
- AMORIM, S. M. Preditores da felicidade em aposentados do meio urbano e rural. 2015. 108 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2015.
- ANDOKA, F. Machine désirante et subjectivité dans l'Anti-OEdipe de Deleuze et Guattari. **Philosophique: Hegel – Deleuze**. Besançon, n.15, p.85-94, Mars. 2012.
- ANDRADE, R. J.; BOTELHO, M. I. V.; FIÚZA, A. L.; PEREIRA, E. T. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, v.23, n.1, p.39-49, jan./mar. 2009.
- ANTUNES, A. Um rio chamado Jequitinhonha. **Revista Hoje em Dia**, 2004.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. **Araçuaí – MG**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/aracuai_mg. Acessado em: 15/10/2018.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAPTISTINI, R. A.; FIGUIREDO, T. A. M. Agente Comunitário de Saúde: Desafios do trabalho na zona rural. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 2, p. 53-70, abr./jun., 2014.

BARBOSA, J. C. A. Um homem e mil histórias. 2016. 91 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARRETO, J. S. Condições de viabilização do acesso à aposentadoria rural em Maués/AM. 2016. 238 f. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade)** – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2016.

BARRETO, R. O. Encontros e Desencontros: Um olhar sobre a velhice em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. 2012. 183f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BARRETO, R. O; PAES DE PAULA, A. Envelhecer ou Não Envelhecer: Essa não É a Questão: Os Desafios Subjetivos Inerentes ao Trabalho com os Idosos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 39, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: 2015. CD-ROM.

BARROS, V. A. M. A institucionalização do *habitus* previdenciário rural na vida dos idosos que vivem no campo: Em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, MG. 2014. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)** – Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

BARROS, L. P; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. (Org.). **Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Trad. de Maria Helena Franco Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política (7a ed.). São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERGSON, H. **O pensamento e o movente**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BOBBIO, N. **O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos**. 7 eds. Tradução de: VERSIANI, D. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Decreto-lei nº 10. 741 de 1º de outubro de 2003**. Estatuto do Idoso.

CAMARANO, A. A. *et al.* (Org.). **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: Abramo, H. W.; Branco, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005, p. 243-261.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012. 268p.

CASSORLA, R. M. S. **Da morte**: Estudos brasileiros. Campinas, SP: Papirus, 1991.

CAVALCANTE, H. P. M. O acesso à energia elétrica no Brasil sob a ótica do desenvolvimento como liberdade. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 58-86, jul./dez. 2013.

CAVALCANTI, M. F. R. Estudos organizacionais e filosofia: a contribuição de Deleuze. *Revista Administração de Empresas*. [online]. 2016, vol.56, n.2, pp.182-191.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Em defesa de uma crítica organizacional pós-estruturalista: recuperando o pragmatismo foucaultiano-deleuziano. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 557-582, out./nov./dez., 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis Vozes, 1996.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2ª ed. rev., 2015.

COELHO, M. V. A influência da atividade física nos perfis de fragilidade, funcionalidade, cognição e qualidade de vida em populações de diferentes contextos ambientais rurais e urbanos. 2014. 60 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, Universidade Brasília, Brasília, 2014.

CORRÊA, T.; MEDRADO, B. Sexualizando as narrativas: o prazer cartográfico de contar histórias sobre fazer pesquisas. In: CORDEIRO, R.; KIND, L (Orgs.). **Narrativas, Gênero e Política**. 1ed. Curitiba – PR: CRV, 2016.

CUNHA, E. da. **Os sertões: campanha de Canudos**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

CUNHA, E. S. Sobre Envelhecer E Ser Velho Em Liberdade: religiosidade, trabalho e família em um pequeno município da zona da mata mineira. 2014. **Tese (Doutorado)**. Programa De Pós-Graduação Em Serviço Social. Escola de Serviço Social. 2014.

CRUZ, C. W. As múltiplas mortes de si: suicídio de idosos no sul do país. 2014. 138 f. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

DEBERT, G. G. **Antropologia e Envelhecimento**. 2.ed. CAMPINAS: IFCH/UNICAMP, v. 700. 118p, 1994.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. (Ed.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

DEBERT, G. G. A família e as novas políticas no contexto brasileiro. **Interseções** — Uerj, ano 3, n. 2, p. 71-92, 2001.

DEBERT, G. G. A reinvenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, nº34, p. 39-56, 1997.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, G. G; OLIVEIRA, A. M. Arenas de conflictos en la profesionalización del trabajo de cuidar personas mayores en Brasil. **Sociología del trabajo**, v. 86, p. 44-63, 2016.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2006.

DELEUZE, G. **Espinoza**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, G. O abecedário de Gilles Deleuze. 1989. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadoretextos-e-videos/deleuze-gilles/o-abecedario-de-gillesdeleuze-transcricao-integral-do-video>>. Acessado em: 01/08/2018.

DELEUZE, G. **O bergsonismo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

DELEUZE, G. Imanência: uma vida... **Revista Limiar**, v.2, nº4, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.1, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.2,1995b.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.3, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.4, 1997a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2 ed. São Paulo: Editora34, v.5, 1997b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. 2ªed. Tradução Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELGADO, J. Memória dos velhos trabalhadores aposentados: estudos sobre gerações, identidades e cultura. 2007. **Tese (Doutorado em Serviço Social)** – ESS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DORNELAS NETO, Jader *et al.* Doenças sexualmente transmissíveis em idosos: uma revisão sistemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3853-3864, dec. 2015.
- DOSSE, F. **Gilles Deleuze et Félix Guattari: Biographie croisée**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.
- DUARTE, A. G. A. Velhice e Espaço Rural: (Re) desenhando discursos. 2015. 135 f. **Dissertação (Mestre em Políticas Públicas e Sociedade)**, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- DUARTE, F. F. “Quando chega a idade”: experiências de envelhecimento na comunidade Nossa Senhora da Guia, Lucena/PB. 2017. 112 f. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- DUARTE, L. F. D. *et al.* Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: DUARTE, L. F. D. *et al.* (Org.). **Família e religião**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006. p. 15-50.
- ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31. (Geografia em movimento).
- FÁVERO, C.; MONTEIRO, F. T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha. **Revista Agriculturas**, v. 11. n. 3, out. 2014.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUZA, J. A. V. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, 2010.

FREITAS, N. C. A influência da aposentadoria rural no *habitus* da mulher idosa em um pequeno município da zona da mata mineira. 2017. 97 f. **Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica)** – Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

FREIXO, A. A. Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: Narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente. 2010. 265 f. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GALLO, S. **Deleuze e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3ª Edição. São Paulo. Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GODINHO, A. **Linhas de Estilo: estética e ontologia em Gilles Deleuze**. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.

GOMES, G. C. Uma morte selvagem, mãe de todos! Narrativa sobre a morte por idosos e idosas rurais. 2016. 129 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GOMES, Marília M.F.; GONZAGA, Marcos R.; UMBELINO, Glauco; FÍGOLI, Moema G.B.; RODRIGUES, Roberta N. O 'sertão nordestino' mineiro: caracterização e projeção populacional das microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030. **Seminário Visões do Vale 4**. Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte, Mai. 2009

GONÇALVES FILHO, J. M. A invisibilidade pública. In: COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

GONTIJO, B. M. Implicações do plantio generalizado de eucaliptos no empobrecimento social e da biodiversidade do alto/médio Jequitinhonha/MG. **Boletim Paulista de Geografia**, n.77, 2017.

HAESBAERT, R. Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari. In: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.99-141.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em: 15/10/2018.

IBGE. **Cidades. Araçuaí. Minas Gerais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/panorama>. Acessado em: 15/10/2018.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação** / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INCRA. **Tabela com módulos fiscais dos municípios**. 2018. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acessado em: 11/07/2018.

IPEA. **IPEADATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acessado em: 15/10/2018.

ITABORAHY, N. Z; DINIZ, R. F. Compreender para Servir: experiências da pesquisa participante no trabalho de campo em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil. **Revista Inter espaço**, v.1, n.2, p. 109-136, jul./dez. 2015.

JAHN, E. F. Campesinato, envelhecimento e o crédito consignado: o papel educativo de movimentos sociais em relação à vida de idosas camponesas e idosos camponeses. 2018. 162 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Revista Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 15-22, abr. 2007.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 263-280, ago. 2013.

KIRST, P. G. *et al.* Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (Orgs.). **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 91-101.

KISCHENER, M. A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v.16, n. 33, dezembro, 2015.

KOVÁCS, M. J. Instituições de saúde e a morte. Do interdito à comunicação. **Psicologia: ciência e profissão**, 31(3), 482-503, 2011.

LEE, C-W. Le concept de plateau chez Deleuze et Guattari: ses implications épistémologique et éthique. **Kriterion: Revista de Filosofia**, 55, 129, 79-97. 2014.

LEOPOLDO SILVA, F. **Deleuze: Filosofia da Diferença**. Casa do Saber. Canal: <http://smarturl.it/CasadoSaber>. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Her0PEsMao>. Acesso em: 10 mai.2017.

LESSA, S. N.; SOUZA, J. V. A. (Org.). **PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2005.

LIMA, T. J. C. Rotinas de tempo livre e de lazer em cenários brasileiros. 2013. 221 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LINSTEAD, S. ; THANEM, T. Multiplicity, virtuality and organization: The contribution of Gilles Deleuze. *Organization Studies*, 2007, 28(10), 1483-1501.

MACHADO, R. **Deleuze, a Arte e a Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACHADO, R. **Deleuze e a filosofia**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal. 1990.

MACHADO, R. Uma geografia da diferença. **Revista Cult**, São Paulo: Bregantini, v. 1, n. 108, p. 35-41, 2006.

MAIRESSE, D. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. **Cartografias e devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 259-272.

MALDAUN D. *et al.* Espiritualidade/Religiosidade. In: NERI, A. L. (Org.). **Palavras Chaves em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2008.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDRADO, B; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J.; BRIGADÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. N.; CORDEIRO, M. P. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MEDEIROS, C. R. G. *et al.* A rotatividade de enfermeiros e médicos: um impasse na implementação da Estratégia de Saúde da Família. **Ciênc. Saúde Colet.** vol.15, suppl.1, pp. 1521-1531, 2010.

MEDEIROS, G. Poesias do Vale. In: ALMEIDA, Wesley P. et. al. **Jequitinhonha: antologia poética II**. Belo Horizonte: s/e, 1985.

MELO, L. A. Os impactos da política de previdência rural em comunidades: O caso do Vale do Catimbau/ Buíque – PE. 2017. 108 f. **Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural)** – Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MELLO, D. Etnografia, pesquisa narrativa e fenomenologia: entendendo espaços de fronteira entre três caminhos de pesquisa. In: CORDEIRO, R.; KIND, L. **Narrativas, Gênero e Política**. Curitiba: CRV, 2016.

MERCADANTE, E. F. Velhice: Uma questão complexa. In: CÔRTE, B. *et al.* **Velhice, Envelhecimento, Complex(Idade)**. São Paulo: ed. Vetor, 2005.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, n.8, São Paulo, 2006. pp. 151-172.

MONTEIRO, P. P. Somos velhos porque o tempo não pára. In: CÔRTE, B. *et al.* **Velhice, Envelhecimento, Complex(Idade)**. São Paulo: ed. Vetor, 2005.

MORAES, A. C. R. O sertão: um outro geográfico. **Revista Terra Brasilis (Nova Série)**, v. 4, n. 5, 2012.

MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MOREIRA, E. L. Políticas Sociais, Previdência e Trabalhadores Rurais: Reflexões a partir de evidências recentes no estado de Sergipe. 2010. 170 f. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

MOTTA, A.B.da. “Chegando pra idade”. In: Barros, M.M.L.de. Velhice ou Terceira Idade?, 223-235. (3ª ed.). Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2003.

NASCIMENTO, E. C. Vale do Jequitinhonha: Entre a carência social e a riqueza cultural. **Revista de artes e humanidades**, Nº4, Mai/Out. de 2009.

NERI, A. L. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de S. Paulo publicados entre 1995 e 2002. In: VON SIMSON, O. R. M.; NERI, A. L. e CACHIONI, M. (org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Átomo e Alínea, 2003.

NERI, A. L. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo: SESC, v. 16, n. 34, p. 07-24, out. 2005.

NERI, A. L. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. In: NERI, A. L. (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, p. 33-46, 2007a.

NERI, A. L. (Org.) **Idosos no Brasil: vivências, desafios e perspectivas na terceira idade**. São Paulo: Perseu Abramo; SESC/SP, 2007b.

NERI, E. L. Trabalho Leve e Trabalho Pesado nos Processos de Aposentadoria Especial Rural. 2014. 127 f. **Tese (Doutorado em Sociologia)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

OLIVEIRA, S. C. F. O olhar do idoso sobre a finitude: Um estudo sobre as representações sociais da morte em idosos em uma cidade do sertão pernambucano. 2008. 91 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e a pessoa idosa**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acessado em: 16/11/2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plano de ação internacional para o envelhecimento, 2002**/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

PARK, M. B. O ciclo da vida representado nas páginas dos almanaques de farmácias brasileiros. In: SIMSON, O. R. de M.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Org.). **As múltiplas faces da velhice**

no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Átomo e Alinea, 2006. p. 55-76. (Coleção Velhice e Sociedade).

PASSOS, E; BARROS, R. D. B. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, V. (Org.). **Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 17-31.

PASSOS, L. C. Acrescentar anos a vida e vida aos anos vividos: uma análise foucaultiana da política de atenção à saúde do idoso de Minas Gerais, o Mais Vida. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 12, janeiro-abril, 2004, p. 229-252.

PAULINO, O. **O Estranho Mundo do Dr. Boaventura**. São Paulo: Companhia brasileira, 1977.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. M. L. de. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 69-84.

PERÁN, M. Maneras de Hacer Mapas. **Revista de La Escuela de Arquitectura de La Universidad de Costa Rica**, v. 2, n.4, 2013.

PEREIRA, A. S. Tempo de plantar, tempo de colher: mulheres idosas, saberes de si e aprendizagens de letramento em Saquinho. 2014. 197 f. **Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade)** – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M.; ALMEIDA, A. F. A gestão territorial do Médio Jequitinhonha: entre dificuldades e possibilidades. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unaí, 14, n. 35, jul./set. 2016.

PEROBELLI *et al.* **Indicador de atividade econômica dos municípios mineiros**. Texto para discussão nº2/2017. Disponível em: www.ufjf.br/lates/files/2017/04/TD-LATES-02-2017.pdf. Acessado em: 15/10/2018.

PESSÔA, M. O. CAMINHOS DO JEQUITINHONHA: Análise do Projeto de Combate a Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha-MG. 2012. 224 f. **Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)** - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campo dos Goytacazes, 2012.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMBO, D. P. Educação, memórias e saberes amazônicos: vozes de vaqueiros marajoaras. 2014. 146 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

PRADO FILHO, K; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Revista Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 45-59, jan./jun. 2013.

PRADO JR., B. A ideia de “plano de imanência”. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 307-322.

RAMALHO, J. P.; DOULA, S. M. O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade. **Contemporâneos: Revista de artes e humanidades**, n° 4, Santo André, mai-out de 2009.

REGIS, V. M.; FONSECA, T. M. G. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 271-286, ago. 2012.

REIS, C. T., A Velhice Como Intervenção nos Modos de Vida. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

REIS, C. T. dos; HECKERT, A. L. C. Velhice como intervenção nos modos de vida. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro. v. 64, n. 1, p. 95-110, abr. 2012.

RIBEIRO, A. E. M. As estradas da vida: História da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais. **Tese (Doutorado)**. IFCH, Unicamp, 1997.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: O caso dos lavradores do alto Jequitinhonha. In: **Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira**, 2004.

RIBEIRO, L. M. P. Protestantismo rural: um protestantismo genuinamente brasileiro. In: FERREIRA, João Cesário Leonel (Org.). **Novas perspectivas sobre o Protestantismo brasileiro**. São Paulo, SP: Fonte editorial, 2008. p. 189-229.

RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the Human Sciences**. London: Sage, 2008.

RODRIGUES, C. Por uma pop’ escrita acadêmica educacional. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, I. C. F. S. Professoras aposentadas em território rural/ribeirinho: identidades e práticas socioculturais. 2013. 240 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, 2014a.

ROMAGNOLI, R. C. Acerca da noção de território no SUAS: a proposta esquizoanalítica. In: ROMAGNOLI, R. C. e MOREIRA, M. C. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social - SUAS: a articulação entre psicologia e o serviço social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas** Curitiba: Editora CRV, 2014b, 117-131.

ROMAGNOLI, R. C. Transversalizando as políticas públicas: Quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, v.22, n.3, p. 421-432, jul./set. 2017.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2a edição. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2016.

ROLNIK, S. *Entrevista*: Suely Rolnik. 2010. Disponível em: www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/r8/trocas-8/entrevista-suely-rolnik/. Acessado em: 01/04/2018.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187- 204. (Geografia em movimento).

ROSE, G. Making photographs as part of a research project: photo-documentation, photoelicitation and photo-essays. In: G. Rose. **Visual methodologies**: an introduction to researching with visual materials, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B., Gênero e Patriarcado. In: Castillo-Martín, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Org.). **Marcadas a Ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. Cap. 3, p. 35-76.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Trad. V. Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia (Coleção Reconquistado Brasil, v. 4), 1975.

SAIS, A. P. Dispositivo da velhice: uma analítica interpretativa. 2011. 100f. **Tese (Doutorado)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio-agosto/2007.

SAMPAIO, V. S. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea. **Revista Geográfica de América Central**, número especial Costa Rica, 2011.

SANTOS, B. S. O contemplar de um Rio das Araras Grandes: Araçuaí e sua cultura. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, nº 15, vol. 12, 2016.

SANTOS, D. K; LAGO, M. C. Cartografando Estilizações Do Homoerotismo Na Velhice: Pistas Metodológicas Nos Estudos Sobre Sexualidades. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 95-106, maio-ago. 2015.

SANTOS, J. E. C. Identidades vulneráveis ao suicídio: envelhecimento, metamorfose e autopoiese. **Dissertação Mestrado em Psicologia**. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª. Ed. São Paulo: EDUSP, 2014 (1985).

SANTOS, M. **O país distorcido**. In: RIBEIRO, W.C. (Org.). São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** (do pensamento único à consciência universal). Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. A.; SOUZA, E.; CARDOSO, J. Avaliação Da Qualidade Da Estratégia Saúde Da Família E Do Programa Mais Médicos Na Área Rural De Porto Velho, Rondônia. **Gestão e Sociedade**, v. 10, n. 26, p. 1327-1346, 20 jul. 2016.

SANTOS, M. C. Memórias compartilhadas: Uma etnografia sobre a trajetória do idoso e o papel da memória na construção de identidades étnicas nas comunidades quilombolas de São Braz e Cambuta, em Santo Amaro – BA. 2016. 161 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)** – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

SANTOS, R. S. **Vale do Jequitinhonha**. Temas e problemas. Belo Horizonte. Imprensa oficial, 1971.

SCHOPKE, R. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Edusp, 2004.

SCHWABENLAND, F. P. Saberes vivenciais de idosos frente sua experiência no espaço escolar de uma área rural. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2013.

SERVILHA, M. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: NOGUEIRA, M. D. P. **Vale do Jequitinhonha**: Cultura e Desenvolvimento. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2012.

SILVA, A. P. S. Pesquisa e atuação da psicologia na cidade e no campo: apontamentos e deslocamentos produzidos desde a categoria espaço. In: RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (Orgs). **Democracia participativa, estado, laicidade**: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017.

SILVA, E. L. “A peleia dos velhos no/do Karú”: Discursos/Recursos sobre o envelhecimento em São José do Cerrito, Santa Catarina. 2016. 332 f. **Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **Revista História, Ciências e Saúde**. v.15, n.1, jan./mar., 2008.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD, 2001.

SINAN NET. **Sistema de Notificação de Agravos de Notificação**. 2017. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/>. Acessado em: 15/10/2018.

SORJ, B. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SORJ, B. **Reforma agrária em tempos de democracia e globalização**. In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. pp. 23-40.

SOUZA, E. M.; PERTINELLI-SOUZA, S. P. Cartografia e Genealogia: Movimentos, Processos e Devires. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Espírito Santo: EDUFES, 2014. 296p.

SOUZA, E. M.; PERTINELLI-SOUZA, S. P.; SILVA, A. R. L. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: a busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 2, p. 198-217, mar./ abr. 2013.

SOUZA, M. C. M. Hipermodernidade no cotidiano de pessoas idosas: a instauração do futuro mutante no imaginário de órfãos do passado. 2013. 305 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013a.

SOUZA, M. R. As velhices que habitam os sertões: cartografia dos modos de envelhecer e morrer no semiárido piauiense. 2013. 269 f. **Tese (Doutorado em Sociologia)** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013b.

SOUZA, R. M. Rizoma deleuze-guattariano: representação, conceito e algumas aproximações com a educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18: maio-out/2012, p. 234-259.

SOUZA, V. F. F. Eletrificação rural no baixo-amazonas: da concepção da política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo Programa “Luz pra Todos”. 2017. 254f. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.

SPINK, M. J. P. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. **Revista Psicol. Soc**, vol.19, n.1, pp. 7-14, 2007.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003.

STÉDILE, J. P (org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TAMBOUKOU, M. Aventuras da pesquisa narrativa. In: CORDEIRO, R.; KIND, L. **Narrativas, Gênero e Política**. Curitiba: CRV, 2016.

TAVARES, V. O. A aposentadoria do idosos do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida. 2011. 133 f. **Dissertação (Mestrado em Economia**

Doméstica) – Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

TAVARES, D. S *et al.* Quality of life of rural elderly and associated factors. **Journal of Nursing UFPE on line - ISSN: 1981-8963**, v. 9, n. 11, p. 9679-9687, aug. 2015.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-322, ago. 2013.

TONEZER, C.; TRZCINSKI, C.; MAGRO, M. L. P. As vulnerabilidades da velhice rural: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. **Revista Desenvolvimento em Questão**, n. 40, jul./set., 2017.

TENÓRIO, F. G. Coordenação Interorganizacional e intersetorial para o desenvolvimento local: o caso Araçuaí. In: TENÓRIO, F. G. (Org). **Cidadania, território e atores sociais**. V. 4. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

TÓTORA, S. A vida nas dobras... as dobras da velhice. **Revista A Terceira Idade**, v.19, nº43, p.27-38, 2008b.

TÓTORA, S. Apontamentos para uma ética do envelhecimento. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 11, n.1, p. 21-38, 2008a.

TÓTORA, S. Ética da vida e o envelhecimento. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I. G. (Org). **Envelhecimento e velhice: um guia para a vida**. São Paulo: Vetor, 2006. p. 26-47.

TÓTORA, S. Genealogia da velhice. In: XXVII Simpósio Nacional de História. **Anais...** Natal: 2013.

TÓTORA, S. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2015.

VALÉRIO, E. C. N. O idoso pomerano hipertenso e a estratégia da saúde da família: a experiência de uma comunidade rural. 2012. 162 f. **Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social)** – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2012.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VIEGAS, S. Trabalho e vida. In: Conferência para os profissionais do centro de reabilitação profissional do INPS. Belo Horizonte, 1989.

WANDERLEY, M. de N. B. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **ALASRU Nueva Época**, v. 5, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. O. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. 2.ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. Velhos camponeses. **Revista Humanidades - Terceira Idade**, Brasília, n. 46, p. 132-141, 1999.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o camponato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

ZACCARELLI, L. M.; GODOY, A. S. “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. **Revista Gestão Organizacional**, v.6, 2013.

ZOURABICHVILI, F. L'écriture littéraire de L'anti-Oedipe. In: **Journées sur l'AntiOedipe à l'Université de Poitiers**, 2005. Disponível em: <http://erraphis.univtlse2.fr/servlet/com.univ.collaboratif.utils.LectureFichiergw?ID-FICHIER=1317125365815>>. Acesso em: 11 fev. 2018.



Apêndices

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
 CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: CARTOGRAFIA DOS MODOS DE EXISTÊNCIA DA VELHICE E DO TRABALHO RURAIS NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA

Prezado Sr(a),

Sou estudante do curso de Doutorado em Administração na Universidade Federal de Minas Gerais. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, cujo objetivo é compreender quais são os modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha.

Sua participação envolve a concessão de uma série de entrevistas que serão gravadas, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de duas horas. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. O trabalho inclui também a produção de fotografias pessoais, de objetos e da propriedade e, sendo assim, sua imagem poderá ser exposta no trabalho, se assim permitir. Na publicação dos resultados desta pesquisa, seu nome poderá ser exposto, se assim o permitir.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora Raquel de Oliveira Barreto, no email prof.raquel.barreto@gmail.com.

Atenciosamente,

 Assinatura da pesquisadora

 Local e data

 Assinatura do professor orientador

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Aceito que minha história e meu nome sejam publicados com fins acadêmicos.

Aceito que minhas fotos sejam publicadas com fins acadêmicos.

 Participante da pesquisa

APÊNDICE B

Manual do Cartógrafo

A proposta de elaborar um ‘Manual do Cartógrafo’ surgiu a partir da minha leitura do livro “Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo”, de Suely Rolnik (2016/1989). Esse é o título de uma seção que compõe o capítulo VII, “O cartógrafo”, onde a autora discorre sobre inúmeros aspectos associados à prática cartográfica. Me inspirei nesse título para construir algo que nada mais é do que uma tentativa de tornar mais claro o ‘processo’ **desta** cartografia, aspectos que por várias razões não ‘couberam’ nas demais linhas do trabalho. Não couberam, vale dizer, não por serem de menor importância (muito pelo contrário!), mas pela quebra da narrativa naquelas páginas fui construindo. Nesse sentido, apresentar esse manual, nesse momento, constitui-se um recurso usado por mim para esclarecer procedimentos de cunho metodológico (e também teórico) da pesquisa, apenas uma outra possibilidade de experimentação nesse fazer científico. A expectativa é que esse manual, que obviamente sugiro que seja entendido como um projeto inverso ao que o próprio termo denota, permita que o leitor consiga se aproximar mais da experiência vivida nessa trajetória de pesquisa.

Primeiras aproximações

Ao definir que o tema estudado seria a velhice naquele território em particular comecei a buscar, em termos metodológicos, quais os caminhos me ajudariam a chegar até lá. Tendo em vista minha aproximação com os autores Deleuze e Guattari, logo a cartografia apareceu como uma possibilidade. Até então a percepção que eu tinha sobre ela era a ideia de mapa, de desenho e de território. Após muitas leituras sobre o tema, as dúvidas persistiram: Como fazer? Como começar? Onde isso vai me levar? Entendi ao longo do percurso que essas questões jamais seriam respondidas antes da própria imersão naquele território, da experimentação, da vivência, do *se deixar levar*. Falar parece fácil, mas foi inicialmente um pesadelo. Por mais que eu fosse uma pesquisadora interessada por questões sociais, com experiência em pesquisas qualitativas do tipo etnográfica, que me considerasse crítica e aberta ao novo... a cartografia foi algo totalmente diferente. Nesse sentido, aos poucos fui compreendendo que realmente estava produzindo dados, não os coletando; que fazer emergir o corpo vibrátil é mais que um desejo, é um exercício que nunca se aprende por completo e que a palavra controle (etapas certas, definições de sujeitos de pesquisa, sequência de narrativas) não existe nesse vocabulário (e não

deve mesmo existir!). É por isso que falar de um manual cartográfico é uma grande bobagem... nada aqui poderá ser replicado, mas quem sabe sirva como inspiração ou mesmo um norte para quem escolher a cartografia para rastrear algum campo de interesse. Na verdade, eu gostaria muito de ter encontrado algo parecido no meu percurso de pesquisa, então ofereço a você leitor, com carinho.

A. Sobre a permanente produção de dados

Na minha experiência, o momento em que resolvi fazer uma cartografia marcou o início da produção dos dados, talvez até antes, uma vez que parte do território que escolhi pesquisar era aquele em que vivia cotidianamente. Digo isso porque visitar o mercado municipal da cidade para ‘fazer a feira’, como dizemos por lá, era uma rotina que havia internalizado desde a minha mudança para a cidade de Araçuaí. Meu contato com os velhos lavradores se dava principalmente nesse espaço, todos os sábados pela manhã. Também os encontrava e observava no andar cotidiano pela cidade, quando nos cruzávamos nas filas do banco e nas ruas. Eles nunca escaparam ao meu olhar, mas é claro que a partir da definição da pesquisa essa atenção se tornou maior e mais detalhista. O que quero dizer é que **a produção de dados se dá a todo o momento da cartografia**, mesmo quando da escrita do trabalho em suas linhas finais. Não há tempo separado de coleta como eu estava acostumada a realizar (e penso que muitos pesquisadores como eu), tudo se dá ao mesmo tempo.

E dentro dessa produção permanente de dados as mudanças de curso são inevitáveis, na verdade são inerentes ao processo. Como relatei no capítulo metodológico, o projeto inicial que tracei era de encontrar esses velhos no espaço do mercado – espaço no qual eu já os havia visto e conversado. Entretanto, nas várias idas ao mercado as conversas com os velhos não aconteceram como eu previa, como eu gostaria/imaginava que fossem ser... talvez em termos de coleta das narrativas, se eu prosseguisse conseguiria ‘resolver’ a pesquisa, mas sabia que não era essa a proposta da cartografia. De fato, **a cartografia é uma experiência que se dá nos encontros**. Refletindo sobre a potência de encontros que eu acreditava ser o que daria vida à pesquisa, busquei por outros caminhos, outros interlocutores, outras formas de chegar aos meus sujeitos de pesquisa. Mas nesse momento me senti frustrada, aquele projeto redondinho de pesquisar os velhos que se encontravam no território do mercado municipal não se concretizou.

Como relatei anteriormente, cheguei aos velhos cujas histórias compõem essa pesquisa por meio de outras pessoas que os conheciam e que quando eu explicava sobre os objetivos do trabalho diziam: “Ah, seria bom você conversar com a Dona Fulana”. Indicações que a maior parte das vezes se transformaram em companhias de ‘viagem’, o que agora ao final avalio como essencial para a construção que realizamos. Digo construção porque essas pessoas participaram ativamente do processo cartográfico e, portanto, são coautores dessa pesquisa. Na minha experiência, **a prática cartográfica é uma realização coletiva**, em vários sentidos. Tanto na indicação dos sujeitos, na atuação de cada um deles cotidianamente naquele território, nas presenças nos momentos de encontros, nas suas próprias narrativas coletadas.

Vou exemplificar essa questão a partir de uma situação que apresentei ao longo do trabalho. Viajamos várias vezes para as comunidades e na maior parte delas tive a companhia de Jeane Doneiro, autora das fotos e bolsista voluntária da pesquisa. Jeane é aluna do curso de Administração do Instituto Federal de Minas Gerais e foi uma das pessoas que ‘comprou a ideia da pesquisa’. Apesar de ser natural da região, nunca havia conhecido as comunidades que visitamos, nem havia estudado o tema da velhice ou mesmo pensado que era possível fazê-lo no registro da Administração. Quando propus a ela me acompanhar e fazer os registros fotográficos, ela aceitou como se estivesse embarcando em uma aventura, mas se envolveu de tal forma que se tornou parte fundamental. Nas narrativas dos velhos Jeane é citada por eles e envolvida nas histórias, quando retornamos às casas deles, eles logo perguntavam por ela e chegavam a dizer: “Ah, que bom que a menina veio, estava com saudades”. Jeane é parte dessa cartografia que com certeza seria outra, caso ela não estivesse. Assim aconteceu com Cisco (motorista do IFNMG e ex-funcionário da ASSOCIAR), Ivani (Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Membro da Associação Comunitária de Tesouras de Cima e Filha do Seu Zezé das Tesouras), Miro (Também motorista do IFNMG e ex-funcionário de uma das escolas nucleadas), enfim, pessoas que compuseram significativamente esse território.

Especificamente sobre os diálogos empreendidos nesses encontros, talvez seja interessante detalhar um pouco melhor sobre como eles se realizaram. A maior parte deles se deu, no caso dos velhos, em momentos de visitas as suas casas, em meio à deliciosos convites para cafés e almoços. Visitamos, conversamos, observamos. Praticamente em todas as visitas tive, como disse anteriormente, a companhia de outros sujeitos, incluindo Jeane. Entretanto, a maior parte dos diálogos com os velhos foram realizados em um cômodo separado da casa, a sós, para que pudéssemos nos concentrar (eu e eles) nas narrativas que ali estavam sendo produzidas. Com

algumas interrupções e, até mesmo participações, havia sempre um momento em separado de atenção e escuta atenta das histórias. Não havia um roteiro pré-estabelecido a ser contemplado. Muito mais me interessava a atitude de me *deixar levar* pelos caminhos desenhados por cada um dos sujeitos. Obviamente, tinha sempre em mente os objetivos da pesquisa os quais elencavam algumas temáticas de interesse que ora e outra eram recuperadas por mim ao longo dos diálogos: infância, família, terra, velhice, comunidade, trabalho, corpo. O mesmo fiz em relação aos outros participantes da pesquisa: os objetivos eram claramente explicitados logo de início e assim a conversa fluía, tendo como pano de fundo o interesse em saber como aquelas instituições que cada um deles representa (poder público e instituições do terceiro setor e sociedade civil) atuam na construção do rizoma velhice naquele território.

Importante dizer também sobre um aspecto fundamental nesse processo de pesquisa: a questão ética e os dilemas que se colocam em termos de lugar de fala. Na construção da **cartografia a ética é fundamental e consiste, basicamente, em deixar claro a todo o momento o que se propõe com a pesquisa**. Muito me questionei antes de chegar até os sujeitos, entrar na casa deles e coletar suas narrativas sobre como eu deveria me portar, como deveria me apresentar e falar sobre a pesquisa. Me questionei, por exemplo, se me apresentar como professora do IFNMG seria estabelecer ali automaticamente uma hierarquia, pois o lugar de fala do professor para esses sujeitos é o lugar do conhecimento e do respeito. Não consegui pensar em outra forma de fazê-lo... Foi assim que fui reconhecida por cada um dos sujeitos com quem conversei: velhos, familiares e representantes de instituições. Por isso ouvi: “Não sei contar minha história não...”, “Não preciso nem falar isso porque a senhora é professora”, “A senhora me desculpe esse meu jeito...”. Minha estratégia foi desconstruir esse lugar ao longo das conversas, mostrar que naquele contexto quem deveria ‘ensinar’ algo eram elas e eles, que aquele universo era em muitos sentidos estranho para mim. Eles me apresentaram vegetais e frutas que eu não conhecia, me ensinaram modos de falar e de fazer particulares, me passaram receitas para curar doenças, dentre outras tantas coisas que nos ajudaram a construir laços, nos tornar próximos, a experimentar cumplicidade. **Não há cartografia sem a imersão naquilo que se pretende cartografar.**



Essa foto foi um presente que recebi de um colega que nos acompanhou na ida à comunidade de Tesouras. Nesse momento estávamos várias pessoas sentadas na sala da casa do Seu Emílio aguardando o almoço e conversávamos sobre amenidades, lembrávamos da última visita e ele me dizia do quanto estava contente por nos receber novamente. Esse colega registrou o momento e depois me enviou dizendo ter achado a foto muito bonita. Eu concordo, é um dos meus registros preferidos da produção da pesquisa, porque traduz imagetivamente um sentimento inexplicável em todo esse processo. Para uma legenda eu escolheria: “A potência dos bons encontros”.

Outro momento importante que diz respeito ao pressuposto de que a cartografia é uma construção coletiva ficou evidente no **momento de diálogo e co-construção das/sobre as histórias dos velhos**. Após as primeiras narrativas recolhidas escrevi as histórias de cada um tentando sistematizar parte daquilo que haviam me contado, os resultados foram os apresentados na abertura da tese. Um ano após essas primeiras visitas retornamos a todas as comunidades com as histórias em mãos, impressas e com as fotos tiradas por Jeane naquela ocasião. Foi emocionante, belo, potente. Primeiro eles viram as fotos, alguns olharam

admirados e outros logo comentaram: “Ai meu Deus!”. Para aqueles que não sabem ler fiz a leitura em voz alta, pausadamente, aproveitando para observar cada reação. Outros leram sozinhos, concentrados. De todos ouvimos suas impressões, perguntei sobre o que gostariam de mudar, acrescentar, descartar. Eles disseram: “Nossa, está direitinho... tudo aí eu que falei mesmo! Eu gostei”; “É isso mesmo, minha história” e ainda, “Que bom, agora vou poder mostrar meus filho a minha história, muita coisa daqui eles não sabe!”.



Nesses momentos em especial novas narrativas surgiram, outros temas foram abordados, novas emoções emergiram. Percebi que **a prática cartográfica não tem fim**, ela nunca será suficientemente ‘completa’ para dar conta daquele território. Na realidade, ela nunca se propôs a isso, o que fiz foi um rastreio que por mais que tenha tentado abarcar o movimento, ele é um retrato, um registro transitório.

B. Sobre a análise de dados

O grande volume de dados produzidos na cartografia inicialmente me causou certo desconforto... Desde o início do trabalho sabia da necessidade de explorar o território, por isso mesmo pensar em uma proposta como a da cartografia me pareceu coerente. Mas não imaginava de antemão como seria lidar com esse grande volume de informação, de tantas forças que se

fizeram evidentes (outras nem tanto) e de tantos afetamentos. De alguma forma foi preciso começar e fiz isso quase que intuitivamente, ainda que influenciada por toda uma trajetória de pesquisa qualitativa marcada por apostas em técnicas de análise como a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Quando digo intuitivamente mais uma vez em nenhum momento estou dizendo que fui menos rigorosa ou mesmo cuidadosa com os dados produzidos – muito pelo contrário – a preocupação era como evidenciá-los da melhor forma possível, respeitando a cor e a intensidade com que eles me foram generosamente apresentados.

Iniciei então esse processo analítico com uma leitura sucessiva das transcrições das entrevistas e narrativas biográficas. Quando digo sucessivas – foram sucessivas mesmo! Entendam como leituras e mais leituras desses textos, com o objetivo de reconstruir esse percurso investigativo criando novos olhares e flertando com os possíveis tangenciamentos entre os diversos atores e suas histórias, memórias e relatos. Após esse primeiro momento de caráter um pouco mais amplo, optamos por segmentar a leitura desses textos a partir da construção do mapa da pesquisa, em que evidenciamos narrativas institucionais, narrativas de instituições da sociedade civil e narrativas de velhos.

Vou então, dentro da proposta de um ‘manual’ que nenhuma fórmula pretende ensinar ou prescrever, destacar os passos que aos poucos foram dando contornos à análise realizada.

PASSO 1. Concentrei-me inicialmente nas narrativas dos velhos. O primeiro passo foi o mergulho nessas narrativas de modo a elaborar um rascunho de suas histórias que seriam posteriormente negociadas e coconstruídas com os sujeitos. Nesse momento inicial revisei as narrativas em conjunto com as anotações do diário de bordo. Como é característico das narrativas biográficas, organizei os fatos narrados em ordem difusa e não linear e apresentei em um formato quase que cronológico, de modo a apresentar aos leitores da tese esses sujeitos e suas riquíssimas histórias. Optei por uma apresentação das histórias que mesclasse a narrativa dos sujeitos e as percepções do pesquisador o que, além de um recurso estilístico, permitiu incluir nessa construção os afetamentos – algo muito caro a essa pesquisa. Baseei a construção dessas histórias em temas-chave que emergiram nas conversas: Infância, Família, Trabalho, Velhice. A partir desse primeiro rascunho das histórias, como disse anteriormente, retornei aos sujeitos para que eles pudessem ler, repensar, reconstruir, corrigir, negar, enfim, para eu conseguisse de fato realizar um processo que fosse de co-construção. Esse retorno aconteceu

por volta de um ano após as primeiras visitas e essa retomada foi fundamental para os resultados da pesquisa.

PASSO 2. Paralelamente à construção das histórias retomei constantemente os objetivos da pesquisa para ser capaz de manter o foco em meio a tanto material. Não podia perder de vista que o intuito principal era rastrear os modos de ser velho naquelas comunidades e, de forma específica, compreender que papel tinha o trabalho nessa construção da velhice. Tinha como ponto de partida então dois temas **velhice** e **trabalho**, em torno dos quais fui categorizando todas as transcrições das narrativas (dos velhos e das instituições). Essas leituras sucessivas mostraram a necessidade de incluir outra temática: o **cotidiano** da vida no campo. Assim defini os três eixos analíticos da pesquisa, de acordo com a perspectiva da narrativa temática: 1. A vida no campo; 2. A velhice no campo e 3. O trabalho no campo. Dentro de cada um desses eixos outros temas aparecem e foram analisados, sempre mantendo em mente os objetivos da pesquisa. Optei por não utilizar softwares que dão suporte à análise de dados qualitativos, até mesmo pela falta de familiaridade com esses recursos e, em função disso, tive muitas dificuldades em organizar e sistematizar todos os dados. Esse processo manual e artesanal demandou, além das inúmeras leituras, a criação de um número significativo de arquivos para categorização dos diferentes subtemas e sucessivos movimentos de cruzamento entre as narrativas.

PASSO 3. As fotografias foram produzidas desde os primeiros momentos da pesquisa. Inicialmente, tínhamos como tom principal o registro para composição dos dados do estudo e meu pensamento era de utilizá-las em um caráter ilustrativo das visitas, dos sujeitos e dos eventos. Após estar com as fotografias em mãos me surpreendi pela qualidade das fotos em termos da riqueza das narrativas que elas expressam. Após o contato com bibliografias referentes ao uso de imagens em pesquisas qualitativas, me aprofundei nas possibilidades e me preparei para que novas fotografias fossem registradas para a construção de um ensaio fotográfico. Empreendi com as fotografias o mesmo processo de análise temática, o que resultou na composição do capítulo 5 do trabalho. Sem a pretensão de atingir patamares profissionais no que diz respeito à qualidade das imagens ou mesmo a realização de uma análise de cunho técnico (luz, enquadramento, foco), optei por dar um lugar de destaque para as narrativas que elas fazem evidentes. A avaliação ao final de todo esse percurso é que as fotografias foram fundamentais na construção dessa cartografia, tanto em termos de técnica de produção de dados quanto para a construção do mapa final do estudo. Aqui gostaria de ressaltar

os efeitos das fotografias para os sujeitos, tanto no sentido de serem ‘personagens’ daquelas imagens quanto a experiência de se reconhecerem velhos naqueles ‘espelhos’. Ser os personagens das fotos, embora no momento inicial eles tenham se mostrado constrangidos ou mesmo desconfortáveis, a partir das conversas e do esclarecimento dos objetivos (contar sua história) geraram efeitos: eles sugeriram cenários para as fotos e se prepararam com adereços (chapéu e batom) e outras vestimentas. Por outro lado, as imagens também geraram efeitos no momento de vê-las reveladas algum tempo depois, elas geraram oportunidades de reconhecimento da velhice registrada no corpo, atribuir significados e (re)construir memórias.

Seguir esses passos me levou a esse formato final da tese, que longe de ser um produto acabado é um mapa circunstancial, parcial e transitório. Enquanto produção acadêmica, me sinto satisfeita por de certa maneira contribuir para a construção de conhecimento sobre esses sujeitos nesse território, mas nenhuma satisfação se compara a de ter vivido essa experiência em que muito mais aprendi. Talvez como um manual esse texto não preencha os requisitos, mas o intuito foi de compartilhar os desafios e caminhos que marcaram essa cartografia dos modos de ser da velhice e do trabalho rurais no médio Vale do Jequitinhonha.

APÊNDICE C

Quadro – Levantamento da produção nacional de Teses e Dissertações sobre velhice rural

Título	Tipo*	Ano	Autor	Área
O olhar do idoso sobre a finitude: Um estudo sobre as representações sociais da morte em Idosos de uma cidade do Sertão de Pernambuco	D	2008	Sandra Carolina Faria De Oliveira	Psicologia
Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural	T	2010	Adriana De Oliveira Alcântara	Antropologia
Políticas Sociais, Previdência e Trabalhadores Rurais: Reflexões a partir de vidências recentes no estado de Sergipe	D	2010	Eliane Resende Moreira	Sociologia
Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente	T	2010	Alessandra Alexandre Freixo	Ciências Sociais
A aposentadoria do idoso do meio rural: Implicações na Administração dos recursos familiares e na qualidade de vida	D	2011	Vívian Oliveira Tavares	Economia Doméstica
O idoso pomerano hipertenso e a estratégia saúde da família: a experiência de uma comunidade rural	D	2012	Elry Cristine Nickel Valério	Políticas Públicas
Rotinas de tempo livre e lazer da velhice rural em cenários brasileiros	T	2013	Terezinha De Jesus Lima	Educação
Professoras aposentadas em território rural/ribeirinho: identidades e práticas socioculturais	T	2013	Isabel Cristina França Rodrigues	Educação
As Velhices que Habitam os Sertões: Cartografia dos Modos de Envelhecer e Morrer no Semiárido Piauiense	T	2013	Maria Rosangela De Sousa	Sociologia
Hipermodernidade no cotidiano de pessoas idosas: A instauração do futuro mutante no imaginário de órfãos do passado	T	2013	Maria Cleonice Mendes de Souza	Educação
Saberes vivenciais de idosos frente sua experiência no espaço escolar de uma área rural	D	2013	Flavia Peruzzo	Educação
A institucionalização do <i>habitus</i> previdenciário rural na vida dos	D	2014	Vanessa Aparecida	Ciências Agrárias

idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais			Moreira De Barros	
A influência da atividade física nos perfis de fragilidade, funcionalidade, cognição e qualidade de vida em populações de diferentes contextos ambientais rurais e urbanos	D	2014	Milena Vieira Coelho	Psicologia
Tempo de plantar, tempo de colher: mulheres idosas, saberes de si e aprendizagens de letramento em saquinho	T	2014	Aurea Da Silva Pereira	Educação
Sobre envelhecer e ser velho em liberdade: religiosidade, trabalho e família em um pequeno município da zona da mata mineira	T	2014	Estela Saleh Da Cunha	Serviço Social
Trabalho Leve e Trabalho Pesado nos processos de aposentadoria especial rural	T	2014	Eveline Lucena Neri	Sociologia
As múltiplas mortes de si: suicídios de idosos no Sul do país	D	2014	Claudia Weyne Cruz	Ciências Sociais
Educação, memórias e saberes amazônicos: vozes de vaqueiros marajoaras	D	2014	Delcia Pereira Pombo	Educação
Velhice e espaço rural: (re) desenhando discursos	D	2015	Aline Gadelha Duarte	Políticas públicas e sociedade
Preditores da felicidade em aposentados do meio urbano e rural	D	2015	Silvia Miranda Amorim	Psicologia
Uma morte selvagem, mãe de todos! Narrativas sobre a morte por idosos e idosas rurais	D	2016	Giliane Cordeiro Gomes	Psicologia
"A peleia dos velhos do/no Karú": discursos/percursos sobre envelhecimento em São José do Cerrito/SC	D	2016	Elaine Lima Da Silva	Sociologia Política
Condições de viabilização e acesso à aposentadoria rural em Maués/AM.	D	2016	Jéssica Da Silva Barreto	Serviço Social
Memórias compartilhadas: uma etnografia sobre a trajetória do idoso e o papel da memória na construção de identidades étnicas nas comunidades quilombolas de São Braz e Cambuta, em Santo Amaro - BA.	D	2016	Maria Das Candeias Dos Santos	Ciências Sociais

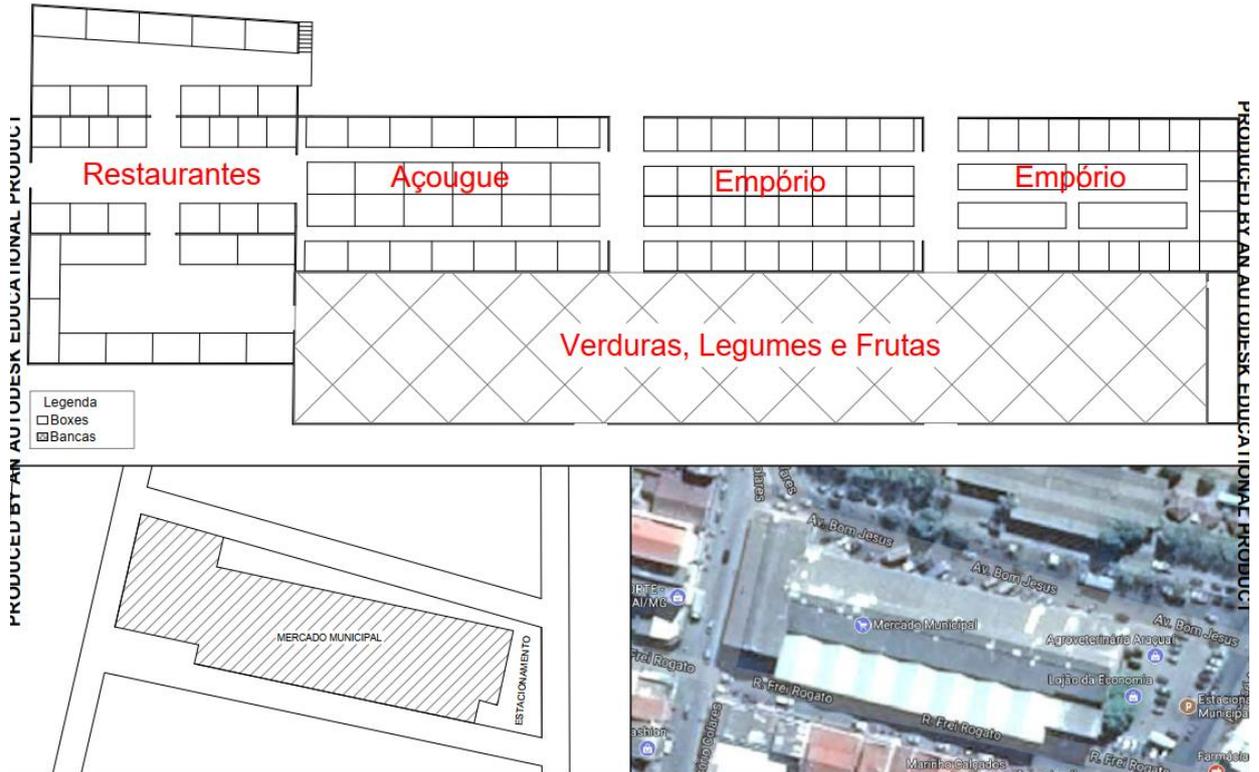
Um homem e mil histórias	D	2016	Jordana Cristina Barbosa	Antropologia Social
A influência da aposentadoria rural no <i>habitus</i> da mulher idosa em um pequeno município da zona da mata mineira	D	2017	Núbia Cristina De Freitas	Economia Doméstica
"Quando chega a idade": Experiências de envelhecimento na comunidade Nossa Senhora da Guia, Lucena/PB	D	2017	Franciely Fernandes Duarte	Sociologia
Os impactos da política de previdência rural em comunidades: O Caso do Vale do Catimbau - Buíque-PE.	D	2017	Leticia Alves De Melo	Administração e Desenvolvimento rural
Eletrificação rural no baixo-amazonas: da concepção da Política às mudanças nas condições de vida dos idosos impactados pelo Programa "Luz para Todos"	T	2017	Valmiene Florindo Farias Sousa	Políticas Públicas
Campesinato, envelhecimento e o crédito consignado: o papel educativo de Movimentos Sociais em relação a vida de idosas camponesas e idosos camponeses	T	2018	Elisiane de Fátima Jahn	Educação

*T= Tese e D = Dissertação.

Fonte: Elabora pela autora.

APÊNDICE D

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT PLANTA BAIXA - MERCADO MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ



Fonte: Elaborado pelo autor.

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT